LINGUAGENS DA CIDADE

entre democracias, autoritarismos e fascismos

Stephanie Assaf —— Rio de Janeiro, 2024

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
Stephanie Mesquita Assaf

LINGUAGENS DA CIDADE:

Entre democracias, autoritarismos e fascismos

Rio de Janeiro
2024

STEPHANIE MESQUITA ASSAF

LINGUAGENS DA CIDADE:

Entre democracias, autoritarismos e fascismos

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Robert Moses Pechman

Rio de Janeiro
2024

CIP - Catalogação na Publicação

A844l

Assaf, Stephanie Mesquita
Linguagens da cidade: Entre democracias, autoritarismos e fascismos / Stephanie Mesquita Assaf. -- Rio de Janeiro, 2024.
333 f.

Orientador: Robert Moses Pechman.
Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2024.

1. Cidade. 2. Linguagem. 3. Política. 4. Fascismos. 5. Bolsonarismo. I. Pechman, Robert Moses, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

STEPHANIE MESQUITA ASSAF

LINGUAGENS DA CIDADE:

Entre democracias, autoritarismos e fascismos

Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em: 06/02/2024

BANCA EXAMINADORA

Robert Moses Pechman

Prof. Dr. Robert Moses Pechman
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ

Robert Moses Pechman

Prof. Dr. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – UFRJ

Robert Moses Pechman

Prof. Dra. Maria Stella Martins Bresciani
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Unicamp

Prof. Dr. Michel Gherman
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ

Robert Moses Pechman

Prof. Dr. Fernando Augusto Souza Pinho
Prefeitura de Belém – Belém/PA

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”.

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001".

AGRADECIMENTOS

Durante os cinco anos em esta tese foi escrita, muito aconteceu. Atravessamos uma pandemia e inúmeros eventos, antes inimagináveis, tomaram forma. Os processos de pesquisa e escrita de um curso de doutoramento são, paradoxalmente, muito solitários, como profundamente atravessados pelos seus contextos como por diversas interlocuções. No meu caso, não poderia ser diferente, e agradeço imensamente aos encontros que minha tese me proporcionou. Sem eles, não apenas este trabalho não seria possível, como seria dolorosamente mais difícil a vida neste período.

Ao meu orientador, Robert Pechman, agradeço não apenas ao cuidado constante comigo e com a minha pesquisa (desde mesmo muito antes dela chegar a ser um projeto); como o agradeço imensamente por sua valiosa amizade, e por sempre ter me acolhido como parte da sua família. É muito para se agradecer, e este espaço não é, nem de longe, suficiente.

Para minha família, especialmente mãe, pai e irmão, não há palavras para expressar a gratidão pelo apoio incondicional e inabalável.

Agradeço ao professor Fernando Pinho, presente em todos os momentos deste processo e de várias maneiras possíveis – como professor, arguidor, amigo e como um dos mais atentos leitores que encontrei.

À professora Stella Bresciani, pela amizade e generosidade constantes, desde a oferta incansável de conhecimentos de imenso valor, até ao compartilhamento do amor pelas flores.

Ao corpo docente do IPPUR – UFRJ, em especial ao professor Luiz Cesar Ribeiro que foi fundamental no meu processo de formação, e que gentilmente aceitou participar da minha banca avaliadora; assim como ao professor Carlos Brandão por sua estimada atenção com meu trabalho.

Ao professor Michel Gherman, importante referência bibliográfica, agradeço por todas contribuições e pela participação na banca avaliadora desta tese.

Às agências de fomento CAPES e Faperj, respectivamente, agradeço pelo financiamento integral desta pesquisa e pelo suporte ao trabalho de campo realizado. Agradeço ainda ao corpo técnico destas agências, não apenas por sua eficiência, mas por ter resistido às inúmeras tentativas de desmonte em tempos tão duros.

Aos amigos que não irei nomear, pois eles sabem quem são, e para não correr o risco de esquecer algum nome, sou eternamente grata a todos vocês.

Às universidades nas quais fui/ sou vinculada em sua totalidade, sobretudo aos seus corpos docentes, técnico/administrativos e discentes.

Finalmente, dedico este trabalho aos que pereceram em decorrência ao conjunto dos terrores aqui retratados e analisados. Parafraseando Walter Benjamin, há que se lutar não apenas pelas vidas dos sujeitos, como as suas mortes e as narrativas que as cercam também estão constantemente em disputa.

RESUMO

Parto do cruzamento entre as esferas/os temas da cidade e da linguagem, seja para que esta tese seja possível, seja para conformar dois dos seus principais eixos temáticos. Portanto, através destes cruzamentos é que são analisadas questões relativas à política, à(s) democracia(s), aos autoritarismos e aos fascismos. Sobretudo em relação à temática dos fascismos, são trabalhados dois casos fundamentais do que pode ser qualificado como pertencente aos "fascismos históricos" – o que aqui se restringe aos casos italiano e no alemão. A expressão "fascismos históricos" reúne tanto os ideários, os partidos políticos e as estruturas de Estado que foram atravessadas pelos fascismos que ocorreram na Europa no período entre guerras. Para além de tais conformações, nesta tese são analisadas as modulações contemporâneas que, além de classificáveis dentro de espectros compreendidos como de extrema-direita, podem ser examinadas a partir da presença de características fascistas, ou mesmo como variações contemporâneas de fascismos. Em tal sentido, as reflexões aqui apresentadas, em grande parte de natureza comparada, contemplam a conformação nomeada como bolsonarismo. O que é realizado também por uma abordagem histórica que abarca o contexto do Brasil desde as primeiras décadas do século XX até 2022, aproximadamente.

Palavras chave: cidade; linguagem; política; fascismos; bolsonarismo.

ABSTRACT

This work aims to analyze the intersections between the theme of the city and the language. Which at the same time are the start point of this research and also two of its main thematic axes. Therefore, through these subjects, issues related to politics, democracy (and democracies), authoritarianism and fascism are analyzed. Especially related to the theme of fascism that two cases of “historical fascisms” – the Italian and the German ones – are studied. The expression “historical fascisms” put together the ideas, the political parties and the state structures that were crossed by the fascisms that occurred in Europe during the interwar period. In addition to that, this thesis has analyses related to contemporary groups that, in addition to the fact of then could be classifiable as far-right wing, can be examined based on the presence of fascist characteristics, or even as contemporary variations of fascism. In this sense, the reflections that are presented here, largely made in comparative methods, contemplate the conformation named as “bolsonarismo”. What is also done through historical approach related to the context of Brazil from the first decades of the 20th century until 2022.

Keywords: city; language; policy; fascisms; bolsonarismo;

RÉSUMÉ

Cette thèse se estruture autor l'intersection entre les thématiques de la ville et de la langue qui sont aussi ses axes thématiques principaux. D'abord, à travers ces intersections, des questions liées à la politique, à la(aux) démocratie(s), aux autoritarismes et au fascisme sont analysées. En particulier à propos les fascismes, deux exemples, qui sont qualifié comme de « fascismes historiques », sont étudiés: aux cas italien et allemand. L'expression « fascismes historiques » regroupe à la même fois les idées, les partis politiques et les structures des États qui ont été traversés par les fascismes survenus en Europe dans l'entre-deux-guerres. En plus de ces conformations, dans cette thèse, il y a des analyses de modulations contemporaines qui, en plus d'être classées dans des spectres compris comme d'extrême droite, peuvent être examinées por la présence de caractéristiques fascistes, ou comme des variations contemporaines des fascismes. En ce sens, les réflexions présentés ici, qui pour la plupart sont de nature comparative, envisagent la conformation connue comme « bolsonarismo ». Cela se fait également à travers d'une approche historique que couvre le contexte du Brésil depuis les premières décennies du XXe siècle jusqu' à 2022.

Mots-clés : ville ; langue ; politique, fascismes ; « bolsonarismo » ;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

2º capítulo – *Roma Mussolinea*:

Figura 01 – *Teatro di Marcello* à direita, marcas das demolições do entorno imediato da edificação, e início das obras para construção da *Via del Mare* (inaugurada em 1930). Fonte: Gentile, 2007, p. 73.

Figura 02 – Vista frontal *Teatro di Marcelo, Roma, Italia*. Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 03 – Vista frontal *Teatro di Marcelo, Roma, Italia*. Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 04 – Casas em torno das ruinas do *Foro di Cesare*, 1932. (Do original: *Case sui resti del Foro di Cesare*, 1932) Fonte: Gentile, 2007, p. 69.

Figura 05 – Vista lateral *Foro di Cesare, Roma, Italia,* no canto esquerdo trecho da *Via dei Fori Imperiali*. Registro feito em 01 de dezembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 06 – Vista lateral *Foro di Cesare, Roma, Italia.* Registro feito em 01 de dezembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal

Figura 07– A "Nova Romanidade" representada pela publicidade (1936). Peças referentes à festividade "*Natale di Roma*". Fonte: Gentile, 2007, p. 216 e p. 217.

Figura 08 – A "Nova Romanidade" representada pela publicidade (1936). Peças referentes à festividade "*Natale di Roma*". Fonte: Gentile, 2007, p. 216 e p. 217.

Figura 09 – *Cityscape*, Tullio Crali, 1939. Disponível em: https://www.gestaoeducacional.com.br/futurismo-resumo/. Acesso em: 12 de julho de 2022.

Figura 10 – Arranha-Céus e Túneis, Fortunato Depero, 1930. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/23/cultura/1395598225_356558.html. Acesso em: 12 de julho de 2022.

Figura 11 – *Flying over the Coliseum in a Spiral*, Guglielmo Sansoni Tato, 1930. Disponível em: https://www.valutazionearte.it/artisti/guglielmo-sansoni-detto-tato/. Acesso em: 12 de julho de 2022.

Figura 12 – Vista do monumento ao *Re Vittorio Emanuelle,* registro realizado da *Piazza Venezia, Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 13 – Vista do *Teatro di Marcello*, registro realizado no alto do monumento ao *Re Vittorio Emanuele, Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 14 – *Via dei Fori Imperiale, Roma, Italia.* Imagem retirada em 21 de novembro de 2023 do programa *Google Maps*. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 15 – Vista da antiga *Via dell'Impero*, atual *Via dei Fori Imperiali, Roma, Italia. Foto tirada no sentido Colosseu* para a *Piazza Venezia/monumento ao Re Vittorio Emanuelle.* Registro feito em 01 de dezembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 16 – Vista da antiga *Via dell'Impero*, atual *Via dei Fori Imperiali, Roma, Italia. Foto tirada no sentido Colosseu* para a *Piazza Venezia/monumento ao Re Vittorio Emanuelle.* Registro feito em 01 de dezembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 17 – Vista do *Palazzo Veneza* e da *Piaza Veneza*, antiga *Via dell'Impero*, atual *Via dei Fori Imperiale*, foto realizada no do monumento ao *Re Vittorio Emanuele, Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 18 – Antiga *Via dell'Impero*, atual *Via dei Fori Imperiale*, Coliseu ao fundo, foto realizada no do monumento ao *Re Vittorio Emanuele, Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 19 – Trecho inicial da *Via dei Fori Imperiali*, foto tirada da "esquina" oposta ao *Colosseu*. Destaque para as obras de reforma urbana e monumento a *Vittorio Emanuelle II* (*altare della pátria*) no fundo. *Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 20 – Trabalho para construção da *Via dell'Impero* (1932). Fonte: Gentile, 2007, p. 79.

Figura 21 – Parada na *Via dell'Impero* (1935). Fonte: Gentile, 2007, p. 88.

Figura 22 – *Duce* anuncia a conquista da Etiópia na janela do *Palazzo Venezia* (1936). Fonte: Gentile, 2007, p. 125.

Figura 23 – Trecho inicial da *Via dei Fori Imperiali*, vista para o *Colosseu* e obras de reforma urbana. *Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 24 –*Via dei Fori Imperiali*, vista frontal para o *Foro di Cesare*, *Roma, Italia.* Registro feito em 28 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 25 –*Via dei Fori Imperiali*, vista frontal para *Piazza Venezia* e vista lateral do *Palazzo Venezia*, *Roma, Italia.* Registro feito em 28 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 26– *Foro Mussolini*, vista aérea e pátio externo. Fonte: Gentile, 2007, p. 101.

Figura 27 – *Foro Mussolini*, vista aérea e pátio externo. Fonte: Gentile, 2007, p. 102.

Figura 28 – Maquetes do complexo da E'42. Fonte: Gentile, 2007, p. 189.

Figura 29 – *Palazzo della Civiltá Italiana*. Fonte: Gentile, 2007, p. 158.

Figura 30 – *Palazzo della Civiltà Italiana, Roma, Italia.* Registro feito em 30 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 31 – *Palazzo della Civiltà Italiana* e entorno imediato, *Roma, Italia.* Registro feito em 30 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 32 – Peça publicitária que mostra a demolição e construção da *"nuova Roma imperiale"* (1937). Fonte: Gentile, 2007, p. 162.

3º capítulo – Berlin/Germânia:

Figura 01 – Capa do "*Fuhrer durch das lasterhafte Berlin"*. Disponível em: http://www.weimarberlin.com/2018/05/a-guidebook-to-berlin.html. Acesso: 03 de fevereiro de 2023.

Figura 02 - Imagem do pôster do filme *Berlin – Die Sinfonie der Grosstadt*, retirada do site IMDb. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt0017668/. Acesso: 03 de fevereiro de 2023.

Figura 03 – Fotografia dos empresários Leo e Willy Sklarek (1928). Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 04 - Charge datada de 1929 representando os irmãos Sklarek, alvos de um grande escândalo de corrupção. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 05 – Conjunto da Chancelaria do Reich, contendo seu anexo construído em 1939. Fonte: Scobie, 1993, p. 99. Material retirado da biblioteca do memorial *Topographie des terrors*.

Figura 06 – Conjunto das edificações administrativas do *III Reich* ao longo da *Wilhelm-Strasse*. Fonte: *Topography of Terror: Gestapo, SS and Reichssicherheitshauptamt on the "Prinz-Albrecht-Terrain" – A Documentation. Berlin: Verlag Willmuth Arenhövel Berlin, 2003,* p. 15.

Figura 07– Portão de entrada do campo de trabalho *Schsenhausen,* com destaque para a frase "*Arbeit macht frei*" ("O trabalho liberta"). Disponível em: https://www.berlin.de/sehenswuerdigkeiten/3561190-3558930-gedenkstaette-und-museum-sachsenhausen.html. Acesso: 10 de março de 2023.

Figura 08 – Portão de entrada do campo de trabalho *Dachau*, com destaque para a frase "*Arbeit macht frei*" ("O trabalho liberta"). Disponível em: https://www.gra.ch/bildung/glossar/arbeit-macht-frei-jedem-das-seine/. Acesso: 10 de março de 2023.

Figura 09 – Imagem referente a um panfleto nazista editado por Fritz Todt, inspetor geral do sistema público de estradas, de 1938. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 10 – Propagandas feita e divulgada pelo governo nazista apresentando "dados" e medidas das supostamente bem-sucedidas políticas de combate ao desemprego do governo nazista, datada de 1936. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 11 – Propagandas feita e divulgada pelo governo nazista apresentando "dados" e medidas das supostamente bem-sucedidas políticas de combate ao desemprego do governo nazista, datada de 1933. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 12 – Foto de 1938 de Adolf Hitler e Benito Mussolini no balcão do *Palazzo Venezia* quando o líder alemão visitou Roma em 1938. Fonte: Gentile, 2007, p. 148.

Figura 13 – Foto de 1938 de Adolf Hitler e Benito Mussolini no *Foro Mussolini* quando o líder alemão visitou Roma em 1938. Fonte: Gentile, 2007, p. 149.

Figura 14 – Vista frontal do *Palazzo Venezia, Roma, Italia*. Registro feito em 01 de dezembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 15 – Imagem referente ao prédio da Chancelaria (segundo edifício à esquerda, de frente para a *Wilhelmstraße*) cujo balcão foi adicionado em 1935. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 16 – Registro da *Via dell'Impero* parte da rota de Hitler para visita em Roma em 3 de maio de 1938. Fonte: Scobie, 1993, p. 27. Material retirado da biblioteca do memorial *Topographie des Terrors*.

Figura 17 – Mapa da Rota de Hitler para visita em Roma em 3 de maio de 1938. Fonte: Scobie, 1993, p. 25. Material retirado da biblioteca do memorial *Topographie des Terrors*.

Figura 18 – Desenho de Adolf Hitler para *Volkshalle*. Fonte: https://bigthink.com/high-culture/architecture-buildings-never-built/?utm_source=pocket-newtab-global-en-GB. Acesso: 02 de março de 2023.

Figura 19 – Vista frontal *Pantheon, Roma, Itália*. Registro feito em 30 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 20 – Salão interno do *Pantheon* Romano. Fonte: Scobie, 1993, p. 108. Material retirado da biblioteca do memorial *Topographie des Terrors*.

Figura 21 – Salão interno do *Volkshalle*. Fonte: Scobie, 1993, p. 108. Material retirado da biblioteca do memorial *Topographie des Terrors*.

Figura 22 – Vista frontal *Basilica de San Pietro, Vaticano*. Registro feito em 30 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 23 – Vista frontal *Basilica de San Pietro, Vaticano*. Registro feito em 30 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 24 – Speer-plan 1939. *Senate Department for Urban Development* de Berlin. Disponível em: https://www.stadtentwicklung.berlin.de/planen/fnp/en/historie/index.shtml. Acesso: 13 de abril de 2023.

Figura 25 – Imagem referente ao bairro de *Charllotensburg, Berlin*, Alemanha, datada de 1939. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 26 – Fragmento do eixo norte-sul da Germânia com ênfase na *Prachtallee*. Disponível em: http://www.secretcitytravel.com/berlin-march-2014/albert-speer-nazi-architect-berlin.shtml. Acesso: 13 de abril de 2023.

Figura 27 – Maquete da *Welthauptstadt Germania* – Germânia, a Capital do Mundo. Imagem original disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.257/8301. Acesso em: 20 de julho de 2022. Edição: Andrew Assaf.

Figura 28 – Vista frontal *Reichstag*. Registro feito em 18 de março de 2023. Autoria: Robert Neukum. Acervo Pessoal.

Figura 29 – Vista frontal *Reichstag*. Registro feito em 18 de março de 2023. Autoria: Robert Neukum. Acervo Pessoal.

Figura 30 – Trecho da *Prachtallee* no projeto da Germânia. Fornte: Connolly, Kate. *The story of cities. Berlin. How Hitler's plan for Germania would have torn Berlin apart. The guardian,* Berlin, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis. Acesso: 24 de abril de 2023.

4º capítulo – Nebulosa fascista:

Figura 01 – Propaganda nazista de 1943. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 02 – Folheto institucional direcionado aos guardas da SS. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors.* Autoria: Stephanie Assaf. Data dos registros: 02 de dezembro de 2022.

Figura 03 – Propaganda nazista de 1942. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors.* Autoria: Stephanie Assaf. Data dos registros: 02 de dezembro de 2022.

Figura 04 – Peça publicitária divulgada pelo governo nazista, cuja data de divulgação aproximada é de 1942. Disponível em: https://exhibitions.ushmm.org/propaganda/1939-1945-war/defying-nazi-censorship . Acesso em: 20 de julho de 2023.

Figura 05 – Peça publicitária divulgada pelo governo nazista, cuja data de divulgação se aproxima de 1942. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/nazi-anti-jewish-propaganda. Acesso em: 19 de julho de 2023.

Figura 06 – Emblema da *Schutzstaffel* (SS). Disponível em: https://www.infoescola.com/segunda-guerra/ss-schutzstaffel/. Acesso em: 31 de julho de 2023.

Figura 07 – Símbolo de alta voltagem. Disponível em: https://www.mysafetysign.com/high-voltage-electric-warning-red-symbol-sign/saf-sku-s-2209. Acesso em: 31 de julho de 2023;

Figura 08 – *Siegrune*. Disponível em: https://no.wikipedia.org/wiki/Siegrune. Acesso em 31 de julho de 2023.

5º capítulo – Brasil:

Figura 01 – Imagem retirada do endereço eletrônico de Jair Bolsonaro. Disponível em: http://bolsonaro.com.br . Acesso em: 10 de outubro de 2020.

Figura 02 – Legenda retirada na integra do contexto original na qual foi publicada, em conjunto com a imagem. “Na rampa do palácio do Planalto, em Brasília, Bolsonaro recebe um grupo de veteranos militares paraquedistas, que estendem o braço direito em saudação ao presidente. Juntos, oraram e fizeram flexões. O vídeo foi divulgado em redes bolsonaristas no dia 17 de maio de 2020. (Reprodução/ YouTube Renova Mídia)”.

Figura 04 – *Sieg Heil* executado durante o governo nazista. Registro localizado em salão interno do *Reichstag*, com a figura de Adolf Hitler ao centro. Ao fundo, a grande águia dourada carregando o símbolo da suástica, assim como outra suástica decora a parede lateral. Disponível em: https://forward.com/culture/518531/sieg-heil-fascist-nazi-salute-history/. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

Figura 05 – Publicação da Secretaria Especial de Comunicação Social (SeCom) da Presidência da República, realizada em 09 de maio de 2020. Fonte: Motta, Anaís. Secom usa lema associado ao nazismo para divulgar ações, mas nega relação. **UOL**, em São Paulo. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/10/secom-usa-lema-associado-ao-nazismo-para-divulgar-acoes-contra-a-covid-19.htm. Acesso: 10 de outubro de 2020/ 16 de outubro de 2023.

Figura 06 – Portão de entrada do complexo de campos de concentração Auschwitz em Oświęcim, Polônia. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/10/secom-usa-lema-associado-ao-nazismo-para-divulgar-acoes-contra-a-covid-19.htm. Acesso: 10 de outubro de 2020/ 16 de outubro de 2023.

Figura 07 – Legenda retirada na integra do contexto original, em conjunto com a imagem. “Pronunciamento do então Secretário especial da Cultura, Roberto Alvim, realizado dia 16 de janeiro de 2020, quinta-feira. (*Reprodução YouTube/ Jornal Grande Bahia*)”.

Figura 08 – Legenda retirada na integra do contexto original, em conjunto com a imagem. “Joseph Goebbels em seu gabinete de trabalho, em março de 1933. (*bpk/ atelier bieber/nather*)”.

Figura 09 – Figura relativa a um livro didático alemão de 1936. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 10 – Ministros e funcionários do governo de Jair Bolsonaro, ao centro Jair Bolsonaro. Registro do ano de 2019 realizado no Palácio da Alvorada, Brasília, Distrito Federal Brasil. Fonte: Gamba, Karla. Reunião em que Bolsonaro aparece de chinelo teve piadas e provocações futebolísticas. O Globo. Publicado em: 15 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/reuniao-em-que-bolsonaro-aparece-de-chinelo-teve-piadas-provocacoes-futebolisticas-23457294. Acesso em: 31 de outubro de 2023.

Figura 11 – Jair Bolsonaro e seus filhos batizados nas águas do Rio Jordão por um pastor evangélico. Fonte: UOL, São Paulo. Católico ou evangélico? Qual a religião de Bolsonaro. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/10/06/catolico-ou-evangelico-qual-a-religiao-de-bolsonaro.html . Acesso em: 31 de outubro de 2023.

Figura 12 – Jair Bolsonaro durante votação nas eleições presidenciais e de outros cargos em 02 de outubro de 2022. Fonte: Perez, Beatriz. Jair Bolsonaro vota na Vila Militar e afirma que espera vencer no primeiro turno. O Dia. Publicado: 02 de outubro de 2022. Disponível em: https://odia.ig.com.br/eleicoes/2022/10/6497539-presidente-jair-bolsonaro-vota-na-vila-militar-e-afirma-que-espera-vencer-no-primeiro-turno.html. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

Figura 13 – Bolsonaro e tradutora de libras em *Live* realizada nas vésperas da votação para o segundo turno para as eleições presidenciais de 2022. Fonte: Lessa, Henrique. Bolsonaro conclama apoiadores a votarem vestindo roupa amarela. Correio Brasiliense. Publicado em: 01 de outubro de 2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5041046-bolsonaro-conclama-apoiadores-a-votarem-vestindo-roupa-amarela.html. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

Figura 14 – Os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump trocam presentes em 2019. Fonte: Paraguassu, Lisandra. Trump e Bolsonaro trocam camisas e elogios na Casa Branca Trump disse que presidente brasileiro está fazendo "um excelente trabalho" e que o Brasil nunca esteve tão próximo dos Estados Unidos. Terra. Publicado em 19 de março de 2019. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/trump-se-reune-com-bolsonaro-diz-nao-ter-hostilidade-com-brasil-e-fala-sobre-otan-e-apoio-na-ocde,7d365a048aed81677b5aa6d3d9b89e72uko2t8ws.html Acesso em: 4 de novembro de 2023.

Figura 15 – Ato pró-Bolsonaro e favorável ao voto impresso. Agência O Globo. Ao menos três capitais têm atos pró-Bolsonaro e a favor do voto impresso. Revista Exame. Publicado em: 01 de agosto de 2021. Disponível em: https://exame.com/brasil/ao-menos-tres-capitais-tem-atos-pro-bolsonaro-e-a-favor-do-voto-impresso/. Acesso em: 06 de novembro de 2023.

Figura 16 – Legenda retirada na integra do contexto original, em conjunto com a imagem. “A família Mussolini, da esquerda para a direita: Rachele Guidi (1890-1979), com a filha Anna Maria no colo, Benito Mussolini (1883-1945), com o filho Romano, Edda, Bruno e Vittorio, 4 de maio de 1930. (*Biblioteca Ambrosiana/ De Agostini/ Fotoarena*)”.

Figura 17 – Esquema representativo do ideal e da função da família alemã, retirado de um livro didático alemão, distribuído pelo Estado em 1942. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 18 – Peça publicitária do *NSDAP* (partido nazista) durante o *III Reich,* datada do intervalo entre 1933 – 34, segundo algumas fontes e, segundo outras, de 1937-38 Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 19 – Peça publicitária do *III Reich* que retrata a família, mas sem data exata de publicação Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 20 – Legenda retirada na integra do contexto original, em conjunto com a imagem. “Imagem publicada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) no Twitter, dia 19 de abril de 2020: Bolsonaro pai e três dos seus filhos (os políticos) aparecem reunidos em local apelidado pelo parlamentar como QG (quartel-general). A data da foto não foi especificada. (*Reprodução/ Twitter @BolsonaroSP*)”.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

I GM – Primeira Guerra Mundial;

II GM – Segunda Guerra Mundial;

III Reich – Terceiro *Reich*;

AI–5 – Ato Institucional Número 5;

AIB – Ação Integralista Brasileira;

DOI-CODI – Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna.

GESTAPO – *Geheime Staatspolizei* (Polícia Secreta do Estado);

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

KZ – *Konzentrationslager* (campo de concentração);

LTI – *Lingua Tertii Imperii* (linguagem do Terceiro *Reich)*;

NSDAP – *Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei* (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães);

OMS – Organização Mundial de Saúde;

PNF – *Partito Nacional Fascista* (Partido Nacional Fascista);

PT – Partido dos Trabalhadores;

SeCom – Secretaria Especial de Comunicação Social;

SS – *Schutzstaffel* (esquadrão de proteção);

UFA – *Universum Film Aktien Gesellschaft;*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 21

2 CAPÍTULO 1_MÉTODOS E CAMINHOS DE PESQUISA 31

2.1 À/ há quem lê 31

2.2 Arqueologia/genealogia das palavras: sobre totalitarismos e democracias 41

2.3 Cidade? Entre os domínios da pedra e da palavra 49

3 CAPÍTULO 2_*ROMA MUSSOLINEA* 60

3.1 Breve introdução e alguns métodos de análise 60

3.2 O "mito" de roma 63

3.3 "P*iccone*": das palavras às demolições em massa em roma 72

3.4 O fascismo, o futurismo, as ruas e as máquinas 82

3.5 Estética da cena política: as ruas, praças e os espaços públicos da *Roma Mussolinea* . 90

3.5.1 Via del Mare 92

3.5.2 Via dell'Impero 94

3.6 A monumentalidade como linguagem na cidade: as relações entre escalas e proporções na cidade 103

3.7 Roma: *"città eterna"* 108

4 CAPÍTULO 3_BERLIN/GERMÂNIA 112

4.1 Destruir Berlin, construir Germânia 112

4.1.1 Da Roma Mussolinia à Berlin nazista: uma breve introdução 112

4.1.2 Abriss und Zerstörung (demolir e destruir) 117

4.2 Inspirações e precedentes para/da Germânia 129

4.2.1 Reichskanzlei (Chancelaria do Reich) 130

4.2.2 Arbeit (trabalho) 134

4.2.3 Roma, Itália 142

4.3 Germânia: seu projeto urbano e suas edificações 157

4.3.1 Prachtallee (Avenida dos Esplendores) 160

4.3.2 Dimensões do sublime: da admiração ao terror 169

5 CAPÍTULO 4_NEBULOSA FASCISTA 180

5.1 Introdução: Fascismo, fascismos, fascismo histórico e nebulosa fascista 180

5.2 Quem são os inimigos? 185

5.2.1 Nemico/Nemici 187

5.2.2 Feind 195

5.2.3 Os inimigos e a redução do mundo 212

6 CAPÍTULO 5_BRASIL 218

PARTE I – INTRODUÇÃO AO "PENSAMENTO AUTORITÁRIO NO BRASIL" 218

6.1 Introdução: o mundo em uma noz e o "*Kit-gay*" 218

6.2 Ruralismo e o pensamento autoritário no Brasil nas primeiras décadas do século XX. 224

6.3 Integralismo e a AIB 235

PARTE II - JAIR BOLSONARO E O BOLSONARISMO 249

6.4 *"Quem procura osso é cachorro":* vida, morte e a ditadura militar 249

6.5 Brasil acima de tudo, Deus acima de todos 259

6.6 Deus, pátria, família 279

6.6.1 Deus/es e o(s) Mito/mitos 281

6.6.2 Pátria, nação e nacionalismo 289

6.6.3 A família e o Estado 302

7 CONCLUSÃO 317

REFERÊNCIAS 327

1 INTRODUÇÃO

Ontem sonhei que vendia balas. No sonho, estava com um uniforme simples de algodão, usava um pequeno chapéu, e carregava uma grande bandeja com muitas balas. A junção da bandeja com as balas era bastante pesada e chegava a me machucar. Além disso, tudo que eu usava era incomodo, ou parecia inadequado. Meu uniforme era muito fino para o frio que fazia; o chapéu caia constantemente no meu rosto; e as balas, que eu deveria vender, eram do tipo “delicado”, armazenadas em frágeis ampolas de vidro e, dentre todas as cores e sabores existentes, só havia das azuis no meu conjunto.

Quando foquei minha atenção nas balas azuis, percebi que algo estava errado. Primeiro, porque imaginei que os delicados azuis, que têm um forte gosto de anis, não seriam vendidos, uma vez em que quase ninguém gosta dos delicados desta cor. Segundo, e mais grave, eu não sabia exatamente se estava trabalhando, ou se estava presa naquele lugar: uma “rua” comprida, aberta e rodeada por edifícios de tijolos acinzentados.

A despeito da confusão, não foi preciso que me comunicassem onde eu estava, pois, eu já sabia. Assim como sabia também que era preciso vender todas as balas azuis para, só então, considerar a ideia de ir embora do lugar. Foi uma noite cansativa. O frio era intenso, os possíveis compradores de bala eram algo entre hologramas e pessoas sem rostos, eu andava muito, e não me lembro de ter conseguido sair. Acordei cansada, meio triste e no intenso calor da cidade do Rio de Janeiro, em novembro de 2023.

Desde meados de 2021, tenho pesadelos muito parecidos com este, sempre no mesmo lugar e com narrativas semelhantes. Nunca estive na Polônia, e muito menos em Auschwitz, mas, o seu conjunto arquitetônico e, em particular, seus portões são inconfundíveis. A princípio, era pelo vislumbre destes portões que o meu “eu onírico” se localizava; todavia, ao decorrer do tempo, ver os portões começou a não ser necessário para que eu me localizasse. Nos meus sonhos em Auschwitz, procurei moedas e roupas específicas; assim como precisei encontrar dois amigos diferentes que estavam escondidos nos edifícios; fugi de um desafeto; organizei parte seu estoque de materiais; e, o pior deles, trabalhei na coleta de uma “poeira” que eu desconfiava que eram restos mortais dos antigos prisioneiros.

Tal série de pesadelos, evidentemente, tem grande relação com a minha pesquisa de tese que, além das questões da cidade e da linguagem, é permeada pela investigação a respeito das diferentes configurações de fascismos daqueles nomeados como históricos e pelos contemporâneos. As conexões entre os meus sonhos e a pesquisa acontecem não só pela repetição do tema, mas pela variação de sua frequência e intensidade. Pois, cada vez em que me aproximava mais das discussões sobre o nazismo em específico, seja nas leituras, seja na escrita, os sonhos se tornavam ainda mais pesados e assíduos.

O primeiro destes sonhos aconteceu em julho de 2021, depois que reli o livro "*Se questo è un uomo?"*[1] ("É isto um homem?") de autoria do escritor judeu-italiano Primo Levi, e que foi originalmente publicado em 1947. Primo Levi, como é de amplo conhecimento, sobreviveu à Auschwitz, e a obra em questão tematiza as suas experiências neste campo de concentração desde sua chegada, até quando Levi o deixou, em 1945.

Ao longo desta tese, dialogo e cito bem menos este livro do que eu gostaria de ter feito. Acredito que muitas das suas discussões, sobretudo as que se desdobram da pergunta que o intitula, forneceriam ricas contribuições para vários pontos tratados aqui, e não somente daqueles que se aprofundam na variação do fascismo histórico que ocorreu na Alemanha. Confesso que os únicos motivos pelos quais evitei sumariamente de regressar à obra foram meus pesadelos.

Pelos mesmos motivos, outro livro que evitei, não somente de articular na escrita, como de ler, foi a obra "*Rêver sous le III Reich*" (traduzido para o português como "Sonhos no Terceiro *Reich*") da jornalista judia-alemã Charlotte Beradt, originalmente publicado em 1963, com o título de "*Das Dritte Reich des Traums"*. Li tal livro somente em outubro de 2023, período em que já estava escrevendo o quinto e último capítulo desta tese, o que aconteceu apesar de que eu já sabia de sua existência há um bom tempo, e de que ele poderia me ser muito útil.

Durante os primeiros anos do regime nazista (no intervalo temporal entre 1933 até 1939) e na Alemanha, Beradt coletou relatos e entrevistas diversas que eram relacionadas aos sonhos de indivíduos diversos que viviam na referida conjuntura. Posteriormente, durante o período em que esteve exilada nos Estados Unidos, a autora os organizou para publicação, os dividindo por temas, sendo que os sonhos pertencentes aos judeus assimilados estão todos no último capítulo do livro (XI). A maioria dos sonhos, mapeados e examinados por Beradt, eram pesadelos permeados pelo medo, pela desconfiança, pela culpa, por diversas angústias e até mesmo pelo terror; embora ela tenha descartado os sonhos com violência física explícita do escopo de suas análises.[2]

Neste sentido, o terror não se refere exatamente à violência física, mas, no caso, se relaciona à quantidade considerável de sonhos, coletados por Beradt, nos quais os indivíduos estavam aterrorizados pela possibilidade ou deles, ou de seus familiares serem

---

[1] Nesta tese, existem vários termos em línguas estrangeiras, especialmente em italiano e alemão. Além de destacadas pelo itálico, normalmente elas aparecem entre aspas no corpo do texto. No mais, tentei apresentar sempre os nomes e termos na língua de origem, em conjunto com traduções para o português, como priorizei manter as regras gramaticais das línguas em questão (por exemplo, no alemão os nomes/substantivos são sempre escritos com letra maiúscula, regra que adotei aqui).

[2] Beradt, 1962, pp. 53 – 54.

"descobertos" ou como judeus, ou de terem sua ancestralidade considerada como "suspeita" durante o *III Reich,* entre outras intercorrências semelhantes. Por tal motivo e nos sonhos, os sujeitos lidavam de formas variadas com o medo de serem enviados aos campos nazistas de concentração/trabalho/extermínio, por exemplo. Guardadas as devidas (e enormes) diferenças, acredito que este sentimento também seja a pulsão central que movimentava a existência dos meus próprios pesadelos.

Principalmente em consonância com o historiador Umberto Eco[3] e com outros pesquisadores do tema, nas conformações que podemos classificar como fascistas, tal como o nazismo alemão, julgo que as figuras dos inimigos são centrais em suas estruturas, independente de quais sujeitos ocupem tal posição. Apesar do fato de que, no caso do nazismo, por exemplo, a grande maioria dos sujeitos demarcados como inimigos tinham identidades muito bem estabelecidas, sobretudo os pertencentes ao grupo social dos judeus.

Contudo, ainda assim, qualquer pessoa, mesmo um "legítimo" cidadão alemão aos olhos do regime, em algum momento poderia ser qualificado como um inimigo deste e, logo, se tornar um alvo. Como alvo, um dos destinos possíveis para os sujeitos era o envio para algum campo de concentração, entre outras punições. Assim, e a princípio, o direito à vida não estava disponível para todas as pessoas; ao passo que as possibilidades de morte e de violências sim, nem que, para parte da população em questão, elas tivessem sido concretizadas somente no plano dos sonhos.

Em conjunto com a violência extrema e com o genocídio de, no mínimo, seis milhões de pessoas, uma das características do nazismo que mais me impacta é relacionada com o atributo nomeado como da "banalidade do mal", pela filósofa Hannah Arendt.[4] Apesar das análises da autora estarem centradas nas motivações que fizeram cidadãos "comuns" contribuírem direta e indiretamente com a estrutura de morte e com as mortes no nazismo; penso nesta hipótese como possível também de ser ampliada às análises relativas a quem eram suas vítimas. Ou seja, se qualquer um poderia matar, qualquer um também poderia ser morto.

De tal modo, o perigo era não só evidente, como era ainda latente, extensível à sociedade como um todo,[5] e por tempo indeterminado. Nesse sentido, Beradt menciona, na

---

[3] Principalmente no livro "*Fascismo eterno*", originalmente publicado em 2007.

[4] Este conceito foi estabelecido por Hannah Arendt pela primeira vez no livro "*Eichmann em Jerusalém*", primeiramente publicado em 1963.

[5] Faço essa passagem com certo receio e muitas ressalvas, uma vez em que reconheço que, embora a violência nos fascismos históricos possa ter atingido à sociedade como um todo, não há como ignorar como indiscutivelmente a população judia foi a maior atingida por ela, principalmente no nazismo.

sua referida obra, um argumento central de Arendt de que nos totalitarismos a dominação dos indivíduos deveria ser total e em todas temporalidades possíveis. O que engloba todas as esferas de existência dos sujeitos, inclusive a vida privada destes e, evidentemente, computava até mesmo suas histórias, memórias e seus sonhos.[6]

Entretanto, importante destacar, tal como vários pesquisadores do tema asseveram, não acredito que a volta dos "fascismos históricos",[7] da forma exata como eram, possa acontecer hoje em dia. Assim, nos meus sonhos, a ambiguidade entre estar presa e entre estar trabalhando em Auschwitz, na minha interpretação, não somente revelava minhas consternações próprias da trajetória de pesquisa e com o que aconteceu no século XX. Como também ressoava as minhas angustias frente ao que acontecia na época e no mundo todo, principalmente no Brasil, onde eu estava na maior parte do tempo em que trabalhei nesta tese.

No ano de 2020 e em escala global, eclodiu a pandemia de Covid-19, sendo que, em 2021 e no Brasil, particularmente, a situação era muito alarmante e devastadora. A previsão de distribuição de vacinas em massa era perigosamente lenta, o número de mortes diárias era altíssimo e a gestão pública parecia estar em colapso de forma generalizada. Entre os vários problemas que atravessavam o Estado brasileiro, a meu ver, um dos mais graves era relacionado ao fato de que na função de presidente da república do país estava um sujeito que, não somente era de extrema-direita, como constantemente se apropriava de imagens e de discursos[8] pertencentes às variações dos fascismos históricos, principalmente das modulações que aconteceram na Alemanha e na Itália.

Em tal sentido, todo o primeiro capítulo desta tese foi escrito durante os períodos mais severos da pandemia, e no "auge" da gestão presidencial de Jair Bolsonaro, o que se deu entre 2020 até 2021. Seu conteúdo foi revisado e editado no contexto da reabertura e da diminuição do número de mortes diárias causadas pela Covid-19 (aproximadamente do início de 2022 até a metade do mesmo ano). Com algumas alterações, foi com este material que participei da minha banca de qualificação.

---

[6] Beradt, 1962, p. 60.

[7] A expressão "fascismos históricos" é retirada das obras de Emílio Gentile, historiador italiano e um dos maiores especialistas mundiais nos estudos do fascismo italiano, para se referir em particular das variações dos fascismos europeus do início do século XX. Esta diferenciação será bem explorada ao longo da tese.

[8] Embora o termo "discurso" tenha significados muito específicos, em especial nos campos da linguística e na Análise de Discurso, na maioria das vezes em que ele aparece nesta tese, ele assume os sentidos mais correntes do senso comum, tais como, falas e declarações. Exceto no segundo item do primeiro capítulo, no qual suas aplicações são discriminadas do resto da tese, pois elas se aproximam dos campos supracitados.

No mais, seu primeiro item, nomeado como “À/há quem lê” relata como os objetos de pesquisa e algumas das hipóteses desta tese foram sendo conformados, assim como diz mais de sua estrutura de organização do que esta introdução. Logo, retirei tais aspectos deste item que, a despeito de “abrir” a tese, foi o penúltimo “bloco” de texto a ser escrito e finalizado.

Os outros dois itens, que estão dispostos na sequência do primeiro capítulo, condensam muitas das primeiras leituras, das categorias centrais e das reflexões iniciais que precisei operar para entender melhor os objetos de análise deste trabalho. Em suma, especialmente nos primeiros anos do doutoramento, foi necessário explorar intensamente alguns sentidos e definições não somente para fascismos, como entender suas relações com as ideias autoritárias e formas de governos/Estados classificados como autoritarismos e até como totalitarismos. Além do mais, foram igualmente importantes os aprofundamentos nas questões das democracias, e de suas relações estreitas com a política, a linguagem (palavra) e as cidades.

Embora ele não seja meu capítulo preferido, é a partir dele que esta tese foi possível. Juntamente ao conteúdo que hoje está na posição de primeiro capítulo, no material com o qual passei o processo de qualificação, requisito fundamental no curso de doutorado, estava também grande parte do atual segundo capítulo desta tese (nomeado como “*Roma Mussolinea*”).

O segundo capítulo, apesar de ter sido iniciado durante o período de maior isolamento social em decorrência da pandemia, tal como o primeiro, foi bastante alterado entre o fim de 2022 até o fim de 2023. Agradeço imensamente às valiosas contribuições da professora e dos professores que compuseram a banca examinadora do meu exame de qualificação. Com elas, não somente revisei todo material que existia na época, como pude pensar no restante da tese com mais clareza.

Pouco depois do meu exame de qualificação, que ocorreu no dia primeiro de setembro de 2022, foi que realizei o trabalho de campo relativo à pesquisa desta tese, entre novembro e dezembro do mesmo ano, com recursos recebidos graças ao Edital 05-2022, intermediado pelo IPPUR-UFRJ e pela Faperj. Fundamental destacar que sou extremamente grata à essas instituições e à essa agência de fomento, especialmente aos seus corpos docente e técnico.

Foi com os materiais coletados no referido trabalho de campo, parte localizado na cidade de Roma, Itália, que ampliei os conteúdos presentes no segundo capítulo, apesar de ter mantido sua estrutura inicial. Este capítulo, como o nome indica, é dedicado a analisar como o fascismo atravessou não somente o país, mas, principalmente como as cidades foram tomadas por esta conformação ideológica que, inclusive, arrebatou massivamente a estrutura do Estado italiano. Escolhi Roma, a capital, como cidade que seria uma espécie de

“metonímia” deste processo. Assim como fez o historiador italiano Emílio Gentile, na sua obra “*Fascismo di Pietra*”, originalmente publicada em 2007 e fundamental para esta tese. Em relação às temáticas mais específicas relacionadas à linguagem, também acionei grande parte do rico material coletado por Gentile, em especial as declarações do próprio Benito Mussolini e o acervo iconográfico produzido e distribuído pelo Estado italiano.

Se o fascismo italiano modificou radicalmente, e em vários aspectos, a cidade de Roma e a nação italiana, o alemão também atravessou Berlin e a Alemanha com igual força. O terceiro capítulo, até o momento o meu preferido, têm uma estrutura muito parecida com o segundo, e é dedicado a observar os entrelaçamentos do fascismo alemão na cidade de Berlin e na linguagem alemã. Para escrevê-lo, além do repertório das seções anteriores, foi fundamental o livro “LTI: Linguagem do Terceiro *Reich*” do filólogo judeu-alemão Victor Klemperer, publicado primeiramente em 1947. Mais do que fundamental para o referido capítulo, esta obra é essencial para todo o conjunto da tese.

A despeito de não ter muita afinidade em estruturar nada pela ordem cronológica, é inegável que, em termos temporais (e em outros aspectos), o fascismo italiano antecedeu o alemão. Logo, a partir do segundo capítulo, cada seção retorna aos elementos e às discussões que foram apresentadas nas anteriores. Gosto de acreditar que os capítulos desta tese têm boa coesão quando lidos em isolado; todavia, a leitura na sequência em que ela está disposta, talvez seja mais rica por oferecer mais subsídios para quem lê.

O terceiro capítulo, nomeado como “Berlin/Germânia”, foi integralmente escrito no ano de 2023, exatamente depois que voltei do trabalho de campo que foi também realizado na cidade de Berlin. Tal como realizei em Roma, pude coletar muitas impressões e registros fotográficos da cidade, e de lugares fundamentais para as discussões aqui articuladas. Além disso, em Berlin, também pude visitar e consultar o excelente acervo do memorial “*Topographie des Terrors*” (Topografia do Terror), como também contei com a crucial ajuda de berlinenses para entender aspectos que eu não conhecia da língua e da história alemã, e para a coleta de elementos do acervo que eu precisava consultar, mas que, por algum motivo, não consegui realizar na ocasião da minha visita.

Realizei ainda, graças aos recursos recebidos pelo mencionado Edital, uma pequena parte do trabalho de campo na cidade de Paris, capital francesa. Com o material iconográfico obtido e com as impressões que obtive, foi possível ampliar a qualidade das reflexões comparadas, especialmente no que condiz aos aspectos arquitetônicos e urbanísticos analisados. A maior parte de tais reflexões estão no terceiro capítulo, mas existem ecos destas análises no segundo capítulo e na conclusão desta tese.

Na sequência em que essa tese foi estruturada, logo após as análises centradas em Roma/fascismo italiano e em Berlin/nazismo, está o quarto capítulo. Na minha percepção, este capítulo “nasceu” para cumprir a função de fornecer uma espécie de conexão entre os

assuntos aqui tratados. Assim, tal capítulo faz a passagem dos fascismos históricos para conformações da contemporaneidade que têm características fascistas. Em homenagem ao conceito estendido de fascismo, operado pelo historiador Umberto Eco, chamado de "nebulosa fascista", nomeei o referido capítulo por esta mesma expressão.

Portanto, no quarto capítulo, tentei "arrematar" algumas "pontas soltas", o que fiz, evidentemente, sem a pretensão de ter esgotado os assuntos que foram abordados nele e sabendo que muitas pontas continuariam soltas. Objetivei ainda retomar à algumas questões importantes presentes nos primeiros capítulos, como também almejei introduzir e apresentar temáticas importantes que seriam trabalhadas na próxima seção que é o quinto e último capítulo desta tese. No penúltimo capítulo, estão mais bem definidas algumas categorias fundamentais operadas na tese, sobretudo as que são relativas aos fascismos.[9]

Finalmente, o quinto capítulo desta tese, nomeado como "Brasil", graças à sua enorme extensão de conteúdo e até mesmo de tamanho, foi dividido em duas partes, como está centrado nos eventos e processos que aconteceram no Brasil. Este capítulo, entre todos do conjunto da tese, foi o último a ser escrito. O que não se deu para manter a ordem e cadência do texto, mas para que as discussões e hipóteses trabalhadas nas seções anteriores estivessem mais amadurecidas, e pudessem ser exploradas com mais precisão nele. Em sua primeira metade, mantive o recorte temporal muito próximo aos acionados no segundo e no terceiro capítulo, locado aproximadamente nas primeiras décadas do século XX.

Logo, na sua primeira parte, foram analisadas algumas especificidades do "pensamento autoritário" no Brasil, segundo discussões da filósofa Marilena Chauí. Com ênfase nos movimentos brasileiros nomeados como ruralismo, integralismo (e o partido AIB – Aliança Integralista Brasileira), como ainda em alguns aspectos do Estado Novo (1930 – 1945). O que foi feito mantendo como foco principal nas questões da cidade e da linguagem, evidentemente. Já a segunda parte do mesmo capítulo é centrada no bolsonarismo e na figura de Jair Bolsonaro. Para escrevê-la precisei realizar alguns cortes e decisões que me custaram mais tempo no processo de sua deliberação e de junção de material, do que de escrita. Nela, não por acaso, a cidade desaparece. Assim como, só me julguei capaz de escrevê-la nos meses finais de 2023, quando Jair Bolsonaro não era mais presidente da república no Brasil e quase todo material da tese me parecia bem consistente.

Para falar primeiro das suas ausências: na segunda parte do quinto capítulo, a ditadura civil-militar brasileira, que ocorreu entre 1964 e 1985, embora um período

[9] Caso o leitor sinta a necessidade, recomendo a leitura do quarto capítulo na sequência do primeiro capítulo desta tese. Embora eu prefira a ordem original na qual esta tese está organizada, essa ordem também pode ser interessante.

importantíssimo e muito relacionado com os assuntos tratados nesta tese, nesta seção, foi intencionalmente tratada de “dentro” da perspectiva do bolsonarismo. Ou seja, aqui a ditatura foi examinada através de declarações de Jair Bolsonaro. Evitei também narrar com muitos detalhes a trajetória política e pessoal de Jair Bolsonaro. Tomei tal decisão tanto por motivos de tempo, e de “espaço” da tese, assim como para assegurar um certo paralelismo entre as reflexões do segundo e do terceiro capítulo com as do quinto.

A segunda parte do último capítulo, em suma, foi iniciada com reflexões mais centradas na ditatura militar brasileira realizadas através do bolsonarismo, e traça alguns contornos do que seria tal conformação, sobretudo em termos ideológicos e a luz dos fascismos históricos. Portanto, e logo na sequência, explorei as conexões mais óbvias e diretas com tais conformações. Para, depois, observar outras conexões, menos diretas e talvez mais importantes entre os referidos elementos do conjunto. Apesar da grande quantidade de articulações existentes, escolhi focar nos tópicos presentes na frase frequentemente dita por Jair Bolsonaro, e também lema do integralismo, “Deus, pátria, família”.

No momento em que escrevo esta introdução, lamento ter excluído alguns temas do último capítulo, porém, em contrapartida, esses cortes foram necessários para que esta tese não tivesse um número excessivo de páginas. Assim como, no final de quase cinco anos no curso de doutoramento, meu corpo apresentava nítidos sinais de desgastes físicos, para além do cansaço mental.

Portanto, guardei fôlego para a revisão do material e para a escrita da conclusão deste trabalho que, ironicamente, foi realizada no mesmo intervalo temporal em que está introdução foi escrita, entre novembro e dezembro de 2023. Como foi dito, não por acaso, acidente, ou descuido, a questão da cidade “desapareceu” a partir da segunda metade do quinto capítulo. É na conclusão que o tema da cidade retorna, assim como sua ausência deliberada (a partir da segunda metade do segundo capítulo) foi analisada. Tenho o otimismo de acreditar que tal encerramento seja uma parte bem interessante dentro do conjunto desta tese, mesmo que ele apresente muito mais perguntas do que respostas, e deixe muitas questões em aberto.

Ainda sobre o conjunto da tese, recomendo a leitura deste trabalho na sequência em que ele está organizado, mas, como foi dito, julgo que os capítulos tenham certa autonomia ao serem lidos de forma isolada. No mais e mesmo após inúmeras revisões, decidi manter algumas diferenças no “tom” da escrita, ainda que, ao mesmo tempo, eu tenha tentado exaustivamente uniformizar o material, tal como uma tese, na minha acepção, deveria ser. Estas pequenas diferenças, acredito, são tributárias e ao mesmo tempo são registros de alguns importantes eventos históricos, como da minha trajetória como pessoa/pesquisadora.

Neste sentido, o primeiro capítulo da tese tem um aspecto mais “sombrio”, e muito disso aconteceu em decorrência dos eventos que ocorriam em escala nacional e mundial. Naturalmente, eles me atravessaram intensamente e, logo, atravessaram todo meu texto, deixando rastros evidentes. Já a sua conclusão, que acredito ser mais ensaística e escrita de forma “livre”, ressoa uma mistura de alívio pelo fim da gestão presidencial de Jair Bolsonaro e até mesmo dos efeitos da pandemia, como deixa algumas ressalvas em relação ao futuro.

Por fim, por não saber exatamente onde eu deveria creditar a autoria da imagem presente na capa desta tese, deixo os agradecimentos ao meu irmão, Andrew Assaf, que editou a imagem original e que fez a peça gráfica que está na sua capa. A imagem que compõe a capa, por sua vez, é uma pintura de 1563, de autoria do pintor holandês Pierre Bruegel intitulada como “A Torre de Babel”. Na minha percepção, não poderia haver metáfora/imagem melhor para expor e juntar as duas temáticas centrais deste trabalho – cidade e linguagem, ainda mais à luz dos fascismos.

Para Adolf Eichmann[10]

Corre livre o vento por nossas planícies,
Eterno pulsa o mar vivo em nossas praias.
O homem semeia a terra, a terra lhe dá flores e frutos:
Vive em ânsia e alegria, espera e teme, procria temos filhos.

...E você chegou, nosso precioso inimigo,
Você, criatura deserta, homem cercado de morte.
O que saberá dizer agora, diante de nossa assembleia?
Jurará por um deus? Mas que deus?
Saltará contente sobre o túmulo?
Ou se lamentará, como o homem operoso por fim se lamenta,
A quem a vida foi breve para tão longa arte,
De sua terrível arte incompleta,
Dos treze milhões que ainda vivem?

Ó filho da morte, não lhe desejamos a morte.
Que você viva tanto quanto ninguém nunca viveu;
Que viva insone cinco milhões de noites,
E que toda noite lhe visite a dor de cada um que viu
Encerrar-se a porta que barrou o caminho de volta,
O breu crescer em torno de si, o ar carregar-se de morte.

20 julho de 1960
Primo Levi

---

[10] ***Per Adolf Eichmann***

Corre libero il vento per le nostre pianure,
Eterno pulsa il mare vivo alle nostre spiagge.
L'uomo feconda la terra, la terra gli dà fiori e frutti:
Vive in travaglio e in gioia, spera e teme, procrea dolci figli.

…E tu sei giunto, nostro prezioso nemico,
Tu creatura deserta, uomo cerchiato di morte.
Che saprai dire ora, davanti al nostro consesso?
Giurerai per un dio? Quale dio?
Salterai nel sepolcro allegramente?
O ti dorrai, come in ultimo l'uomo operoso si duole,
Cui fu la vita breve per l'arte sua troppo lunga,
Dell'opera tua trista non compiuta,
Dei tredici milioni ancora vivi?

O figlio della morte, non ti auguriamo la morte.
Possa tu vivere a lungo quanto nessuno mai visse:
Possa tu vivere insonne cinque milioni di notti,
E visitarti ogni notte la doglia di ognuno che vide
Rinserrarsi la porta che tolse la via del ritorno,
Intorno a sé farsi buio, l'aria gremirsi di morte.

2 CAPÍTULO 1_MÉTODOS E CAMINHOS DE PESQUISA

2.1 À/ há quem lê

Durante muito tempo, tentei escrever esta tese pelo que seria posicionado logo em seu início; sendo que minha intenção, a partir desse começo, era que tudo fluísse sem solavancos, quase que em linha reta. Obviamente, não foi o que aconteceu: elaborei vários "inícios", e muito do que pensei e escrevi foi rasurado, decomposto e reconfigurado para que este trabalho, da maneira como se encontra, existisse. Os processos de pesquisa, assim como os de escrita, aconteceram mais através de descontinuidades, de idas e vindas, do que se deram linearmente. Assim, o que trago é um trabalho composto por costuras de muitas questões, hipóteses e seus desdobramentos, especialmente em decorrência do fato de que os objetos referentes à pesquisa não estavam claros desde sempre, e estão sendo percebidos e construídos ao longo da trajetória.

Como ainda, sendo este um estudo cuja proposta central reside na exploração das temáticas relacionadas com a cidade e a linguagem, imagino ser coerente que nele possa transparecer o que não costuma estar presente em textos acadêmicos, como sensações e afetos que atravessaram esta autora/pesquisa. De forma mais específica, também caberão aqui reflexões sobre os processos de montagem e das lógicas de estruturação deste trabalho. Tanto como, o uso de frases na primeira pessoa do singular acontece/rá em alguns momentos, e de maneira absolutamente proposital.

Ainda sobre os procedimentos de elaboração desta tese, depois de uma série de ensaios, de diversos fragmentos de textos, fichamentos, esboços de sumários, e até mesmo de diagramas produzidos, por fim, decidi posicionar em suas páginas iniciais uma espécie de prelúdio que nomeei como "À/ há quem lê". Este prelúdio foi sequenciado por uma escrita/fala direcionada a quem, por ventura, aqui esteja ocupando a posição de leitor. Portanto, não me dirijo aos leitores somente pela constatação bastante evidente de que falar de linguagem, tanto como falar de cidade, nos exige pensarmos em interlocuções, em diálogos, e em interações humanas dotadas de sentidos e sensações. Também falo ao/com os leitores a partir de uma escolha metodológica, uma vez em que, escrevendo em primeira pessoa já me posiciono com mais nitidez no texto, logo me parece justo que os interlocutores também apareçam em proporção similar.

Assim, chamo quem lê não somente em sentido figurado, ou como um vocativo para estruturação do texto, mas, principalmente enquanto sujeito de carne e osso, provido de capacidade de pensar e, igualmente, de sentir. Seja como tentativa de comprometimento

com uma produção de conhecimento "que rasgue a carne",[11] nos termos do historiador Durval de Albuquerque. Ou para ir ao encontro com uma razão "ressensualizada", seguindo as reflexões da filósofa Olgária Matos. Essa forma de elaboração da razão, posta pela filósofa, não posicionaria a sensibilidade e a sensualidade enquanto inimigas do pensamento, tal como foi construída a racionalidade científica de estilo cartesiano,[12] ainda hegemônica no ocidente.

Para além dos textos acontecerem por diálogos, por trocas com outros autores, existem olhos que os leem, mãos que os escrevem. Não há como negarmos a presença dos sujeitos (seja quem lê, ou quem escreve) e sua materialidade nesses, como se questionou Descartes,[13] no século XVII. Tanto quanto a fala, a escrita acontece pela existência dos sujeitos (o que necessariamente inclui seus corpos), como também pelas relações entre eles, pelo reconhecimento da alteridade.

Entretanto, diferentemente da fala, a linguagem quando escrita parece ter uma vocação maior para a permanência. Tal pensamento, a despeito das inúmeras considerações que através dele podemos tecer, permeia algumas reflexões aqui presentes, como ainda me impeliu a reconfigurar diversas vezes esse material.

Trabalhar com a assustadora possibilidade de permanência, que a letra impressa induz, me movimentou intensamente na elaboração desta tese da melhor maneira possível, como se esta pudesse ser, também, uma espécie de herança.[14] Defino aqui a vaga expressão "melhor possível" pelos procedimentos e práticas de apuro e cuidado com a escrita, com as interlocuções articuladas, com as discussões desenvolvidas, e com a organização do trabalho.

Dentre esse conjunto, foi com a construção da estrutura do texto, ou seja, com a vertebração da parte escrita que senti maior dificuldade. Nesse sentido, algumas escolhas poderiam expandir, tornar mais palatável, ou, por outra via, poderiam aprisionar o que era narrado. No mais, grande parte deste trabalho, ainda mais entre 2020 até 2022, foi escrito a

---

[11] Albuquerque Júnior, 2007, p. 201.

[12] Matos, 2006, p. 102.

[13] Neste sentido, a questão *"How can I deny that these hands and this body are mine?"* (Descartes *apud* Butler, 2015, p.18) foi posta, a princípio, pelo filósofo René Descartes na obra Meditações Metafísicas, publicada originalmente em 1641. O questionamento, a princípio, parece deslocado, uma vez em que o filósofo manifestava a vontade de uma racionalidade plena que dominasse tudo quanto fosse possível, e que os mistérios do mundo fossem desmistificados pelo conhecimento. Séculos mais tarde, a mesma pergunta foi retomada pela filósofa Judith Butler (1997) em artigo, com muitas interlocuções com o próprio Descartes e Michel Foucault, e para desencadear reflexões sobre os atravessamentos e limites da linguagem entre/na existência também material dos sujeitos.

[14] Conforme trabalhado por Jacques Derrida, e de maneira resumida, o legado seria aquilo recebido sem possibilidade de alteração, ao passo que a herança mesmo que recebida por outrem pressupõe uma agencia (ou escolha, no original) do herdeiro (Derrida, 2004).

partir e através de sentimentos profundos de angústia, como foi permeado por inúmeros pesadelos, conforme narrado na sua introdução.

Enquanto recortes foram feitos e algumas hipóteses definidas, lentamente, a estrutura textual dessa tese foi sendo conformada. Comecei a operar com uma noção de estrutura que pudesse ser plástica e que me permitisse experimentar, investigar muitos assuntos, explorar muitas obras; mas, que também me fornecesse alguns apoios para construção de alguns eixos, ou fios.

Visualizei esses fios inscritos (porém não delimitados, resumidos) em um conjunto balizado entre as questões da cidade e da linguagem. Nesse vasto conjunto, seria possível observar diversos tipos de narrativas e selecionar algum exemplar de um dos gêneros de discurso[15] existentes para ser investigado. Bem a princípio, em 2018, quando esta tese era só um projeto de pesquisa, me pareceu instigante trabalhar com peças publicitárias e relacioná-las com as cidades, em especial as que se referissem a arranjos urbanos específicos, como são os condomínios fechados. Foi um começo do qual eu rapidamente abri mão, induzida pela gravidade e pela sensibilidade em relação a alguns acontecimentos presentes. Assim, em 2018 e ainda antes de ingressar no curso de doutoramento, já fui me distanciando de algumas questões e objetos de análise, ao passo que fui elaborando outras novas questões e me interessando por outros objetos.

No decorrer desse percurso, minha existência, assim como o de todos habitantes do planeta, foi atravessada pelo aumento exponencial (e aterrorizante) das possibilidades de morte. O que se agravou em meados do ano de 2020, em decorrência da explosão de uma pandemia cujas proporções nunca foram vistas anteriormente. Em tal conjuntura, palavras como “inimigo” e “guerra” obtiveram uso muito mais recorrente do que o de costume, em diversos idiomas e contextos; o que é facilmente verificável pela consulta de conteúdos veiculados em mídias convencionais, por exemplo.

Desse modo, o vocábulo “inimigo” tanto figurava vinculado a um agente não humano – um vírus; como ainda, antes do vírus, já circulava com certa relevância, inclusive no que é categorizado como debate político (na nomeação do senso comum). Não por acaso, essa questão tematizou quase que um capítulo inteiro desta tese (seu quarto capítulo, nomeado como “Nebulosa fascista”).

A despeito do vírus, em escala mundial e aproximadamente a partir de 2015, os termos “inimigo” e seus derivados assolavam muitos espaços fundamentais de tomadas de decisões, com ênfase em instâncias/lugares de gestão (e da vida) pública. Podemos pensar essa questão também pela perspectiva de conformações de novas “gramáticas do poder”.

---

[15] Bakhtin, 2000 [1979], p. 261.

Sendo que essas gramáticas são estruturadas com características muito singulares, entre elas, pela ocorrência de que os que são considerados como "outros", são soterrados por uma "linguagem da destruição",[16] na qual os diferentes/outros são percebidos como inimigos.

Tais gramáticas[17] agrupam robustos repertórios de palavras, narrativas, imagens, símbolos, fotos e conteúdos audiovisuais reunidos pela mesma lógica. Sendo ainda mais específica, destaco como esses agrupamentos, atrelados com tais produções discursivas, e com seus representantes políticos, em uma leitura mais geral, podem ser percebidos como associados à extrema-direita e, a depender da leitura, aos ideários autoritários e/ou fascistas.

Considerando tal desencadeamento de acontecimentos, quais seriam as relações possíveis entre eles e a minha pesquisa em curso? Tais agrupamentos e suas gramáticas poderiam ser objetos de estudo? Esses poderiam estar circunscritos no conjunto cidade-linguagem?

Assim, logo no início do curso de doutoramento, em 2019, resolvi colocar essas questões à prova, incorporá-las como objetos/temáticas a serem examinadas, e testar algumas hipóteses. Nesta empreitada, comecei pelo que mais me impressionava e me instigava (não de uma boa forma, muito pelo contrário). As investigações sobre os fascismos, seus desdobramentos, meandros, e suas possibilidades de atualizações/mutações, por um bom tempo, me arrebataram.

Nesse sentido, destaco que opero com fascismos[18] aqui, nesse ponto do texto e em todos os outros, enquanto categoria em movimento, com algumas possibilidades de definição, mas em trânsito constante. Embora, eu tenha me esforçado bastante para traçar

---

[16] O termo "Linguagem da destruição" intitula um livro recentemente publicado (2022), organizado pelos pesquisadores/professores brasileiros Heloísa Starling, Miguel Lago e Newton Bignotto. Tal obra tanto desdobra e esmiúça os fatores que colocam e colocaram a democracia brasileira em crise, como apresenta análises agudas e consistentes sobre o bolsonarismo.

[17] Até o exame de qualificação (que aconteceu em setembro de 2022), no título desta tese, ao invés de linguagem, estava a expressão "gramática" no lugar de "linguagens". A despeito de ambas variações me agradarem, por fim, fiquei com a que tinha linguagem pelo termo ser mais amplo e expressar melhor a variedade de elementos com os quais me propus analisar (de palavras, imagens até edificações e vias). No mais, o vocábulo gramática pressupõe não só a existência de repertórios como de regras e normas muito bem estabelecidas em relação a eles. O que não seria um problema, se essa tese não fosse profundamente atravessada pelos fascismos, cuja marca fundamental é a ausência de lógica, em seu escopo.

[18] Sobre a escrita do termo fascismo nesta tese: confluente com as normas do português e da grafia normalmente usada entre pesquisadores dessa temática, escolhi escrever fascismos, normalmente no plural e quase sempre com letra minúscula, quando fizer referencia a fenômenos menos específicos. Já a palavra fascismo, quando no singular, normalmente é usada aqui como referência direta ao fascismo italiano seja como período histórico, ou partido e ideário.

alguns pontos de força para entender essa palavra como uma categoria com certa estabilidade.

A principio, a volta significativa de um termo que me soava como "antigo" tal como fascismo, em relativo "esquecimento" e "desuso" por algumas décadas, me assustava muito. Para além de me assustar, a notável reincidência desse termo, ainda que muitas vezes esvaziado, não era um dado a ser ignorado. Mais do que o termo, havia todo um campo de coexistência que o absorvia, o circundava. Nesse sentido e nas palavras de Michel Foucault:

> As condições para que apareça um objeto de discurso, as condições históricas, para que dele se possa "dizer alguma coisa" e para que dele várias pessoas possam dizer coisas diferentes, (...) são numerosas e importantes. Isto significa que **não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época**.[19] (grifos da autora)

Ou seja, a própria possibilidade de circulação e de "dizibilidade" em larga escala desta palavra já me parecia um dado bastante significativo, no mínimo enquanto questão de linguagem, ou de discurso para ser mais precisa. Como, então, nessa conjuntura, as cidades poderiam ser observadas? Reelaborando uma questão posta pela historiadora Stella Bresciani: por quais portas elas poderiam ser adentradas?[20]

Nesta direção, é possível continuar observando o que foi debatido por Michel Foucault, e entender as condições para os aparecimentos de objetos de discurso como dotadas de historicidade e de materialidade.[21] Ou seja, tais condições não seriam "presas" em épocas, lugares e condições específicas, mas são localizáveis e compreensíveis por esses demarcadores. Essa percepção me auxiliou nas explorações dos fascismos por vieses discursivos/da linguagem, seja nas empreitadas de mapeamento de suas flexões em temporalidades anteriores, ou para investigações referentes às possibilidades relacionadas com o que vem acontecendo no tempo presente.

Entretanto, em diversos momentos do percurso dessa pesquisa, ainda assim, a cidade me parecia distante, impalpável. Grande parte do meu conhecimento prévio sobre os

---

[19] Foucault, 2008, p. 50.

[20] Tal questão foi inspirada pela exposição na conferência de abertura do primeiro Seminário de História Urbana (SHU, hoje SHCU), em 1990, de Maria Stella Bresciani, chamada "Permanência e ruptura no estudo das cidades". Bresciani apresentou cinco portas de entradas conceituais para estudar as cidades, a partir do seu momento de definição, ancorado pela historiadora como associado à modernidade posterior à segunda metade do século XIX.

[21] Segundo Foucault, em Arqueologia do Saber, discursos são possíveis por formações discursivas que, por sua vez, são compostas por enunciados. Enunciados não são simplesmente frases, para que existam enunciados é preciso existirem relações entre campos adjacentes. Ou seja, os enunciados se apoiam em outros enunciados, são "verificáveis", assim como têm historicidade e "materialidade", no sentido de possuírem contexto, substância e suporte (Foucault, 2008, pp. 110 - 114).

fascismos, ou me remetia para alguma posição à extrema direita dentro do espectro político, ou, em termos de linguagem/discurso, para possibilidades de formações ideológicas e/ou discursivas.[22] Pensando mais espacialmente, ou territorialmente, sempre associei os fascismos com modulações de regimes de estado, com países (ou, melhor dizendo, com a noção de nação), e não com cidades.

Tentando "encontrar" a cidade, alguns textos e obras me forneceram pistas fundamentais para que continuasse investigando e aproximasse os eixos com os quais me propus a trabalhar. Nesse sentido, foram fundamentais obras que tencionavam especificamente as questões dos fascismos com a linguagem e a cidade. A primeira dessas obras e que me serviu de inspiração foi o artigo, do historiador Robert Pechman, nomeado como "Gramática do poder: quando a palavra envenena a cidade" (2008) que, por sua vez, ecoava com um intenso diálogo com a obra do filólogo judeu-alemão Victor Klemperer intitulada por "LTI: A Linguagem do Terceiro Reich" (1947). Outra obra essencial para esta tese.

Victor Klemperer viveu na Alemanha durante o nazismo,[23] na cidade de Berlin, o que pode ocorrer pelo seu casamento prévio com uma alemã, cuja origem germânica era admitida pelo regime. Antes professor universitário, Klemperer passou os anos do terceiro *Reich* em trabalhos forçados, arriscada e cuidadosamente sistematizando o que ele nomeou como do processo de nazificação da língua alemã.

Em sua percepção, para a conformação do ideário nazista e, posteriormente, do regime nazista, para além de qualquer manobra política, ou econômica, foi essencial a aderência massiva da população à essas ideias que circulavam. Para isso ocorrer, mais importante do que as propagandas do partido e do Estado foi o "envenenamento" cotidiano e progressivo da língua alemã. Independente se pela propaganda oficial, ou por algumas mutações na língua alemã à época, fundamentalmente, foi pela linguagem que o nazismo (assim como outros fascismos) foi possível.[24]

---

[22] Formação discursiva é um termo bastante desdobrado na obra Arqueologia do Saber, publicada em 1969, por Michel Foucault. Já formação ideológica, por sua vez é principalmente trabalhado por Michel Pêcheux. Ambos são basilares para a vertente francesa da análise de discurso.

[23] Destaco que agrupo o nazismo, enquanto ideário, como uma variação dos fascismos. Abordagem essa, congruente com a leitura de Umberto Eco, especialmente na obra "Fascismo eterno" publicada em 1995. Naturalmente, essa perspectiva permeará todo material textual referente à essa pesquisa, logo os temos nazismo ou fascismo alemão aparecerão aqui para se referirem à mesma conformação.

[24] Klemperer trabalhou profundamente com a metáfora do envenenamento para discorrer sobre o processo de nazificação da língua alemã, das formas como a linguagem "foi se estruturando e se infiltrando na mente do povo alemão e invadindo o seu cotidiano" (Klemperer, 2009, p. 106). Assim como o veneno, algumas palavras seriam "ingeridas" sem o conhecimento dos sujeitos, e sorrateiramente contaminariam seus organismos. Nesse sentido, "tal como "minúsculas doses de

Em diálogo com Klemperer, Pechman refletiu sobre como as cidades podiam ser lugares para a livre circulação das pessoas, dos afetos, dos desejos, ou em como essas poderiam ser como prisões, labirintos sem saída, tal como nos fascismos e/ou regimes autoritários de forma geral, como o nazismo foi.[25] Pechman ainda foi bastante preciso em esmiuçar o acervo organizado por Klemperer, e assentá-lo em solo urbano: tanto pelas naturais confluências entre as temáticas da ordem da linguagem e da cultura com a cidade, como pela descrição e análise de algumas práticas de "teutonização" das nomenclaturas referentes à geografia alemã.

Assim, Pechman destacou a padronização dos procedimentos de renomeação de localidades e ruas cujos nomes originais, muitos destes de origem eslava, foram substituídos por designações próprias da tradição germânica. Em suas palavras: a "obsessão de nomear e germanizar a Alemanha atingiu mesmo a história dos grandes centros urbanos",[26] catalisado também no surgimento de novas funções e narrativas aferidas para as principais cidades alemãs. O que denotou, em diversas esferas e nos mínimos detalhes, na empreitada de reconstrução da "história urbana da Alemanha tendo por fundamento o imaginário nazista, abastecido pela retórica nazista".[27]

O que mais me interessou no referido artigo foi o fato de que ele me oferecia tanto um "modelo de análise" que continha um entrelaçamento muito direto das questões dos fascismos com as cidades, como o fato de que neste as cidades eram adentradas pela via da linguagem. Nos regimes autoritários do início do século XX, especificamente nos fascismos italiano e no alemão, muito foi feito com pedras: enormes edificações, monumentos, e, inclusive, reformas urbanas grandiosas (tal como aconteceu em Roma, por exemplo).

Todavia, em tais regimes, essas alterações materiais nas cidades ocorreram simultaneamente com potentes operações de comunicação e por flexões na linguagem: seja nomeando/renomeando seus espaços, seus elementos, sua população, mas, principalmente, permeando todas as atividades[28] e relações humanas que nelas aconteciam.

---

arsênico", as palavras "são engolidas de maneira despercebida e aparentam ser inofensivas; passado um tempo, o efeito do veneno se faz notar" (Idem).

[25] Pechman, 2008, s/p.

[26] Pechman, 2012, s/p.

[27] Pechman, 2012, s/p.

[28] Bakhtin, 2000 [1979], p. 261.

Inspirada tanto pela análise de Klemperer, como pelas possibilidades de explorar suas relações com a cidade, como fez Pechman, comecei a colecionar palavras para vislumbrar as possíveis conformações das "gramáticas do poder" de hoje em dia, em interseção com as associadas aos fascismos do inicio do século passado. Para tanto e primeiramente, era necessário ter mais consistência de tais associações, fundamentá-las com dados, testá-las ao limite. Logo, explorei algumas características basilares dos fascismos, e de ideários associados com os autoritarismos; para então conferir como se davam essas associações com agrupamentos contemporâneos. E, mais importante, se e como seria possível associá-las.

No início desta empreitada, em conjunto com as leituras de natureza mais teoria, outra parcela da minha atenção foi direcionada para o contexto brasileiro, especialmente após 2018. Não somente pela sensibilidade em relação à gravidade dos acontecimentos no país, mas pelo fato de que os dados que eu me interessava estavam fartamente disponíveis, bastava "apenas" que eles fossem coletados e analisados. Não faltavam exemplos passíveis de serem acionados, principalmente fornecidos pelo então presidente da república brasileiro da época (2019 – 2022) – Jair Bolsonaro, e por muitos membros de altos escalões do governo federal.

Assim, procurei e inventariei palavras, expressões, categorias (como ainda imagens e símbolos) que pudessem comprovar a hipótese que eu trabalhava, para além do reaparecimento do termo fascismo para se referir ao incipiente "bolsonarismo". Certamente, esse momento foi um dos mais cansativos e angustiantes da minha trajetória de pesquisa. Montar esse repertório não era exatamente difícil, as palavras não estavam escondidas: elas emergiam, se "exibiam" quase que diariamente, e era exatamente o excesso de dados que fortalecia minha exaustão (entre outros sentimentos). No mais, entre os anos de 2020 até 2021 aproximadamente, ocorreu o auge da pandemia de Covid-19, período no qual o confinamento em casa foi a menor das angústias.

Algumas expressões usadas em propagandas do governo federal brasileiro, especialmente entre 2018 – 2020, eram citações traduzidas e quase que integrais de famosas expressões que circulavam na propaganda nazista, tais como: "O trabalho e a verdade libertam",[29] "Deus acima de todos, Brasil acima de tudo",[30] apenas para citar alguns

---

[29] Em maio de 2020, foi publicado um *tweet*, pelo perfil da Secretaria de Comunicação (*SeCom*) do governo federal brasileiro, com a frase "O trabalho, a união e a verdade libertarão o Brasil" que contém um enxerto da frase "O trabalho liberta" (no original, em Alemão, "*Arbeit Macht Frei*") – oração que emoldurou os portões de ferro situados na entrada de Auschwitz, famoso complexo de campos de concentração nazista. Esses dois "incidentes" serão discutidos na segunda subseção que compõe a segunda parte do quinto capítulo desta tese.

[30] O lema "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos" foi usado na propaganda oficial e em outras peças da campanha presidencial (2018) do então candidato Jair Bolsonaro. Tal ecoa abertamente o

exemplos. Claro que existiam conexões mais profundas com os fascismos, conexões um pouco mais sofisticadas e até menos óbvias do que as que observei em primeiro lugar. Mas, na minha perspectiva, a hipótese de que a "gramática do poder" que aqui circulava continha manifestações e traços fascistas foi rapidamente comprovada.

Correndo sério risco de me afogar nesses dados sem conseguir interpretá-los, em paralelo, me aprofundei nas investigações sobre as formas de reproduções sociais relacionadas com esse léxico, com essas narrativas. Ou seja, sendo essas gramáticas possíveis, dizíveis, em que tipo de cidade estaríamos vivendo? Como se davam/dão as interações humanas, e a vida urbana nessa conjuntura?

Ao contrário de outras manifestações relacionadas como os fascismos, incidentes em outras temporalidades, não existiam em larga escala e no presente monumentos, reformas urbanas e edificações imponentes. Entretanto, existiam/existem em grande quantidade declarações, falas e narrativas com referências diretas e sustentados por lógicas bastantes semelhantes à dos fascismos.

Atravessando a linguagem, minha intenção era aprofundar nas conexões com a cidade não pelas suas pedras, ou pelas relações de produção, mas, pela condição humana dessas vistas pela perspectiva dos fascismos, inclusive na contemporaneidade. Nessa trajetória, usei como um ponto de apoio, como referencial teórico importante, muitas das discussões e percepções presentes na obra "O fascismo eterno" de Umberto Eco (1997). O autor apresenta uma percepção ao mesmo tempo que dotada de precisão, muito complexa e abrangente em relação à natureza dos fascismos.

Longe de entender tal categoria como restrita em determinado tempo, ou regime, Eco trabalhou com os fascismos atrelados à metáfora de nebulosa. Uma nebulosa é um corpo celeste com alguma definição, mas sem um limite certo, exato; ela comporta corpos em vias de nascer e em vias de morrer, tanto como corpos vivos e mortos.[31] Uma nebulosa fascista seria algo com alguma definição, mas que permitiria atravessamentos, falhas e, principalmente poderia ter como lógica sistêmica a ausência de coerência e de delimitações exatas.

---

célebre emblema do Terceiro *Reich*: "Alemanha acima de tudo" ("*Deustchland über alles"*). Este tema será analisado como profundidade sobretudo na segunda subseção que compõe a segunda parte do quinto capítulo desta tese.

[31] Embora Eco também trabalhe com o conceito de nebulosa, a explicação aqui acionada tem fortes diálogos com o posto pelo sociólogo Christian Topalov que coordenou a coletânea "*Laboratoires du nouveau siècle",* publicada em 1999. Ele apresenta a metáfora de "*nébuleuse*" para "*explorer un univers fini mais aux contours indécis, une matière discontinue faite de noyaux denses et de zone relativement vides, des corps en voie de formation ou de désintégration, une ensemble d'objets organisés en systèmes pareils mais entraînés dans un couvent d'ensemble*" (Topalov, 1999, p.13).

Observados pela perspectiva de Eco, os fascismos poderiam, apesar do uso primeiro do termo, englobar ideários e regimes semelhantes, sem necessariamente depender de uma organização bem estruturada de Estado, como havia no nazismo. O caso italiano, por exemplo, contou com uma estrutura de Estado bem menos robusta do que a alemã. Como formação ideológica, os fascismos têm diversos traços próximos aos autoritarismos, tanto na acepção de Umberto Eco, como de outros autores.

Além do mais, Eco qualificou como características essenciais da "nebulosa fascista" o culto à tradição, à ação pela ação, à guerra, práticas de nacionalismo exacerbado, a recusa da modernidade (e não daquilo que era moderno), e a transformação do outro, dos diferentes, como inimigos (com grandes dosagens de racismo e/ou xenofobia), entre outros atributos.[32] Conforme o próprio título da referida obra sugere, Eco também não restringiu os fascismos ao período entre guerras e nem à Europa.

Para Eco, caso uma conformação apresentasse qualquer uma das características listadas acima (entre outras), por tal ocorrência, isso já era o suficiente para ela ser considerada como integrante da "nebulosa fascista" – assim como são o nazismo, o salazarismo, o franquismo e o próprio fascismo italiano, por exemplo. Em suma, para além das conformações listadas, elementos da contemporaneidade poderiam ser inscritos na "nebulosa fascista" detalhada por Eco.

Portanto, sendo possível considerar que conjugações recentes apresentem traços fascistas, ou seja, estariam englobadas dentro da "nebulosa fascista", como propôs Eco, quais das características enumeradas estariam presentes nelas atualmente? Quais delas deixaram de existir? Quais delas poderiam ter sido transformadas? Existiriam novos traços que poderiam ser acrescentados na lista elaborada por Eco?

Antes de começar a elaborar hipóteses para tais questões e dizendo o óbvio, fundamental reforçar que não estou/estava pesquisando o tema sozinha. Existe um enorme acervo de pesquisas, obras, e numerosos teóricos de renome que se dispuseram a interpretar os fascismos nas perspectivas que aciono e em outras. Há ainda uma espécie de "força tarefa" analisando as essas conformações contemporâneas passíveis de estarem inscritas na "nebulosa fascista", tanto por essa via, como por outras. Tanto como também existem diversas reflexões sobre práticas recentes e associadas ao neoliberalismo marcadas por grande maleabilidade e possibilidade de aderência aos autoritarismos/fascismos.

Mais precisamente, no caso brasileiro, o neologismo "bolsonarismo" foi tomando força e se assentando na língua portuguesa ao mesmo tempo que essa conformação se

---

[32] Eco, 2018, pp. 35 – 42.

apossava cargos públicos importantes e conformava sua "gramática do poder" (aproximadamente a partir de 2018). Processo esse que também não passou sem despertar, para além de indignação, grandes levas de reflexões, debates e pesquisas. Sendo mais específica, se no início do meu processo de doutoramento e de escrita desta tese, em 2019, o termo "bolsonarismo" para além de um neologismo, era uma grande incerteza; no fim desse processo (dezembro de 2023/início de 2024), muito há para se refletir, mas, ao menos tal vocábulo já está consolidado.

Para além das questões supracitadas e em conjunto com essas vozes, não somente dentro de um campo teórico/crítico relacionado com a academia, há uma outra pergunta em voga: se vivemos algo que se aproximava aos fascismos, como ficariam as democracias? No caso brasileiro, em especial, olhando processos e eventos que ocorreram na última década: estaria/está nossa democracia em risco? Para começar a elaborar essas questões, se faz necessário conjugá-las tanto a luz do que seriam as definições, as modulações possíveis de fascismos, de autoritarismos (incluindo de totalitarismos), assim como de democracia(s).[33]

2.2 Arqueologia/genealogia das palavras: sobre totalitarismos e democracias

Nas elaborações sobre os fascismos, inclusive na sugerida por Umberto Eco,[34] o termo totalitarismo ou é incorporado integralmente, ou posto com bastante proximidade a este espectro. Logo, foi a partir de tal associação que comecei a averiguar as relações entre os fascismos e as democracias. De forma geral, nem todo fascismo pode ser considerado como um regime totalitário. A categoria totalitarismo é empregada para designar flexões extremas de regimes autoritários em estruturas estatais muito bem estabelecidas; ou seja, ele necessariamente se vincula com a ideia, com a conformação e com a existência de algum Estado.

Em português, e em alguns outros idiomas do mesmo tronco linguístico, tal palavra é uma adaptação de uma expressão que foi existente somente após a incidência dos regimes fascistas que aconteceram na Europa nas primeiras décadas do século XX, sobretudo do fascismo italiano. Fazendo uma espécie de "arqueologia" e/ou "genealogia"[35] do termo "totalitarismo" e de seus derivados, como "totalitário", o que permitiu sua

---

[33] Destaco que o início deste primeiro capítulo desta tese se estrutura a partir de discussões e reflexões sobre alguns conceitos e categorias fundamentais, em especial (e em ordem de incidência): totalitarismos – democracias – política – cidade.

[34] Eco, 2018, p. 21.

[35] Nessa direção, aciono principalmente as reflexões presentes no texto "Nietzsche, a genealogia e a história" originalmente publicado em 1971, que serão expostas com mais consistência mais adiante.

emergência foi a expressão "*Stato Totalitario*", pronunciada por Benito Mussolini em 1925, em um de seus discursos já enquanto *il Duce,*[36] e não mais primeiro ministro.

Em tradução literal para o português, "*Stato Totalitario*" denotaria algo como "Estado totalitário" ou Estado total, cujo sentido dispensa maiores explicações. Ainda nessa direção, anos mais tarde, a expressão italiana "*Stato Totalitario*" foi ligeiramente modificada e conjugada em alemão como "*Totale Staat*" (cujo significado é bem próximo da versão original). A princípio, ela foi absorvida pelo jurista, e um dos principais ideólogos do Estado nazista, Carl Schmitt (em 1933) e posteriormente pelo *Führer,* até se espalhar pela população alemã.[37]

Em sua origem, o termo totalitarismo não necessariamente estava contraposto com as definições correntes de democracia. Entretanto, ao longo dos anos, os sentidos da palavra totalitarismo ressoaram de formas praticamente opostas aos significados correntes de democracia.

A despeito de não ter afinidades com análises operadas pela oposição, especialmente as binárias, ou pela simplificação de termos e de fenômenos, parece coerente procurar entender porque tais categorias/conformações puderam, como ainda podem serem relacionadas de tal maneira. Assim, é preciso que, em conjunto com as investigações sobre os fascismos, sejam exploradas definições de democracia. Tal procedimento seria válido não somente para mapeamento do que poderia definir tais categorias. Como também, seria interessante uma vez em que ao se observar as democracias (em especial a antiga, a ateniense) uma aproximação muito imediata com as cidades e com a linguagem é possível de ser operada.

Com esse intento e a princípio, comecei a buscar condições de emergência do termo democracia. Para tanto, quer seja como "ferramentas" ou como suporte metodológico, acionei o que Michel Foucault expôs e nomeou como das práticas da arqueologia e da genealogia. Os procedimentos arqueológicos, postos em Arqueologia do Saber (1969) podem ser complementares aos genealógicos, explorados mais profundamente anos mais tarde pelo autor (1971).

De maneira arqueológica, como já foi dito, podemos encontrar as condições de aparecimento de objetos de discurso, tanto entre outros enunciados (pois esses existem em

---

[36] Em compilado de textos/exposições em no *"Colloque de Ceresy"* nomeado como *"Victor Klemperer: repenser le langage totalitaire",* publicado em 2012, o filósofo Jean-Pierre Faye indicou que o termo "*totalitaire*" surgiu na língua italiana, como "*Stato totalitario*", pronunciado primeiramente em um discurso do *Duce*, em 1925, sendo posteriormente integrado na "*Dottrina del fascismo*" em 1930 (Faye *in* Aubry & Turpin, 2012, p. 54).

[37] Faye *in* Aubry & Turpin, 2012, p. 54.

sistemas/conjuntos), como por suas "substâncias, suportes, lugares e datas",[38] (ou seja, pelos contextos em que se inserem).

Reforço que examinar as democracias, primeiramente pela possibilidade de trabalhá-las como objetos de discurso, por procedimentos arqueológicos, parte da escolha de entender acontecimentos, eventos e conformações em primeira instância através da perspectiva da linguagem. Nesse aspecto, tal perspectiva não necessariamente deve ser relacionada com estudos de estruturação das línguas, e/ou com análises sintáticas; mas sim com desdobramentos de interações humanas, principalmente com relações de força e de poder.

Em confluência com o que foi elaborado por Foucault, também é factível a articulação com o que foi posto por Jacques Derrida na obra Gramatologia (1967), especialmente, quando este pontuou que não existe um "*hors-texte*",[39] ou seja, um "fora do texto". Em complemento e diálogo às suas elaborações, acrescento que também não existe um fora do contexto. Longe de sugerir extremos de abstrações, em que tudo seria texto/linguagem/discurso, a afirmação de Derrida parte do pressuposto de que as relações de poder, que regem o mundo, também permeariam e conformariam a linguagem na mesma medida.

Por essa perspectiva, adicionar a possibilidade de se operar "genealogicamente" tanto nos aproxima das percepções dessas relações de poder, como pode nos fornecer uma ferramenta interessante para lidar com as diferentes nuances e modulações de democracia. Melhor explicando, democracias podem existir (ou não) em diversas formas, a depender da localização, do contexto, entre outros fatores.

Em tal sentido e por algum tempo, me pareceu praticamente inevitável mapear sentidos postos para democracia, suas relações com a cidade e com a linguagem, a partir de uma organização cronológica. Ou seja, por uma espécie de "linha do tempo" – começando pela antiguidade – por onde se se desdobraria os acontecimentos "primeiros" relacionados com a democracia, e, dependendo do ponto de vista, da cidade.

Entretanto, ao olhar para os eventos e para os processos relativos ao tema em questão, ambicionando os narrar cronologicamente, imaginei ser arriscado que fatores complexos fossem reduzidos, e/ou se dissipassem em tais contornos – o que me fez, rapidamente, desistir de tal ideia. Além do mais, tal estrutura também tende a sequenciar, organizar e a delimitar acontecimentos não lineares em linha reta, assim como favorece o

---

[38] Foucault, 2008, p. 114.

[39] No original: "*Il n'y a pas de hors-texte" (*Derrida, 1973, p. 199)

destaque de grandes inícios, de momentos originários como imponentes e mesmo como magníficos.

Neste aspecto, alinhado com o que Nietzsche nomeou como “práticas genealógicas”, Michel Foucault sugeriu que elas não “se opõem à história”, mas sim “se opõem, ao contrário, ao desdobramento meta-histórico das significações ideais e das indefinidas teleologias”, ou, em resumo: “ela se opõe à pesquisa da “origem”.[40] Quando Foucault discorreu sobre o que seriam “pesquisas de origem”, foi em diálogo com algumas reflexões de Friedrich Nietzsche, o que o possibilitou fazer deslocamentos das acepções de origem relacionadas aos grandes começos, ou dizendo de outra forma: com as “solenidades de origem”.[41]

Assim, o que estaria no começo histórico das coisas “não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”.[42] Portanto, longe de iluminar esses começos, as emergências como momentos grandiosos e/ou impolutos, Foucault expôs que tais momentos seriam “baixos”, não como modestos e/ou cotidianos, mas que eles aconteceriam no desmanche de algumas condições vigentes, por consequente movimentando e alterando as relações de força existentes.[43]

Deste modo, as emergências só aconteceriam por deslocamentos e alterações nos estados das forças, o que, naturalmente, não ocorreria de maneira tranquila, muito pelo contrário: se estabeleceria pela designação de zonas e campos de afrontamento. Nos procedimentos genealógicos, para perceber e analisar as alterações nesses estados, se faz necessário “se demorar nas meticulosidades e nos acasos dos começos”, ver “máscaras enfim retiradas”, e “não ter pudor de ir procurá-las lá onde elas estão, escavando os *bas-fond*”.[44] Assim, tais elaborações de Michel Foucault não apenas são muito interessantes para explorarmos algumas das condições de emergência da democracia, como ainda para nos fornecerem ferramentas para examinarmos seus atributos e suas minúcias.

Considerando as análises expostas, fico longe de elaborar a emergência da democracia, ocorrida na Grécia antiga, em Atenas, como um momento glorioso, um grande marco da história ocidental, como também me distancio de tentativas de “refazer seu

---

[40] Foucault, 2013, p. 56.

[41] Foucault, 2013, p. 59.

[42] Foucault, 2013, p. 59.

[43] Também nesse sentido: “Mas o começo histórico é baixo. Não no sentido de modesto ou de discreto como o passo da pomba, mas de derrisório, de irônico, próprio a desfazer todas as enfatuações” (Foucault, 2013, p. 59).

[44] Foucault, 2013, p. 60 – 61.

momento de instauração".[45] Parece ser mais profícuo e coerente a observação de tal emergência como possível tanto por deslocamentos nos eixos de força, quanto pelo seu caráter "baixo", movediço, e até mesmo "escandaloso".

Aciono então a questão do escândalo como um ponto de convergência e ligação entre as abordagens genealógicas foucaultianas com as condições de emergência da democracia (instigada pela imposição da voz das classes populares em diálogo próprio da experiência democrática). Importante ainda ressaltar que tais condições de emergência são relativas ao que nomeamos como de democracia antiga e, evidentemente, não encerram nem a categoria e muito menos as discussões sobre democracia.

No mais, as condições, tanto dos começos de forma geral, como da emergência da democracia, não são impolutas, sendo descritas inúmeras vezes enquanto escandalosas, seja por filósofos contemporâneos, ou por aqueles da antiguidade clássica. Quem explicou muito bem essa associação foi o filósofo Jacques Rancière, especialmente pela interlocução com os primeiros volumes da obra "A Política" de Aristóteles.

De maneira muito sintética, o que haveria de escandaloso[46] no estabelecimento da democracia ateniense seria a inclusão da participação do povo, do "*demos"*, e não somente das aristocracias, na vida pública da *pólis*. Nesse contexto, em conjunto e para além do escândalo do rompimento da ordem vigente, como se deu a inclusão do povo na vida pública, e consequentemente, na cidade?

Certamente, tais movimentos não ocorreram por uma grande solenidade, como muitas vezes é apresentado, e sim por mudanças sucessivas e expressivas nas relações de poder vigentes. Aceitando tal constatação, a questão que se sucede, se relaciona às formas como tais alterações foram possíveis e em quais instâncias, e em quais campos elas se deram.

Tal pergunta não apenas se desponta enquanto continuação das reflexões aqui articuladas, como é um ponto nodal para a pesquisa que sustenta esta tese, pois, é através dela que podemos entrelaçar, mais firmemente, algumas elaborações aqui postas com a questão da política (esta diretamente amarrada com as democracias), com a linguagem e com a cidade. E ainda, é através das discussões sobre política que podemos retornar aos fascismos com suas variantes (inclusive totalitárias) e pensar nos seus ecos nas cidades.

---

[45] Bresciani, 2019, p. 7.

[46] "(...) fato bruto que faz da democracia um objeto escandaloso para o pensamento: pelo simples fato, de ter nascido em tal pólis, e especialmente na pólis ateniense, depois que a escravidão por dívidas foi abolida, qualquer um desses corpos falantes fadados ao anonimato do trabalho e da reprodução, desses corpos falantes que não têm mais valor do que os escravos – e menos até, já que, diz Aristóteles, o escravo recebe sua virtude da virtude de seu senhor –, qualquer artesão ou comerciante é contado nessa parte da pólis que se chama povo como participante dos negócios comuns enquanto tais" (Rancière, 1996, p. 22 – 23).

Por hora, continuemos com o escândalo e com a democracia. Foi a partir do escândalo, do inesperado e do choque causado pela inclusão daqueles sem classe, sem nome, da "parcela dos sem parcela"[47] na vida pública, que Rancière também destacou a dimensão do dano e do conflito (não violento, que fique claro). Ficaria ainda pelo conflito, segundo o filósofo, a evidência da associação entre democracia e política, sendo a primeira uma conjugação, uma flexão, da segunda; tanto como uma possibilidade de entrada (aqui, no caso, um retorno) para reflexões sobre os totalitarismos/fascismos.

Através desta perspectiva, os sentidos de política e democracia apresentariam grandes confluências, uma vez em que ambos emergiram pela possibilidade de agrupamento de inúmeros sujeitos com interesses diversos e conflituosos em posição de equivalência nos debates relacionados à vida pública.

De maneira mais precisa, ainda em diálogo com Aristóteles e segundo a conceituação apresentada por Jacques Rancière, a política teria se insurgido devido ao dano consequente da interrupção da ordem natural de dominação, pela presença do povo (o *Demos),* e não somente da aristocracia, na vida pública. Presença essa que se exerceria no litígio causado pela posse da palavra (para usar os termos trabalhados pelos autores) por aqueles que não a detinham; essa não mais uma mera emissão sonora ("*phoné"*), mas, discurso possível de ser articulado, significado e compreendido pela totalidade dos homens livres.

Neste enlace, mesmo que "sem virtudes e sem riquezas", desde que homem e livre, qualquer sujeito poderia participar de discussões e tomadas de decisão dos assuntos compartilhados da pólis,[48] e não somente no âmbito de sua vida privada. Portanto, essa conceituação de política acontece dentro e através do conflito e da luta de classes, assim como atravessa completamente as esferas da linguagem e da cidade.

Como já mencionado, nestas definições de política e de democracia (antiga) os conflitos não ocorrem por embates violentos. Muito pelo contrário, os conflitos incidiriam, entre aqueles em lugares diferentes na estrutura social, por intermédio de debates relacionados aos assuntos coletivos e em decorrência das possibilidades de desentendimentos.

No livro homônimo, Jacques Rancière explicou que o termo "desentendimento" ("*mésentente"*) é bastante preciso para elucidar o que seria a política que se desdobraria das interações entre os sujeitos. Uma vez em que o desentendimento, a rigor, acontece quando na comunicação os sujeitos entendem, compreendem com clareza aquilo que o

---

[47] Rancière, 1996, p. 74.

[48] Rancière, 1996, p. 17.

outro disse, mas não concordam entre si, mantendo posicionamentos diferentes, sem necessariamente chegarem a um consenso. Semanticamente, o termo desentendimento registra a dimensão conflitual própria da política e, logo, da democracia.

Assim, os conflitos entre os sujeitos seriam causados por divergências de posições, de opiniões e de interesses, acontecendo em torno de ideias, pelas palavras, distante assim das vias de fato, ou seja, da violência. Para alinhavarmos esses contrastes com a questão dos fascismos/totalitarismos, podemos acionar Hannah Arendt que, ao observar os totalitarismos do século XX, apontou não um excesso de política, mas uma falta radical desta.[49] Logo, faltaria nessas conformações extremas de regimes autoritários, frequentemente vinculadas aos fascismos, exatamente aquilo que dá substância e que permitiu a emergência da democracia: a possibilidade da manifestação de conflitos e diferenças localizados na esfera das ideias.

Em uma análise rápida e observando modulações de regimes e ideários autoritários, nos quais o terror e o brutal extermínio de grupos populacionais em ampla quantidade são centrais, já fica nítida a ausência da política, tanto como disparidades enormes com a(s) democracia(s) em quaisquer definições possíveis destas. Esse desencadeamento argumentativo tanto pode ser acionado para pensarmos nos totalitarismos pela perspectiva da política, como ainda para observamos seus campos de coexistências em dimensões discursivas e ideológicas. De forma mais específica, quando observamos ideários, conformações e agrupamentos com proximidades, com características que os aproximam aos sentidos que serão aqui trabalhados de fascismos e de autoritarismos.

Seguindo ainda mais adiante e mantendo a mesma direção, mas, em uma espécie de caminho paralelo, é possível ainda nos indagarmos em como as democracias se atualizaram e se atualizam para além de suas condições de emergência – assim como há a possibilidade de se refletir sobre como as possibilidades de política/ação política foram se modificando ao longo dos tempos, sobretudo a partir da modernidade.

Para fazer tais elaborações, seria fundamental o retorno para uma das perguntas postas no final da seção anterior: hoje em dia, nossas democracias estariam em crise? As possibilidades de "retornos", de reincidências e/ou de atualizações dos fascismos, na contemporaneidade, já nos indicaria danos nas democracias e nas formas de ação política? E pior: se considerarmos as possibilidades de falências, decaimentos e de ameaças às democracias (sobretudo considerando as democracias modernas), pode-se inferir que, por esta causa, nossas cidades estariam em crise? Reelaborando a questão: quando

---

[49] Destaco que nas "Origens do Totalitarismo" (1951), mas principalmente na "Condição Humana (1958) que Hannah Arendt trabalhou com as definições de política com muitas interlocuções com as discussões apresentadas por Aristóteles.

notificamos ameaças para as democracias, obviamente mirando nas conformações modernas, nas democracias pluralistas, por consequência direta, as cidades ficariam ameaçadas? As respostas para tais perguntas dependeriam das definições do que nomeamos como cidade?

Para elaborações mais profundas dessas questões, acredito que, primeiramente, se faz necessário a exploração de definições sobre o que poderia ser cidade, para assim pensarmos se hoje essas estariam ameaçadas. Uma boa pista para iniciar as investigações partiria da reflexão de como seriam as cidades tocadas pelos fascismos e pelos totalitarismos modernos que aconteceram na Europa no século XX. Certamente, as aglomerações humanas e/ou unidades territoriais que nomeamos como cidades, nas conjunturas mencionadas, seriam suportes para práticas como desconfiança, controle do outro, posicionamento dos diferentes como inimigos e até mesmo da sistematização da violência.

A linguagem tem o poder de produzir sentidos para as cidades, desde aqueles alinhados com as práticas citadas acima, como outros diferentes e até mesmo praticamente opostos. Logo, a partir dessa hipótese, se abre a possibilidade de se ampliar essas reflexões pela perspectiva da linguagem, e de construções de reflexões sobre qual seria o papel da linguagem neste tipo de cidade.

Obviamente, as palavras e as linguagens não existem somente para política e/ou objetivando ações políticas, e como substância de formação das democracias. Inclusive porque a existência da política pressupõe relações assimétricas. Uma vez em que a política/ação política acontecem entre e por diferenças de classes pré-existentes, diferenças essas que obviamente se davam e também estão na linguagem.

Independente da materialização da política, as palavras/linguagens são articuladas por diferentes grupos e classes sociais, sendo fundamentais nas disputas e para manutenção de posições de poder. Em tal lógica, mesmo longe da política e das democracias, a "nebulosa fascista", conforme nomeou Umberto Eco, também é conformada por palavras e pela linguagem.

Experiências relativamente recentes, tanto estrangeiras, como brasileiras, mostraram que os regimes e ideários autoritários têm linguagens e repertórios próprios, extensos e poderosos. O célebre historiador do fascismo italiano, Emilio Gentile, nos indicou que os fascismos e os totalitarismos foram considerados os reinos da palavra.[50] Entretanto, destaco que o autor marca muito bem as funções das palavras para o fascismo italiano. Uma vez em que Gentili significa as palavras como "pedras que poderiam ser usadas para construir,

[50] Gentile, p. VI (prólogo), 2007.

destruir, defender ou apedrejar". [51] Ou seja, a existência e importância das palavras, da linguagem, das imagens, e dos símbolos nos autoritarismos é fundamental para a conformação de imaginários, o que, nestes casos, não necessariamente possibilita a existência em larga escala da política, em um mais sentido estrito do termo, conforme aqui discutido.

Na próxima subseção deste primeiro capítulo, tais questões retornarão. Portanto, análises sobre os sentidos da cidade serão exploradas e, para além das palavras e nesse enlace, a linguagem será melhor trabalhada. Uma vez em que, quando as cidades são consideradas, seria a linguagem só aquilo que pode ser dito/escrito pelos sujeitos, ou pode-se ampliar as percepções sobre cidade e linguagem e ao serem incluídas as pedras, as edificações, os monumentos, os traçados urbanos, como elementos de linguagem? Independente se sim, ou não, também será investigado como, pelas cidades, as democracias se atualizam, e sobretudo, como os fascismos seriam possíveis. Ainda serão desenvolvidas reflexões em torno da pergunta: as cidades são possíveis sem política?

2.3 Cidade? Entre os domínios da pedra e da palavra

Na continuação das reflexões das agendas de investigação postas, alguns sentidos para o termo cidade, enquanto categoria, serão trabalhados neste item desta seção que finaliza este primeiro capítulo, mais dedicado à demarcação dos temas de pesquisa através de reflexões de natureza mais teórica. Da mesma forma em que os sentidos de democracia aqui foram explorados por sua emergência, os mesmos procedimentos e métodos – uma combinação das abordagens arqueológicas e genealógicas de Foucault – serão utilizados neste momento.[52]

É importante salientar que uma das associações primárias, apresentadas para construções de algumas definições para cidade, se desdobra a partir do que é nomeado por assentamentos humanos. Ou seja: com os elementos resultantes da fixação humana em determinados lugares, fixação essa que pressupõe suportes físicos-naturais pré-existentes e construções (pelo trabalho dos homens) de novas estruturas. Seguindo por essa linha de raciocínio, também é possível a elaboração de conceitos de cidade em proximidade ao de associações (humanas), conforme foi elaborado pelo filósofo Aristóteles.

Nas páginas iniciais do primeiro livro de "A política", Aristóteles entrelaçou as esferas e definições de política e de cidade sugerindo que "toda cidade é uma espécie de

---

[51] Gentile, p. VI (prólogo), 2007.

[52] Destaco que não estou descolando a emergência da democracia com as cidades, e nem das cidades com a democracia, como se fossem assuntos distintos, só estou explorando sentidos e definições possíveis para cidade.

associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem".[53] Depois de apresentar as cidades como associações, e indicar que elas são formadas visando benesses, o filósofo apontou que esse seria o objetivo maior do trabalho dos homens.[54] Portanto, tais associações, que formariam as cidades, não seriam possíveis meramente pela existência dos homens, mas, pelo trabalho, e logo, pela ação e pelas interações entre esses. É exatamente pela condição/ação humana que Aristóteles contemplou tanto a cidade, como a política.

Entretanto, mesmo conjugando essas percepções, ainda se faz necessário o destaque dos métodos acionados para iluminar as condições de emergência das cidades. Neste sentido, rememoro as elaborações de Foucault já apresentadas que diz que:

> As **diferentes emergências** que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; **são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas**.[55] (grifos da autora)

Pensando desta forma, em termos de substituições e de deslocamentos, os referenciais de análise se ancoram nas movimentações e mudanças nas relações de poder, que resultam e são resultantes de transformações nas relações entre grupos sociais distintos, e, logo, nas cidades. Em tal perspectiva, o historiador e antropólogo Jean-Pierre Vernant apontou que, aproximadamente no século VIII a. C., a emergência da cidade-Estado (da pólis) ocorreu por alterações fundamentais nos assentamentos humanos.[56]

Anteriormente, as conformações espaciais – reconhecidas enquanto "cidadelas reais" – eram demarcadas por forte monumentalidade que se manifestava reverenciando a um poder/um líder soberano; ao passo que nas polis a distribuição espacial passou a gravitar em torno da centralidade da *Ágora,*[57] da praça pública, segundo Vernant. A Ágora, para além de um lugar referencial na morfologia urbana, também era o espaço onde aconteciam as trocas, em que estava o mercado, como ainda era "por excelência o lugar onde circula livremente a palavra entre parceiros iguais".*[58]*

---

[53] Aristóteles, 2011, p. 30.

[54] Aristóteles, 2011, p. 30.

[55] Foucault, 2013, p. 70.

[56] Vernant, 2004, p. 222.

[57] Vernant, 2004, p. 222.

[58] Tradução da autora, do original: "*par excellence le lieu où circule librement la parole entre partenaires égaux"* (Vernant, 2004, p. 222).

Seja nas condições fundantes de cidade, como para emergências da política e das democracias, nos sentidos até então trabalhados, a dimensão de igualdade tanto era fundamental, como era indissociável da de liberdade.[59] Logo, os sujeitos considerados aptos a participarem da vida pública, em condição de igualdade, eram necessariamente homens e obrigatoriamente livres,[60] não escravos (o que, em termos numéricos representava algo em torno de quinze a vinte por cento da população das *póleis*, conforme apresentou o historiador Richard Sennett).[61]

Em tais condições, esses sujeitos/homens e livres podiam participar – pelo intermédio da palavra – da vida pública da pólis, a despeito de alguns desses serem desprovidos de "virtudes", ou de riquezas. Confluindo com as definições dadas por Aristóteles na obra "A Política", Hannah Arendt afirma que: "ser político, viver em uma pólis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não força e violência".[62] Ao passo que, por outra via, os modos pré-políticos ou incidiam em outras formas de organização social (dos povos chamados bárbaros, ou outros, por exemplo), ou estariam restritos nos âmbitos da vida privada, em família, no lar.

Resumindo, nas *póleis* eram agrupadas tanto as dimensões da vida privada e da vida pública, como ainda as práticas da política, passíveis de serem conjugadas na forma de democracia. Enfatizo que não objetivo comparar as *póleis* gregas, que se aderem à democracia antiga, com as cidades atuais e nem, a partir disso, com as variações modernas das democracias representativas e/ou pluralistas.

No intento de entender o que animaria uma cidade, o que lhe vai nas entranhas, fica evidente como os elementos imateriais são basais tanto em suas condições de emergência, como são essenciais para que elas existam hoje em dia (especialmente pensando em conformações e em definições mais complexas). Por isso mesmo destaco a importância da palavra, enfim, da linguagem, como uma espécie de argamassa do trinômio: cidade – política – democracia, em várias flexões possíveis.

---

[59] Arendt, 2020 [1958], p. 214.

[60] Como é de amplo conhecimento, a condição de igualdade, perante as leis da pólis ateniense, era nomeada como Isonomia, ao passo que o termo Isegoria faz referência ao direito de igualdade de fala/expressão das opiniões. Ambas as condições só eram possíveis para aqueles que eram considerados cidadãos, ou seja, apenas homens e em condição de liberdade.

[61] "Embora todos os cidadãos, ricos ou pobres, pudessem frequentar a Ágora, a maioria dos eventos cerimoniais e políticos que ali ocorriam eram inacessíveis à imensa população de escravos e estrangeiros — *metecos* — que sustentavam a economia da cidade antiga. Estima-se que o número de cidadãos da Ática, no século IV a.C., oscilasse entre vinte a trinta mil, para uma população total de 150 a 250 mil. Ao longo da era clássica, eles nunca foram mais do que 15% a 20%, correspondendo à metade dos homens adultos" (Sennett, 2003, p. 47).

[62] Arendt, 2020 [1958], p. 203.

Em tal sentido e reforçando, a palavra compõe uma habilidade humana que, segundo Aristóteles, diferencia os homens de outros animais, ainda que ambos sejam capazes de utilizar a voz como instrumento e emitir as sensações de dor e prazer, agrado e desagrado. Mas, diferente desses, os homens não apenas articulam ruídos empregando a voz (ou "*phoné"* no grego). Através da palavra, eles podem manifestar o justo e o injusto, operar no sentido do bem e do mal; ou seja, podem organizar o mundo em sistemas lógicos ("*logos"*) e na dimensão política.[63] Todavia, a diferença entre uma emissão sonora qualificada como ruído, ou como palavra não está somente associada à capacidade e ao conteúdo da enunciação; como ainda, nessa dinâmica, o sujeito da fala é fundamental.

Como sugeriu Jacques Rancière, a possibilidade da política acontece não somente pela posse da palavra, mas pela contagem que é feita dessa.[64] Como já mencionado, a contagem que Rancière se refere não é exatamente numérica, mas se relaciona àqueles que poderiam emitir sons que se expressam enquanto palavra, discurso, ou àqueles que só produzem ruídos. Mais do que a fala em si, estaria a forma com que essa emissão sonora é apreendida: dependendo da posição social que o sujeito ocupa.

No caso da democracia ateniense, importava se este era um dos "iguais", ou então um indivíduo sem liberdade e, por isso, fora da vida pública e restrito à esfera privada. Ao passo que, nas democracias modernas, tanto as esferas do público e do privado foram enfraquecidas, borradas e permeadas pelo domínio do social, o que foi muito bem trabalhado pela filósofa Hannah Arendt.

Independente se em democracias, modernas ou antigas, ou não, a palavra é um elemento fundamental para as atividades humanas e para a existência das cidades: serve tanto para assegurar a ordem e as relações de poder, como também para ameaçá-las e confrontá-las.[65] É exatamente nesse tensionamento, proporcionado pelo manejo da palavra, que se fazem as possibilidades da política, da democracia e da cidade. Todavia, também é pela posse da palavra, pelo uso da linguagem, que podemos pensar nos autoritarismos, nos fascismos – em conformações distantes das possibilidades da política e das democracias.

Mais uma vez, fica a possibilidade do questionamento: longe da política de quais tipos de assentamentos humanos estamos falando? Longe da política, como existiriam as cidades? Se, por exemplo, podemos vislumbrar uma gramática, um repertório de linguagem do nazismo, como falaríamos das cidades do nazismo? Elas poderiam ser "apenas" amontoados de pedras, palavras, pessoas e máquinas? Pela perspectiva da política,

---

[63] Aristotéles *apud* Rancière, 1996, p. 17; Aristotéles, 2011, p. 37.

[64] Rancière, 1996, p. 36.

[65] Relações e tensionamento muito bem elaborados e examinados na obra "A cidade das letras" do crítico latino-americano Ángel Rama, publicada postumamente em 1984.

podemos pensar nas possibilidades, do que o que aqui chamamos de cidade, deixarem, ou ter deixado de existirem? [66]

A não existência de algo, inclusive pela estrutura gramatical dos enunciados em que normalmente se apresentam (firmada na negação), pressupõe a existência prévia desse algo. Ou seja, sintática e semanticamente, só podemos negar algo quando, previamente ou em paralelo, ocorre a afirmação desse algo. Se trabalhamos com as condições de emergência da cidade, neste gesto estamos afirmando sua existência e requisitos para tanto, ainda que somente em recortes específicos. Ação esta – de afirmação – que necessariamente se replica quando cogitamos a possibilidade da não existência das cidades.

Em tal sentido, de forma mais estrita e para além da sua emergência, cidade e política estão fortemente fundidas, percepção essa que não necessariamente circula no "senso comum" a partir da modernidade, uma vez em que os sentidos dessas duas categorias se alargaram. Entretanto, não deixa de ser instigante observarmos o famoso aforismo, do jurista e um conhecido ideólogo do nazismo, Carl Schimitt: "Não existe nada mais moderno do que a luta contra o político".[67]

Tal declaração, ainda mais quando lida em seu contexto de enunciação, no alvorecer da década de 30 do século passado e no núcleo da Alemanha nazista, ressoa exatamente as definições de política centrais discutidas nesta tese que se alinham com as teorias de Aristóteles, Hannah Arendt e Jacques Rancière. Mesmo que não intencionalmente, em sua fala, Schimdt estaria também anunciando uma luta contra a cidade como própria da "modernidade", e logo, dos fascismos?

Logo, mesmo considerando possibilidades mais complexas e atuais do que entendemos como cidade, uma cidade poderia deixar de ser cidade? Para desdobrar e refletir sobre tais questões, é preciso colocá-las à prova e atravessá-las por algum objeto empírico, como por exemplo, Berlin a capital alemã antes, durante e depois do Terceiro *Reich*. O que será feito no terceiro capítulo desta tese (Berlin/Germânia), depois do mesmo procedimento ser adotado para investigar os atravessamentos do fascismo italiano na cidade de Roma (o que está disposto no segundo capítulo, nomeado como *Roma Mussolinea*).

---

[66] Reflexões precisamente articuladas por Robert Pechman, especialmente no artigo "Inútil Paisagem", publicado em 2013.

[67] Schmitt *apud* Ortega, 2000, p. 15.

Nesse sentido, destaco que o conceito de politico, tratado por Schmitt, tanto põe centralidade no Estado (como esfera fundamental do político), assim como destaca a importância da guerra (como estado de exceção e fundamental para desvelamento da realidade), e a oposição amigo-inimigo como estruturante para essa noção (Schimitt, 2007).

No mais, reforço que a explanação sobre as *póleis* foi previamente elaborada e acionada para que as condições de emergência do que nomeamos como cidade aflorem, ficando assim iluminadas. Mesmo que elas guardem bastantes variações com o que entendemos por cidade em outras temporalidades, inclusive após a modernidade. Naturalmente, antes da ascensão do nazismo, Berlin não era exatamente tal como as *póleis* gregas; contudo, era cidade. Ou seja, dentre outros predicados, Berlin minimamente continha alguma das condições e dos elementos presentes nas *póleis*. Como cidade, foram possíveis a existência de flexões de democracia, assim como, de política. Havia vida pública, participação de sujeitos em diferentes posições da estrutura social, como ainda, os assuntos coletivos eram, em sua maioria, mediados pela palavra, e não pela violência.

Já na Berlin nazista a vida pública não foi destituída da palavra, e sim da política, pois essa foi contaminada pela violência, como é de amplo conhecimento. A palavra não estava para política, nos sentidos centrais aqui elaborados, uma vez em que os conflitos de opiniões entre grupos sociais distintos eram repetidamente suprimidos e silenciados. Mas, as palavras junto com narrativas, imagens, símbolos (e até edificações) formavam sentidos, comunicavam, conformavam repertórios – como mostrou, por exemplo, o trabalho do filólogo Victor Klemperer. Certamente, neste contexto o verbo comunicar não é o mais apropriado. Ou até possa ser, desde que esse verbo seja acionado considerando o sentido de comunicar possível de fluir por uma via de mão única: excluindo da ação os diálogos, e computando apenas a transmissão de mensagens, sem retorno. Não como interlocução, mas como monólogo. Seria uma ação operada pela via da “fala”, mas não da “escuta”.

Para citar um pequeno exemplo (entre muitos possíveis), como já dito, Klemperer narrou minunciosamente algumas transformações na linguagem alemã durante o nazismo. Intencionando defender a hipótese de que a nação alemã só foi subjugada pelo nazismo quando o mesmo aconteceu com a língua alemã; o filólogo pontuou diversas transformações gramaticais (sintáticas e semânticas), assim como o surgimento de novas palavras e de mudanças de nomes de pessoas, como de lugares, entre outros elementos no Terceiro *Reich*.

No relato de Klemperer, a primeira palavra que ele qualificou como nazista foi “*Strafexpedition*” (que em tradução aproximada significaria algo como expedição punitiva). Palavra essa que foi usada por um ex-aluno de Klemperer ao se referir ao ato, realizado em um fábrica, de punição através de agressões físicas “moderadas” contra um grupo de “comunistas”. Tal termo, já existente na língua alemã, estava em desuso no período, e

segundo Klemperer, além de soar absolutamente colonial, "condensava tudo que podia encarnar arrogância, violência e desprezo contra pessoas diferentes".[68]

Importante sublinhar não apenas o reaparecimento desta palavra, como o fato de que esta, para o filólogo e na ocasião, parecia ecoar as "práticas fascistas dos italianos".[69] Também não é acidente nem coincidência que esse termo signifique a substituição de diálogos, entre sujeitos diferentes, pela punição, o que reverbera também uma natureza absolutamente "não política" do mesmo.

Se, em dado contexto, a linguagem pode se afastar das possibilidades da política e das ações políticas, o mesmo, fatalmente, acontecerá nos entrelaçamentos com as cidades. Logo, no nazismo e longe da política, Berlin pode ter se desnaturalizado de sua condição de cidade. O que é possível de ser elaborado em interlocução com as reflexões sobretudo de Hannah Arendt. Nessa perspectiva, os lugares atravessados por regimes e ideários autoritários, pelos fascismos, além desta condição prévia (conformada na/pela modernidade), estariam ainda mais despossuídos da política do que outros.

Quando falo em "desnaturalização" da condição de cidade, não estou me referindo diretamente aos aspectos materiais, nem necessariamente das relações de produção. Possivelmente, na conjuntura do pós-guerra, em meados dos anos cinquenta do século XX, lugares destroçados, fisicamente muito destruídos, podem ter apresentado mais qualidades de cidade, pela perspectiva aqui considerada, do que Berlin no apogeu do Terceiro *Reich*.

Ainda observando esse recorte temporal e mantendo o foco na capital alemã, também acrescento, como objeto de interesse, o absurdo, monumental e catastrófico projeto de reforma urbana de Berlin (que será melhor examinado mais adiante, no terceiro capítulo), elaborado pelo principal arquiteto do nazismo, Albert Speer. Assim, ressalto que as "Berlins" nazistas, seja em pedra, seja em plano/papel, mesmo que distantes da democracia, das possibilidades de ação política, frente a extremos de violência, ainda assim mantinham algo de cidade.

O que pode ser dito não somente pela força do hábito, do costume em se chamar grandes assentamentos humanos de cidade. Mas, pelo fato de que tem algo muito durável na política, na democracia, e inclusive nas cidades que consiga se manter integro, inclusive nos piores dos cenários.

Existem diversas respostas plausíveis, coerentes e razoáveis quando nos indagamos sobre o que seria cidade. Alinhavando a política como condição basilar de existência (e não só de emergência) das cidades, o número de possibilidades se estreita. Partindo do

---

[68] Klemperer, 2009, p. 91.

[69] Klemperer, 2009, p. 91.

estabelecimento de que a política estaria ausente em algumas conformações, ainda assim, caso exista uma pequeníssima possibilidade da ação política, mesmo que nos contextos mais inóspitos, poderíamos pensar em cidades desnaturadas, mas não totalmente aniquiladas, ou completamente distantes da condição de cidade. Neste sentido, destaco a passagem do historiador Robert Pechman, de que "a imortalidade da cidade, diz menos respeito às suas pedras que ao seu espírito, essa coisa tão abstrata, mas que guarda a essência do que seria cidade".[70]

Robert Pechman ainda aponta, como um exemplo da imortalidade da cidade, a louvação da urbe quando um cidadão da polis ateniense morria. Seria a palavra uma das formas de estabelecimento da perenidade da cidade.[71] Fazendo referência ao também historiador Lewis Munford, Pechman afirma que uma prova de que "o espírito da cidade transcende sua espacialidade é que a cidade presta-se não somente às tarefas práticas da produção, mas também à comunhão cotidiana de seus cidadãos".[72] Logo, estariam nas relações entre os cidadãos, essas certamente atravessadas pelas palavras, uma espécie de garantia da "imortalidade", ou indestrutibilidade das cidades.

O mesmo argumento, referente à condição que sustenta e dá perenidade para as cidades, é o que também dá suporte para as práticas políticas e para as modulações de democracia. Em outras palavras e por outra via, o que estou construindo é o argumento de que a política, assim como a democracia, seja na antiguidade clássica ou em variações modernas, existem e necessitam de instituições, de certas aparelhagens estatais. Porém, em conjunto à essa estrutura mencionada, elas também acontecem e precisam do chão da cidade, da "pequena urbanidade" para existirem – "ou seja, da experiência da democracia no miúdo, (...) praticadas no cotidiano da vida citadina". [73]

Seria nesses "pequenos" lugares, nos detalhes que se dão no cotidiano, as instâncias onde a cidade, a política e as democracias pulsariam com mais vivacidade. Uma vez em que, para o filósofo Renato Janine Ribeiro, citado por Robert Pechman: "a democracia não se reduz ao desenho das instituições ou à *governalidade*, ou ao jogo dos partidos, mas é algo que vem de baixo".[74]

Mantendo esta linha de raciocínio, quando Hannah Arendt apontou que a política estava ausente em regimes totalitários, naturalmente, ela se referia tanto às grandes

---

[70] Pechman, 2013, p. 160.

[71] Pechman, 2013, p. 160

[72] Mumford, 1961, p. 15 *apud* Pechman, 2013, p. 160.

[73] Pechman, 2021, p. 56.

[74] Ribeiro, 2014, (contra-capa) *apud* Pechman, 2021, p. 56.

instituições, às estruturas institucionais, como também computava as esferas da vida cotidiana. Interpreto que, a princípio, tal elaboração pode parecer ter sido posta com mais ênfase em escalas maiores que, preferencialmente, contemplam grandes estruturas. Todavia, em decorrência do fato da autora enfatizar tão fortemente os nascimentos de novos seres humanos como fator central de esperança,[75] de renovação, inclusive para fazer renascer a ação política; é perceptível como, em sua percepção, a política parece ser mais potente no miúdo, nas mais básicas, ordinárias e comuns ações humanas, do que em instituições e/ou circunscrita na aparelhagem dos Estados.

Se um "simples" nascimento pode alterar radicalmente conjunturas, construir novos mundos, isso indicaria que, na concepção de Arendt, se há um lugar para localizarmos a potência maior da política/ação política ele estaria mais próximo do chão da cidade, do que de instituições específicas para a organização e existência da vida pública (mesmo essas também sendo fundamentais). Por lógica, haveria também algo de indestrutível, de não aniquilável na política, principalmente quando consideramos e olhamos para as cidades.

Ilustro essa articulação com uma excelente passagem da obra "O Corcunda de Notre-Dame" de Victor Hugo, um romance histórico ambientado em Paris no ano de 1482, e publicado em 1831. Até porque ela fornecerá uma ponte entre argumentos e temáticas a qual irei percorrer na sequência desta seção, especialmente nos dois próximos capítulos. Primeiramente, vou manejá-la para contrapor aquilo que seria mais tangível, sólido, como grandes instituições e estruturas, com ações cotidianas. Em outras palavras: a metáfora a ser apresentada atravessaria o "grande" e o "miúdo", seja da política, da democracia, como da cidade.

A passagem em questão ressoa o pensamento de um dos personagens, o arquidiácono Claude Frollo, preocupado com o advento da imprensa (criada em 1430), e bastante receoso com os efeitos de sua popularização. A princípio, ponderando sobre o papel da igreja nessa conjuntura, os argumentos de Frollo refletiram seu temor de que ela perdesse sua função central de retenção e propagação do conhecimento produzido pela humanidade. Função essa estendida aos edifícios e, principalmente, à arquitetura; uma vez em que todas as forças materiais e intelectuais da sociedade, até a idade média, convergiriam para esta.[76]

Ainda na percepção de Frollo, a centralidade e importância da arquitetura estaria seriamente ameaçada pela ampla circulação da palavra impressa: "o livro de pedra, tão sólido e tão duradouro, ia ceder a vez ao livro de papel, mais sólido e mais duradouro

---

[75] "A cada nascimento, um novo começo surge para o mundo, um novo mundo em potencial passa a existir" (Arendt, 1989, [1951] p. 619).

[76] Hugo, 2018, p. 409.

ainda".[77] Ou, mais sintética e dramaticamente, tal ideia figurou resumida na frase: "os livros matarão o edifício".[78]

Segundo o raciocínio do personagem, nem os edifícios, e tampouco a arquitetura deixariam de existir; contudo, perderiam sua hegemonia como "constructo", expressão de arte, de sentido simbólico, e de conhecimento humano para as "letras de chumbo de Gutemberg".[79] Pois, em sua argumentação, elas seriam mais baratas e mais duradouras, já que além de mais fáceis de serem produzidas e consumidas, elas transitariam com facilidade e velocidade muito maiores.

Agrupando a argumentação presente na obra de Hugo com o que foi previamente exposto, sintetizo que tanto as existências da política, como da cidade ocorrem com mais força quando permeiam e transitam na/pela vida cotidiana, no que aqui reconhecemos como das coisas miúdas. Na metáfora de Hugo, seriam os livros de papel os elementos que, a princípio, pareceriam menos sólidos, aparentemente menos duradouros, mas que teriam maior "pregnância", resistência e perenidade do que os de pedra; o que aconteceria exatamente pela capacidade maior de atravessamentos dos cotidianos.

Ressalto aqui que, embora esse trabalho se proponha a refletir sobre as temáticas da cidade e da linguagem, não serão analisados os (muitos) pormenores e particularidades entre a palavra/linguagem escrita e a falada. Assim também, aproveito a passagem e o conveniente pareamento entre os livros de papel com os livros de pedra para refletir, com mais profundidade, na linguagem na/da cidade, mas, especialmente, quando essa linguagem é formada por "palavras de pedra". Ou seja, parecem oportunas as análises relacionadas ao potencial da arquitetura, das edificações e até mesmo dos traçados urbanos, operando como linguagem (ou, trabalhando com a terminologia empregada até o momento, com palavras) nas cidades.

Finalmente, destaco como, na tessitura desse trabalho, "fios", caminhos e questões diferentes muitas vezes confluem na mesma agenda de investigação. Comentando Foucault e Hannah Arendt, o filósofo Francisco Ortega suscitou o procedimento foucaultiano nomeado como "ontologia do presente" que problematizaria "a atualidade como acontecimento e que responde às perguntas acerca de nossa contemporaneidade e nossa situação presente".[80]

---

[77] Hugo, 2018, p. 400.

[78] Hugo, 2018, p. 400.

[79] Hugo, 2018, p. 402.

[80] Ortega, 2000, p. 24.

Por tal perspectiva, resgato uma das questões – retirada diretamente do tempo presente em que essa pesquisa está sendo elaborada – relativa ao fato de que nas modulações contemporâneas próximas aos fascismos e/ou de governos associados com ideias autoritárias, não são frequentes as monumentalidades, os "livros de pedra", associados a elas, tal como aconteceu nas variações dos fascismos do século passado. Essas questões serão retornadas sobretudo na conclusão desta tese e, em menor monta, na segunda parte do seu quinto e último capítulo. Todavia, por hora, observemos, então, no próximo capítulo, as imbricadas relações entre as cidades, as linguagens e os fascismos, a começar pelo fascismo italiano e pela "Roma *Mussolinea*".[81]

[81] Referência ao livro "*Fascismo di pietra*", do historiador Emilio Gentili, cuja primeira edição é de 2007.

3 CAPÍTULO 2_*ROMA MUSSOLINEA*

3.1 Breve introdução e alguns métodos de análise

Das interlocuções possíveis para esta seção, enfatizo como as principais delas as referentes ao livro "*Fascismo di Pietra*" (2007), e também à algumas outras obras do historiador Emilio Gentile, tais como "*In Italia ai tempi di Mussolini*" (2014). Outra obra que também é muito relevante para este capítulo (e para o próximo) é a reunião de ensaios, publicada em 2021, composta por textos elaborados desde a década de 70 do último século, do filósofo francês Jean-Christophe Bailly, nomeada como "A Frase Urbana" e prefaciada pela arquiteta e pesquisadora brasileira Margareth Pereira em 2021.

Pereira, logo na abertura de seu prefácio, sugere que "as cidades pressupõem tensões, fricções, distanciamentos, encontros, sublevações, derivas", o que nos exigiria "uma leitura dos seus gestos" e de suas diferentes significações.[82] Na sequência e se aproximando dos leitores, a mesma nos indaga se sabemos ler (nas cidades) "as linguagens que falam e como nos falam? "[83]

Assim, com o suporte desta excelente e oportuna pergunta, também disponho da constatação, feita por Pereira, de que tal obra apresenta reflexões e procedimentos que não visam responder, mas sim:

> Propor formas de **explorar como ler e fazer existir a cidade**, deixando-nos impregnar por ela e interagindo com ela e considerando-a como **forma**, ao mesmo tempo **material e política**, a partir de outras formas, inclusive de conhecimento" (destaques da autora).[84]

Seguindo esse direcionamento, sobretudo nesta seção e na próxima, aciono alguns procedimentos sugeridos por Bailly e anunciados por Pereira. Logo, eles serão usados enquanto ferramentas para suporte de "leituras" das "linguagens" na/da cidade de Roma e, posteriormente, de Berlin.[85] Julgo tal operação como muito importante, uma vez em que tomo como ponto de partida deste capítulo e como material empírico trechos do extenso e rico conteúdo extraído de obras dos historiadores Emilio Gentile e Giulio Argan. Logo, frente

---

[82] Pereira *in* Bailly, 2021, p. 7.

[83] Pereira *in* Bailly, 2021, p. 7.

[84] Pereira *in* Bailly, 2021, p. 7.

[85] Os motivos de tais escolhas se alinham aos mesmos critérios de seleção dos fascismos históricos/ regimes autoritários aqui trabalhados. Entretanto, no caso, a ênfase nas cidades permanecerá nas capitais dos países aos quais se referem os fascismos de outrora – Roma e, na sequência, Berlin no capítulo seguinte, nomeado como (Berlin/ Germânia).

à riqueza do acervo consultado e da complexidade de algumas reflexões comparadas, estabelecer a *priori* uma metodologia adequada de análise é fundamental.

Para além de peças discursivas, imagens e símbolos, os repertórios supracitados têm muitas informações relevantes sobre as reformas urbanas, as edificações construídas e alguns monumentos da antiguidade clássica que foram restaurados na Itália, em especial em Roma, durante o regime fascista italiano (1922 – 1945). Tais análises serão tanto intercaladas, como ainda ampliadas pelo acréscimo de materiais e registros feitos *in loco*, em incursões à campo que foram realizadas entre novembro e dezembro do ano de 2022.[86]

Parto do pressuposto de que algumas hipóteses e procedimentos, que foram apresentados por Bailly, proporcionam possibilidades de reflexões não muito triviais, e justamente por isso, passíveis de enriquecerem, expandirem e de potencializarem as análises já existentes sobre as temáticas aqui trabalhadas. Seus argumentos e métodos além de ampliarem o conceito de "linguagem" de maneira a permitir a inclusão de elementos construídos das cidades na categoria, também se aderem muito bem às análises de casos que envolvem cruzamentos de temporalidades diferentes acumuladas no mesmo objeto/local.

Em tal sentido, a maioria dos locais na cidade de Roma, que são de interesse para esta pesquisa, são conformados por edificações importantes e monumentais datadas do período do Império Romano, e também sofreram modificações severas durante o governo fascista (sobretudo entre 1926 até 1936). Como ainda, eles integram/estão em regiões fundamentais da cidade atualmente – pois, a maioria destas áreas estão inclusas em seu centro histórico.

Independente da conformação e da localização, Bailly interpreta as cidades, em sua totalidade de elementos, como uma espécie de linguagem; assim como as entende como conformadas por elementos de linguagem. Como linguagem, no primeiro sentido posto pelo autor, as cidades podem ser "lidas" através de sua materialidade. Ao passo que constituídas por elementos de linguagem, elementos construídos, tais como prédios, casas, ruas, pontes e calçadas, podem ser pareados com instâncias do campo da linguística, como por exemplo: frases, pontos finais, vírgulas, travessões, entre outros.[87]

Logo, uma reforma urbana, ou a construção de um edifício novo, por exemplo, criariam paisagens que são "interpretáveis" para além de sua morfologia, ou por aspectos

---

[86] Reforço o agradecimento às agencias brasileiras de financiamento à pesquisa - CAPES e Faperj - pelo financiamento integral desta pesquisa, assim como destaco minha gratidão tanto ao corpo técnico destas agências, como aos corpos técnico e docente do IPPUR/UFRJ. No mais, reconheço como as verbas recebidas através do Edital 05/2022 do IPPUR/ Faperj de apoio e financiamento à pesquisa de campo foram essenciais para o desenvolvimento da pesquisa que resultou nesta tese.

[87] Bailly, 2021.

sociais e econômicos. Através do pensamento de Bailly é possível explorar alguns "como" e "o quê" as paisagens urbanas comunicam, e para quem tais mensagens serviriam.

Nesse sentido, uma casa pequena construída com materiais locais e técnicas tradicionais, no interior do Brasil em uma pequena cidade, comunicaria algo totalmente diferente de um prédio alto executado em aço e vidro no mesmo local. Com a presença do Estado na equação, tal como é a constante dos objetos aqui analisados, é possível pensar em alguns aspectos dos projetos de poder e até de qualidades da gestão pública através de análises de alterações de elementos físicos na paisagem urbana. De forma mais específica, quando o Estado fascista italiano executou uma série de reformas urbanas em Roma, quais reflexões podem ser feitas, não somente de tais procedimentos e suas motivações, mas de seus resultados na cidade? Por essa perspectiva, como é possível "ler" as mudanças em Roma capitaneadas por Benito Mussolini?

Portanto, nesta seção e na próxima, há o interesse central na apreciação e refletixão sobre como e por quais razões os governos, associados aos fascismos europeus do século passado, trabalharam tão intensamente com elementos materiais/com a paisagem urbana nas cidades. Mais especificamente, com reformas e construções de edificações (monumentais), com (grandes) intervenções e projetos urbanos, sobretudo nas suas capitais federais. Há também o intento de verificar a hipótese de que tais operações foram essenciais tanto para consolidação destes ideários, como para solidificar os projetos de poder vinculados a eles, com ênfase no âmbito do Estado.

Intenciona-se que os desdobramentos destas análises forneçam substratos essenciais para investigações das maneiras em que, na contemporaneidade, governos e líderes políticos com nítidos traços que ressoam aos fascismos[88] lidam com as cidades em seus vários aspectos, assim como eles se apropriam da linguagem. Essas questões serão exploradas com maior profundidade no último capítulo desta tese e em sua conclusão.

Todavia, por hora, observemos as pedras do fascismo italiano, ou o "*fascismo di pietra*", conforme nomeou Emilio Gentile. Novamente, realço o substancial trabalho do historiador, tanto pela construção de uma sólida base de imagens, discursos e narrativas associadas a tal fascismo, como pelo conjunto das precisas e potentes análises elaboradas por ele. Para exploração mais profícua de tal conteúdo, nesta tese será replicada grande parte da estrutura da obra de Gentile ("*Fascismo di pietra"*) que foi cadenciada em ordem

[88] Nesse sentido e considerando um recorte temporal localizado aproximadamente entre os anos de 2016 até 2022, destaco as figuras de Viktor Orbán, na Hungria; Vladimir Putin, na Rússia; Andrzej Duda, na Polônia; Donald Trump, nos Estados Unidos; Volodymyr Zelensky, na Ucrânia; e, obviamente, Jair Bolsonaro, no Brasil. Como objeto de análise desta tese, deste grupo mencionado, ficará apenas Jair Bolsonaro/bolsonarismo. Assim como, a adoção da noção de fascismo operada por Umberto Eco (2007).

cronológica: começando dos anos 10 do século passado até a derrocada do governo fascista, o que aconteceu bem próximo ao fim da Segunda Guerra Mundial (1945), em 1943.

3.2 O "mito" de Roma

O fascismo se estabeleceu oficialmente como elemento central do Estado italiano em 1922, quando o rei Vittorio Emanuele III nomeou Benito Mussolini, então deputado do Partido Nacional Fascista, como Primeiro Ministro do país. Todavia, foi a partir de 1925 que o fascismo italiano se transfigurou em sua modulação mais autoritária, que durou até 1943, com o assentamento do "*Stato totalitário"* (Estado totalitário) e com a auto declaração de Mussolini como "*Il Duce",* ou só *"Duce".* Do italiano, "*il"* é um artigo correspondente ao "o" do português, e "*Duce"* é um termo que faz referência à palavra do latim "*Dux"* que, por sua vez, significa algo entre líder, comandante e guia.

Contudo, muito antes dos eventos mencionados, ainda em 1914, Benito Mussolini fundou o movimento "*Fascio d'azione rivoluzionaria*" (Movimento de ação revolucionária). Cinco anos mais tarde e em Milão, Mussolini liderou o "*Fascio italiani di Combatimento*" (Movimento italiano de Combate) em que os integrantes já se reconheciam pela terminologia de "fascistas". O PNF ("*Partito Nacional Fascista"* – Partido Nacional Fascista) foi fundado somente em 1921, no mesmo ano em que Mussolini foi eleito deputado, e em que vários membros do partido conduziram a marcha dos "*camisie nere*" (camisas negras) em Roma.[89]

Portanto, o "envenenamento"[90] do Estado italiano (e também da sociedade italiana), pelo fascismo, ocorreu lenta e progressivamente; no mínimo dez anos antes de Mussolini ser Primeiro Ministro. No livro *"Fascismo di pietra",* tal processo foi muito bem ilustrado por Emílio Gentile, o que foi feito com ênfase na figura do próprio Benito Mussolini: seja pela exposição de suas falas e declarações, seja pela exibição meticulosa de sua trajetória pessoal e política. Diferente do trabalho de Victor Klemperer, por exemplo, mais eficaz em capturar alterações gerais na linguagem alemã antes e durante o nazismo; Gentile opera com uma amplitude menor – mais concentrada na figura do líder e no Estado – porém, com uma complexidade analítica maior das dinâmicas próprias do fascismo italiano.

No momento inicial dos processos de pesquisa e de escrita desta tese, pareceu coerente conduzir as reflexões aqui articuladas utilizando um intervalo temporal menor, definido a partir da década de 20 do século passado, especificamente quando Mussolini foi

---

[89] Gentile, 2007.

[90] Referência ao termo utilizado por Victor Klemperer no livro "LTI: linguagem do terceiro *Reich*", publicado em 1947. Em seu contexto original, a palavra "envenenamento" foi usada para se referir ao processo de "nazificação" da linguagem e, logo, da sociedade alemã no nazismo.

nomeado como Primeiro Ministro. Entretanto, os dez anos que procederam a demarcação do Estado fascista na Itália (1922) são basilares para o entendimento da formação, do assentamento e da propagação em massa deste ideário, especialmente no que tange as esferas da linguagem e da cidade.

Assim como, uma das hipóteses fundamentais, articulada por Emilio Gentile e muito importante para a construção de vários argumentos desta tese, não faria sentido sem a inclusão de reflexões relativas aos discursos dos anos anteriores e do período da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Pois, elas são essenciais para a compreensão de um dos argumentos centrais, trabalhados pelo historiador, de que as narrativas e ações do fascismo italiano se organizavam ao redor do "mito de Roma" e de resgates do "Império Romano".[91] Por tal razão, as expressões mencionadas sintetizam dois fios condutores basilares deste capítulo.

Como constância no fascismo,[92] Gentile sugere que uma Roma "mitológica" (que fundamentou o "mito de Roma") foi imaginada por vários elementos, e a partir da negação contundente, e até mesmo por uma espécie de ódio pela cidade real, existente e presente. Esta hipótese retornará em vários pontos deste capítulo (e até da tese) e, evidentemente, será melhor explorada logo adiante, mas, já é importante seu registro aqui.

Independente se tais pulsões eram manifestadas às claras, estavam menos evidentes, ou até mesmo escondidas nas entrelinhas dos discursos, as intervenções arquitetônicas e urbanas feitas pelo Estado fascista italiano (1922 – 1945) também serão examinas a partir desta mesma hipótese. O que, naturalmente, acontecerá em conjunto à aplicação das propostas de leituras das cidades apresentadas por Bailly; e considerando o intervalo de análise aproximadamente entre os anos de 1923 (quando as primeiras intervenções de tal natureza começaram em Roma) até 1942 (ano em que as obras públicas cessaram em decorrência do andamento da II Guerra Mundial).

Para explicar a emergência do "mito de Roma" no fascismo italiano, o historiador destina os dois primeiros capítulos de sua obra "*Fascismo di Pietra"*, nomeados como "*Porca Roma*" e "*Mussolini Antiromano*". Ambos capítulos são dedicados ao exame de diversas declarações, especialmente das proferidas por Benito Mussolini no período anterior (a partir de 1910) e até o início da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), nas quais Roma era frequentemente retratada como uma cidade odiosa. Todavia, sobretudo depois da

---

[91] Gentile, 2007, p. 39.

[92] Neste capítulo, muitas vezes o termo fascismo será usado sem o complemento "italiano", fazendo referência à variação do fascismo histórico que aconteceu na Itália. O que acontece para deixar o texto mais fluido. No mais, no contexto desta frase, o intervalo que o termo "fascismo" abrange vai de meados dos anos 10 do último século até 1945.

eclosão Primeira Guerra, nos materiais analisados, ainda que eles sejam provenientes das mesmas fontes, o tom das declarações sobre Roma mudou radicalmente. Mudança essa que, não necessariamente, indica a alteração das percepções fascistas sobre a capital federal.[93]

A partir da Primeira Guerra, mas, especialmente durante a década de 30 do último século, a capital italiana passou a não somente ser extremamente glorificada nos discursos do fascismo, como se tornou fundamental para a estrutura desta conformação em vários aspectos diferentes. Todavia, é importantíssima a ressalva de que a cidade de Roma que foi glorificada não era a cidade que existia, mas sim uma construção imaginária desta que era tributária às narrativas e aos projetos de poder fascistas, em suma, ao que Gentile nomeou como do "mito de Roma".

Logo no início dos anos 10, Mussolini e alguns de seus pares, do incipiente movimento fascista**,** em suas falas anunciavam com muita clareza sentimentos de grande aversão pela cidade. Eles eram aportados em percepções de Roma como uma capital burocrática, contaminada pelo domínio da burguesia, dos profissionais liberais, entre outros estratos populacionais que o grupo parecia abominar.

Na mesma conjuntura, Roma também era recorrentemente referida e retratada como "sem função na vida social italiana", pois, "não representa nada".[94] Ainda a respeito da "influência nefasta de Roma",[95] no periódico italiano "*La Voce*" e em 2010, Mussolini declarou que:

> Roma, **cidade parasitária** de latifundiários, engraxates, prostitutas, padres e burocratas, Roma - cidade sem proletariado digno desse nome - não é o centro da vida política nacional, embora, seja o centro e o **lar da infecção da vida política nacional**. (...) **Roma - nesta enorme cidade vampira que suga o melhor sangue da nação**.[96] (tradução e destaques da autora)

O conjunto dos enunciados postos acima sintetizam e não deixam dúvidas das afeições negativas, expressas principalmente pela voz de Benito Mussolini, pela cidade de Roma no período anterior à I Guerra Mundial. Outro ponto fundamental, que pode ser discutido a partir dessa passagem, é referente ao fato de que, na estrutura dos fascismos de

---

[93] Gentile, 2007, p. 34.

[94] Gentile, 2007, p. 25.

[95] Gentile, 2007, p. 31.

[96] Do original: "*Roma, città parassitaria di affittacamere, di lustracarpe, di prostitute, di preti e burocrati, Roma – città senza proletariato degno di questo nome – non è il centro dela vita politica nazionale, ma sebbene il centro e il focolare d'infezione dela vita politica nazionale. (...) Roma – in questa enorme città vampiro che succhia il miglior sangue dela nazione*" (Gentile, 2007, p. 31). Tradução da autora.

forma geral, não apenas no italiano, as construções de representações de figuras de inimigos são centrais.[97]

Inspirada pela análise de linguagem que, entre outros procedimentos, incluiu a catalogação de palavras que emergiam na linguagem alemã durante o nazismo, e que foi realizada pelo filólogo Victor Klemperer; mapeei termos e expressões que apareciam nas citações de discursos fascistas nesta obra de Gentile e em outras, dedicando grande atenção para neologismos e para repetições de termos. Da seleção do repertório em questão, percebi que os vocábulos "*nemico"* (inimigo) e "*nemici*" (inimigos) começaram a ser cada vez mais recorrentes da Primeira Guerra (1914) em diante, sendo que depois (dentro do recorte analisado) nunca desapareceram. Inclusive eles estavam constantemente presentes em várias falas de Benito Mussolini e de seus pares após o início da II Guerra Mundial (1939).[98]

Nos sentidos trabalhados aqui, não necessariamente a noção de inimigo nos fascismos precisa fazer referência somente aos sujeitos de carne e osso, ou então abarcar categorias amplas que nomeiam grupos sociais (como, por exemplo, os comunistas). Pois, tal noção pode ser aplicada de formas mais amplas, estando relacionada com pautas de costumes específicas, com sistemas econômicos (tais como o liberalismo), e até com outros elementos.[99] No caso da cidade de Roma, ainda que não associada diretamente à figuração de inimigo, simbolicamente, ela podia ser lida nesta função: uma vez em que a cidade parecia operar uma síntese de tudo aquilo que deveria ser combatido nas percepções do fascismo italiano, sintetizada por Benito Mussolini.

Assim, até meados da década de 10, Roma foi recorrentemente narrada de maneiras extremamente negativas, o que, inclusive, possibilita sua associação imediata com a função simbólica dos "inimigos" nos fascismos. Todavia, depois da Primeira Guerra, a cidade começou a figurar de forma diametralmente oposta em declarações das conjunturas observadas. Emílio Gentile foi bastante preciso na explicação do processo de transformação da imagem de Roma:

> **Reconciliando-se com a nação e o patriotismo, o socialista Mussolini também se reconciliou com Roma**, ou seja, com Roma, que no período da Grande Guerra levou sua imagem deteriorada a finalmente aparecer, aos proponentes de uma **grande Itália, como a autêntica capital política e**

---

[97] Eco, 1997, p. 40.

[98] Esse assunto retornará e será aprofundado no quarto capítulo desta tese, nomeado como "Nebulosa fascista".

[99] Eco, 1997, p. 40.

> **moral da nação, que havia trilhado o caminho da regeneração participando da guerra europeia**.[100]

A "reconciliação" de Mussolini e de seu agrupamento com Roma foi tornando forma durante meados da Primeira Guerra Mundial, e pode ser interpretada a partir de associações desta cidade como uma espécie de metonímia da nação italiana e não mais como de "inimigo". Após o início da Primeira Guerra e antes mesmo do fascismo impregnar o Estado italiano, a cidade de Roma foi se constituindo como sinônimo de Itália, de império e de civilização no fascismo italiano.[101] Além da cidade, depois dessa inflexão, Mussolini também exaltou o povo romano, como por exemplo, em fala pública realizada no início de janeiro de 1915, em que comenta "sobre a ocupação dos romanos no funeral de Bruno Garibaldi, de cerca de trezentas mil pessoas",[102] no qual afirma que: "Figura fantástica, imensa multidão, digna de Roma e do povo romano, também digna desta época - única na história!"[103]

Na mesma declaração, datada de 1915, Mussolini exalta o combatente morto na Guerra, a própria Guerra, a cidade de Roma e o povo romano. Progressivamente, ainda mais depois da instalação do fascismo enquanto regime de Estado (1922), a imagem de Roma foi se tornando ainda mais indissociável, narrada como grandiosa e indispensável para constituição de uma identidade nacional italiana, como também fundamental para sustentar pulsões nacionalistas fundamentais ao fascismo. O que não significa que o sentimento em relação à cidade real tenha mudado, a despeito da transformação radical nas formas de o narrar.

As constatações postas acima ficam ainda mais bem ilustradas pelas declarações de Benito Mussolini, de 1922, quando este assumiu verbalmente sua intenção crescente de "fazer de Roma a cidade de nosso espírito".[104] Como ainda de "purificar" a cidade a "desinfetando de todos os elementos que a maculam", uma vez em que ela seria "o coração pulsante, o espírito vivo da Itália Imperial com que sonhamos".[105]

---

[100] Gentile, 2007, p. 34.

[101] Gentile, p. V (prólogo), 2007.

[102] Gentile, 2007, p. 34.

[103] Mussolini, 1915, *apud* Gentile, 2007, p. 34.

[104] Do original: "*Pensiamo di fare di Roma la città del nostro spirito*" (Mussolini, 1922 *apud* Gentile, 2007, p. 64) [*Mussolini opera omnia cit. Vol XXII, p. 98].*

[105] Do original: "*una città, cioè, depurata, disinfettata de tutti gli elementi che la corrpompono e la infangano, pensiamo di fari di Roma il cuore pulsante, lo spirito alacre dell'Italia imperiale che noi sogniamo*" (Mussolini, 1922 *apud* Gentile, 2007, p. 64) [*Mussolini opera omnia cit. Vol XIX, p. 412.].*

Para além das curiosas escolhas verbais (tais como purificar e desinfetar), realço como as declarações aqui expostas correntemente se estruturavam em ações voltadas para o futuro. Qualidade essa que se repete em outros discursos pertencentes à mesma conformação. Sendo mais específica: a Roma existente no tempo presente ainda precisaria de ser severamente reconfigurada – purificada e desinfetada ("*depurata" e "disinfettata")* – em várias esferas, para finalmente concretizar os projetos de construção da nação/império italiano, como também do povo italiano à luz do fascismo e no futuro.

Portanto, retorno ao argumento de que, neste contexto, possivelmente os sentimentos de ódio à Roma existente/presente talvez nunca tenham sido superados, contudo, eles foram recalcados e narrados de outras maneiras. Uma vez em que parece incongruente amar da forma como está/é, ou até mesmo minimamente admirar o que precisa de ser purificado e desinfetado.

No ideário e no governo fascista, as reconfigurações de narrativas e de representações de Roma deram alicerce, como foram alicerceados pelas empreitadas de construção de uma "nova" cidade de Roma. Digo "nova", pois a cidade não permaneceria a mesma em nenhum aspecto depois do fascismo, assim como pelo fato de que trais construções, materiais e imateriais, eram atravessadas pelo "mito de Roma".

Além das dimensões intangíveis, as ações do fascismo sobre Roma reverberam fortemente nos aspectos materiais da cidade, principalmente pelas obras governamentais que aconteceram na Roma fascista ou na Roma *Mussolinea.* Importante destacar que o neologismo "*Roma Mussolinea*" foi bastante empregado em declarações provenientes das lideranças fascistas, inclusive nas propagandas de Estado italiano a partir do fim da década de 20 do último século.

Portanto, a cidade real e daquele tempo presente, inclusive com seus habitantes e edificações "indesejadas", foi sendo "substituída" e remodelada por novas construções tanto imaginárias, como materiais de Roma. De maneira muito precisa, Gentile sugere que:

> A conclusão da **marcha sobre Roma (1922) foi o início de uma longa marcha do fascismo contra a Roma real**, conduzida pelo mito da Roma antiga, para regenerar a capital e criar a Roma fascista, para uma nova Itália imperial.[106] (destaques da autora)

É importante destacar que para além das narrativas, das palavras e das imagens, a arquitetura e o urbanismo fascistas foram essenciais tanto para as empreitadas de "reconstrução" de Roma, quanto para a negação do cosmopolitismo da cidade. Nos anos do governo fascista, a paisagem urbana da capital italiana sofreu grandes mudanças. Seja por,

---

[106] Gentile, 2007, p. 54.

no processo, Roma ter perdido elementos importantes da sua história, seja pela cidade estar representada de forma fragmentada e deslocada entre projetos de futuro e de regresso a um passado distante.

Além disso, o "mito de Roma", uma espécie de "pedra fundamental do fascismo italiano", não somente estava cravado na interseção entre a cidade e o fascismo,[107] como foi amparado por motivações nacionalistas que se ancoravam em uma espécie de "racionalidade"[108] de guerra. Era através desta articulação que, na perspectiva fascista, seria possível regenerar Roma e, na sequência, a nação e seu povo, assim como preparar o país para as guerras (no caso, a I GM em curso, e outros conflitos futuros).

Nesse sentido, era essencial que tal mito contribuísse para despertar na população italiana virtudes cívicas e militares.[109] Após 1922, a estrutura do "mito de Roma" assumiu cada vez mais nuances "antiliberais", uma vez em que não eram os valores nem de "liberdade, nem de igualdade dos cidadãos que inspiravam a romanidade fascista".[110] Valores esses que, como já discutido aqui no capítulo anterior, são essenciais para a emergência da política, e para estruturar diversas modulações da democracia. Em contraposição, os valores de base do "mito de Roma" eram "autoridade, disciplina e hierarquia",[111] operando com um forte louvor à tradição, assim como, ao militarismo e às organizações militares, e à guerra de forma geral.

Não apenas os valores supracitados e a guerra em si eram valorizados, era importante que eles existissem também em formas visíveis/materiais. Walter Benjamin, no texto "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", escrito em 1936, entre outros assuntos, comenta sobre a "estética da guerra" e a "estetização da vida política" nos fascismos. Nesse sentido, o filósofo indica como "somente a guerra permite mobilizar em sua totalidade os meios técnicos do presente, preservando as atuais relações de propriedade".[112] Benjamin ainda menciona o manifesto de Felipo Marinetti,[113] após a guerra declarada pela Itália contra a Etiópia (1935 – 36), no qual Marinetti afirma como a "guerra é

---

[107] Gentile, p. V (prólogo), 2007.

[108] Articulo o termo "racionalidade" com sentido retirado da obra, de Michel Foucault, "Nascimento da biopolítica" (1978 – 79). Em que racionalidade significa um sistema de crenças e ideias com certa autonomia e com capacidade de propulsão de ações. Em todas as outras vezes em que a essa palavra aparece nesta tese, ela ressoa esta definição.

[109] Gentile, 2007, p. 35.

[110] Gentile, 2007, p. 40.

[111] Gentile, 2007, p. 40.

[112] Benjamin, 2022, p. 210.

[113] Felipo Marinetti é o principal expoente da vanguarda artística nomeada como Futurismo italiano cujos entrelaçamentos com o fascismo italiano são evidentes e muito significativos, conforme discutido mais adiante neste capítulo.

bela".[114] Ou seja, a estética fascista também inscreve elementos de uma "estética da guerra" em seu escopo.

Além dos entrecruzamentos com a guerra, o "mito de Roma", como sugere Emílio Gentile, tem uma composição mista formada pela articulação entre passado e futuro. Em tal perspectiva, no que concerne à evocação de glórias pretéritas, especialmente do antigo Império Romano, tal passado manifestava-se sem compromisso com a factualidade e com a realidade em si. Ou seja, era um passado construído por adaptações livres, manipulações e muitas invenções.[115]

Portanto, nas narrativas, nos discursos e nas ações associadas ao fascismo italiano vistas pelo Estado fascista pareciam haver interdições sistemáticas e repetidas relativas não somente à Roma real, como também ao tempo presente. Como parte fundamental de composição desta Roma imaginária ancorava-se no passado imperial e grandioso do império romano; antigos imperadores, como Cesar e Augusto,[116] foram frequentemente resgatados nas narrativas e nas representações fascistas. Não apenas tais figuras obtiveram crescente relevância, mas, tudo quanto fosse possível de ser associado à essa época ganhou destaque e importância para as produções, discursivas e até materiais, vinculadas ao Estado fascista.

Não é coincidência e nem de se espantar que os elementos arquitetônicos existentes e associados a este período específico, e às figuras do antigo Império Romano ganhassem relevo na paisagem urbana da Roma na época do fascismo. Em tal perspectiva, retorno o olhar para os discursos fascistas que, frequentemente, evocavam sentimentos de distinção e de exaltação da identidade nacional/italiana/romana com retornos frequentes ao passado imperial italiano/romano.

No mais, nesse sentido e a partir de algumas declarações de Mussolini, é que ficam bem elucidados alguns dos critérios que qualificavam quais seriam as edificações importantes, e, portanto, dignas de permanecerem na capital italiana fascista e quais poderiam ser descartadas e serem demolidas.

Portanto, ainda em 1920, antes mesmo de assumir o cargo de Primeiro Ministro, Mussolini já mostrava seus valores e desejos para a capital italiana. Certa vez, Mussolini declarou que seu projeto para Roma envolvia que, em cinquenta anos, um "progresso maravilhoso" fosse alcançado, revelando a "vitalidade da nossa espécie, da nossa raça".[117]

---

[114] Marinetti *apud* Benjamin, 2012, p. 211.

[115] Gentile, 2007, p. 52.

[116] Gentile, 2007, p. 58.

[117] No original: "*La ricorrenza del 20 settembre, como compimento dell'unità italiana com la liberazione di Roma, si pretava agevolmente ala* ***fusione dela romanità com l'italianismo****,* ***nel***

Seria também um importante encargo, como um fardo, herdado pela inerente "grandeza da civilização italiana", a missão de recontar a "história prodigiosa e maravilhosa do gênero humano", estabelecendo Roma como o "signo de uma civilização universal".[118]

A mesma lógica que balizava os critérios que regulavam quais edificações existentes em Roma poderiam permanecer, também regia os parâmetros para controlar o estilo arquitetônico, especialmente privilegiando atributos e edificações que podiam ser incluídos no que é classificado como da arquitetura clássica e neoclássica, como algumas métricas e parâmetros permitidos para as novas edificações construídas durante o fascismo. Sublinho que a escolha do termo "permanecer", neste caso, está longe de ser aleatória, uma vez em que faz uma alusão direta ao fato de que, durante o governo fascista, um número substancial de demolições aconteceu em Roma. Em tal sentido, pelas demolições, buscava-se que "*il piccone sventra la vecchie città*" ("a picareta estripasse a velha cidade"),[119] deixando assim emergir a Roma imperial/*Mussolinea*/fascista.

A declaração acima, atribuída à Benito Mussolini e proferida em 1909, remete diretamente ao período da grande reforma de Paris (1852 – 1870), capitaneada por Georges-Eugène Haussmann. A conexão é mais evidente quando observada pela célebre expressão da época: "*événtrement de Paris*" que significa algo como "evisceramento de Paris". Neste contexto, as demolições seriam parte do processo de destruição da cidade existente, deixando suas "vísceras" evidentes para que então fosse realizada uma espécie de "operação", ou procedimento cirúrgico nela. Para além do caso de Paris, as demolições em larga escala eram muito importantes no repertório das práticas sanitaristas que balizaram as reformas urbanas das grandes cidades europeias realizadas no século XIX, tais como a de Paris, como também das que ocorreram em Londres, Barcelona e Viena.

Da mesma forma que as demolições emergiam no léxico das reformas urbanas do século XIX por termos como "*événtrement"*, tal prática ressoou no fascismo italiano do século XX pela palavra "*sventra*". No mais, assim como eram célebres as imagens de Haussmann destruindo Paris empunhando uma picareta, fotografias de Benito Mussolini em obras, principalmente em posse de uma picareta, foram muito frequentes na iconografia do

---

segno dela permane universalitá di Roma. In cinquenta anni, disse Mussolini, l'Italia aveva realizzato "progressi meravigliosi" *rivelando cosi "um dado di fato:* ***ed è la vitalità dela nostra stirpe, dela nostra razza"*** *ma, aggiuse, "rivendichiamo l'onere di essere italiani, perché nella mostra penisola meravigliosa e adorabile – s'è svolta la storia piú prodigiosa e meravigliosa del* ***genere umano****", la sotoria di Roma:"Roma é il nome che riempie tutta la storia per venti secoli, Roma da il segnale della* ***civiltà universale***" (Gentile, 2007, p. 46).

[118] Gentile, 2007, p. 46.

[119] No original, da declaração de Mussolini de 1909: "*L'arato fecunda la terra e il piccone sventra la vecchie città*" (Gentile, 2007, p. 59).

fascismo italiano.[120] Todavia, diferentemente do termo "*sventra*" presente, mas não constante, a palavra "*piccone*" (picareta) se tornou muito frequente na linguagem italiana, principalmente no primeiro decênio do governo fascista. Em suma e nas palavras de Emílio Gentile, a palavra se encontra ao gesto, quando:

> A **picareta** tornou-se o símbolo do "frenesi" com que Mussolini queria pessoalmente participar na destruição dos bairros antigos e pitorescos. Durante a década de vinte, os jornais e os cinejornais deram grande **destaque à imagem do *duce*, ora fardado, ora à paisana, que no alto do telhado de uma casa desferia o primeiro golpe com a picareta para iniciar os trabalhos de demolição**. (tradução da autora)[121]

3.3 "*Piccone*": das palavras às demolições em massa em Roma

Conforme foi dito, com inspiração nos procedimentos operados por Victor Klemperer, quando ele mapeou as mudanças na língua alemã nos períodos próximos e durante o nazismo; e a partir da base de dados presente no trabalho de Emílio Gentile; selecionei algumas palavras que se destacavam e se repetiam em declarações e narrativas associadas ao fascismo italiano.

Assim, ainda nos primeiros anos deste governo (a partir de 1923, mas, principalmente, após 1925), a palavra italiana "*piccone"* – em português, picareta – começou a aparecer muito frequentemente, principalmente pronunciada por Benito Mussolini e associada com as empreitadas de trabalho para mudanças radicais (físicas e simbólicas) em Roma.[122]

Todavia, em 1909 e conforme dito, Benito Mussolini declarou que era necessário que "a picareta estripasse a velha cidade",[123] se referindo à Roma. Anos mais tarde, já como *Duce*, Mussolini não esqueceu da ideia, muito pelo contrário. Em 1925, Mussolini afirmou que, para que Roma resplandecesse "vasta, ordenada, potente como foi no tempo do primeiro império de Augusto",[124] era necessário destacar os símbolos e monumentos que

---

[120] Gentile, 2007, p. 72.

[121] No original: *Il piccone divenne il simbolo dela frenesi com la quale Mussolini volle personalmente participare ala distruzione dei quartieri vecchi e pittoreschi. Durante il ventenni, giornali e cinegiornali diedero grande risalto all'immagine del duce, ora in uniforme ora in borghese, che in cima al tetto di uma casa sferava il primo colpo di piccone per dare inizio ai lavori di demolizione* (Gentile, 2007, p. 72).

[122] Gentile, 2007, p. 65.

[123] No original, da declaração de Mussolini de 1909 que tanto mostrava seu desafeto à Roma do presente, como antecedia sua intenção de fazer Roma renascer: "*L'arato fecunda la terra e il piccone sventra la vecchie città*" (Gentile, 2007, p. 59).

[124] No original, declaração de Benito Mussolini em 1925: "*Tra cinque anni Roma deve apparire meravigliosa a tutte la genti del mondo: vasta, ordinata, potente como fu ai tempi del primo impero di Augusto*" (Gentile, 2007, p. 68).

pudessem remeter ao período, como também era preciso "limpar", "libertar" e "purificar" a cidade.

Como em 1909, em 1925, a picareta seria uma ferramenta essencial para a "libertação" de Roma, operada pela destruição daquilo que a "maculava", permitindo a "*rigenerazione*" (regeneração) da capital. Importante destacar que a palavra "*rigenerazione*" (regeneração), a despeito de parecer bem congruente com o léxico costumeiro acionado para qualificar intervenções urbanas atualmente, no contexto analisado, tem um outro sentido.

O termo "regenerar" não significa apenas recuperar alguma área fisicamente, mas, em seu significado remete ainda à ideia recuperação dos valores morais outrora perdidos, o que pode ser visto em oposição ao sentido do termo "degenerar". É nesta perspectiva que tal declaração de Mussolini é interpretada, assim como o conjunto das reformas urbanas que aconteceram em Roma no fascismo.

No mesmo sentido e ainda em 1925, Mussolini foi lacônico ao resumir sua agenda de obras públicas para Roma, assim como suas motivações:

> Você continuaria a **libertar** o tronco do grande carvalho de tudo o que ainda o afeta negativamente. Você percorrerá o ***Augusteo*****, o *Teatro di Marcello*****, o *Campidoglio*****, o *Pantheon***. Dentro de cinco anos, da ***Piazza Colonna***, através de uma grande passagem, **a maior parte do *Pantheon* deve ser visível**. Você também **libertaria os templos bagunçados da Roma cristã de construções parasitárias e profanas**. **Os monumentos milenares da exposição histórica devem erguer-se na necessária solidão.** (tradução e destaques da autora)[125]

A partir do trecho acima é possível o entendimento de alguns dos principais desejos fascistas para Roma, a ser refeita à luz de uma "nova romanidade" *("nuova romanità").*[126] Assim, os edifícios que poderiam permanecer na cidade seriam aqueles passiveis de serem lidos enquanto monumentos e/ou monumentais, como ainda eles deveriam estar associados com épocas históricas específicas – principalmente do antigo Império Romano. Já outros tipos de construções – "parasitárias e profanas" – deveriam ser removidas/destruídas, para que os "monumentos milenares" despontassem em "necessária solidão" na paisagem urbana romana.[127]

---

[125] No original, declaração de Benito Mussolini em 1925: "*Voi continuere a liberarei Il tronco della grande quercia da tutto ció che ancora l'aduggia. Farete largo attorno all'Augusteo, al Teatro di Marcello, al Campidoglio, al Pantheon. Entro cinque anni, da Piazza Colonna, per um grande varco, deve essere visible la mole del Pantheon. Voi liberete anche dalle construzioni parassitarie e profane i templi messtosi dela Roma Cristiana. I monumenti millenari della mostra storia devono giganteggiare nella necessária solitudine*" (Gentile, 2007, p. 68).

[126] Gentile, 2007, p. 33.

[127] Gentile, 2007, p. 68.

Antes de explorar quais edificações eram possíveis de serem classificadas como "parasitárias e profanas" no fascismo, é importante a contraposição de algumas definições de monumento, para o entendimento dos atributos e qualidades do que deveria permanecer em Roma. Longe de querer estender esta discussão, esse meandro será adentrado em articulação da percepção posta por Mussolini, em relação a esse termo, com a de Françoise Choay. De tal modo, para Choay, podemos entender por monumento:

> O sentido original do termo é o do latim *monumentum*, ele próprio derivado de *monere* (advertir, recordar), o que interpela a memória. A natureza afetiva do destino é essencial: **não se trata de fazer verificar, de fornecer uma informação neutra, mas de excitar, pela emoção, uma memória viva**. Neste primeiro sentido, chamar-se-á monumento a qualquer artefato edificado por uma comunidade de indivíduos para recordarem, ou fazer recordar a outras gerações pessoas, acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu **modo de ação sobre a memória**.[128] (destaques da autora)

Apesar da reflexão comparada, não há o reconhecimento de qualquer complexidade ou de sensibilidade seja do pensamento de Mussolini, ou de suas agendas ideológicas e ações para a cidade e para o país. A partir da comparação, o objetivo é conectar o fato de que a preferência de Benito Mussolini e, por consequente, do fascismo italiano, pelos monumentos históricos revelava um evidente propósito de fazer as pedras da cidade se alinharem e fortalecerem as ideias do fascismo. Uma vez em que tais elementos teriam enorme potencialidade de evocarem nos cidadãos sentimentos de ligação a um passado (glorioso), assim como de forte pertencimento à uma cidade/nação/império italiano (fascista).

Articulando a discussão acima com a mencionada proposta de Bailly, é possível o questionamento a respeito de qual tipo de linguagem "falaria" uma cidade cujos monumentos emergem em "necessária solidão", conforme ambicionou Mussolini em 1925. Assim, como seria "lida" uma paisagem urbana repleta de vazios deliberadamente manejados, e de monumentos isolados do conjunto da cidade?

Para elaboração de tais questões, é fundamental verificar primeiro se, de fato, esses monumentos ficaram "sozinhos" na paisagem urbana da Roma fascista, ou se tal declaração de Mussolini sinalizou somente uma intenção. Vamos primeiro às demolições, para depois observarmos o que restou e/ou o que foi construído sobre os escombros.

Neste sentido, Emilio Gentile sugere que, ainda jovem, Mussolini já nutria uma "aversão profunda pela velha Roma com seus quarteirões pitorescos, com suas cores locais".[129] Seguindo a mesma perspectiva, anos mais tarde, no regime fascista o valor

---

[128] Choay, 2014, p.17.

[129] Gentile, 2007, p. 70.

positivo era creditado às edificações que fossem monumentais, grandiosas e que remetessem às glórias do passado imperial principalmente.

Já os quarteirões comuns e/ou casas populares, pequenos comércios, ainda que antigos e com visíveis alusões ao passado, seriam dispensáveis, especialmente quando próximos de algum elemento/monumento associado ao período imperial. De tal modo, observei que as edificações marcadamente de épocas pretéritas a serem preservadas (monumentos) eram associadas ao vocábulo "*antico*" (antigo), ao passo que o que deveria ser demolido normalmente era vinculado às palavras "*vecchi*/*vecchia/vecchio"* (velha/o) e/ou "*pittoreschi"* (pitoresco). Assim como, em relação ao estilo arquitetônico, é possível entender o "*antico*" como associado tanto aos estilos (e períodos) clássicos e neoclássicos. Ao passo que os termos "*vecchio*" e "*pittoreschi*" fazem referência desde às edificações da "arquitetura cristã", nos termos de Mussolini, como para casas e pequenos comércios de forma geral.

Logo, em prol da remoção do que era "*vecchi"* e "*pittoreschi"* na cidade, para deixar resplandecer os monumentos "*anticos",* e logo, fazer emergir a Roma fascista/Mussolinea, Benito Mussolini/o fascismo se munia da picareta, seja na palavra, como no gesto. A picareta foi acionada principalmente enquanto símbolo desta empreitada, tendo, nas frequentes visitas de campo de Mussolini, um lugar de destaque – tanto em registros fotográficos, propagandas,[130] como em "encenações" públicas, como mencionado.[131]

A partir dos primeiros anos da década 20, se tornou um evento frequente o ato de Mussolini desferir o primeiro golpe de picareta no que deveria ser demolido, em uma espécie de ritual de demarcação do que da cidade de Roma seria posto abaixo. Emilio Gentile enumera muito bem a abrangência desse processo:

> Em **1923 começaram as demolições** para isolar e restaurar o templo da *Fortuna Virile*, inaugurado por Mussolini em novembro de 1925, e o templo redondo de *Vesta* na zona do *Foro Boario*. **Em 1924, as picaretas começaram a demolir as casas** nas bordas do Mercado e do *Foro di Traiano*, *do Foro di Augusto* e do *Foro de Cesare*, para esquerda do *Altare della Patria*. No próximo ano, foram iniciados demolições e escavações na *Piazza di Torre Argentina* para recuperar uma área de tempo da época republicana: a nova zona arqueológica foi inaugurada pelo *Duce* em 21 de abril de 1929.[132] (destaques da autora)

Tal empreitada, que também era classificada como "arqueológica" na linguagem do fascismo italiano, consistia em isolar as edificações monumentais, para depois "restaurá-

---

[130] Quase ao fim deste capítulo, há uma peça publicitária que mostra Benito Mussolini empunhando uma picareta (Figura 32, deste capítulo).

[131] Gentile, 2007, p. 72.

[132] Gentile, 2007, pp. 72 – 73.

las". O que foi chamado como de "libertação", ressoava aos processos que correntemente aconteciam através de demolições de edificações "ordinárias" do entorno dos monumentos, operadas de maneira estratégica para criação de vazios na paisagem urbana de Roma. Esses procedimentos, que resultavam em pontos de destaques e vazios intercalados, ficam visivelmente evidentes pela apreciação deste registro da demolição *Teatro di Marcello* (em 1926) e da construção da *Via del Mare*, inaugurada em 1930.

Conforme muito bem ilustrado pela a fotografia abaixo (figura 01), as demolições serviam para "limpar" não somente o entorno dos edifícios monumentais, mas eram essenciais para a reconfiguração da malha viária da cidade que, neste caso, se tornou parte da *Via del Mare*. Logo, assim como Mussolini descreveu, o entorno das edificações monumentais, tal como o *Teatro di Marcello*, era "limpo". Ou seja, construções comuns, como residências e pequenos comércios que nada tinham de monumental ou imperial, foram destruídas para o isolamento do monumento existente na composição da paisagem urbana.

Figura 01 – *Teatro di Marcello* à direita, marcas das demolições do entorno imediato da edificação, e início das obras para construção da *Via del Mare* (inaugurada em 1930). Fonte: Gentile, 2007, p. 73.

As duas imagens abaixo (figuras 02 e 03) são registros do ano de 2022, sendo que ambas fotografias foram feitas no mesmo local da fotografia de 1926 (figura 01). Nas fotos atuais, pela ausência dos escombros e pela maior nitidez, fica visível como o monumento está em destaque na paisagem, assim como, especialmente na segunda fotografia (figura 03), pela comparação com a escala humana, nota-se como a avenida que foi construída em 1926 e inaugurada em 1930, a *Via del Mare*, era larga e grandiosa.

Figura 02 – Vista frontal *Teatro di Marcelo, Roma, Italia*. Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

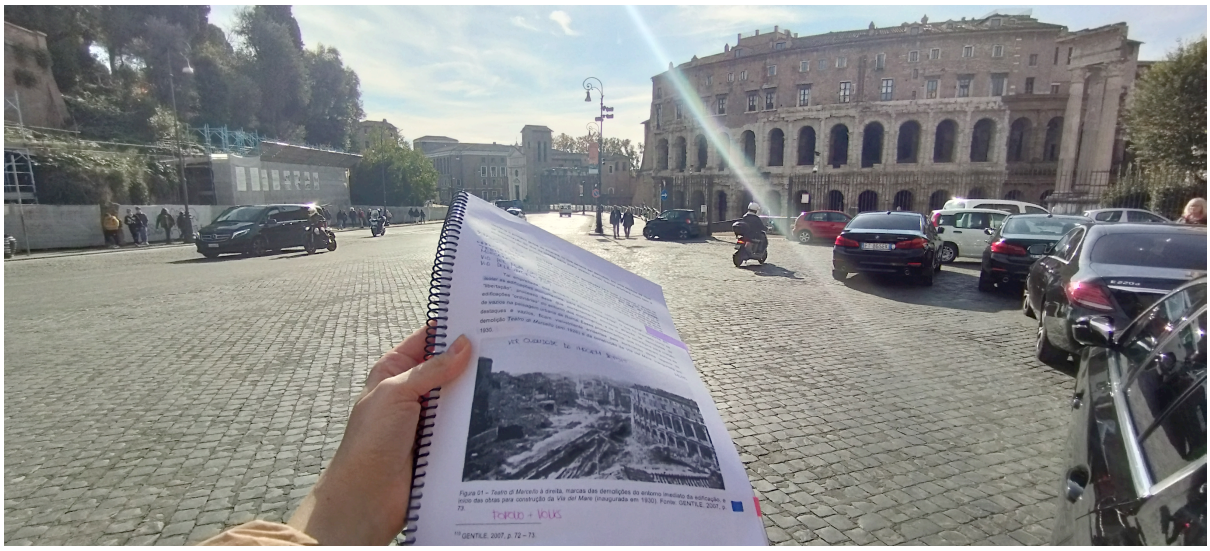


Figura 03 – Vista frontal *Teatro di Marcelo, Roma, Italia*. Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Por hora, deixo em breve suspensão as análises das alterações do sistema viário romano (pois elas retornaram mais ao fim deste capítulo), para trazer duas especificidades próprias das demolições/remoções realizadas pelo Estado fascista italiano. Sendo que, a primeira delas é relacionada ao "sacrifício" de algumas edificações com notória importância histórica, datadas do período medieval e até do renascimento, como, por exemplo, a casa de Michelangelo que foi demolida durante o governo fascista.[133]

[133] Gentile, 2007, p. 72.

Não vou me delongar em críticas sobre essa ocorrência, mas, destaco como o filtro fascista, acionado para seleção das edificações importantes na cidade, era calibrado pelas narrativas que sustentavam o "mito de Roma", assim como em termos visuais/estéticos, favorecia edificações qualificáveis dentro dos estilos clássico e neoclássico. Uma vez em que, o "mito de Roma", conforme exposto por Emílio Gentile, era associado ao retorno da Roma antiga; assim, tudo aquilo que se distanciasse desta época estava passível de ser deixado para expurgação. Na lista das construções que poderiam ser demolidas no fascismo estavam desde pequenos mercados, comércios, casas populares, até igrejas e edificações de relevância histórica que também podiam ser lidas como monumentos.

Para explorar tal fato, retorno aos métodos de leitura das cidades e hipóteses propostos por Jean-Christophe Bailly. Em tal sentido, Bailly sugere que, se há muita gente vivendo no mesmo espaço, "é preciso que haja, em contrapartida, muitos signos";[134] e que onde existe muita gente, mas "poucos signos, poucos pontos de variação e poucos ângulos, é porque sempre há também, inscrita no espaço, uma tendência à uniformização e à recitação, um apagamento das singularidades plurais".[135]

Em outras palavras, o que Bailly narra pode ser aplicado para examinarmos como conformações autoritárias, nas quais o fascismo italiano se inclui, podem operar na materialidade do espaço. Logo, a demolição de diversas pequenas casas, residências comuns e pitorescas, para "liberar" espaço para alguns poucos monumentos da Roma antiga, corroborou no apagamento de muitos destes signos e, por consequente, das "singularidades plurais" na cidade. O desejo de Mussolini para o isolamento de tais monumentos, ressoa também no apagamento da diversidade, desde simbólica como feita em pedra, na cidade de Roma.

Além do apagamento sistemático de singularidades e da pluralidade em muitos locais da cidade, materializado nas grandes transformações físicas operadas em Roma, sublinho a situação de vulnerabilidade em que ficaram as (significativas) parcelas da população atingidas por esses processos, especialmente entre meados dos anos 20 até metade dos anos 30 do último século.

Gentile narra essa vulnerabilidade a partir de um "sentimento de tristeza"[136] das famílias que tiveram que abandonar suas casas com dados e relatos. Sinteticamente, e em suas palavras:

---

[134] Bailly, 2021, p. 167.

[135] Bailly, 2021, p. 167.

[136] Gentile, 2007, p. 74.

> **Milhares de famílias da pequena burguesia, de artesãos e trabalhadores, despejados das casas demolidas, foram transferidos em um êxodo forçado para grandes albergues públicos** construídos na ala *Garbatella* para hospedá-los, ou foram povoar as **novas aldeias construídas às pressas nos subúrbios**, formados por fileiras de pequenas casas como um único cômodo ou dois cômodos e banheiros comuns, reergueram-se nos limites da capital: essas famílias foram as vítimas sacrificadas para a **regeneração da Roma real** e a construção da **nova capital monumental e moderna da Itália fascista**.[137] (destaques da autora)

A partir da interpretação do trecho acima, tanto é possível a percepção de que, dentro do fascismo, o ódio à Roma real, que evidentemente extrapolava as suas pedras e computava também seus habitantes, foi elemento forte e ativo, apesar de sombreado por narrativas e empreitadas de "regeneração" da cidade. Assim como, ficam nítidos os abusos aos quais foram submetidas partes substanciais da população romana frente às demolições em massa realizadas pelo governo fascista italiano.

Também é importante destacar algumas confluências com outras grandes reformas urbanas realizadas em períodos relativamente próximos, como por exemplo a de Paris capitaneada por Georges-Eugène Haussmann (que ocorreu entre 1852 a 1870). Nesse sentido, podemos destacar as grandes mudanças na morfologia e no traçado viário da cidade, assim como o deslocamento compulsório de setores populacionais de média a baixa renda, saindo do centro para as regiões geograficamente periféricas da capital francesa.

Há uma pequena declaração creditada à Haussmann e que tem bastante confluência com o que aconteceu na Roma *Mussolinea*/fascista: "Paris pertence à França e não aos parisienses de nascimento ou de escolha que a habitam, sobretudo a população flutuante das casas de aluguel".[138] Ou seja, se Paris não era dos parisienses, em paralelo, no regime fascisto, Roma também não era dos Romanos, principalmente da população mais pobre/vulnerável.

Por fim, retornando ao trecho analisado, ressalto a presença da palavra "moderna", usada para se referir à capital da Itália fascista, e que pode ser um importante parâmetro para guiar as analises das mudanças relativas ao sistema viário de Roma. Tal como ocorreu com Paris, na reforma de Haussmann, muito da área central de Roma foi arrasada e a cidade modificou-se bastante e em curto período de tempo. Conforme narrou Charles Baudelaire, no poema *Le Cygne* (dedicado à Victor Hugo, e que compõe o conjunto de "*Les fleurs du mal*" de 1857): "Paris é outra (a forma das cidades muda/ Mais rápido, infelizmente,

---

[137] Gentile, 2007, p. 75.

[138] Haussmann apud Bresciani, 1982, p. 68.

que um coração de um mortal)".[139] Nesse sentido, possivelmente, o mesmo sentimento que atravessou o poeta também pode ter impactado os romanos durante o fascismo.

A cidade de Roma, especialmente entre 1926 até 1936, mudou drasticamente em diversos sentidos. Ainda que a maioria das obras no fascismo englobassem e "preservassem" algumas edificações antigas já existentes, a quantidade de demolições e da extensão de áreas afetadas e, por consequente, de deslocamentos populacionais, foi enorme. O que, segundo o historiador italiano e ex-prefeito de Roma Giulio Carlo Argan, levou à criação de bolsões de pobreza nas áreas periféricas da cidade, à perda massiva do poder econômico de grande parte da população atingida, ao aumento considerável dos valores dos terrenos nas áreas centrais, assim como fez crescer a especulação imobiliária em Roma, entre outros efeitos.[140]

Evidentemente, as intervenções urbanas fascistas não foram as primeiras na cidade, mas deixaram lastros de mudanças e de destruições inconfundíveis em Roma. Nas palavras do arquiteto e historiador italiano Italo Insolera:

> **Onde surgiam as pobres casas, os casebres da velha cidade se fez o vácuo ou se reedificaram edifícios públicos: nos bairros nos quais primeiramente se registravam altíssimas densidades, se passou subitamente a zero habitante por quilômetro quadrado**. O saneamento dos terrenos foi integral: mais ninguém vivia na *via dell'Impero*, na *via del Mare*, na *Piazza Augusto Imperatore*, mais ninguém habitará o deserto da *via della Conciliazione*. Se fez o vazio absoluto.[141] (destaques da autora)

Ainda que as demolições na Roma fascista tivessem alcançado a proporção de hectares,[142] e que a morfologia da cidade tenha se alterado radicalmente, tal processo causou efeitos muito mais vastos do que esses mencionados. Os vazios criados em torno dos monumentos não somente modificaram brutalmente a paisagem urbana de Roma em termos físicos, mas solidificaram a criação de enormes zonas (abrangendo inclusive bairros inteiros) desocupadas, não habitadas e com "zero habitantes".

Como ilustração da prática, aciono um registro fotográfico de 1932 (figura 04), retirado da obra de Gentile. Ele retrata o entorno do *Foro di Cesare* composto por casas e o que o historiador qualificou como de ruínas do *Foro* ("*resti*"). Todas as edificações do

---

[139] No original, "*La vieux Paris n'est plus (la forme d'une ville; Change plus vite, hélas! que le cœur d'un mortel*) (Baudelaire, s.d [1857], p. 205).

[140] Argan, 1965, p. 125 – 126.

[141] Insolera, 2001, p. 135, (tradução Rodrigo Baeta) *apud* Baeta, 2008, p. 18.

[142] Baeta, 2008, p. 18.

registro não existem mais, pois elas foram demolidas para inauguração do complexo conformado pela *Via dell'Impero*.

Figura 04 – Casas em torno das ruinas do *Foro di Cesare*, 1932. (Do original: *Case sui resti del Foro di Cesare*, 1932) Fonte: Gentile, 2007, p. 69.

Desde 1932, o *Foro di Cesare* é lindeiro à *Via dei Foro Imperiali*, o nome atual da *Via dell'Impero* que foi inaugurada na ocasião de aniversário de dez anos do regime fascista. Conforme pode ser observado na fotografia de 2022 (figura 05) que mostra parte do *Foro* e da *Via*.

Figura 05 – Vista lateral *Foro di Cesare, Roma, Italia,* no canto esquerdo trecho da *Via dei Fori Imperiali*. Registro feito em 01 de dezembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 06 – Vista lateral *Foro di Cesare, Roma, Italia.* Registro feito em 01 de dezembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Já pela foto (figura 06), de 2022, graças à maior aproximação no conjunto do *Foro di Cesare* é possível a observação das ruinas exatamente no lugar no qual estavam as edificações/casas que existiam antes das demolições capitaneadas pelo Estado fascista italiano. No canto direito da imagem logo acima (figura 06), para quem observa no mesmo ponto de vista da posição na qual foi feita a foto, está a parte mais alta do Foro que aparece como elemento central no registro de 1932 (figura 04).

O conjunto das imagens acima ilustram apenas um pequeno recorte das demolições e das remoções que aconteceram sobretudo na região central de Roma durante o fascismo. Em sua maioria, a população removida do centro de Roma foi expulsa para bairros periféricos, ou precariamente assentada em albergues provisórios, segundo Emílio Gentile. Já na maioria das áreas atingidas pela picareta de Mussolini, além dos grandes vazios entremeando edifícios monumentais, foram criadas vias grandiosas para circulação centrada nos automóveis (entre outros maquinários) e propícias aos grandes eventos/circulação de multidões.

3.4 O fascismo, o futurismo, as ruas e as máquinas

As alterações na malha viária de Roma durante o fascismo italiano também foram justificadas pela motivação de regeneração da cidade, da nação e de seu povo. Esse processo, como foi dito, não somente almejava a restauração de um glorioso passado imperial e de recuperação de valores supostamente perdidos; como também objetivava materializar as mudanças consideradas necessárias para a chegada do futuro, se alinhando com a narrativa que sustentava o “mito de Roma”. É por esse último ponto que é possível o entendimento do porquê das palavras “moderna”, “modernização”, e de termos derivados

terem começado a aparecer com grande frequência na constituição dos discursos fascistas, especialmente após a década de 30.[143]

Destaco que, em tais conjuntura, os termos relacionados com "moderno" em nada tem ressonância com a modernidade entendida como processo, muito pelo contrário. Na leitura de Umberto Eco, na "nebulosa fascista" existia uma "recusa da modernidade" o que implicava na rejeição do iluminismo, da idade da razão e de tudo relacionado, ou seja, das possibilidades de valorização do pensamento crítico, da razão e da ciência.[144]

Contudo, tanto no fascismo italiano, como na variação do fascismo que aconteceu na Alemanha (e em outras variações dos fascismos) havia um culto fervoroso à tecnologia, ao progresso, e, de certa maneira, ao futuro. Logo, o termo "moderno" era operado de acordo com essas conotações, conforme ilustra a declaração de Benito Mussolini, ainda em 1921:

> **Na cidade moderna tudo deve se transformar. Para bondes, carros, motores, as velhas ruas de nossas cidades não existem mais**. Porque a onda de civilização passa por eles. Pode ser **destruído** para recriar o mais belo, o maior e o novo, mas nunca destruído com o gosto do selvagem que quebra uma máquina para ver o que há dentro.[145]

Ainda nesse sentido, o historiador Robert Paxton aponta a modernização como uma das contradições próprias dos fascismos.[146] Em sua interpretação, ao mesmo tempo em que "os fascistas vituperavam contra as cidades sem rosto" e exaltavam "uma utopia agrária livre do desenraizamento, dos conflitos e da imoralidade da vida urbana"; os líderes "adoravam seus carros e aviões velozes e difundiam sua mensagem usando técnicas de propaganda e de cenografia fulgurantemente modernas". [147]

Portanto, os processos de transformações de Roma, no fascismo, não estariam completos somente por intervenções nas edificações e em seus entornos próximos. Para as empreitadas urbanas do fascismo, ainda foram necessárias que ocorressem grandes intervenções na malha urbana da "velha" cidade. As ruas, avenidas e vias que existiam em Roma, especialmente em sua área central, foram consideradas como insuficientes (pequenas) para que os veículos automotores passassem, e para que a cidade suportasse as inovações tecnológicas vindouras.

---

[143] Conforme dados coletados e analisados por mim, usando como base o acervo catalogado por Emílio Gentile e a metodologia inspirada no trabalho de Victor Klemperer.

[144] Eco, 2018, p. 37.

[145] Do original, de declaração de Benito Mussolini, de 1921: "*Nella città moderne tutto deve transformasi. Ai trams, alle automobili, ai motori, le vecchie strade dele nostre città non risistono piú. Poiché in esse passa il flutto della civiltá. Si puó distruggere per ricreare il piú bello, grande e nuovo, ma mai distruggere col gosto del selvaggio che spezza uma machina per vedere che cosa c'é dentro* (Gentile, 2007, p. 48) "

[146] Paxton, 2023, p. 29.

[147] Paxton, 2023, p. 29.

As imagens seguintes (figuras 07 e 08) são parte do extenso repertório das propagandas vinculadas ao Estado fascista italiano. A dupla de imagens, datadas do ano de 1936, representa visualmente os elementos que poderiam compor a “nova Romanidade”, atravessando o solo e os céus de Roma. Em ambas as figuras estão presentes edificações monumentais em seu plano de fundo, sendo que elas foram representadas com referências claras ao estilo arquitetônico clássico que alude ao período imperial, ao “*antico*”. Tais edificações são perpassadas por uma enorme figura do legionário/cavaleiro na imagem da esquerda (figura 07), enquanto na imagem da direita (figura 08) o elemento central é o que parece ser um tanque de guerra. Juntas, as duas peças aludem ao passado glorioso imperial romano refeito na Roma *Mussolinea* em conjunto com automóveis, caminhões, e até aviões.

Em suma, ambas imagens representam o encontro da modernidade, da guerra, das máquinas e do fascismo atravessando a linguagem e a cidade não apenas por terra, mas pelos ares também.

Figuras 07 e 08 – A “Nova Romanidade” representada pela publicidade (1936). Peças referentes à festividade “*Natale di Roma*”. Fonte: Gentile, 2007, p. 216 e p. 217.

Além dos elementos presentes nas figuras que estavam trafegando pela cidade, ficam marcados, pelos traços, tanto um forte contraste entre a escala de cinza, como um estilo gráfico cuja predominância é de linhas sóbrias e retas que se encontram em angulações oblíquas. Este mesmo padrão visual/estético também era presente no estilo arquitetônico dos edifícios associados aos fascismos, especialmente nas novas obras construídas no período (o que será detalhado adiante neste capítulo). No mais, a composição das figuras ressoa intenções de representação de força e velocidade, assim como opera com a escala dos elementos desenhados de maneira a tornar tudo grandioso – inclusive pelo fato de que um "visualizador" fictício estaria posicionado bem ao chão, olhando para cima, sendo este muito menor do que todos os elementos das ilustrações.

Evidentemente, tais figuras incluem subsídios e traços que aludem a outros elementos – desde simbólicos, como iconográficos, e até presentes em projetos arquitetônicos/urbanísticos – que compõem o vasto repertório do fascismo italiano. Além disso, tais convergências não ficam restritas ao contexto italiano, como vão de encontro com outras modulações de fascismos históricos, e ainda existem ecos com correntes e produções artísticas da mesma época, tais como o futurismo italiano.

Não é um fato desconhecido a grande proximidade de alguns expoentes da vanguarda artística, datada do início do século XX, nomeada como futurismo italiano com o fascismo italiano e o Estado fascista, em especial através da figura de Felippo Marinetti que é considerado como o principal expoente do futurismo italiano. Além de várias confluências estilísticas/estéticas existiam muitas interseções ideológicas entre o fascismo e o futurismo italiano de forma geral.

Entre as principais interseções do fascismo com o futurismo, estava o forte engajamento para que ocorresse a "renovação cultural" italiana,[148] conforme apontou o historiador Giulio Carlo Argan. No mais e em comum, está explícito no "Manifesto Futurista" de Marinetti, publicado em 1909 no jornal francês *Le Figaro*, a exaltação das guerras, como forma de "higiene do mundo", e ao patriotismo (nacionalismo), entre outros valores presentes e estruturantes também para os fascismos (expostos no item 9 do Manifesto):

> 9. Queremos glorificar a **guerra** – a única higiene do mundo –, o **militarismo**, o **patriotismo**, o gesto destruidor dos anarquistas, as belas ideias pelas quais se morre, e o **desprezo pela mulher**.[149]

Na perspectiva de Walter Benjamin, em texto já mencionado neste capítulo, a estética da guerra entremeia a estetização política do fascismo.[150] Ou seja, aquilo que os

---

[148] Argan, 2010, p. 454.

[149] Marinetti, 1909, s/p.

fascismos históricos[151] produzem como repertório visual contêm em seu escopo nítidas confluências com imagens e referências que podem ser associadas com a guerra. Nas palavras de Marinetti, citado por Benjamin, a guerra não somente é a possibilidade para o futuro, como a "guerra é bela".[152] Marinetti cita inúmeros elementos que justificariam a beleza da guerra, estando entre eles a possibilidade de criação de "novas arquiteturas, como a dos grandes tanques, dos esquadrões aéreos em formação geométrica, das espirais de fumaça pairando sobre aldeias incendiadas, entre outras".[153]

Igualmente estavam presentes nas bases ideológicas do "Manifesto Futurista" (1909), e do movimento de maneira geral, o culto ao futuro, à força, à tecnologia, e à velocidade. Como exemplo, no quarto ponto do Manifesto há uma forte ênfase ao papel da velocidade associado aos automóveis:

> 4. Declaramos que o esplendor do mundo se enriqueceu de uma nova beleza: a **beleza da velocidade**. Um automóvel de corrida cuja carroceria é adornada por grandes tubulações como serpentes de alento explosivo...**um automóvel** que ruge, que parece correr acima da metralha, **é mais belo do que a Vitória de Samotrácia**.[154]

A passagem acima representa muito bem alguns pontos de alinhamento entre algumas das narrativas que sustentam as imagens do fascismo, previamente expostas (figuras 07 e 08), com o futurismo italiano. Para além disso e em interseção com o papel da cidade, no caso Roma, era de se esperar que não apenas os edifícios comuns da "*vecchia*" cidade fossem removidos da paisagem urbana, "abrindo espaço" para os monumentos; mas que toda malha urbana romana fosse reconfigurada para caber esses maquinários destinados à mobilidade, conforme desejado para a construção da Roma "moderna", veloz e tecnológica desejada pelo fascismo e também pelo futurismo italiano.

A mesma temática e estilo de desenho, das supracitadas propagandas fascistas, pode ser vista na pintura a seguir (figura 09), de 1939, associada ao futurismo italiano, e de autoria de Tullio Crali. Apesar do uso de cores na figura de Crali, as linhas e as relações entre elas são muito semelhantes com as das propagandas fascistas aqui expostas (figuras 07 e 08).

---

[150] Benjamin, 2022, pp. 210 – 211.

[151] Uso a expressão "fascismos históricos" em referência ao historiador Emílio Gentile e em consideração de que como o texto em questão foi escrito em 1936 ("A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica"), não haveria como Benjamin se referir a outros fascismos.

[152] Benjamin, 2022, p. 210.

[153] Benjamin, 2022, p. 210.

[154] Marinetti, 1909, s/p.

No mais, a cidade com suas ruas, seus prédios (imponentes e monumentais) e todo um conjunto de maquinários são retratados – trens, carros, maquinários industriais, e, inclusive, na figura relativa ao futurismo, um dirigível está presente. Nas duas composições gráficas, dispostas logo abaixo (figuras 09 e 10), a cidade não somente funciona como um plano de fundo para a modernização, como ela própria aparece modernizada: seja pela tecnologia e velocidade que circulam em suas ruas, seja pela força de suas edificações.

Figura 09 – *Cityscape*, Tullio Crali, 1939. Disponível em: https://www.gestaoeducacional.com.br/futurismo-resumo/. Acesso em: 12 de julho de 2022.

Observando outros elementos do repertório do futurismo italiano, especialmente nas obras que tematizam a cidade, ainda há a famosa figura (figura 10, posta logo acima) de 1930, nomeada “Arranha-céus e túneis” de Fortunato Depero. Na figura, ambientada em Nova York, apesar das cores vibrantes e do estilo de representação menos figurativo do que das outras imagens aqui trabalhadas, é possível reparar a repetição dos elementos: as edificações imponentes, entremeadas por veículos e pela tecnologia. Os traços também denotam, por sua forma, manifestação de velocidade e inclusive de força.

Figura 10 – Arranha-Céus e Túneis, Fortunato Depero, 1930. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/23/cultura/1395598225_356558.html. Acesso em: 12 de julho de 2022.

Ainda seguindo a mesma tônica, mas com um acréscimo interessante, há a figura abaixo (figura 11) de 1930, de Gugliermo Sansoni Tato, nomeada como "*Flying over the Coliseum in a Spiral*". As obras de Tato também foram fortemente associadas ao futurismo italiano. Mas, diferentemente dos exemplos anteriores, seja do fascismo ou do próprio futurismo, o avião/elemento aéreo não aparece no plano de fundo, mas sim em destaque. E, exceto pelo avião, nessa figura não vemos tanto a tecnologia nas ruas, ainda que essa também arrebate a cidade de Roma (chegando até a borrar seus contornos).

Neste sentido, é relevante olharmos com atenção para a disposição do *Coliseu* nessa representação citada (figura 11). Tal figura é contemporânea às intervenções fascistas de "limpeza" em torno dos monumentos em Roma, e, intencionalmente ou não, replica, em desenho, a lógica de isolamento das edificações importantes na cidade. Não apenas as edificações do entorno do *Coliseu* estão distantes, como não existem pessoas, nem mesmo veículos nas avenidas.

Figura 11 – *Flying over the Coliseum in a Spiral*, Guglielmo Sansoni Tato, 1930. Disponível em: https://www.valutazionearte.it/artisti/guglielmo-sansoni-detto-tato/. Acesso em: 12 de julho de 2022.

Destacam-se então, nas interseções entre o fascismo e o futurismo italiano, a presença significativa de representações vívidas e detalhadas das cidades – seja em imagens, ou em narrativas. Tal como podemos ver também no último item do Manifesto Futurista de Marinetti:

> 11. Cantaremos as **grandes multidões agitadas pelo trabalho**, o prazer ou a revolta; **as multicoloridas e polifônicas marés revolucionárias nas capitais modernas**; a vibração noturna dos arsenais e dos estaleiros incendiados por violentas luas elétricas; as estações ferroviárias vorazes devorando serpentes que fumam; as fábricas suspensas nas nuvens pelos fios de suas fumaças; as pontes lançadas, como saltos de ginastas, sobre rios ensolarados que brilham como uma cutelaria diabólica; os paquetes aventureiros farejando o horizonte; as locomotivas de peito largo, que batem as patas nos trilhos, como enormes cavalos de aço embridados por longos tubos; e o voo deslizante dos aeroplanos, cujas hélices estalam ao vento como bandeiras e aplaudem como uma multidão entusiasta. [155]

Congruente com o desejo de modernização, nesse contexto, era desejado que nas cidades fascistas/futuristas circulassem carros, locomotivas e aeroplanos. Assim como que

[155] Marinetti, 1909, s/p.

as cidades fossem agitadas "pelo trabalho",[156] e pelas grandes multidões "multicoloridas e polifônicas".[157] Portanto, é possível inferir que a transformação do tecido urbano romano, operada pelo Regime fascista, paga tributo também ao futurismo, mesmo que, naturalmente, ela não contemple todos os seus pontos.

Congruente à intenção de inclusão dos maquinários diversos destinados à mobilidade nas ruas romanas, como parâmetro para remodelação do sistema viário de Roma, foram centrais as questões relacionadas com os fluxos e com as escalas na/da cidade. Nada mais conveniente para um Regime que valorizava rituais, desfiles e exibições (militares e civis) nos espaços públicos do que a ampliação de tais espaços.

Quanto maiores as ruas, em largura e extensão, maiores as possibilidades de encenações de dinâmicas e de ritualísticas do poder. Maiores também as possibilidades de impacto, de aglomerações da população (devidamente controlada), de exposições dos líderes e, logicamente, de demonstrações de força. No mais, além de servirem às lideranças e constituírem as bases ideológicas fascistas de diversas maneiras, segundo Walter Benjamin, "nos grandes desfiles, nos comícios gigantescos, nos espetáculos esportivos e guerreiros, todos captados pelos aparelhos de filmagem e gravação, a massa vê seu próprio rosto".[158]

As reformas urbanas que aconteceram em Roma, conforme as práticas aqui descritas, deram o tom da "urbanística fascista" [159] o que inclui não somente o caso italiano, mas tem muitos ecos na variação alemã.

3.5 Estética da cena política: as ruas, praças e os espaços públicos da *Roma Mussolinea*[160]

De maneira sintética, na emergência do campo que nomeamos como Urbanismo, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, a questão social despontou-se "como eixo e objetivo do conhecimento e da intervenção" da qual a "questão urbana" se desdobrou.[161] A máxima "*changer la ville pour changer la vie"* (transformar a cidade para transformar a vida)

---

[156] A temática do trabalho é importantíssima para o fascismo italiano, mas especialmente para o nazismo alemão. Ela será melhor desenvolvida no próximo capítulo, assim como retorna no último capítulo.

[157] Marinetti 1909, s/p.

[158] Benjamin, 2022, p. 210

[159] Argan, 1965, p. 123.

[160] O título desta seção apresenta uma paráfrase de uma passagem de Walter Benjamin no texto "A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica", escrito em 1936 e primeiramente publicado em 1955. No original: "Eis a estetização da política, como a pratica o fascismo" (Benjamin, 2022, p. 212).

[161] Ribeiro & Cardoso, 2015, p. 54.

funcionou como uma espécie de mote para muitas das práticas e intervenções urbanas das primeiras décadas do século XX. Conforme diagnosticaram Luiz Cesar Ribeiro e Adauto Cardoso: "o pensamento urbanístico aparece, assim, no início do século, claramente associado às ideias de reforma social".[162]

Em tal conjuntura e resumidamente, as ideias relacionadas às reformas sociais estavam vinculadas aos projetos e obras de reconfigurações das cidades para que essas abrigassem em melhores condições as classes trabalhadoras/mais vulneráveis. O que evitaria o crescimento tanto de processos de degradação dos meios urbanos, como conteria possíveis revoltas sociais e revoluções. Porém, tais questões não foram os pontos centrais das reformas urbanas realizadas em Roma – principalmente no período de maior interesse para esta pesquisa: entre meados dos anos 20 até aproximadamente metade da década de 30 do último século. Muito pelo contrário.

Nas palavras do historiador Giulio Carlo Argan, na "urbanística do período fascista, a questão da habitação sempre foi a última das questões", assim como "houve um abandono total das questões sociais".[163] O que não descarta a possibilidade de pensarmos em diálogos de abrangência internacional, como em trânsito de ideias e práticas nesse campo de saber. Inclusive, esses diálogos ficam muito evidentes quando conectamos as reformas da Roma fascista com os projetos urbanos e arquitetônicos relacionados ao nazismo, por exemplo.[164] Como ainda, quando pensamos em termos de desenho e morfologia urbana é possível percebemos muitas proximidades dos casos mencionados com algumas mudanças executadas na grande reforma de Paris, feita por Georges-Eugène Haussmann entre 1852 até 1870.

Enquanto na reforma de Paris mencionada, grande parte do centro da cidade existente foi demolido para a construção de um sistema viário mais ortogonal, regular e cujas avenidas fossem extensas e largas; muitas unidades habitacionais também foram executadas neste processo. Ainda que tais unidades não tenham atendido às classes populares, as principais avenidas e regiões centrais da capital francesa, depois da reforma de Haussmann, foram estruturadas para abrigarem uso misto: residencial, comercial, assim como absorver a presença de edificações monumentais.

A lógica que fundamentou o projeto e a execução de uma das principais avenidas da malha urbana de Paris, a *Avenue des Champs-Élysées*, foi replicada várias vezes na posterioridade. No caso do projeto de reforma urbana da Berlin nazista (1939 – 1942), como

---

[162] Ribeiro & Cardoso, 2015, p. 54.

[163] Argan, 1965, p. 123 – 124.

[164] Tema esse que será trabalhado no terceiro capítulo desta tese nomeado como Berlin/Germânia.

será visto no próximo capítulo, a referência em questão foi reproduzida com bastante proximidade pensando em termos morfológicos e de zoneamento que contemplaram as propostas de duas ruas arteriais que seriam fundamentais para a cidade.

Ao passo que, para as intervenções urbanas que aconteceram em Roma durante o fascismo italiano, alguns pontos característicos desta avenida (e muito da lógica do desenho do projeto da reforma de Paris) foram reproduzidos, ao passo que outras qualidades fundamentais foram refutadas. Sendo os elementos divergentes relacionados principalmente com diferenças relativas à questão de ocupação do espaço e da morfologia da paisagem urbana. Para explorá-las, as duas avenidas mais importantes que foram criadas em Roma no governo fascista serão analisadas.

3.5.1 Via del Mare

Em abril de 1926, Benito Mussolini desferiu "*il primo colpo di piccone*" (o primeiro golpe de picareta) para "recuperação" do *Teatro di Marcello* que, por sua vez, demarcou o primeiro trecho da *Via del Mare* que foi inaugurada em 1930.[165] Para as obras de construção desta "nova artéria" de Roma, foram demolidas casas e igrejas, entre uma vasta área construída e bastante adensada na região central da cidade. Na época, a avenida interligava o centro de Roma ao mar *Tirreno*, em direção às praias e ao porto de *Ostia*.[166]

A imagem que ilustra as demolições do entorno do *Teatro di Marcello,* processo que possibilitou a construção desta avenida (figura 01), assim como o conjunto conformado pelo *Teatro* e antiga parte da *Via del Mare* também já foram expostas aqui (figuras 02 e 03) no item deste capítulo que é relativo às discussões sobre as demolições na Roma fascista.

Saindo do *Teatro*, a avenida é conformada de forma a acompanhar o curso do *Rio Tibre* em paralelo e em grande parte de sua extensão. Em algum ponto da cidade, próximo à região de *Ostia,* que é lindeira ao mar, a *Via del Mare* se torna uma via de trânsito rápido. E sua continuidade, em direção ao mar, hoje acontece em conjunto da *Via Ostiense*. Atualmente, no entorno do *Teatro di Marcello*, a antiga *Via del Mare* está nomeada como *Via del Teatro di Marcello*, procedimento este que também aconteceu com a *Via dell'Impero*, hoje *Via dei Fori Imperial,* o que se deu após a derrocada do fascismo como governo de Estado. Contudo, nos trechos próximos ao mar, o nome *Via del Mare* se manteve nos dias atuais, enquanto, nas áreas centrais de Roma não.

Ao menos nos seus trechos iniciais, próximos do *Teatro,* a *Via del Mare* tem três pistas e uma calçada de cada lado de sua extensão, computando aproximadamente uma

---

[165] Gentile, 2007, p. 74.

[166] Gentile 2007, p. 74.

caixa da rua de, no mínimo, trinta metros de largura, tal qual a via hoje nomeada como "*Via dei Fori Imperiale"*. Mesmo atualmente, esta escala em relação ao corpo humano, e até aos veículos é grandiosa; na sua inauguração a proporção era ainda mais assimétrica, pois existiam bem menos veículos automotores em circulação.

Importante destacar que esta Via estava conectada ao conjunto do monumento ao *Re Vittorio Emanuele II* (figura 12) que, por sua vez, estava interligado à *Piazza Venezia* pela *Via dell'Impero*. A fotografia da página seguinte (figura 13), realizada em 2022, mostra a vista do *Teatro di Marcello* e foi realizada do alto do monumento ao *Re Vittorio Emanuele II* (figura 12). Por esse registro (figura 13), é possível ver a proximidade entre o *Teatro di Marcelo* (no plano de fundo*)* e da antiga *Via del Mare*, com o conjunto formado pelo o monumento ao *Re Vittorio Emanuele II* (figura 12), a *Piazza Venezia e a Via dell'Impero.*

Figura 12 – Vista do monumento ao *Re Vittorio Emanuelle,* registro realizado da *Piazza Venezia, Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 13 – Vista do *Teatro di Marcello*, registro realizado no alto do monumento ao *Re Vittorio Emanuele, Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

3.5.2 Via dell'Impero

Mesmo a *Via del Mare* sendo uma importante via da malha urbana romana na época em que foi construída, uma via ainda mais significativa do que ela foi inaugurada em Roma, dois anos depois, em 1932, durante a celebração da primeira década da "Revolução Fascista".[167] A rua, que foi inicialmente nomeada como *Via dell'Impero,* foi anunciada pelo próprio Benito Mussolini, em 1930, como localizada no "coração da cidade eterna", quando "metade de Roma estava em demolição", sendo uma "grande estrada de ligação entre o Coliseu (*Collosseo*) e o Fórum (*Fori*)".[168] Desta declaração, destaca-se o tom positivo dado tanto pera as demolições na cidade, inclusive expresso com exagero na quantidade, assim como a exaltação da grandiosidade da avenida que estava sendo construída.

A avenida, que arrasou parte significativa da área central de Roma para existir, têm apenas novecentos metros de comprimento enquanto tem trinta metros de largura. Na atualidade, ela tem o nome de *Via dei Fori Imperiale*. As imagens desta e da próxima página ilustram alguns aspectos da morfologia desta rua.

Sendo que a primeira das figuras da sequência mostra um recorte feito do programa *Google Maps*, no qual é possível ver toda a extensão da avenida (figura 14); enquanto as duas próximas (figuras 15 e 16), de 2022, são fotografias realizadas na própria avenida, no sentido *Colosseu* em direção ao *Palazzo Venezia,* sendo possível visualizar sua largura. Por esse recorte do Google, pode-se observar como esta avenida é mais larga do que as outras ruas da malha urbana do centro de Roma e como ela é relativamente pequena, sendo atravessada a pé em 17 minutos e por bicicleta em 5 minutos, segundo os cálculos do programa.

---

[167] Gentile 2007, p. 86.

[168] Do original, de Benito Mussolini, em 1930: "*Metà di Roma é in demolizione! Nel cuore della città eterna case su case vengono abbattute per liberare il monumento a re Vittorio Emanuele II e aprire uma nuova grande strada che raggiungerà il Collosseo costeggiando i Fori: la Via dell'Impero*" (Gentile, 2007, p. 86).

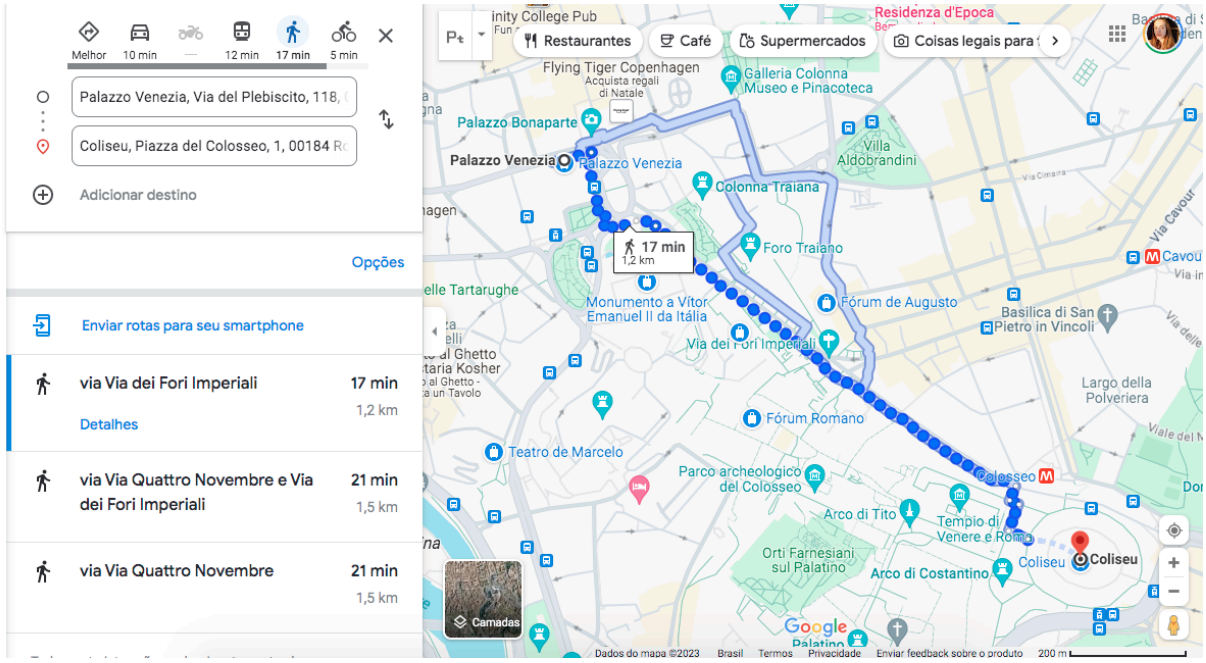


Figura 14 – *Via dei Fori Imperiale, Roma, Italia.* Imagem retirada em 21 de novembro de 2023 do programa *Google Maps*. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 15 – Vista da antiga Via dell'Impero, atual Via dei Fori Imperiali, Roma, Italia. Foto tirada no sentido Colosseu para a Piazza Venezia/monumento ao *Re Vittorio Emanuelle*. Registro feito em 01 de dezembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Especialmente na primeira imagem (figura 14), é possível ver como a antiga *Via dell'Impero* conecta importantes monumentos (tais como *Foro Trajano, Foro di Cesare, Foro Augusteo, Foro Romano*) em sua extensão; sendo que uma de suas extremidades está localizada no *Colosseu*, enquanto a outra está no conjunto do monumento *Re Vittorio Emanuele II* (figura 12), a *Piazza Venezia e o Palazzo Venezia* (figura 16). Importantíssimo

destacar que o *Palazzo Venezia* era o local de trabalho e moradia de Benito Mussolini desde quando ele foi nomeado como primeiro ministro italiano, até sua época como *il Duce*.

Figura 16 – Vista da antiga *Via dell'Impero*, atual *Via dei Fori Imperiali*, *Roma, Italia*. Foto tirada no sentido *Colosseu* para a *Piazza Venezia*/monumento ao *Re Vittorio Emanuelle*. Registro feito em 01 de dezembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 17 – Vista do *Palazzo Veneza* e da *Piaza Veneza*, antiga *Via dell'Impero*, atual *Via dei Fori Imperiale*, foto realizada no do monumento ao *Re Vittorio Emanuele, Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

O registro fotográfico acima (figura 17) mostra a vista do conjunto do *Palazzo* e da *Piazza Venezia* retiradas do alto do monumento ao *Re Vittorio Emanuele II* (figura 12). Enquanto a foto a seguir (figura 18), feita do mesmo ponto da primeira, mas em altitude um pouco maior, mostra a vista da Avenida com o *Colosseu* em sua extremidade final. Apesar da grande quantidade de edificações relevantes que compõem o conjunto, ele é

relativamente bastante pequeno. Atualmente, a Via tem grande circulação, principalmente de turistas em suas calçadas, como de veículos automotores. No mais, ela compõe parte importante do trajeto de várias linhas de ônibus na cidade.

Figura 18 – Antiga *Via dell'Impero*, atual *Via dei Fori Imperiale*, Coliseu ao fundo, foto realizada no do monumento ao *Re Vittorio Emanuele, Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Já na sua extensão, para além dos monumentos mencionados, não existem mais outros usos, nem mesmo pequenos comércios. O que resulta em tipologia e uso do solo diferente da supracitada *Avenue des Champs-Élysées* em Paris, França. A despeito de sua uniformidade, em termos de ocupação, em 1934 e em um periódico italiano, chamado "*Casabela*", foi publicada a seguinte declaração:

> O que é a *Via dell'Impero*? **A *Via dell'Impero* é uma rua animada e cheia de tráfego que liga dois núcleos muito importantes de Roma e, ao mesmo tempo, é também uma estrada arqueológica solene e austera que liga o *Colesseo* ao *Palazzo Venezia*, atravessando uma pitoresca desordem de recordações arquitetônicas.** Esse duplo caráter da rua, funcional e cortês, é o segredo de seu sucesso urbanístico: a vida e a história estão alegremente enxertadas nela nas formas mais díspares e com uma **saída cenográfica** que só Roma pode estabelecer.[169]

Da declaração acima, importante destacar alguns atributos dados para a Avenida. A condição de "rua animada" é ligada ao tráfego que, independente se de veículos ou pessoas, vêm deslocado das possibilidades de permanência na via. Ou seja, assim como hoje em dia, a rua não possuía pontos de permanência longa, mas, ela favorece/favorecia a circulação rápida de grande quantidade de pedestres e de veículos automotores diversos,

[169] Gentile, 2007, p. 88.

como fornecia uma “saída cenográfica”. Tal caráter da rua pode ser observado no registro fotográfico abaixo (figura 19), de 2022. Ele foi retirado em frente à estação de metro nomeada como *Colosseu*.

Figura 19 – Trecho inicial da *Via dei Fori Imperiali*, foto tirada da “esquina” oposta ao *Colosseu*. Destaque para as obras de reforma urbana e monumento a *Vittorio Emanuelle II* (*altare della pátria*) no fundo. *Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

No mais, o uso do termo “arqueológica” na passagem acima, ressoa em muito a linguagem recorrente do fascismo, especialmente para se referir às intervenções arquitetônicas e urbanas em/nas proximidades de edificações de períodos históricos. Outro termo também recorrente no repertório fascista é a palavra “pitoresca” usado com conotação negativa, e em referência às edificações populares (pequenas casas, comércios de pequena escala).

Conforme dito nos itens anteriores deste capítulo, a destruição daquilo que era considerado “*vecchi”* ou “*pittoreschi”*, era uma marca fortíssima das intervenções arquitetónicas e urbanas fascistas, e tal procedimento também se repetiu na construção da *Via dell’Impero* (1932). Neste sentido, as obras de construção da *Via dell’Impero* (que, depois da derrocada do Estado fascista, foi rebatizada como *Via del Fori Imperiali)*, ficaram registradas pela foto abaixo (figura 20).

No registro abaixo (figura 20), está visível o Coliseu Romano ao fundo e à esquerda do ponto de vista de quem tirou a fotografia. Em uma linha diagonal que vai do Coliseu ao canto direito da foto, está um conjunto de edificações monumentais. Ao meio, estão as obras da Avenida. Tanto pela dimensão do registro fotográfico, como pelo tamanho da Via, pode-se perceber como muitas edificações foram demolidas na área para que a *Via dell’Impero* existisse.

Figura 20 – Trabalho para construção da *Via dell'Impero* (1932). Fonte: Gentile, 2007, p. 79.

Nas palavras de Emilio Gentile, a *Via dell'Impero* representou tanto um símbolo fortíssimo do poderio deste governo para o resto do mundo, como materializou a "vitória definitiva da Roma fascista sobre a Roma real".[170] Além da "vitória do fascismo" sobre Roma, destaco como o decênio dos anos trinta do século XX foi gravemente marcado pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939. Logo, uma via deste porte era ideal para paradas e exibições militares, o que fica evidente na imagem a seguir (figura 21) que registrou uma parada militar que foi realizada na *Via dell'Impero*, em 1935.[171]

[170] Gentile, 2007, p. 88.

Figura 21 – Parada na *Via dell'Impero* (1935). Fonte: Gentile, 2007, p. 88.

Ao contrário das práticas da política em contextos democráticos diversos, no fascismo italiano, a questão da política e dos espaços públicos aconteceu de outra forma. Se as praças eram locais privilegiados da política nas *pólis* das democracias antigas, por exemplo, neste caso, o que emergiu na vida pública não foi a possibilidade de diálogos entre os diferentes. Ao contrário, se os diferentes eram os outros que eram recorrentemente tratados como inimigos nos fascismos, nos espaços em que deferiam ocorrer diálogos, aconteciam "monólogos". Logo, os espaços públicos se tornavam espécies de cenários para que esses monólogos ocorressem.

Se não havia facilidade para os diálogos, ocorriam exibições nas quais os espaços públicos eram cenários, ou planos de fundo, tais como na passeata exposta acima na *Via dell'Impero*. Assim, os lugares em que tais eventos aconteciam, poderiam ser enormes descampados para que as pessoas não permanecessem e interagissem entre si, mas que os sujeitos compusessem a cena simultaneamente como "corpo de baile", e como espectadores de quem falava.

Assim, quando havia multidões nos espaços que, em sistemas classificatórios de morfologia urbana são nomeamos como públicos, a despeito se cumprem esta função ou não, era fundamental que houvessem lugares para comportarem grandes públicos, tanto como que existissem alguns pontos focais para centralizar a figura do líder.

No caso da *Via dell'Impero,* é fácil indicar como um evento poderia comportar um enorme público e sair no sentido do Colosseu ao conjunto da *Piazza* e do *Palazzo Venezia*. Não por acaso, era da janela do *Palazzo Venezia* que Benito Mussolini proferia muitas de suas falas públicas. A imagem abaixo (figura 22), de 5 de maio de 1936, ilustra *il Duce*, anunciando a "conquista da Etiópia"[172] da janela do *Palazzo Venezia*.

Figura 22 – *Duce* anuncia a conquista da Etiópia na janela do *Palazzo Venezia* (1936). Fonte: Gentile, 2007, p. 125.

Por fim, esta avenida estava em obras para uma nova intervenção urbana no fim de novembro de 2022 (conforme mostra foto abaixo, figura 23), período em que foi realizado trabalho de campo relativo ao escopo da pesquisa desta tese.

---

[172] Gentile, 2007, p. 125.

As discussões sobre este conflito serão retornadas no quarto capítulo desta tese (Nebulosa fascista). Assim como a tipologia do *Palazzo Venezia* será discutida no terceiro capítulo (Berlin/Germânia).

Figura 23 – Trecho inicial da *Via dei Fori Imperiali*, vista para o *Colosseu* e obras de reforma urbana. *Roma, Italia.* Registro feito em 29 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Importante também destacar que, apesar de quase 100 anos depois de sua inauguração, esta avenida ainda mantem um forte caráter cenográfico, conforme pode ser muito bem observado em registros fotográficos noturnos de 2022 (figuras 24 e 25).

Figura 24 e 25 – Figura 24: *Via dei Fori Imperiali*, vista frontal para o *Foro di Cesare*. Figura 25: *Via dei Fori Imperiali*, vista frontal para *Piazza Venezia* e vista lateral do *Palazzo Venezia*, *Roma, Italia.* Registro feito em 28 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

3.6 A monumentalidade como linguagem na cidade: as relações entre escalas e proporções na cidade[173]

Na estruturação dos fascismos históricos europeus (não somente no italiano), não apenas na linguagem, como nas ações eram fundamentais frequentes exibições de força, ordem e controle da população que, continuamente, deveria estar submetida ao Estado/ao líder. Logo, em tais contextos, as pedras das cidades fascistas/autoritárias também deveriam contribuir para a submissão de seus habitantes. É exatamente nesse sentido que foram usados atributos como a "monumentalidade" através da manipulação das escalas nas obras arquitetônicas e das intervenções urbanas associadas aos fascismos. Por essa perspectiva, continuemos a ver Roma para, em breve, olharmos o projeto da nova Berlin no nazismo, capitaneado pelo arquiteto alemão e membro do partido nazista Albert Speer (na próxima seção).

Além da função de comunicar, de remeter a períodos históricos específicos, e até de fortalecer processos de criação de identidades locais, ou até mesmo nacionais, os monumentos podem ter outras funções nas cidades extrapolando as listadas. Em termos de morfologia urbana, monumentos são elementos visuais que correntemente se sobrepõem ao resto da paisagem urbana. Ou seja: monumentos são elementos de destaque visual na paisagem urbana e recorrentemente podem ser classificados como "marcos visuais", conforme aponta a clássica teoria apresentada pelo urbanista Kevin Lynch, em 1960, no livro a "Imagem da Cidade".[174] É também por esse significado que o termo monumentalidade pode ser interpretado.

Frequente na linguagem fascista italiana, a palavra *"monumentalitá"* (monumentalidade)[175] se referia não apenas àquelas edificações classificáveis como monumento nos sentidos aqui já discutidos; mas também àquelas com características de notório destaque visual em comparação ao resto da paisagem urbana. Na prática, em relação às intenções para as novas construções m Roma, esse destaque era conferido seja pela adoção de um estilo arquitetônico específico – marcadamente com linhas retas e sóbrias (quando observamos as edificações projetadas e construídas em conjunção com o fascismo), como ainda pelo uso das proporções dos elementos em relação ao conjunto.

---

[173] Embora neste item caibam discussões sobre as dimensões e os aspectos do sublime, as concentrei no terceiro capítulo (Berlin/Germânia).

[174] Lynch, 1960, p. 66.

[175] Tal como "monumentalidade", outros termos ganharam relevância na linguagem fascista: "*moderna", "lineare", "funcionale", "ambiente grandioso", "ampla", "sobrietà" e "solene"*. Mais uma vez, reforço que essa seleção de palavras foi feita por mim, explorando o acervo posto em algumas obras de Gentile e em outros materiais referentes ao fascismo italiano.

O que aqui é chamado de proporção é o que define as relações entre os tamanhos das edificações e do conjunto urbano em relação ao corpo humano, por exemplo. Outro termo para essa relação é "escala humana" que deve ser vista dos edifícios e/ou da cidade em relação ao tamanho dos indivíduos. Neste sentido, para as obras arquitetônicas e urbanísticas relacionadas ao Estado fascista, era muito frequente que o tamanho das edificações e da cidade fossem muito maiores do que o dos corpos dos seus habitantes,[176] em suma e nas palavras de Giulio Argan, no fascismo "a escala humana foi esquecida".[177]

Nas ações do Estado fascista italiano sobre sua capital federal, as demolições massivas (especialmente em torno dos monumentos) não se deram somente para "limpar" a paisagem de Roma. Através do isolamento de edifícios era intencionada a criação de efeitos de ampliação do tamanho das edificações já existentes em relação à cidade e aos seus habitantes. Tal como declarou Mussolini, ainda em 1925, *"I monumenti millenari della mostra storia devono giganteggiare nella necessária solitudine*" ("os monumentos milenares da exposição histórica devem erguer-se na necessária solidão").[178]

Entretanto, a despeito das intenções que movimentaram tais obras, o historiador Giulio Carlo Argan ainda apontou como os monumentos restaurados foram também "vítimas" das práticas "arqueológicas" do Regime, pois eles ficaram "desambientados, isolados e empobrecidos pelos espaços vagos".[179] Argan ainda é preciso ao rememorar como o "*Mausoleo de Augusteo*", restaurado durante o governo fascista, ficou parecendo uma ruína, o que o fez ser apelidado pelos romanos de "dente cariado".[180]

Ainda nas palavras de Argan, as obras fascistas objetivavam criar na cidade a ampliação da "visibilidade" (para algumas edificações) e do "espetáculo urbano".[181] Neste sentido, as edificações novas, construídas durante o fascismo, também seguiam essa mesma métrica e já "nasciam" exageradamente grandiosas, assim como mantinham características de solenidade e grandiosidade, congruentes ao desejo de manifestação desse espetáculo na cidade.

---

[176] As relações entre corpo – cidade – linguagem, seja à luz dos fascismos será melhor explorada nos próximos capítulos desta tese, sobretudo no próximo capítulo (Berlin/Germânia).

[177] Argan, 1965, p. 124.

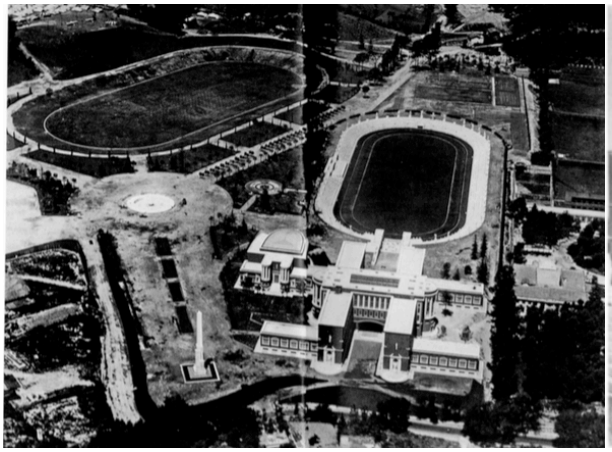
[178] Benito Mussolini,1925 *apud* Gentile, 2007, p. 68.

[179] Argan, 1965, p. 124.

[180] Argan, 1965, p. 125.

[181] Argan, 1965, p. 123 – 124.

Como exemplo, há o *Foro Mussolini* (depois da derrocada do fascismo rebatizado como *Foro Italico*) que foi construído entre 1926 até 1938 e exibido nas figuras 26 e 27, situadas na próxima página.



Figuras 26 e 27 – *Foro Mussolini*, vista aérea e pátio externo. Fonte: Gentile, 2007, pp. 101 - 102.

Destaco que imagens retiradas de outras fontes poderiam ter sido selecionadas, mas, nesse caso, preferi recorrer aos acervos cujas fotografias são da época do fascismo. Outras imagens poderiam ser mais ilustrativas a respeito da escala dos elementos construídos em relação ao corpo humano. Entretanto, acredito que a ausência de figuras humanas, perceptível na maioria dos registros do período, é bastante significativa. Proposital, ou não, essa ausência retira do observador a possibilidade de calcular o tamanho dos elementos edificados, como também confere uma aparência bem mais grandiosa e, portanto, menos cotidiana/mundana a eles.

Como exemplos desse tipo de registro/de representação, assim como de prática arquitetônica e urbanística, temos também as fotografias da maquete do Complexo para *Esposizione Internacionalle di Roma* (EUR ou E'42 – no qual as obras não chegaram a ser completas); e o *Palazzo della Civiltá Italiana* (concluído entre 1938 – 1943, destinado para preparação da cidade para a E'42) – cuja foto parece manipular ainda mais os efeitos de grandeza do que os registros do *Foro Mussolini*. Retratados, respectivamente, na coletânea de imagens agrupada na figura 28, e na foto que compõe a figura 29.

Figura 28 – Maquetes do complexo da E’42. Fonte: Gentile, 2007, p. 189.

Figura 29 – *Palazzo della Civiltá Italiana*. Fonte: Gentile, 2007, p. 158.

As fotografias na sequência, registros de 30 de novembro de 2022, mostram o edifício inicialmente batizado como *Palazzo della Civiltá Italiana* (figura 30) e seu entorno imediato (figura 31). Ainda que as fotos tenham sido realizadas de outro ângulo, e com outras intenções, o edifício é, indiscutivelmente um elemento de destaque na paisagem urbana na qual está inserido. Como essa edificação foi implantada em uma área que foi construída durante o fascismo, localizada na região geográfica periférica de Roma, desde o início, sua inserção já a mantinha em isolado, e as ruas do seu entorno são bem mais largas do que as existentes no centro histórico de Roma. O que conservava a mesma lógica das intervenções arquitetônicas/urbanísticas no centro histórico da cidade que, mesmo frente a um tecido urbano consolidado e adensado, favoreciam o “isolamento” das edificações.

Figura 30 – *Palazzo della Civiltà Italiana, Roma, Italia.* Registro feito em 30 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 31 – *Palazzo della Civiltà Italiana* e entorno imediato, *Roma, Italia.* Registro feito em 30 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Evidentemente, como foi previamente analisado neste capítulo, a malha urbana da cidade também foi configurada (quando nova) e reconfigurada (quando já existente) seguindo essa lógica, e não apenas de maneira a fornecer suporte para as edificações. A Roma fascista também deveria ser "monumental" e grandiosa em suas vias, seja para passagem dos maquinários, dos meios de transporte, ou até mesmo como cenário que comportasse as exibições públicas e as multidões que serviriam ao Regime.

Como será analisado na sequência, a ideia e as práticas de monumentalidade relacionadas com as dimensões discutidas aqui, também são tributárias com às propostas de "eternizar" a cidade de Roma, sobretudo a partir da segunda metade da década de 30 do último século.

3.7 Roma: *"città eterna"*

Em termos de narrativas (e até de intervenções materiais), a evocação do império romano foi basal para a conformação do fascismo italiano, especialmente quando associado ao Estado. Tal fato pode ser visto tanto pela composição do "mito de Roma", como foi fundamental nas definições dessa "nova Romanidade". Entretanto, até aproximadamente a inauguração da *Via dell'Impero*, em 1932, as referências ao Império eram mais associadas ao Império romano antigo, sendo ligadas essencialmente a um passado remoto e relativamente distante.

Próximo a este período, ocorreu uma inflexão na noção de Império no fascismo, inclusive perceptível pela nomeação desta via. Uma vez em que o vocábulo "Império", que nomeou a rua "*Via dell'Impero*", pode ser interpretado como referente ao Império Romano da antiguidade, como também ser associado com perspectivas futuras voltadas para as possibilidades de existência de um novo Império Romano fascista. Não por acaso que, após a derrocada do fascismo, o nome da via "*Via del Mare"* pode ser mantido, mas, "*Via dell'Impero"*, não. Porque a relação do termo "império" com o fascismo italiano é inegável e bem mais perceptível.

Esta "virada" para o "fascismo imperial" ficou muito evidente em 1936, quando Benito Mussolini, no balcão do *Palazzo Venezia*, voltado para a *Piazza Venezia,* onde normalmente proferia suas declarações, declarou a inauguração da empreitada de reparação ("*riapparizione"*) do Império Romano.[182] Neste sentido, o termo "*riapparizione"* tem um duplo sentido, pois, remete tanto a um passado glorioso a ser refeito, como faz menção à uma promessa futura de grandiosidade do fascismo que, na época, não deveria ser mais entendido como um Estado, mas sim como um Império.

---

[182] Gentile, 2007, p. 117.

Neste capítulo, não irei tratar da importância seja do colonialismo, seja do imperialismo, enquanto conjuntos de práticas e fundamentos basilares sem os quais não seriam possíveis os totalitarismos, como foi tão bem elaborado por Hannah Arendt, [183] uma vez em que tais questões serão discutidas no quarto capítulo desta tese (Nebulosa fascista). Porém, destaco que a "elevação" da Itália no fascismo para Império foi concomitante à instalação do domínio italiano sobre a região africana da Abissínia, após a Guerra da Etiópia que ocorreu entre 1935 e 1936. Assim como Adolf Hitler já era Chanceler desde 1933.

Durante este intervalo de tempo, não somente as obras sobre a cidade de Roma continuarem em pleno vigor,[184] como também a formação do "Império Fascista" foi interseccionada pela percepção de Roma como "*città eterna*".[185] Em relação aos processos de transformação das representações de Roma como "*città eterna*", ou seja, da substituição da cidade real por uma versão supostamente "eterna" e moldada pelo fascismo, Emílio Gentile foi bastante preciso ao descrevê-los:

> O fascismo trabalhou muito para efetuar, depois da conquista política, uma **"conquista monumental" da capital**, feita mediante a "***fascitizzazione*" de seu espaço urbano tanto quanto fosse possível**, ocupando-o com seus próprios ritos, próprios símbolos e próprios monumentos.[186] (destaques da autora)

Naturalmente, os processos que envolveram a "*fascistizzazione*" (em tradução livre: fascistização) da capital italiana se refletiram, como também aconteceram através das articulações e transformações da linguagem italiana. Assim como, esses ocorreram por meio de potentes operações e transformações que acometeram não somente os planos imateriais, como os elementos materiais da cidade de Roma.

Para que o "*fascismo di pietra*", nos termos de Gentile, dominasse "a fisionomia da capital",[187] foram necessárias construções de extenso repertório de palavras, imagens, e de narrativas pela/da cidade, para além da ação da "picareta" de Mussolini e das alterações nas pedras em si. Em outras palavras: o fascismo de pedra não seria possível sem uma gramática, sem acervos iconográficos e simbólicos, e sem narrativas para sustentá-lo. Como não existiria sem as intervenções arquitetônicas e urbanísticas que aconteceram sobretudo na capital federal italiana.

---

[183] Especialmente na obra "Origens do Totalitarismo" primeiramente publicada em 1951.

[184] Gentile, 2007, p. 115.

[185] Gentile, 2007, p. 118.

[186] Gentile, 2007, p. 89.

[187] Gentile, 2007, p. 115.

Para sintetizar a importância dos elementos materiais e imateriais nas cidades no fascismo italiano, pode-se observar a peça publicitária vinculada ao Estado italiano e datada de 1937, referente à construção dessa Roma Imperial (ver figura 32, disposta abaixo). Em tal composição ficam evidentes tanto a importância da materialidade da cidade – vista pelo destaque dado às suas "pedras": suas ruas, suas edificações enormes e monumentais; como da relevância dos aspectos simbólicos – evidenciados pela presença dada para a águia (símbolo do poderio desse regime), às palavras, e até na figura de Mussolini desferindo golpes de picareta na velha Roma.

Figura 32 – Peça publicitária que mostra a demolição e construção da *"nuova Roma imperiale"* (1937). Fonte: Gentile, 2007, p. 162.

A seguir, serão examinados com mais apuro o que seria a condição de "*città eterna*" desejada para Roma fascista de forma ampliada, pois, é fundamentalmente a partir da ideia de eternidade que os projetos arquitetônicos e urbanos para a Berlin Nazista também serão analisados no próximo capítulo (Berlin/Germânia).

A condição de cidade eterna, almejada tanto nos projetos do fascismo italiano, como do nazismo, fazem a passagem entre este capítulo e o próximo. É por essa percepção que serão estruturadas as discussões que adentram na Alemanha, mais especificamente, em sua capital, Berlin, atravessada pela Terceiro *Reich*. Enquanto Mussolini pensava em Roma como a "*città eterna*", Hitler pensou em Berlin, refeita sobre o nome de Germânia, para durar mil anos.[188] Logo, sem jamais dissociar cidade de linguagem que o repertório de palavras, imagens, símbolos, narrativas dos fascismos históricos europeus serão ainda mais explorados frente ao fascismo alemão. Para que, finalmente, as análises sobre as novas gramáticas com nuances fascistas da contemporaneidade possam ser iniciadas.

[188] Além da figura de Adolf Hitler, no próximo capítulo, há bastante centralidade para o principal arquiteto do Estado nazista, Albert Speer. Embora existam no fascismo italiano arquitetos de grande renome e destaque, tais como Marcello Piacentini, aqui não há "paralelismo" na análise. O que acontece em decorrência de que, como a temática da cidade é um dos elementos centrais desta tese, foi dada ênfase para Speer por ele ocupar simultaneamente as posições seja de arquiteto, como atuar na chefia das obras urbanas de Berlin, conforme será discutido na seção seguinte.

4 CAPÍTULO 3_BERLIN/GERMÂNIA

4.1 Destruir Berlin, construir Germânia

4.1.1 Da *Roma Mussolinia* à Berlin nazista: uma breve introdução

Na seção anterior, foram examinadas algumas das principais características, materiais e imateriais, associadas ao regime fascista italiano (1922 – 1945), partindo de Roma e da linguagem italiana como elementos centrais. Tal capítulo, nomeado como *Roma Mussolinea*, estrutura-se através de cruzamentos de análises relativas às grandes transformações que ocorreram na paisagem da cidade no período. O que se dá em conjunto com reflexões a respeito de narrativas, imagens, declarações, propagandas, entre outros elementos de linguagem e de comunicação vinculados ao fascismo italiano, sobretudo na sua junção com o Estado.

Não por acaso e dentre o material avaliado, os vocábulos "*Roma*" e "*impero"* ("império") se destacaram dentre o escopo das palavras mais recorrentes na linguagem italiana durante essa variação de fascismo.[189] O que aconteceu, entre outras razões, em decorrência do fato de que a cidade de Roma foi um lugar fundamental para o estabelecimento do ideário e do governo fascista na Itália, tanto em suas dimensões físicas, quanto simbólicas. Como ainda pela grande valorização da ideia de império no fascismo, seja do antigo império romano, seja do império fascista a ser construído.

Nesta conjuntura e de forma muito resumida, as principais mudanças materiais que ocorreram na capital italiana foram mobilizadas por: demolições massivas de edifícios demarcados como "*pittorescos*" e/ou "*vecchios*" nas suas áreas centrais; "restaurações" de edificações do "*antico*" império romano; construções de novas e monumentais obras arquitetônicas; e pela realização de grandes projetos viários e de reformas urbanas de grande porte. Tais procedimentos foram essenciais para a formação, e posterior consolidação, de uma espécie de repertório feito em pedra do fascismo italiano, sendo que a grande maioria deste ainda perdura na cidade até a atualidade.

A despeito de sua perenidade, o "fascismo de pedra" só foi possível, pois, ele foi sustentado por estruturas ideológicas e discursivas muito bem estabelecidas, e talvez até bem mais duradouras do que seus elementos materiais, como suas grandes edificações, por exemplo. Não somente pela constatação posta acima, como por outras evidências, frequentemente, os regimes fascistas europeus do início do século XX, tal como foram os fascismos italiano e alemão, foram, como ainda são classificados enquanto espécies de

---

[189] Gentile, 2007, prólogo, p. V.

"reinos da palavra".[190] Todavia, nestes contextos, o termo palavra, que faz referência à linguagem e à comunicação, só pode ser empregado se permeado por diversas ressalvas. Sem ser tributário à noção de política própria da filosofia política, conforme discutido no primeiro capítulo desta tese.

No mais, o interesse em se estudar tais temáticas e processos, dos que que se deram na Itália, aos que aconteceram na Alemanha, aqui também se relaciona com o intento de se examinar ainda como conformações contemporâneas – quando associadas com ideários fascistas e em posse de cargos representativos/estatais de relevância – operam nos domínios da cidade e da linguagem para realização de seus projetos de poder. Discussões que serão desenvolvidas no quarto e, principalmente, no quinto capítulo desta tese.

Dando continuidade às reflexões apresentadas nas seções anteriores, neste capítulo será tratada com maior profundidade a modulação de fascismo que ocorreu na Alemanha na primeira metade do século passado. A passagem do segundo capítulo para este, que se inicia com apreciações gerais sobre os fatores e eventos que possibilitaram a existência dos planos e projetos para as reformas urbanas para Berlin no *III Reich*, tem maior ênfase no eixo temático relacionado com o âmbito da cidade. Por fim, ao longo do capítulo e frente ao caso de Berlin durante o nazismo, serão acionados métodos muito semelhantes aos que foram articulados para se examinar as transformações em Roma durante o fascismo.

Como regime de Estado, o fascismo italiano foi oficializado em 1922, ao passo que o nazismo se instalou no mais alto posto do Estado alemão mais de dez anos depois, em 1933, quando Adolf Hitler, na época deputado, foi declarado Chanceler[191] do país. Entretanto, membros do partido nazista (Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores – NSDAP) já ocupavam mais de 300 cadeiras no *Reichstag* (parlamento) desde 1932, sendo que ele foi ativo entre os anos 1920 até 1945. Mais do que as interações contínuas entre Mussolini e Hitler,[192] as diversas proximidades ideológicas entre o fascismo italiano e o alemão refletiram em várias confluências nos processos que aconteceram nos dois países (e, logo, em suas capitais), especialmente os que se deram ao longo do decênio dos anos 1930 – 1940.

---

[190] Gentile, 2007, prólogo, p. V.

[191] A ascensão de Hitler ao poder, em 1933, se deu pela sua nomeação como Chanceler alemão. Até 1934, ele governou em conjunto com Paul Von Hindenburg, então presidente alemão. Com a morte de Hindenburg, em 1934, Hitler fez um plebiscito popular para assumir conjuntamente as funções de Presidente e de Chanceler, se tornando assim *Führer*.

[192] Assunto que será debatido neste capítulo, especialmente no item 4.2.3.2 nomeado como Mussolini e Hitler.

Progressivamente, a partir da primeira década da "*rivoluzione fascista*" (revolução fascista), ou seja, depois de 1932, foram aparecendo evidências cada vez mais nítidas da ambição de Benito Mussolini para que Roma se tornasse a *"città eterna*" (cidade eterna), pela e para a glória do novo Império Romano fascista. Esta narrativa, conforme discutido previamente, era uma transmutação do "mito de Roma", basilar para conformação ideológica que sustentou o fascismo italiano.

Em acréscimo a tal fato, a questão da *"città eterna*" deve ser observada no contexto em que emergiu (aproximadamente a partir de 1935), temporalmente muito próximo da eclosão da Segunda Guerra Mundial (1939). Assim como é necessário o destaque de como tal ideia se associava fortemente às pulsões e às campanhas imperialistas europeias, sobretudo da italiana. Como exemplo dessa constatação, pode-se observar a Segunda Guerra Ítalo-Etíope, iniciada pela Itália em 1935, e finalizada em 1936. A despeito das várias perdas para o país africano e de forte repressão internacional sofrida pela Itália, tal guerra foi tanto fruto, como fortaleceu as movimentações fascistas para construção de um império romano "moderno".

As (re)construções, materiais e simbólicas de Roma no fascismo, que objetivavam transformá-la em uma cidade eterna e digna de ser a capital de um império (fascista e do futuro), ressoaram em nítidos diálogos, e até mesmo em inspirações para projetos e ações vinculados ao Estado nazista. Logo, na primavera de 1936, Adolf Hitler designou uma equipe estatal para trabalhar no projeto e nas obras para uma grande reforma urbana de Berlin, retirando tais funções da autarquia do município.[193]

Em janeiro de 1937, Hitler pessoalmente nomeou o arquiteto Albert Speer, membro do partido nazista e, à época, um dos principais arquitetos do Estado nazista, para o cargo recém-criado de "*Generalbauinspektor"* em alemão, ou na tradução estendida: "Inspetor Geral das construções para a nova Capital Federal".[194] Importante ressaltar de antemão que, na ambição do líder nazista, a "nova Capital Federal" alemã não seria meramente a capital da Alemanha, mas sim a capital do *III Reich* e, logo, de um império de extensão mundial, como será visto adiante.

Ainda em 1937, a ambição imperial, já percebida em Mussolini alguns anos mais cedo, também foi verbalizada de forma contundente pelo *Führer*, segundo declaração do mesmo, retirada do livro de memórias de Albert Speer (nomeado como, "*Inside of the III Reich",* de 1969). Nas palavras de Hitler: "Nós vamos criar um grande império. Todas as

---

[193] Speer, 1969, p. 216.

[194] Em inglês, "*Inspector General of Buildings for the Renovation of the Federal Capita*l" (Speer, 1969, p. 224).

pessoas Germânicas serão incluídas nele. Nós vamos começar pela Noruega até o norte da Itália".[195]

Para o enorme, "grandioso" e futuro império germânico, a Berlin do presente seria insuficiente. Na interpretação de Speer, para Hitler, a glória imperial não seria alcançada apenas por vitórias em combates, por guerras, e nem somente por conquistas territoriais. Uma vez em que seriam necessárias também uma "nova capital" e novas cidades para a consolidação definitiva do império germânico.[196]

Em tal conjuntura, a expressão "nova capital" não remetia à construção de uma nova cidade partindo do zero, em algum lugar ermo, desocupado e remoto. Uma vez em que isso geraria uma cidade "artificial e sem vida", na visão do líder nazista.[197] Porém, tal expressão fazia referência ao remodelamento radical a ser realizado na capital existente, Berlin. Procedimentos que seriam tão extremos e executados a ponto de modificá-la tão severamente, até que ela fosse "apagada" e se tornasse uma nova cidade, inclusive com um novo nome.

Fundamental ainda realçar que as ambições de Adolf Hitler, relativas às intervenções arquitetônicas e urbanas em Berlin, eram muito anteriores à criação do mencionado departamento estatal para construção da nova capital alemã (1937), e até mesmo da sua ascensão como Chanceler (1933). Segundo Albert Speer, Hitler, quando mais novo, havia estudado profundamente as cidades de Vienna e Paris, admirando principalmente os prédios vienenses, e a monumentalidade parisiense (inclusive pela grandeza do seu traçado urbano). Além da percepção do arquiteto, é bastante conhecido um croqui, de 1925 e creditado à Hitler, para uma edificação que comporia o novo conjunto urbano da capital nazista.[198] No mais, ainda em 1937 e em conversa íntima com Speer, Hitler declarou que:

> **Berlin é uma cidade grande, mas não é uma metrópole realmente.** Olhe para Paris, a cidade mais bonita do mundo. Ou até Vienna. Essas são cidades com um grande estilo. **Berlin não é nada a não ser uma grande acumulação irregular de edifícios. Nós devemos superar Paris e Vienna.**[199] (Destaques da autora)

---

[195] Hitler *apud* Speer, 1969, p. 208 (referências indicadas no livro sem exatidão, pois eram conversas pessoais).

[196] Speer, 1969, p. 220.

[197] Speer, 1969, p. 222.

[198] Tema que será aprofundado adiante neste capítulo, sobretudo no item 4.3.1.1 nomeado como *Volkshalle*.

[199] Hitler *apud* Speer, 1969, p. 220 (referências indicadas no livro sem exatidão, pois eram conversas pessoais).

Na visão de Hitler, da Paris a ser superada se destacavam os lugares da cidade que foram os mais afetados pelas reformas de Haussmann (1852 – 1870), com ênfase para os edifícios monumentais construídos na ocasião, mas, principalmente, para o conjunto da *Avenue des Champs Elysées* e das suas ramificações. Ainda sobre a declaração acima, é bastante relevante também a observação de como o *Führer*, quatro anos após sua ascensão como chanceler, sinalizou de forma muito cristalina sua percepção negativa de Berlin (ainda que em conversa privada), o que se deu especialmente em termos de sua morfologia urbana.

A visão negativa em relação à Berlin estava muito presente no cerne das propostas feitas para a nova capital federal, iniciadas já em 1937. Uma vez em que a destruição de grande parte de Berlin estava prevista para dar lugar à nova capital do país (e do mundo), a ser nomeada como "*Welthauptstadt Germania"* e/ou Cidade *mundi* – algo como Germânia, capital do mundo. A cidade de Germânia, nascida sobre os escombros de Berlin, deveria perdurar no mínimo mil anos, assim como, na visão de Hitler, o nazismo ira durar. Tal lógica, além de muito congruente com a ideia fascista de transformar Roma na *"città eterna*" (cidade eterna), pode também ser apreendida pela fala do *Führer*, datada de 1939, aproximadamente, de que "Berlin deve mudar sua aparência para se adaptar à sua grande e nova missão".[200]

A despeito da opinião manifesta e dos projetos que foram capitaneados por Hitler nos anos 30 do último século, Berlin já era uma grande e pujante cidade, o que já era um fato consolidado até mesmo antes do intervalo temporal observado. Todavia, para que a cidade de Germânia pudesse existir, Berlin deveria ser, em diversos pontos e literalmente, submergida. Uma vez em que os planos nazistas de remodelamento para a capital envolviam aterramentos de parte substancial da área central alemã, assim como dependiam de demolições consideráveis e de remoções massivas de sua população, especialmente em suas áreas centrais.[201] Durante o *III Reich,* aproximadamente, entre 50 a 100 mil casas foram demolidas na região central de Berlin.[202]

Portanto, parto dos pressupostos de que a proposta da Germânia era tributária à continuidade do projeto de poder nazista. Como ainda, para tal empreitada, eram igualmente fundamentais tanto a construção de uma nova capital, como a destruição, e não somente o

---

[200] Speer, 1969, p. 344.

[201] Connolly, Kate. *The story of cities. Berlin. How Hitler's plan for Germania would have torn Berlin apart. The guardian*, Berlin, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis. Acesso: 07 de fevereiro de 2023.

[202] *Idem.*

remodelamento (tal como se deu na *Roma Mussolinea)*, de Berlin. Assumo como importantes em igual proporção a investigação dos motivos que justificariam a destruição de Berlin, em conjunto da averiguação sobre os propósitos da construção de uma nova capital, Germânia, que durasse mil anos.

4.1.2 *Abriss und Zerstörung* (demolir e destruir)

Para entender porquê era crucial destruir Berlin durante o *III Reich*, é relevante que seja analisado o que, de forma mais específica, deveria ser destruído na cidade, não somente em termos materiais, como também simbólicos. Conforme já discutido em seções anteriores, um elemento essencial que anima a "nebulosa" ideológica que inscreve os fascismos é a noção de inimigo.[203] Esta noção tem tanto uma função nuclear para a estruturação destes ideários, como, ao mesmo tempo, é dotada de impressionante plasticidade. O que significa que muitos elementos podem ser enquadrados enquanto inimigos, o que pode incluir desde sujeitos e grupos sociais, até cidades e conjuntos de valores e de ideias.

No caso do nazismo e relativo às figuras que foram tomadas como inimigos, há uma associação óbvia que é com os judeus e com o judaísmo por extensão. Mesmo nos anos anteriores à ascensão do nazismo como regime de Estado, já circulavam com largo alcance uma série de anúncios, charges, imagens e narrativas com representações de judeus enquanto agentes de destruição para o país e para a sociedade alemã.[204] Prática que, evidentemente, aumentou de forma exponencial no regime nazista, especialmente durante os primeiros anos da II Guerra Mundial (1939 – 1945). Porém, e por hora, essa questão será colocada em breve suspensão,[205] para que outras nuances desse processo possam ser também observadas.

De maneira muito próxima ao que ocorreu com Roma no fascismo, Berlin, tal como era no então tempo presente e nas perspectivas nazistas, era vista como um lugar com várias questões a serem resolvidas e com vários "inimigos" a serem combatidos/exterminados, para além dos aqui já mencionados. Diferente do caso italiano, em que algumas partes significativas da cidade foram removidas pela demolição, os planos para Berlin também envolviam demolições; mas, mais do que isso, eles arquitetavam a destruição da cidade para o "nascimento" da Germânia. A constatação acima pode ser

---

[203] Discussões sobre a função dos "inimigos" dentro da "nebulosa fascista" serão ampliadas no quarto capítulo desta tese, nomeado como "Nebulosa Fascista".

[204] Nazário, 2009, p. 7.

[205] Uma vez em que tal tema será tratado de forma muito aprofundada na próxima seção, no quarto capítulo nomeado como "Nebulosa fascista".

examinada por diversas formas, inclusive pelos usos de algumas palavras nas duas variações de fascismo histórico aqui trabalhadas.

No caso do vocabulário do fascismo italiano, eram recorrentes termos como "*rigeneralizione", "restaurazione", "risurrezione"* (regeneração, restauração e ressurreição) ou "*demolizione"* (demolição) e "*piccone"* (picareta), em conexão e referência às reformas e intervenções arquitetônicas e urbanas fascistas. Palavras similares não se tornaram frequentes no vocabulário nazista, nem mesmo quando observamos declarações, documentos e textos relativos ao tema em específico, e que incluam desde o projeto da Germânia até para construções em geral. Da lista acima, somente o termo "*Abriss"* (demolição) pode ser considerado como relativamente recorrente no vocabulário alemão durante o regime nazista.

Em tal sentido e no caso alemão, é possível a observação das transformações urbanas e da linguagem também através da perspectiva do filólogo Victor Klemperer (1947). Em sua visão, o conjunto que ele nomeou como LTI (Linguagem do Terceiro *Reich*) era essencialmente marcado por graves contradições, entre elas: "ela [linguagem] valoriza tudo que é orgânico e se desenvolve de acordo com a natureza, mas ao mesmo tempo está atulhada de expressões mecânicas".[206]

Logo, termos com uma conotação mecânica, tais como "*Aufgezogen"* (montado)[207] eram muito assíduos na linguagem nazista. As expressões de qualidade mais mecânica, ou de alguma forma técnica, como "*Abriss"* (demolição), coexistiam com termos como *"Zerstörung"* (destruição) e vocábulos correlatos que, ao contrário dos dois primeiros exemplos acima, eram bem mais "enérgicos". Palavras que evocassem força e/ou violência, assim como energia, também eram muito comuns na *LTI*. [208]

Contudo, nos processos relativos à construção da Germânia (depois de 1937) e para obras públicas no geral, termos como "*Bau"* (construção), e seus derivados, tais como "*Geplante Baugeliete"* (linhas de construção planejada) e "*Geplante Bebauung"* (desenvolvimento planejado), eram os termos mais frequentes em documentos e órgãos oficiais nazistas.[209] Todos os termos citados neste parágrafo parecem conter ambos os aspectos destacados por Klemperer em sua composição. Ou seja, tanto as qualidades mais mecânicas, como a natureza mais enérgica da linguagem estavam presentes nas palavras

---

[206] Klemperer, 2009, p. 97.

[207] Klemperer, 2009, p. 96.

[208] Klemperer, 2009, p. 97.

[209] Assim como procedi na seção anterior, relativa ao fascismo italiano, esse mapeamento foi feito por mim, após consultar materiais documentais, fontes primárias e secundárias que utilizei nesta pesquisa.

mencionadas. No mais, tais termos suscitavam, no contexto em questão, cargas valorativas positivas, especialmente por estarem relacionados aos processos e discursos capitaneados pelo governo.

Importante mencionar que, no caso italiano, termos com conotação mecânica foram bem mais raros na linguagem durante o fascismo, conforme constatei nas analises da ampla base documental consultada. O que pode ser atribuído a diversos fatores, inclusive pelo fato do italiano ser um idioma latino e se estruturar de forma bem diferente da que o alemão se estrutura. Porém, palavras com conotações quase religiosa e/ou transcendental, como "*rigeneralizione", "restaurazione", "risurrezione"* (regeneração, restauração e ressurreição) foram muito empregadas no caso italiano. Tais termos não evocam força diretamente, mas têm algo de mais "enérgico", e nada mecânico, em sua composição.

Voltando o foco para o contexto da Alemanha nazista, destaco dois termos – "*Abriss"* (demolição) e "*Zerstörung"* (destruição) – para reflexão dos enlaces entre o nazismo, a linguagem e os processos de transformações das cidades, sobretudo pensando em Berlin. Ainda que nem a demolição e nem a destruição da cidade não fossem o carro chefe das propagandas e dos discursos nazistas, a temática tinha bastante relevância.

Existe uma diferença enorme entre esses dois termos, tanto no idioma alemão como no português. Uma vez em que demolição tem um significado mais restrito à construção civil, e tem uma conotação mais mecânica e técnica, ainda que também tenha um tom enérgico. Ao passo que destruição, para além de evocar fenômenos naturais, abrange mais do que elementos materiais e um campo específico, pois tem uma conotação muito mais "enérgica" e ampla do que demolição.

Para as analises das transformações que aconteceram e que iriam acontecer em Berlin, caso o projeto da Germânia fosse completo, o termo destruição ("*Zerstörung")* parece tão (ou mais) apropriado quanto vocábulo alemão para demolição ("*Abriss").* Relação esta que não se repete no caso italiano. Mesmo que Roma também tenha passado por vários processos de demolições, entre outras medidas e intervenções, palavras com sentidos próximos de destruição emergiam apenas em contextos muito específicos.[210] Como ainda, no conjunto geral, elas parecem quase que inadequadas para pensarmos nas dinâmicas de transformação desta cidade no fascismo.

Tal como em Roma no fascismo, em Berlin ocorreram várias obras e várias demolições durante o III *Reich*. Porém, o vocábulo destruição ("*Zerstörung")* ainda parece bem mais apropriado, para examinarmos tais processos, do que os termos mais mecânicos que também poderiam fazer sentido neste contexto. Até o uso da palavra relativa à

[210] Por exemplo, quando em referência ao "*vecchio*" e "*pittoreschi*" em Roma, conforme debatido no item 3.3 do capítulo anterior.

demolição (“*Abriss”)* normalmente assumia uma conotação bem mais violenta no caso alemão frente ao italiano. Como exemplo, em 1942, durante o curso da II Guerra Mundial e depois de cinco anos da abertura do órgão federal para construção da nova capital federal, Rudolf Wolters, um dos membros sêniores do departamento de planejamento chefiado por Speer, escreveu em seus diários uma observação sobre os atentados à bomba sofridos em Berlin. Na perspectiva de Wolters, mesmo com a grande destruição causada, os Aliados estavam contribuindo muito com as ações do departamento, pois estavam “adiantando” as demolições que estavam previstas para acontecer em partes da cidade com seus bombardeios.[211]

À luz desta passagem fica perceptível como as palavras relativas à “demolição” e à “destruição” parecem igualmente adequadas para as analises dos processos de reforma urbana e dos usos da linguagem durante o nazismo. Diferentemente do caso do fascismo italiano no qual “destruição” não tem tanta aderência, especialmente após 1932, com a consolidação das transformações da malha viária na região central romana e fim da era das demolições massivas na cidade. Por fim, tal hipótese ainda faz sentido também quando pensamos que a escala da destruição prevista para Berlin era imensamente maior do que a que aconteceu em Roma, como também pela abrangência simbólica e imaterial do termo, independente da linguagem.

Para melhor examinar e verificar a segunda constatação exposta, começo pela articulação das reflexões aqui elaboradas através de três conjuntos de peças gráficas retiradas de uma das exposições permanentes do memorial *Topographie des Terrors* (Topografia do Terror). O complexo do memorial abrange uma quadra inteira localizada no centro de Berlin, e ele é composto por uma edificação com uma exposição permanente e espaço para exposições esporádicas; biblioteca; gabinetes para pesquisadores e equipe técnica do memorial; e espaço externo com uma exposição permanente. No mais, em um dos limites do terreno do memorial há um pedaço do antigo muro de Berlin.

No *III Reich*, o quarteirão hoje nomeado como Topografia do Terror abrigava as sedes da SS (*Schutzstaffel* – esquadrão de proteção), da *Gestapo* (a polícia secreta do nazismo) e o *Reichssicherheitshauptamt* (escritório central de segurança do *Reich*). A exposição da qual retirei as peças que serão analisadas aqui é nomeada como *“Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945)”.[212]

---

[211] Connolly, Kate. The story of cities. Berlin. How Hitler’s plan for Germania would have torn Berlin apart. The guardian, Berlin, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis. Acesso: 07 de fevereiro de 2023.

[212] Segundo o endereço eletrônico do memorial Topografia do Terror: “A exposição “Berlim 1933–1945. Entre Propaganda e Terror” aborda a política nacional-socialista em Berlim e suas

Destaco que, ao longo deste tópico, apresentarei fotografias da exposição e/ou imagens retiradas de outras fontes, mas com o mesmo conteúdo, para favorecer sempre a apresentação de peças com melhor qualidade gráfica e mais fáceis de serem visualizadas dentro do formato da tese. A primeira dessas peças é referente à imagem da capa de um guia para uma "Berlin viciosa" cuja primeira edição é datada de 1930 (ver figura 01).

Nesta publicação estão listados aproximadamente 150 estabelecimentos destinados às atividades de lazer e manifestações culturais que integravam a cena noturna da cidade, tais como: bares, cafés, casas de espetáculos, entre outros. A própria existência deste guia, no original nomeado como "*Führer durch das lasterhafte Berlin"*, revela a possibilidade de existência e de representação de uma cidade absolutamente antagônica aos fundamentos dos ideários fascistas.

Figura 01 – Capa do *Fuhrer durch das lasterhafte Berlin*. Disponível em: http://www.weimarberlin.com/2018/05/a-guidebook-to-berlin.html. Acesso: 03 de fevereiro de 2023.

---

consequências para a cidade e sua população. Ela mostra como os nacional-socialistas conseguiram se firmar na Berlim "vermelha" e como a cidade se tornou o centro político de seu governo". Tradução da autora. Fonte: https://www.topographie.de/pt/topografia-do-terror/. Acesso: 01 de fevereiro de 2023. Visitei o referido memorial no dia 02 de dezembro de 2022, graças ao auxílio financeiro recebido para realização de pesquisas e trabalhos de campo fornecidos pelo Edital n.05/2022 do IPPUR/UFRJ em conjunto com a Faperj.

Na Berlin da época da publicação deste guia (1930), que era anterior, a despeito que bastante próxima à ascensão do nazismo como regime de estado (1933), havia uma diversa e efervescente vida urbana, fomentada por grupos sociais variados. Sendo que o público alvo central, do guia e dos estabelecimentos mencionados por este, era composto por "homossexuais e lésbicas", segundo a legenda da imagem na exposição do memorial *Topographie des Terrors*. Fato que também fica visível pela observação pelo conjunto das figuras e das suas interações dispostas na capa da publicação.

Portanto, o guia pode ser percebido como um exemplo que ilustra a diversidade e a liberdade que eram possíveis em Berlin antes da dominação nazista sobre a Alemanha. Tal fato é verificável não só pelas formas em que essa vida urbana acontecia, como também pela sua pujança, representada também pela alta quantidade de estabelecimentos mapeados: 150 – um número impressionante considerando que essa publicação é de 1930, e que essa era direcionada para um público muito específico.

No mais, além da população judia, outros grupos, tais como os compostos por sujeitos classificados como homossexuais, também foram abertamente perseguidos e exterminados no regime nazista. Não irei adentrar nestas questões agora, pois, elas serão discutidas com mais profundidade mais para frente ainda na próxima seção (no quarto capítulo). Desta forma, continuo explorando um pouco mais as possibilidades de reflexões abertas por esse guia, para iluminar um outro ponto importante que é diretamente relacionado com a empreitada de desmonte de Berlin para construção de Germânia.

Na capital alemã e no mínimo três anos antes de 1933, ocorria ostensiva e livremente a circulação de diversos grupos sociais – inclusive daqueles que posteriormente foram demarcados como inimigos públicos a serem não somente combatidos, como dizimados. Parto dessa constatação para fortalecer a hipótese de que a destruição de Berlin naturalmente iria corroborar para a expurgação dos sujeitos-inimigos para o nazismo e, logo, da vida social destes.

Uma vez em que, não somente demolir, mas destruir a cidade de Berlin, para depois substituí-la e eternizá-la através da Germânia, significaria um golpe definitivo nas possibilidades não só presentes, como ainda futuras de existências de pessoas e de modos de vida múltiplos. O que era permitido em Berlin em 1930, seria erradicado da Germânia. Especialmente qualidades como liberdade e da diversidade que seriam expurgadas na capital federal e, possivelmente, no resto do país. Principalmente considerando os grupos sociais tratados, o conceito de liberdade se estende para além de manifestações culturais, como também alcança os afetos, adentrando o campo dos desejos e da sexualidade.

Dando sequência na reflexão proposta, ainda acredito ser necessário analisar algumas outras condições presentes na Berlin pré-1933, uma vez em que não era pequena a quantidade de "inimigos" a serem dizimados pelo Estado nazista. Um desses outros

inimigos possíveis se relaciona com a cultura e seus derivados, como produções culturais/artísticas, tudo e todos que podem ser permeados por essa esfera.

Pensar especificamente em termos de cultura, não necessariamente significa um descolamento das questões da liberdade e da diversidade, muito pelo contrário. Manifestações vinculadas com cultura só conseguem existir em plenitude caso esses outros atributos mencionados também existam. Nesta perspectiva, uma famosa declaração atribuída ao ministro da propaganda nazista, Joseph Goebbels, e citada por Umberto Eco, é bastante significativa desta associação, ainda que pela negação: "quando ouço falar em cultura, pego logo a pistola".[213]

Apesar da fala bastante lacônica de Goebbels, as relações entre o nazismo e a cultura foram extremamente complexas. Tal complexidade, evidentemente, não é aplicável e nem se estende para sentidos mais amplos do termo. Contudo, a despeito das restrições de liberdades, do forte controle social e da violência ostensiva, nos fascismos era evidente a função central da linguagem e da comunicação. Em outras palavras, elementos diretamente associados com a cultura eram frentes importantes de sustentação dos projetos de poder fascistas, o que acontecia com muita notoriedade no caso alemão.

A peça gráfica abaixo, que também compõe a exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors*, ilustra alguns aspectos importantes de tal relação. Tal imagem (ver figura 02) retrata o pôster do filme chamado "*Berlin – Die Sinfonie der Grosstadt*" (Berlin, a sinfonia da metrópole), datado de 1927.

Figura 02 - Imagem do pôster do filme *Berlin – Die Sinfonie der Grosstadt*, retirada do site IMDb. Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt0017668/. Acesso: 03 de fevereiro de 2023.

[213] Eco, 1997, p. 39.

Segundo informações dispostas na legenda dessa peça na referida exposição, Berlin era o epicentro da indústria cinematográfica alemã e abrigava a companhia *UFA (Universum Film Aktien Gesellschaft)* – a maior companhia de cinema fora de Hollywood que foi responsável pela produção e distribuição de tal obra. De 1933 até 1945, a companhia *UFA* foi subsidiada pelo Estado alemão. O que significa que esta companhia, assim como todas as outras com a mesma função, foram completamente absorvidas pelo governo, e, logo, submetidas ao regime nazista.

Ainda em 1933 e com as ordens de Goebbels, foi realizada na *UFA* uma demissão em massa de todos os funcionários judeus e em todos os departamentos, corroborando para o processo de êxodo de artistas e intelectuais judaicos da Alemanha. Posteriormente à "redução" na sua equipe, toda sua produção e seu quadro de funcionários começaram a ser fiscalizados e diretamente controlados pelo ministério da propaganda nazista. Processo esse que, evidentemente, aconteceu em todas as produtoras de materiais audiovisuais no III *Reich,* e não somente com a *UFA*.

Mesmo que os fascismos sejam marcados por contradições e incoerências, eles se fundamentam através de alguns eixos centrais, especialmente quando amalgamados à gestão pública e às estruturas de Estados. Além da centralidade da noção de inimigo, práticas repressivas à existência do pensamento crítico e das liberdades individuais também são essenciais para tais conformações. Essas repressões podem acontecer de diversas maneiras, de forma mais direta, através de violência física, por exemplo, ou por de maneiras mais indiretas. Entre as formas mais indiretas estaria o impedimento de produções culturais e artísticas autônomas, ou seja, de produções dissociadas do controle, dos interesses, e até da censura do Estado/regime.

O controle sobre o que era associado com a cultura se justifica pelo fato de que ela se torna "suspeita na medida em que é identificada com atitudes críticas",[214] logo, a cultura era alvo de intensa interferência e domínio estatal. Ilustrativa dessas práticas, está uma outra declaração de Joseph Goebbels de que: "A arte é livre e deve continuar livre, mas tem de se adaptar a certas normas!",[215] proferida ainda em 1933.

Portanto, os contextos nos quais eram possíveis que expressões culturais e artísticas ocorressem livremente, sem se "adaptarem a certas normas", deveriam ser erradicados. Em Berlin durante o nazismo, e muito menos nas prospecções relativas à Germânia, não

---

[214] Eco, 1997, p. 38.

[215] Goebbels, Joseph *apud* Marek, Michel. 1933: UFA demitia funcionários judeus. DW (*Deutsche Welle*). Alemanha. Sem data. Disponível: https://www.dw.com/pt-br/1933-ufa-demitia-funcion%C3%A1rios-judeus/a-305987. Acesso: 07 de fevereiro de 2023.

haveria lugar para a cultura existir em liberdade, para práticas fundamentadas em valores divergentes ao regime, e nem para a ampla circulação delas. Assim como, estariam negativamente marcadas as pessoas demarcadas pelo vocabulário nazista como "porcos intelectuais", "cabeças-ocas" e "esnobes radicais",[216] tais como normalmente eram enquadrados intelectuais, artistas, cineastas, e sujeitos relacionados com atividades culturais de forma geral. Uma vez em que esses poderiam ter ideias, críticas e divergências ao nazismo.

Outra leitura interessante que pode ser feita a partir dessa peça, é referente à maneira em que a cidade foi representada em *Berlin – Die Sinfonie der Grosstadt*. Tal filme pertence à categoria de filme/documentário, cuja uma de suas sub vertentes, nomeada como "filmes de cidade", foi bastante popular na década de 20 do último século e em escala mundial. Este tipo de filme narrava a vida cotidiana de grandes cidades, sendo que as cidades retratadas não constavam apenas como cenários, ou localizações, pois elas eram, de certa forma, protagonistas das obras.

Não irei comentar sobre os aspectos técnicos deste filme ou de seu roteiro, nem de sua importância, a despeito do mesmo ser considerado uma obra cinematográfica de muita relevância e associada ao célebre movimento artístico nomeado como expressionismo alemão. Destaco, a partir de tal obra, a centralidade dada para a cidade/ para Berlin (isso em 1927); assim como, as relações de vigilância e controle que partiam do estado nazista relativas às esferas da cultura (entre 1933 até 1945).

É impressionante (e destruidora) a altíssima capacidade da ideologia nazista de se adentrar e de permanecer no imaginário da população alemã, o que se deu por diversas vias e se materializou de formas distintas. Em 1927, uma importante obra do cinema alemão, com repercussão global, retratava Berlin como uma cidade protagonista, uma metrópole movimentada por atribulada rotina e por multidões com sujeitos diversos. Dez anos depois, Berlin estava na mira do Estado nazista para destruição. Por fim, esse filme também não seria possível de ser produzido no nazismo, seja pela valorização de Berlin em sua narrativa, como pelo próprio funcionamento do ministério da propaganda que, possivelmente, vetaria tal obra.

Para continuar com as investigações sobre o projeto de destruição de Berlin para construção da Germânia que aciono uma terceira peça gráfica pertencente à referida exposição do memorial *Topographie des Terrors.* Esta peça é formada por uma interessante composição de duas imagens, e é ilustrativa de um suposto caso de corrupção que foi famoso na capital alemã, e que é datado de 1928.

---

[216] Eco, 1997, p. 39.

Julgo importante finalizar este tópico exatamente com tal peça para referenciar com mais precisão a curadoria da exposição (e não apenas seu conteúdo). E, sobretudo, para ilustrar não apenas o que seria destruído em Berlin, mas para iluminar formas de como isso seria feito. Uma vez em que, a partir do próximo exemplo aqui exposto (figuras 03 e 04), se faz possível tanto a visualização de mais elementos a serem eliminados da/na cidade, como o entendimento de estratégias de convencimento para a população de que a destruição nazista de Berlin seria necessária.

Os exemplos previamente analisados ilustram bem a importância para o nazismo tanto das manipulações de pautas de costumes, como da cultura de forma geral, especificamente pensando na empreitada de extinção da capital alemã. Ao passo que as imagens abaixo (figuras 03 e 04), além de mostrarem mais elementos a serem expurgados de/em Berlin, e, logo, da sociedade alemã e do país, nos auxiliam na elaboração em como essa destruição tão severa seria narrada (e vendida) para o grande público.

Figura 03 – Fotografia dos empresários Leo e Willy Sklarek (1928). Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Figura 04 - Charge datada de 1929 representando os irmãos Sklarek, alvos de um grande escândalo de corrupção. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Ambos os registros retratam os irmãos Leo e Willy Sklarek, e são, respectivamente, datados de 1928 e de 1929. Os Sklarek eram empresários judeus-alemãos que foram denunciados pelo envolvimento em um grande escândalo de corrupção no final da década de 20 do último século. Eles foram acusados de desviarem mais de dois milhões de *Reichsmarks* (a moeda alemã da época) que eram originárias de verbas da cidade de Berlin, em um esquema fraudulento de licitação para o suprimento de uniformes para o serviço público berlinense. Em decorrência dessa situação, os irmãos foram presos, e o então prefeito da cidade (Gustav Böß), também acusado de corrupção, renunciou ao cargo em 1929.

Na Alemanha, a associação dos judeus com práticas de expropriação, usura, fraudes, corrupção e degeneração moral aconteceu não só durante o regime nazista, mas também ocorreu em períodos anteriores. Entretanto, direciono as análises dessas peças para além desta perspectiva, para ir em direção às relações entre cidade/Berlin com a corrupção, deslocando um pouco a discussão desses sujeitos/grupos sociais mencionados na medida do possível e apenas por hora, uma vez em que ela acontecerá mais adiante, no próximo capítulo.

Na charge da figura 04, a cidade de Berlin é representada pelo grande urso presente no seu plano central. A relação associativa entre Berlin com ursos é famosa e bastante significativa para a história da cidade, pois, ela ocorria desde muito antes do governo nazista, e continua até os dias atuais. A bandeira/brasão da cidade atuais, inclusive, tem uma figura de um urso. Entretanto, nesta representação, além de subjugado e amarrado, o urso tem seu leite retirado e roubado por figuras grotescas que seriam representações dos irmãos Sklarek. Tais figuras, a despeito de humanas, são quase monstruosas, sendo caracterizadas por narizes proeminentes e aduncos, um traço físico comumente associado à população judaica, especialmente em representações vinculadas ao nazismo.[217]

Em síntese, nesta charge de 1929, a cidade/urso é representada em posição de fragilidade e expropriada pela corrupção manejada por essas figuras "racialmente suspeitas" – expressão bastante frequente no vocabulário nazista para qualificar principalmente judeus. Importante também considerar o texto da charge: no título está escrito "*Stall Sklarek",* algo como celeiro ou curral dos irmãos Sklarek, enquanto a frase abaixo do desenho "*Der Berliner Bär wird gemolken"* significa algo como "ordenando o urso berlinense".

As duas imagens supracitadas, que compõem em conjunto a terceira peça retirada da mencionada exposição, retratam parte das narrativas relativas à corrupção que supostamente tomava Berlin antes do III *Reich*. Enquanto estratégia discursiva, a corrupção

---

[217] Nazário, 2009, p. 7.

era posta como um conjunto de práticas e qualidades a serem expurgadas tanto pelo regime nazista de forma geral, como também pela construção da Germânia.

Tal exemplo é especialmente relevante, pois, ao contrário das duas primeiras peças trabalhadas, cujo conteúdo é mais ambivalente, muito raramente a temática da corrupção aparece dissociada de cargas valorativas negativas. Se a liberdade e a diversidade da "Berlin viciosa", ou a livre produção cultural, representada pelo filme "Berlin, a sinfonia da Metrópole", dependendo da visão de mundo, podem serem aceitas enquanto positivas ou toleráveis; a corrupção raramente o é.

O fato da corrupção ser amplamente percebida como totalmente negativa não impede que na prática ela exista, seja em modulações de governos democráticos, ou autoritários como o nazismo alemão. Todavia, a mobilização de discursos centrados no combate à corrupção é muito frequente em conformações associadas aos fascismos, tanto os do início do século XX como nos atuais. As pautas de combate à corrupção foram amplamente acionadas pelo partido nazista, atuante desde 1925, mas, que elegeu pela primeira vez representantes políticos para a plenária da cidade de Berlin só em 1929, e mobilizando fortemente tal pauta.

Assim, tal pauta, além de francamente associada contra alguns grupos sociais/étnico-raciais específicos, tinha capacidade notória de aderência e aceitação da população, normalmente sendo muito bem recebida. Nesse sentido e de forma mais específica, a corrupção sintetizava tanto um elemento destrutivo poderoso que maculava Berlin, como o combate a ela também justificava várias práticas diferentes (inclusive violentas) no arcabouço nazista para seus adeptos.

Discursos e ações de enfrentamento à corrupção podiam ser articulados seja como justificativa contra o capitalismo, contra a democracia (entendida como excessivamente permissiva), como explicação para repressão e as violências do Estado, ou até mesmo para defesa da necessidade do remodelamento da cidade. Ou seja, muitas mudanças e até destruições significativas seriam permitidas para varrer a corrupção de Berlin e de toda a nação; esse inimigo de alta periculosidade, mas sem forma exatamente definida.

Resumindo, as propostas para a Germânia reuniam ideações relativas à criação de uma nova capital para um novo mundo ainda em construção. Este mundo deveria ser completamente diferente daquele em que Berlin não só existia, mas que também representava. Germânia seria uma grandiosa cidade, assim como seria a capital mundial e eterna do império germânico, do *III Reich*. Sua existência somente era possível mediante a destruição e a "morte" – material e simbólica – de Berlin.

Germânia só poderia "nascer" se soterrasse, se destruísse Berlin, o que deveria acontecer não só no seu passado e no tempo presente, como de maneira definitiva, interditando o futuro. Para isso, entre outros procedimentos, era fundamental que se

neutralizasse os diversos inimigos da conformação nazista, seja esses: de carne e osso, de pedra, e até mesmo os imateriais. Para tanto, mais do que propostas, ou ideias, a futura cidade deveria ter projetos urbanos e arquitetônicos muitíssimo bem detalhados, para serem executados o mais breve possível.

4.2 Inspirações e precedentes para/da Germânia

Mais do que ideias soltas, planos isolados, obras pontuais, ou narrativas, as propostas relativas à cidade da Germânia chegaram a existir de fato. Inclusive elas foram registradas em projetos urbanos e arquitetônicos muito completos, tanto representados em papel, como através de modelos tridimensionais (maquetes e perspectivas). No mais, a materialidade das propostas para a futura capital alemã estava para além da existência de materiais e de documentações técnicas, assim como superava o alto nível de detalhamento e quantidade de elementos dos projetos mencionados. Mesmo que a cidade de Germânia não tenha sido totalmente construída, as movimentações associadas com suas obras, assim como as próprias obras em si, deixaram marcas profundas e permanentes em Berlin.

Entretanto, é difícil mensurar com exatidão o lastro de todas as alterações que aconteceram em Berlin seja em decorrência das obras nazistas em geral, seja das movimentações específicas para construção da Germânia. Apesar disto, é possível enumerar algumas das principais alterações que se deram na cidade durante os anos do III *Reich*, destacando e examinando as que tem relação direta com a construção da nova capital.

Neste sentido, é importante enfatizar que, para além da destruição intensa inerente ao estado nazista, a Segunda Guerra Mundial começou em 1939 e durou até 1945. Tal guerra não somente causou impactos graves em todo o planeta, como ainda começou dois anos depois da formação da comissão de obras para a nova capital capitaneada pelo arquiteto Albert Speer (1937). O que interferiu diretamente no andamento dos planos relativos à nova capital/Germânia, cujas obras findaram, forçosamente entre 1942 e 1943, muito longe de estarem conclusas.

Os esforços em direção à vitória na II GM mobilizaram fortemente o governo, a população e até as indústrias alemãs. Em 1942, o próprio Speer foi deslocado de sua função de Inspetor Geral das construções para a nova Capital Federal, pois foi nomeado como Ministro dos Armamentos e Produção de Guerra por Adolf Hitler. No mais, mesmo com a preponderância da guerra frente a todos outros assuntos, sobretudo após 1942, é fundamental ressaltar como as complexas estruturas nazistas de violência e terror também

estavam associadas com as obras de construção civil urbanas realizadas durante o *Reich*, principalmente as localizadas em Berlin e em Nuremberg.[218]

4.2.1 *Reichskanzlei* (Chancelaria do *Reich*)

Anteriores à Segunda Guerra, algumas das obras de construção civil, capitaneadas pelo Estado nazista, aconteceram em conjunto ao desenvolvimento dos projetos urbanos e arquitetônicos para a Germânia (1937 – 1942). Como por exemplo, as obras de restauro e ampliação da Chancelaria do *Reich (Reichskanzlei)*. O coordenador desse projeto e responsável por sua execução também foi Albert Speer, cujo acumulo de funções acontecia em decorrência de ordens diretas do *Führe*r. Este processo durou cerca de um ano, ocorrendo de janeiro de 1938 até janeiro de 1939.

Nesse contexto e na estrutura da administração do Estado, a *Reichskanzlei* tinha uma importante função, porque era a residência oficial do Chanceler ("*Reichskanzler"*), assim como era um lugar onde aconteciam muitos eventos diplomáticos relevantes. Em janeiro de 1933, Adolf Hitler foi indicado como Chanceler, fato que marcou a ascensão do nazismo, processo nomeado pelo termo alemão "*Machtergreifung"*. Hitler governou como chefe de estado em conjunto com o então presidente Paul von Hindenburg até o falecimento deste, em agosto de 1934. Mesmo após 1934, Hitler continuou residindo no referido edifício que, em suas palavras e no estado em que estava, era "adequado para uma fábrica de sabão" e dissonante do "novo e poderoso *Reich"*.[219]

Durante o governo nazista, o prédio "original" da Chancelaria já havia passado por duas reformas, em 1934 e em 1935, também comandadas por Speer, mas ainda assim era considerado pequeno e inapropriado pelo/para o *Führer* em 1938. Em 1938, além do prédio existente ter passado por um processo de reformas e restauro sem nenhuma interrupção das atividades que lá aconteciam, foi construída uma nova edificação, anexa a ele, que foi nomeada como *Neue Reichskanzlei* (Nova Chancelaria).

A imagem abaixo (figura 05) apresenta a planta de implantação que engloba as intervenções realizadas no conjunto da *Reichskanzlei,* e que foram realizadas entre 1938-39, coordenadas por Albert Speer. Em frente a *Voßstrße* (ou *Voss Strasse* na legenda), está

---

[218] Apesar do destaque para as cidades de Berlin e Nuremberg, é importante mencionar que, por exemplo, as *Autobanhs,* que integram o sistema rodoviário federal alemão, foram construídas em larga escala durante o III *Reich* e atravessaram todo o país. No mais, a despeito da importância da cidade de Nuremberg, o foco de análise desta tese será restrito à Berlin. O que acontece não somente para manter um paralelismo com o capítulo anterior (*Roma Mussolinea*), como para que as análises não se estendam por demais.

[219] Speer, 1969, p. 275.

a *Neue Reichskanzlei,* enquanto na fachada de frente para a *Wilhelmstraße* (*Wilhelm Strasse*) ficam as edificações antigas – indicadas na figura abaixo com as letras A e C.

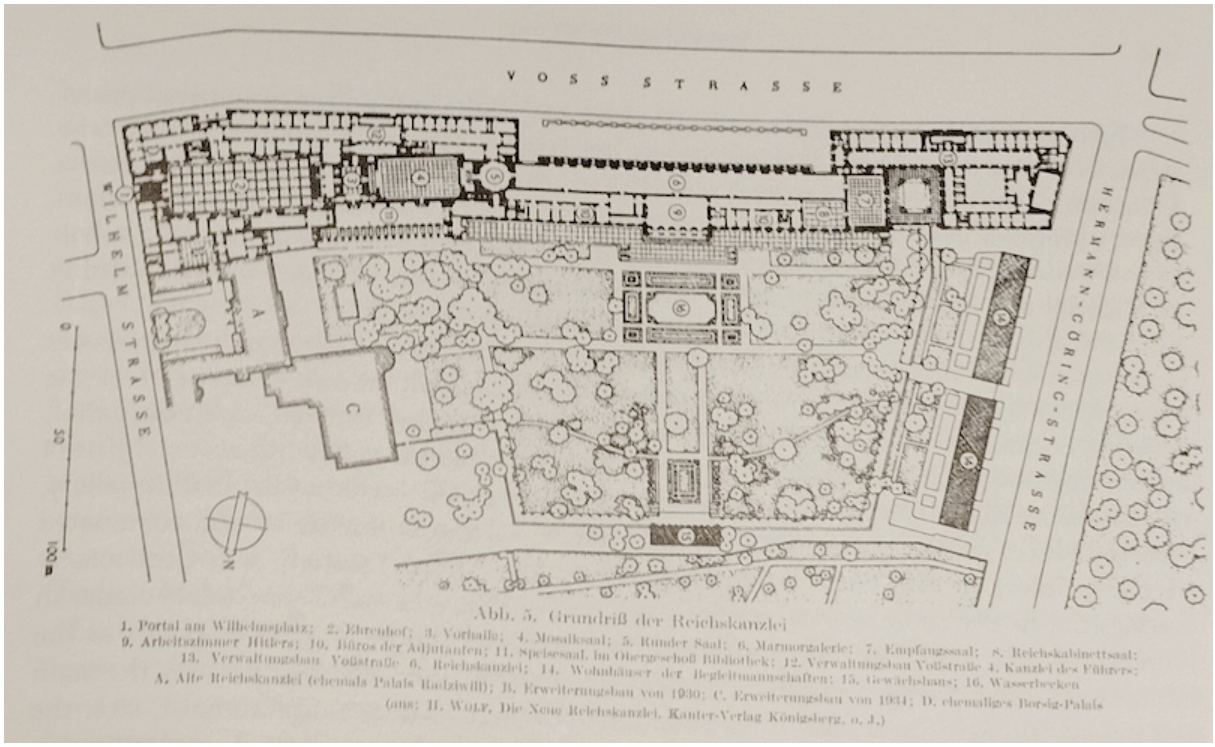


Figura 05 – Conjunto da Chancelaria do *Reich*, contendo seu anexo construído em 1939. Fonte: Scobie, 1993, p. 99. Material retirado da biblioteca do memorial *Topographie des Terrors*.

O conjunto retratado acima (figura 05), composto pela Chancelaria existente e seu novo prédio, seria mantido no escopo dos edifícios institucionais da Germânia, assim como a edificação do *Reichstag* permaneceria. Tal informação é muito relevante, considerando que um contingente enorme de ruas e edificações berlinenses, localizadas na área central da cidade, seria demolido para dar lugar aos edifícios e avenidas da nova capital.

Apesar das obras da Chancelaria normalmente serem qualificadas dentre procedimentos de restauro, pois o prédio original é de 1738/39; também é correto classificá-las como de ampliação (tanto do prédio existente, como da construção da nova Chancelaria), e até mesmo pensá-las a partir dos procedimentos de demolições e desapropriações. Uma vez em que tal empreitada demandou a demolição de várias casas do entorno (localizadas na *Voßstrße*). Nas palavras de Albert Speer, Adolf Hitler deu as seguintes instruções:

> Farei conferências extremamente importantes em um futuro próximo. Para isso, preciso de grandes salões e salões que impressionem as pessoas, especialmente os dignitários menores. **Para o lugar estou colocando toda a *Voßstraße* à sua disposição**. **O custo é irrelevante. Mas deve ser feito muito rapidamente e ser de construção sólida**. Quanto tempo você precisa? Para planos, projetos, tudo? **Mesmo um ano e meio ou dois**

> **anos seria muito tempo para mim.** Você pode terminar até **10 de janeiro de 1939**? Quero realizar a próxima recepção diplomática na nova Chancelaria.[220]

A referida *Voßstraße* era uma rua, até então, adensada e com predominância de ocupações horizontais e de caráter residencial. De forma semelhante ao que Mussolini fez em Roma, Speer, sob o comando de Hitler, procedeu em Berlin. Para as obras da nova Chancelaria, Speer "mandou demolir as casas na *Voßstraße* imediatamente para limpar o local".[221] Desta pequena declaração, destaco não somente a tranquilidade e a banalidade com a qual os procedimentos de remoção e demolição eram tratados, mas o uso do termo "limpar" para estes, muito frequente também no vocabulário próprio da variante fascista italiana.

A imagem abaixo, figura 06, ilustra o complexo de edifícios de edifícios públicos/administrativos do III Reich ao longo da Wilheinstra*ße* (na figura *Wilhein Strasse).* O conjunto da chancelaria do *Reich* é representado pelo número 1 (*Kanzlei des Führer*) e pelo número 78 (*Raichskanzei*) na *Voßstraße* (na figura *Voss-Str.)*.

---

[220] Hitler *apud* Speer, 1969, p. 276.

[221] Speer, 1969, p. 276.

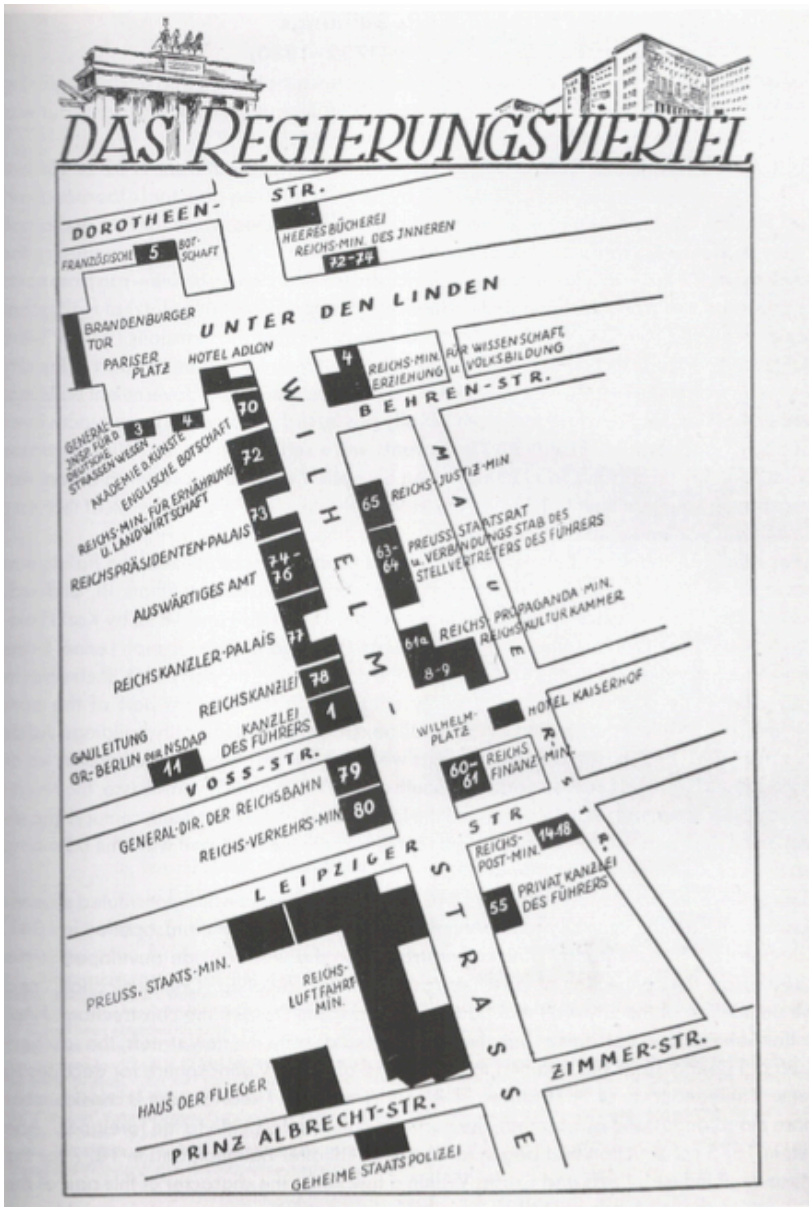


Figura 06 – Conjunto das edificações administrativas do III Reich ao longo da Wilhelm-Strasse. Fonte: Topography of Terror: Gestapo, SS and Reichssicherheitshauptamt on the “Prinz-Albrecht-Terrain” – A Documentation. Berlin: Verlag Willmuth Arenhövel Berlin, 2003, p. 15.

No mais, Albert Speer se referia ao existente prédio da Chancelaria como já marcado por um estilo arquitetônico de bastante “ostentação e de efeitos surpreendentes”, elementos que existiam também no período barroco, e que sempre existiram, na perspectiva de Speer.[222] Tais efeitos, na edificação da nova Chancelaria, foram ampliados pela construção de um enorme saguão, cujo tamanho era o dobro do saguão do palácio de Versalhes, localizado na França.

[222] Speer, 1969, p. 278.

Contudo, o arquiteto, em seu livro de memórias, não deixou de destacar o encantamento de Hitler com a adequação e a assimilação da edificação antiga nas diretrizes do nazismo. Ele ainda destaca o contentamento do *Führer* com os resultados alcançados pelas obras da nova Chancelaria e do conjunto todo de forma geral: "na longa caminhada da entrada até o salão de recepção, eles experimentarão o poder e a grandeza do *Reich* alemão".[223]

Evidentemente, uma obra pública de grande porte, de enorme importância, e executada em um pequeno intervalo de tempo, demandou uma quantidade considerável de materiais, cuja extração era feita em grande parte por mão de obra escravizada no III *Reich*. Não por acaso, muitos campos de trabalho/concentração tais como *Gross-Rosen*, *Buchenwald* e *Mauthausen*, estavam localizados perto de pedreiras.[224] Assim como o famoso campo de *Sachsenhausen* (localizado a 36 Km de Berlin e ativo desde 1936) era vizinho de uma olaria.

Para além da quantidade de materiais, as obras urbanas associadas ao estado nazista, não somente as relacionadas com a Germânia, demandavam um contingente enorme de trabalhadores. Depois de junho de 1938, "as forças policiais receberam ordens de prender mendigos, vagabundos, ciganos e cafetões",[225] o que aconteceu não somente em Berlin, como em todo país. Em acréscimo aos grupos mencionados, outros foram detidos em Berlin, tais como os compostos por homossexuais e adversários políticos do regime, por exemplo. Ou seja, qualquer pessoa, considerada moral e socialmente desajustada e/ou como uma ameaça ao regime, poderia ser retida pela polícia e "convertida" em mão de obra para o *Reich*.

4.2.2 *Arbeit* (trabalho)

Pouco depois da eclosão da Segunda Guerra, em 1939, aproximadamente 130 mil prisioneiros de guerra também foram escravizados como força de trabalho para a construção civil na/da capital federal.[226] Contingente este que é altíssimo, mas, se pensarmos em termos comparativos, considerando a quantidade total de pessoas retidas em campos de concentração e trabalho (que está na casa dos milhões), a quantidade citada

---

[223] Speer, 1969, p. 278.

[224] Connolly, Kate. *The story of cities. Berlin. How Hitler's plan for Germania would have torn Berlin apart. The guardian*, Berlin, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis. Acesso: 07 de fevereiro de 2023.

[225] *Idem.*

[226] *Idem*.

(130 mil pessoas) demonstra apenas uma ínfima dimensão do problema. No mais, este número não revela a quantidade total de trabalhadores escravizados atuando nas obras em Berlin, pois, além de tais dados serem naturalmente subdimensionados, esse valor deveria ser somado com dados dos anos anteriores (a começar, no mínimo, a partir de 1934).

É de amplo conhecimento como os campos de concentração (e/ou trabalho) são estruturas espaciais, a principio destinadas para demandas de trabalho, que foram francamente empregadas pelo governo nazista como ferramentas de extermínio, especialmente após 1942. Tais estruturas foram centrais para o genocídio de, no mínimo, cerca de seis milhões de judeus, e, ainda em maior quantidade e em acréscimo, de outros grupos sociais/étnicos,[227] dados esses calculados entre a ascensão do nazismo até o fim da Segunda Guerra (1933 – 1945).[228]

Esta questão é parte fundamental para o entendimento de tanto do que foi o ideário, como das estruturas e do funcionamento do Estado nazista. Naturalmente, esse assunto será abordado aqui em outros pontos desta tese e por diversas perspectivas. A começar pela relação simbiótica entre os campos de concentração, as transformações na linguagem, os discursos de valorização do trabalho, e as transformações que se deram nas cidades, com ênfase em Berlin.

A partir de tal recorte, a imagem abaixo mostra os portões de entrada do *KZ Sachsenhausen ("Konzentrationslager Sachsenhausen")* que, em tradução literal para o português, significa "Campo de Concentração de *Sachsenhausen".* Inscrita em ferro está a célebre frase "*Arbeit macht frei*", o trabalho liberta, francamente empregada nos discursos nazistas e presente em portões de entradas de alguns campos de concentração e/ou trabalho do *III Reich*.

---

[227] Dados disponíveis no endereço eletrônico da Enciclopédia do Holocausto. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/documenting-numbers-of-victims-of-the-holocaust-and-nazi-persecution. Data de acesso: 10 de março de 2023.

[228] Importante reforçar que mesmo que tais dados sejam retirados de fontes muito confiáveis, eles são, por natureza, subdimensionados. O que se deve pela idoneidade duvidosa dos registros do III *Reich*, assim como pela destruição sistemática de registros e documentações no rápido processo entre a derrocada do Reich até a derrota na II GM (1944 – 45).

Figura 07 – Portão de entrada do campo de trabalho *Schsenhausen,* com destaque para a frase "*Arbeit macht frei*" ("O trabalho liberta"). Disponível em: https://www.berlin.de/sehenswuerdigkeiten/3561190-3558930-gedenkstaette-und-museum-sachsenhausen.html. Acesso: 10 de março de 2023.

O *KZ Sachsenhausen* foi um dos primeiros campos de concentração criados pelo governo nazista (1936). Todavia, o primeiro campo deste tipo foi implantado na região nordeste da cidade de *Dachau* (localizada muito próxima à cidade de Munique/ *München*, na região sul da Alemanha), criado em março de 1933.[229] Inicialmente, as instalações do *KZ Dachau* eram destinadas aos inimigos políticos do regime, e continham a mesma inscrição dos portões de *Sachsenhausen,* conforme ilustra imagem abaixo (figura 08). Destaco que esta mesma frase, posta da mesma maneira, também está presente nos portões de entrada do complexo *Auschwitz-Birkenau*, localizados na Polônia, entre outros.

Figura 08– Portão de entrada do campo de trabalho *Dachau*, com destaque para a frase "*Arbeit macht frei*" ("O trabalho liberta"). Disponível em: https://www.gra.ch/bildung/glossar/arbeit-macht-frei-jedem-das-seine/. Acesso: 10 de março de 2023.

[229] Dados disponíveis no endereço eletrônico da Enciclopédia do Holocausto. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/dachau. Data de acesso: 10 de março de 2023.

Em tais contextos, fica muito evidente a cruel ironia da frase, causada pela menção da palavra "*frei"* (livre em tradução direta, mas "liberta" em tradução adaptada) exatamente na entrada de um lugar em que a maioria das pessoas que nele estavam eram compulsoriamente desprovidas de liberdade. Além do mais, pelo destaque e repetição da inscrição, já é possível destacar a importância da pauta do trabalho no repertório nazista. Outras questões importantes a serem retiradas dessa forma de exposição da linguagem – forjada em ferro e representada de forma extremamente visual/material, são duas características muitos fortes presentes na linguagem alemã durante o nazismo.

Tais características foram levantadas pelo filólogo judeu-alemão Victor Klemperer na sua obra "LTI: a linguagem do Terceiro *Reich*", publicada em 1947, apenas dois anos após a derrocada do nazismo como regime de estado. A primeira destas características é a evidente simplicidade dos discursos associados ao repertório nazista, normalmente estruturado por: frases curtas, associações diretas (ainda que desprovidas de veracidade e fundamentos), muitas repetições, preferência pela voz ativa e por indicações de ação. A sentença "*Arbeit macht frei*", o trabalho liberta, é um exemplo bastante adequado desta constatação.

Ao passo que a segunda característica, apresentada por Klemperer, é associada com a força da linguagem nazista pela qualidade imagética da mesma, fato esse que a filósofa Marilena Chauí também destaca em suas reflexões sobre os autoritarismos brasileiros (temática que vai ser mais explorada nas seções que virão na sequência). Ou seja, em tais conjunturas, as palavras, para maior penetração e aceitação da população, deveriam ter fácil visualização e/ou caráter visual. Maneiras simples de garantir tal feito vão desde o uso de símbolos (tais como o duplo S para a *Schutzstaffel* – *SS*), siglas, ou podem ser alcançadas pelo uso literal de imagens – como as inscrições nos portões mostrados.

No caso da linguagem alemã, quando associada ao nazismo e com ênfase para questão do trabalho, a repetição desta pauta, e dos procedimentos de comunicação mencionados aconteceram de várias outras maneiras. Como foi dito, as inscrições nos portões dos campos de trabalho/concentração são exemplos do uso da linguagem da maneira aqui detalhada, e com foco central na pauta do trabalho. Além desta forma, obviamente existiam mais, tais como declarações escritas ou faladas, imagens (desenhos ou fotos), assim como era significativa a quantidade propagandas com a mesma temática durante o III *Reich*. Neste aspecto, a imagem abaixo (figura 09) foi retirada da exposição do memorial "*Topographie des Terrors*" que, inclusive, tem uma sessão específica para a pauta do trabalho ("*Arbeit"*) e para o "mito do crescimento" (*Mythos Wirtschafts*).

Figura 09 – Imagem referente a um panfleto nazista editado por Fritz Todt, inspetor geral do sistema público de estradas, de 1938. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Em plano central, com bastante destaque, está a imagem de Adolf Hitler com uma pá "construindo" uma *Autobahn*,[230] sobre a inscrição "as estradas de Adolf Hitler" (tradução adaptada). Tal imagem é um panfleto nazista creditado a Fritz Todt, inspetor geral do sistema público de estradas alemãs ("*Generalinspektor für das Deutsche Straßenwesen"*), de 1938, cuja "assinatura" de autoria consta na própria peça. Essa peça indica de forma errônea que Hitler foi o criador das *Autobahns* do *Reich* ("*Reichsautobahnen"*). Apesar do

[230] O termo "*Autobahn"* é uma simplificação do termo alemão "*Bundesautobahn"* que, em tradução adaptada, seria algo como "autoestradas federais". "*Autobahn"* é um termo de referência das vias e do Sistema rodoviário alemão.

fato de que essas estradas foram construídas anteriormente, durante o período da República de Weimar, segundo dados retirados da legenda desta fotografia na exposição.

Em conjunto com a evidente manipulação dos fatos nessa peça, é importante destacar como a pauta do trabalho tinha grande importância, e era retratada de maneiras diversas no fascismo alemão. Nem sempre termos relacionados com trabalho ("*Arbeit"*) apareciam diretamente, mas essa temática era também evocada de maneira mais indireta, tal como ocorreu na propaganda acima. A peça supracitada, por exemplo, associa tal pauta com a figura do líder e com obras de infraestrutura e transformações urbanas. Ou seja, neste caso, o trabalho era indicado mais através do ato e da ação, do que pelas palavras.

A mesma associação, representada pela junção da figura do líder com algo que evocasse o tema do trabalho, é encontrada também em peças publicitárias e em fotografias associadas ao fascismo italiano (conforme discutido no capítulo anterior). Assim como esse tipo de representação (foto ou ilustração/charge) era comumente produzida em outros grandes processos de reformas urbanas: tal como a de Paris, entre 1852 – 70, e até mesmo na reforma de Pereira Passos, realizada no Rio de Janeiro entre 1903 até 1906. A diferença é que nas peças mencionadas, as figuras normalmente portavam uma picareta, pois a ação desejada de ser enfatiza era de destruição. Ao passo que na propaganda acima (figura 08), Hitler faz uso de uma pá, uma vez em que o intento era de se destacar a ação de construção.

Importante também explorar como, neste contexto, os usos do tema do trabalho aconteceram através de imagens e termos específicos. No alemão, a palavra "*Werk",* que também pode ser relacionada com trabalho, aparentemente, tem uma grande semelhança semântica com "*Arbeit"*, (principalmente por sua aproximação sintática com o termo *"work"*, trabalho do inglês). Entretanto, "*Werk"* tem um sentido mais próximo de obra, de produção artesanal e/ou intelectual. Ao passo que "*Arbeit"* não contempla os aspectos mencionados, e se vincula com esforço físico, com ação, podendo abranger até uma dimensão de sofrimento.

No capítulo "Trabalho" do livro a Condição Humana (1958), Hannah Arendt aponta como as palavras europeias para trabalho ("*labor"* do inglês, "*travail" do* francês, "*Arbeit"* do alemão, e "*ponos"* do grego) têm uma forte relação com "dor e esforço", sendo empregadas também para remeter aos trabalhos de parto (o que também acontece em português).[231] Além desse fato, etimologicamente, "*Arbeit"* tem a mesma origem de pobreza no alemão ("*Armut"*).[232]

---

[231] Arendt, 1958, p. 357.

[232] Arendt, 1958, p. 357.

Outro ponto importante a respeito do termo "*Arbeit"* é que, em sua língua de origem, a palavra também tem o sentido de emprego, o que expande a pauta "trabalho" aqui observada. Neste aspecto, principalmente nos anos iniciais do *III Reich* até antes da eclosão da Segunda Guerra Mundial, a relação trabalho, seja em palavras, ou imagens, com as obras e construções urbanas também era bastante explorada nesta perspectiva (emprego).

Assim, as obras que aconteceram nas cidades alemãs durante o *III Reich*, mais do que contarem com mão de obra escravizada, também ofereciam e eram narradas como fundamentais para alavancar as oportunidades de emprego e aumento de renda para a população germânica. Naturalmente, o aumento na oferta de trabalho remunerado era vinculado com o desenvolvimento do país e de sua economia, conforme observado nas peças abaixo (figuras 10 e 11), ambas também retiradas da referida exposição do *Topographie des Terrrors*.

Figuras 10 e 11 – Ambas as peças são propagandas feitas e divulgadas pelo governo nazista apresentando "dados" e medidas das supostamente bem-sucedidas políticas de combate ao desemprego do governo nazista. A peça da esquerda é de 1936, e a da direita de 1933, essas integram o acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

A peça à esquerda (figura 10), de 1936, mostra Adolf Hitler e alguns membros do partido nazista observando uma espécie de painel cujo conteúdo não está visualmente claro na imagem. Esta foto foi sobreposta por uma legenda que, por sua vez, credita a queda nos índices de desemprego ("*Arbeitslosigkeit"*) às politicas estatais/governança ("*Staatsführung"*)

do partido nacional-socialista (nazista). Outro elemento importante nesta montagem é um gráfico cujo formato representa uma queda vertiginosa nas taxas de desemprego, a partir de 1933 até 1935, mas sem que seus dados numéricos tenham sido retratados.

A falta de exatidão dos dados da peça em questão (figura 10), assim como a prática conhecida e corrente da propaganda nazista de falsear informações, já garante uma ressalva em relação ao conteúdo desta propaganda. Ressalva essa confirmada pela legenda da peça na exposição mencionada, uma vez em que ela destaca que, a despeito da queda dos índices de desemprego ter sido de fato real, ela aconteceu em decorrência de políticas que foram introduzidas no governo anterior.[233]

A peça exposta à direita (figura 11), de junho de 1933, seis meses após a nomeação de Adolf Hitler como Chanceler, ilustra como a propaganda nazista já se apropriava das pautas do trabalho/emprego ainda nos primeiros meses de governo. Ela mostra as diversas estratégias que teriam sido adotadas pelo governo nazista para combater o desemprego ("*Arbeitslosigkeit"*). Tais estratégias seriam relacionadas com investimentos em industrias variadas, em setores privados, e em obras de infraestrutura, o que computa a construção de grandes estradas, ruas e, alguns anos adiante, de grandes obras arquitetônicas e urbanas – com destaque para a empreitada da Germânia.

Ainda que, durante o *III Reich,* as obras públicas realizadas em contextos urbanos tenham sido executadas em grande medida por mão de obra escravizada; em termos narrativos e no repertório nazista, elas foram vinculadas com atributos com carga valorativa positiva. Nos discursos nazistas associados ao Estado, a questão das obras constantemente era mesclada com a pauta do trabalho que, por sua vez, se desdobrava para ampliação de ofertas de empregos, para o desenvolvimento das cidades, do país, e para o crescimento "vertiginoso" da economia alemã.

Relevante relembrar a força e relevância da junção das questões do trabalho com o atributo da liberdade no ideário e, logo, nos discursos nazistas. Neste contexto, a liberdade – alcançada através do trabalho – não era exatamente posta em um sentido material e/ou podia ser plenamente vivida pelos sujeitos em sua totalidade, mas era fundamentalmente metafísica e espiritual. Portanto, a liberdade, enquanto um atributo, tinha um sentido muito próximo aos presentes em contextos religiosos, uma vez em que se associava mais com as "almas" e não exatamente com corpos humanos.

Assim como no fascismo italiano, na variante do fascismo alemã, palavras que remetiam a estados de transcendência de "alma" também eram empregadas para se referir às transformações dos sujeitos/população, da nação de forma geral, e não somente para o

---

[233] Dados retirados da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945).

trabalho. Nas palavras de Lionel Richard, autor da obra "*Le nazisme et la culture*" (1978), na poesia e no repertório da linguagem nazista "as imagens e o vocabulário religioso são frequentes: uma nação que estava em vias de passar por sua "ressureição" e por sua "eternidade".[234]

Por essa perspectiva, há uma conexão interessante com as reflexões operadas através dos entrelaçamentos das propostas da cidade de Germânia (1939 – 1942) com as obras e projetos fascistas para Roma, enquanto a *"città eterna*" (após 1935). Mais do que voltar às análises apresentadas no início deste capítulo, parto dos dois projetos para alcançar a eternidade nas duas variações de fascismos históricos, para examinar com maior profundidade as interlocuções entre o fascismo italiano e o alemão. Uma vez em que, para além das ideias e dos valores, muitos elementos visuais, sobretudo de tradições artísticas e arquitetônicas do antigo império romano, e do renascimento italiano, foram assimilados no repertório nazista, entre outras incidências.

4.2.3 Roma, Itália

> *Führer* é a tradução alemã de *Duce*, a camisa marrom é uma variação da camisa negra italiana, a saudação alemã é uma imitação da saudação fascista.[235]

Esta epigrafe é uma passagem da obra "LTI: A linguagem do Terceiro *Reich*" (1947) de Victor Klemperer. Além do trecho sintetizar como o fascismo alemão se apropriou de elementos do fascismo italiano, ele deixa claro como vários dos elementos que foram apropriados não eram aleatórios. Muito pelo contrário, grande parte deles era estruturante para ambas as conformações. Longe de trabalhar com a hipótese de que a variante fascista alemã é meramente uma cópia da italiana, parto do pressuposto de que tais conformações têm muitas interseções e são compostas por subsídios muito similares. O que se justifica pelas diversas proximidades ideológicas entre essas, como também pela ocorrência de trocas, diálogos e de trânsitos de ideias – o que não exclui desta conta as possibilidades de cópias e de apropriações diretas.

Considerando como parâmetro a associação dos fascismos com estruturas de estado, a alegação de que o italiano antecedeu o alemão está correta, o que aconteceu inclusive por um largo intervalo temporal (de cerca de uma década). Entretanto, a mesma associação não pode ser diretamente aplicada nem para se mapear o surgimento destes ideários, nem para precisar com exatidão qual deles seria mais antigo.

---

[234] Richard, 1978, p. 157.

[235] Klemperer, 2009, p. 102.

A despeito da incerteza, é possível afirmar que o fascismo italiano forneceu substratos basais para composição da variação alemã, principalmente de 1933 até o início da II GM. Uma vez em que é evidente que alguns elementos do repertório fascista italiano de fato antecederam, como ainda foram imitados e/ou grosseiramente adaptados no nazismo e, por extensão, esses também foram englobados na estrutura governamental do *III Reich*. O que não exclui que um movimento no sentido contrário também possa ter acontecido.

Para além disso, elementos associados aos repertórios artísticos e arquitetônicos italianos, com ênfase para aqueles pertencentes ao antigo império romano e ao renascimento italiano, também foram largamente assimilados pelo arcabouço discursivo, imagético, arquitetônico e urbanístico do nazismo, conforme já mencionado.

Nesse sentido, várias características presentes no projeto da Germânia podem exemplificar e comprovar tal afirmação. Apenas para mencionar alguns pontos, a malha urbana do projeto da nova capital alemã possui visíveis ecos do traçado de Roma após os projetos e reformas urbanas realizados por Mussolini na cidade. Como é notório o fato de que os projetos das edificações estatais, que iriam integrar o conjunto arquitetônico da Germânia, ressoavam muito dos estilos artísticos e arquitetônicos italianos mencionados.

4.2.3.1 Mussolini e Hitler

Como as evidências para as afirmações acima são várias, elas serão analisadas por diversas perspectivas. A começar pelo desenvolvimento da relação e dos diálogos entre os líderes/chefes de estado relacionados com as conformações em questão – Benito Mussolini e Adolf Hitler. Depois que Mussolini foi empossado como primeiro ministro italiano, em 1922, ele emergiu como uma figura política de relevância internacional. Desde tal época, Hitler possuía profunda admiração por ele, admiração que é possível de ser mapeada por várias declarações documentadas.

Ainda em 1922, Hitler já havia conquistado algum destaque em decorrência de sua atuação como soldado na I GM pelo exército alemão, e já integrava o Partido dos Trabalhadores Alemães (“*Deutsche Arbeiterpartei”*), desde 1919. Importante mencionar que, em 1921, tal partido foi renomeado como Partido Nacional-socialista dos Trabalhadores Alemães (“*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiterpartei”,* NSDAP, já o nome oficial do partido nazista), tendo Hitler como uma de suas principais lideranças. Tal posição o dava alguma relevância, mas, não o suficiente para que Hitler tivesse a mesma projeção internacional que Mussolini.

Em 1923, Hitler e outros membros do Partido Nazista foram presos após o célebre “golpe da Cervejaria” em Monique (“*Münchnerputsch”/”Hitlerputsch”*). Na prisão e em 1925,

Adolf Hitler trabalhou na reconstrução do partido, e finalizou sua obra "*Mein Kampf*" (Minha Luta). Também neste intervalo temporal, Hitler enviou algumas correspondências para Benito Mussolini, expressando sua admiração pelo mesmo e sua vontade de conhecê-lo, sem, entretanto, receber respostas ou qualquer outra forma de contato.

Foi somente em 1933, quando Hitler assumiu o cargo de Chanceler, que o *Duce* começou a interagir direta e oficialmente com o então líder alemão. Ainda assim, as opiniões de Mussolini sobre Hitler eram muito negativas, principalmente em decorrência de sua "doutrina racista e neopagã".[236]

Todavia, mesmo que as percepções de Mussolini sobre Hitler não fossem boas em momentos iniciais, ou em ambientes privados, após a segunda metade da década de trinta do último século, a relação entre os dois governantes se estreitou rapidamente. O aconteceu por diversos motivos, porém, em 1935, tal proximidade foi publicamente justificada pelo compartilhamento da ambição de ambos para construir uma "nova Europa, um novo mundo e uma nova ordem".[237]

O alinhamento entre Mussolini e Hitler resultou em uma aliança que foi oficializada pela assinatura de um pacto de amizade entre os dois países, em Berlin e em 1935.[238] Deste pacto, foi criado o eixo Berlin–Roma. Para além das diversas proximidades ideológicas e do fato de ambos estarem na dianteira da emergência da extrema-direita/dos fascismos à época, Mussolini era um governante relativamente experiente, enquanto Hitler era um chefe de estado "novato", mas, em franca ascensão. Assim, Mussolini tinha interesse no crescente poderio alemão, ao passo que Hitler almejava conhecer e reproduzir alguns processos que aconteceram na Itália durante o governo fascista.

Considerando tal conjuntura, aciono como exemplo tanto a função, como os efeitos da construção da *Via dell'Impero,* a gigantesca avenida arterial criada durante o governo fascista em Roma e no ano de 1932, assunto aqui já discutido no capítulo anterior. A avenida foi executada com quase um quilometro de extensão e cerca de 30 metros de largura, e está localizada na região central da capital italiana. Retorno uma citação do historiador Emilio Gentile, uma vez em que ela resume com bastante precisão o significado da criação desta rua e de outras intervenções urbanas no fascismo:

---

[236] Gentile, 2007, p. 145.

[237] Gentile, 2007, p. 146.

[238] Gentile, 2007, p. 146.

> No primeiro decênio do regime, (...) **o fascismo trabalhou muito para efetuar, depois da conquista política, uma 'conquista monumental' da capital, mediante a fascistização (*fascistizzazione)* de seu espaço urbano** em todos os lugares quanto possível, ocupando-os com seu próprio rito, símbolos e monumentos.[239]

Se durante as décadas de 20 e 30 do século XX, ocorria a fase mais intensa da "fascistização" da cidade de Roma, a ideia de Hitler era que um processo análogo acontecesse na capital alemã. A diferença é que os processos que aconteceram em Roma, ainda que muito severos e envolvendo transformações radicais na cidade, pareciam suaves e insuficientes considerando os desejos e as demandas nazistas para Berlin. De Berlin, mal sobraria o nome. Até porquê, para a futura cidade de Germânia, os modelos centrais de inspiração seriam Roma e Paris, sendo a própria Berlin excluída desta conta. Logo, de forma muito resumida, a "nazificação" sobre Berlin significaria, distintamente do que aconteceu em Roma, um apagamento bem mais brutal de seu passado.

4.2.3.2 Roma, maio de 1938

Os projetos para Berlin/Germânia tinham muitos componentes ou de inspiração mais óbvia, ou com nítidos diálogos com elementos e práticas que aconteceram seja no passado italiano, seja na Itália durante o governo fascista. Importante destacar que a presença de "inspirações" italianas não signifique que, após 1933, o fascismo italiano não tenha assimilado elementos do fascismo alemão. Assim como, as conexões entre os dois fascismos, quando atravessando as cidades, abarcavam muito mais aspectos do que a busca pela "eternidade" e a adoção das demolições em massa, aqui previamente discutidas.

Nesse sentido, as apropriações de referências italianas, que já aconteciam desde as primeiras obras do *III Reich*, tanto ficaram mais evidentes, como foram potencializadas após a visita de Hitler à Roma, realizada em maio de 1938, evento ilustrado pelas fotografias abaixo (figuras 12 e 13).

---

[239] Gentile, 2007, p. 89.

Figuras 12 e 13 – Fotos de 1938 de Adolf Hitler e Benito Mussolini no balcão do *Palazzo Venezia* (esquerda) e no *Foro Mussolini* (a direita) quando o líder alemão visitou Roma em 1938. Fonte: Gentile, 2007, p. 148 - 149.

Os dois registros noturnos acima (figuras 12 e 13) foram realizados durante a primeira visita oficial de Hitler à Roma, em 1938. Sendo que a primeira fotografia, e a mais importante para esta reflexão, retrata os dois líderes no famoso balcão do *Palazzo Venezia.* Tal edificação era a residência oficial de Mussolini, seu lugar de trabalho e local onde o mesmo realizava muitas aparições públicas (justamente desse balcão).

Conforme discutido no capítulo anterior (*Roma Mussolinea*), o *Palazzo Venezia* é localizado em frente da *Piazza Venezia* que está em uma das extremidades da *Via dell'Impero*. A foto abaixo (figura 14) mostra o *Palazzo* e a *Piazza Venezia*, e, marcado entre os dois estandartes em azul no *Palazzo*, hoje em dia fechado e lacrado, está o referido balcão.

Figura 14 – Vista frontal do *Palazzo Venezia, Roma, Italia*. Registro feito em 01 de dezembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Alguns anos antes da visita de Hitler, em 1935, tendo como inspiração a forma e a função do balcão do *Pallazzo Venezia*, Hitler demandou que Albert Speer acrescentasse na edificação da Chancelaria do *Reich ("Reichskanzlei")*[240] um balcão semelhante, o que pode ser visto na edificação central registrada na imagem abaixo (figura 15).[241] Em 1936, foi realizada uma reforma que adicionou uma praça na Wilheinstraße (ou *Wilhein Strasse),* nomeada como "*Wilhelmplatz"* e destinada para aparições públicas e eventos (também retratada na foto). Ou seja, não apenas o balcão italiano foi assimilado nas práticas arquitetônicas do Estado nazista, como o complexo *Piazza-Palazzo*-balcão foram replicados (ver figura 15).

Figura 15 – Imagem referente ao prédio da Chancelaria (segundo edifício à esquerda, de frente para a *Wilhelmstraße*) cujo balcão foi adicionado em 1935. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Depois da execução de tal balcão, nomeado como "*Führerbalkon*", o elemento se tornou um "elemento essencial da todas as residências oficiais de Hitler: a *Führerbau* (em Monique), a *Neue Reichskanzlei*, assim como do monstruoso *Führerpalais,* planejado para a *Große Platz*"[242] – praça que integraria a arterial principal (*Großestraße*) do projeto da Germânia.

---

[240] Para mais informações, retornar ao item 4.2.1 deste capítulo nomeado como "*Reichskanzlei* (Chancelaria do *Reich*)".

[241] Scobie, 1993, p. 97.

[242] Scobie, 1993, p. 97.

Evidentemente, na ocasião da visita à Roma, Hitler já conhecia o balcão do *Palazzo Venezia*, mesmo que talvez não pessoalmente. Mas, tal constatação não retira a importância desta visita tanto para conformação de repertórios a serem usados no III *Reich*, e principalmente enquanto uma movimentação política importantíssima.

Na ocasião deste evento, Roma foi criteriosamente preparada para receber o *Führer* e sua comitiva. Tal comitiva era formada pelos principais representantes do partido nazista e do governo, tais como Rudolf Heß, Joseph Goebbels, Heinrich Himmler, Joachim von Ribbentrop, Martin Bormann[243] e outros "luminares do nazismo".[244] O que indica com muita clareza o potencial político e a grande relevância de tal acontecimento. Importante mencionar que o arquiteto Albert Speer, ausente nesta comitiva, já havia realizado uma visita oficial à Roma em 1936.[245]

De tal modo, na ocasião, a capital italiana foi enfeitada em suas regiões a serem visitadas pela comitiva nazista com bandeiras vermelhas com a suástica, bandeiras negras com o "*fascio"*, e com bandeiras vermelhas e amarelas que são as cores oficiais de Roma.[246] Em suas avenidas principais também foram instalados gigantescos arcos, tal como estruturas que sustentavam reproduções do "*fascio"* e da suástica, assim como um potente sistema de iluminação composto por aproximadamente "cem milhas em cabos elétricos e 45 mil grupos de lâmpadas".[247]

A grandiosidade de tal estrutura pode ser observada na imagem abaixo (figura 16) que retrata um trecho da *Via dell'Impero* durante essa visita. Este registro foi realizado provavelmente com o fotografo localizado no alto do memorial ao *Rei Vittorio Emanuele II,* e mostra o *Colosseu* no fim da rua.

---

[243] Respectivamente: vice do *Führer* ("*Stellvertreter des Führers");* chefe do Ministério do Reich para Educação Pública e Propaganda ("*Reichsministerium für Volksaufklärungund Propaganda");* Comandante do Exército de Reserva e General Plenipotenciário para toda a administração do Reich ("*Generalbevollmächtigter für die Verwaltung"*); Ministro das relações exteriores; chefe da *Parteikanzlei* ("Chancelaria do Partido").

[244] Scobie, 1993, p. 23.

[245] Scobie, 1993, p. 18.

[246] Gentile, 2007, p. 147.

[247] Scobie, 1993, p. 24.

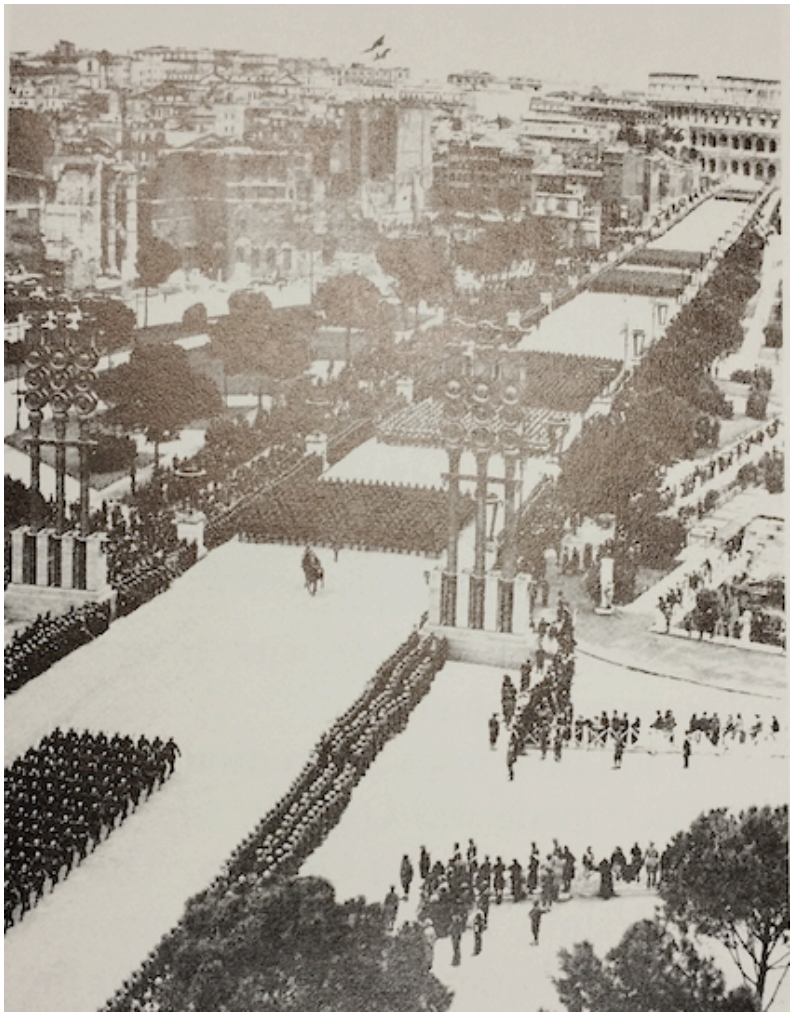


Figura 16 – Registro da *Via dell'Impero* parte da rota de Hitler para visita em Roma em 3 de maio de 1938. Fonte: Scobie, 1993, p. 27. Material retirado da biblioteca do memorial *Topographie des Terrors*.

Nas palavras de Emílio Gentile, "o chefe de Estado da Alemanha nazista atravessou a *Roma Mussolinea* envolta em uma fantasmagoria noturna de luzes e cores, com a potente iluminação noturna sobre os monumentos".[248] Ainda segundo dados postos pelo historiador, Hitler ficou bastante impressionado com essa volta na cidade, realizada durante a noite, assim como nos passeios diurnos posteriores. Na ocasião, o *Führer* declarou que considerava Roma como um exemplo perfeito de "arquitetura destinada para eternidade".[249]

A imagem a seguir (figura 17) mostra uma ilustração de um roteiro desta visita (também datado de 1938). Os elementos textuais desta peça gráfica são formados por alguns dos nomes das edificações em italiano, enquanto outras palavras, a maioria delas, estão em alemão. Toda parte escrita está com a mesma fonte que ressoa tipografias

[248] Gentile, 2007, p. 147.

[249] Gentile, 2007, p. 147.

recorrentemente usadas durante o início do nazismo, cujo aspecto que parece ser tipicamente germânico/teutônico é notório.

Como pode ser observado na imagem, as escalas e proporções corretas das edificações não foram mantidas, apesar do símbolo geográfico do Norte estar presente – o que costuma caracterizar representações com algum caráter técnico, e não ilustrações desta natureza. Na ilustração abaixo (figura 17), há destaque para as edificações importantes de Roma, para a ordem do trajeto oficial e realizado por veículos (cujo sentido foi indicado por flechas), e para as vias romanas centrais (inclusive a *Via dell'Impero*). Assim como para o importante rio romano, o Rio Tibre.

A águia e a suástica, símbolos muito utilizados para representar o *III Reich*, estão presentes na imagem, vinculadas à edificação marcada pelo número 1 (*Porta S. Paolo*). Na representação esses símbolos carregam uma bandeira com a inscrição "*Ankunfts Bahnhof*", expressão traduzida livremente com "estação de chegada". No mais, a ilustração foi intitulada como "*Rom, die Einzugstraße des Führers*" algo como "Roma, a estrada de entrada do Führer". Título que está disposto abaixo da legenda que apresenta os números e os nomes das edificações romanas.

Figura 17 – Mapa da Rota de Hitler para visita em Roma em 3 de maio de 1938. Fonte: Scobie, 1993, p. 25. Material retirado da biblioteca do memorial *Topographie des Terrors*.

No mais, ainda analisando o trajeto da visita de Hitler e de sua comitiva em Roma, destaca-se como a monumentalidade, a importância histórica e política das edificações balizaram a formação do percurso realizado na cidade. Elementos esses que também ficaram visualmente destacados na ilustração do roteiro em questão (figura 17).

Segundo Emilio Gentile, depois das visitas de Mussolini à Alemanha (1935 e 1936), e após a referida viagem de Hitler para Itália (1938), foi iniciada "uma nova fase da romanidade fascista, consagrada em 1939 pela formação do *Patto d'acciaio* (pacto de aço)".[250] Tal pacto, conforme dito, foi uma importante aliança política, e sobretudo militar, de cooperação entre os dois países, fortemente atuante, especialmente no curso da II GM.

A despeito desta importantíssima aliança, mais uma vez, ilumino como tal viagem teve um papel relevante para a ampliação do repertório artístico, arquitetônico e urbanístico nazista.[251] Evidentemente, para conformação fascista alemã desde antes desse evento, já existiam muitos elementos conhecidos em Roma, seja dos períodos antigos, ou da era "*Mussolinea"*. Como por exemplo, o balcão do *Palazzo Venezia* que já havia sido assimilado pela arquitetura nazista, assim como os famosos monumentos da antiguidade clássica que também eram amplamente conhecidos e referenciados especialmente por seu estilo arquitetônico e suas escalas.

Entretanto, esta viagem proporcionou a aquisição de mais informações relativas a esses elementos (e outros), e de formas ainda mais detalhadas, mais técnicas e até complexas. Visitas *in loco* em edificações, ruas e em sítios arqueológicos ampliam largamente as experiências e os conhecimentos relativos a tais conjuntos arquitetônicos e sobretudo aos urbanos. Ainda mais quando em comparação quando eles são vistos apenas por representações. Uma vez em que incursões à campo, especialmente considerando a escala da cidade, possibilitam análises mais precisas de materialidades, de volumetrias, e de como esses elementos interagem entre si, na paisagem e quais efeitos eles podem gerar.

No mais, Alex Scobie, autor do livro "*Hitler's State Architecture: the impact of the classical antiquity"* (1993) reforça como Hitler era bastante "fascinado pela escala do poder político de Roma, e pelo tamanho dos edifícios do Estado que simbolizavam isso".[252] Nas palavras de Hitler, citado por Scobie: "Não houve semelhantes para o Império Romano. Eles foram extremamente bem-sucedidos em dominar o mundo! E nenhum império espalhou sua civilização como o romano o fez". [253] A dominação a qual Hitler se refere, naturalmente, não aconteceu apenas pela escala dos edifícios do antigo império romano. Embora seja inegável

---

[250] Gentile, 2007, p. 147.

[251] Embora o processo inverso não seja muito explorado nesta tese, principalmente após as visitas de Mussolini à Berlin e a adoção do Pacto de aço, muitos elementos do nazismo foram apropriados pelo fascismo italiano.

[252] Scobie, 1993, pp. 20 - 21.

[253] Scobie, 1993, p. 21.

o fato de que suas escalas grandiosas favoreceram muito esta empreitada; e a relação entre a monumentalidade-grandiosidade com a dominação tenha sido reconhecida pelo *Führer*.

4.2.3.3 O *Pantheon* romano e o *Volkshalle* (Salão do povo)

Como exemplo ilustrativo do "enriquecimento" de repertório nazista através de elementos italianos, serão adiantadas as análises sobre um dos mais importantes edifícios administrativos e estatais do conjunto da Germânia, o *Volkshalle* (Salão do Povo). Essa temática também será abordada no próximo item desta seção, centrado sobretudo no projeto urbano e nas edificações da nova capital alemã. Nesta conjuntura, tal edificação seria localizada contígua ao existente *Reichstag*, e seria destinada para realização de conferências e de exposições públicas. Sendo que esse prédio chegou a ser de fato detalhada e cuidadosamente projetado por Albert Speer.

Contudo, antes de ser pensada pelo arquiteto e por sua equipe, a edificação foi esboçada pelo próprio Adolf Hitler, conforme ilustra o croqui abaixo (figura 18). Importante ressaltar que o desenho abaixo (figura 18) foi feito em 1925,[254] mais de uma década antes da sua primeira visita oficial à Roma como *Führer* (1938) e até mesmo bem antes de Hitler se tornar Chanceler (1933).

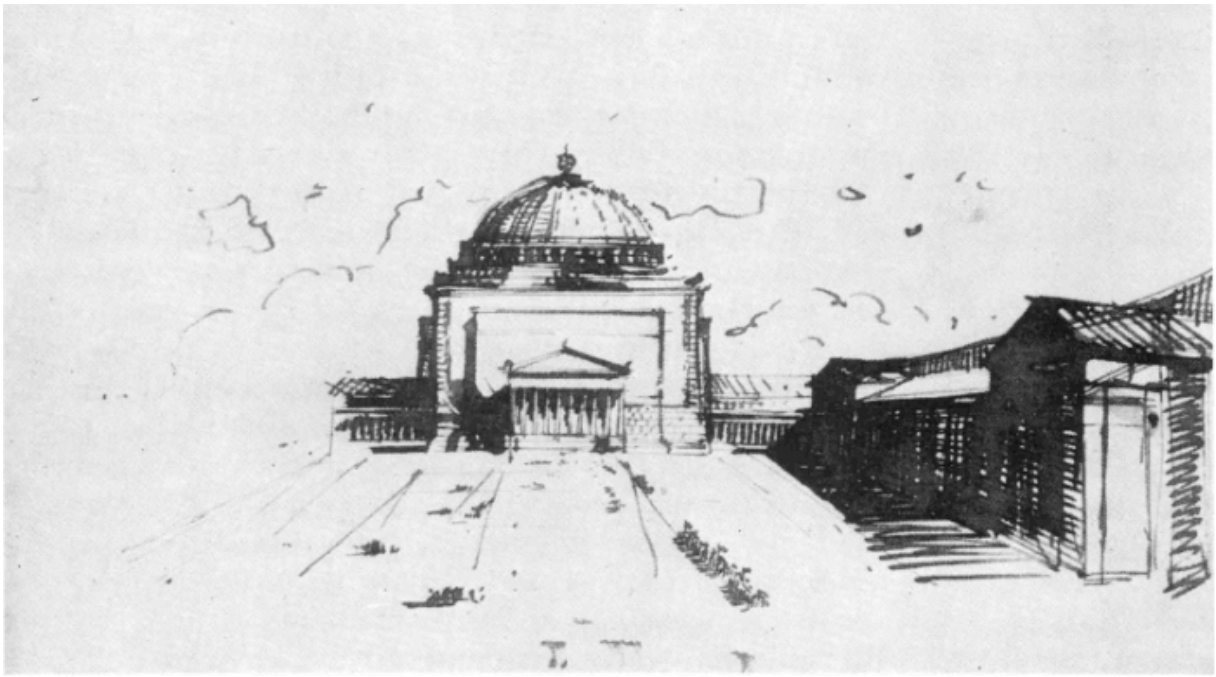


Figura 18 – Desenho de Adolf Hitler para *Volkshalle*. Fonte: https://bigthink.com/high-culture/architecture-buildings-never-built/?utm_source=pocket-newtab-global-en-GB. Acesso: 02 de março de 2023.

[254] Scobie, 1993, p. 110.

A partir deste esboço (figura 18), destaco dois pontos centrais para reflexão. O primeiro deles é a notória semelhança do edifício pensado por Hitler com o *Pantheon* localizado em Roma. Esta semelhança é verificada não somente pela presença de padrões típicos da arquitetura clássica, que caracteriza o *Pantheon*, no estilo do prédio desenhado por Hitler. Como também pela repetição de elementos fundamentais do monumento romano no projeto, tais como o frontão triangular sustentado por colunatas romanas, a presença de uma cúpula também redonda, e a reprodução generalizada dos principais aspectos que compõem a edificação em termos de volumetria e materialidade. O que pode ser averiguado pela observação do registro atual da edificação (figura 19).

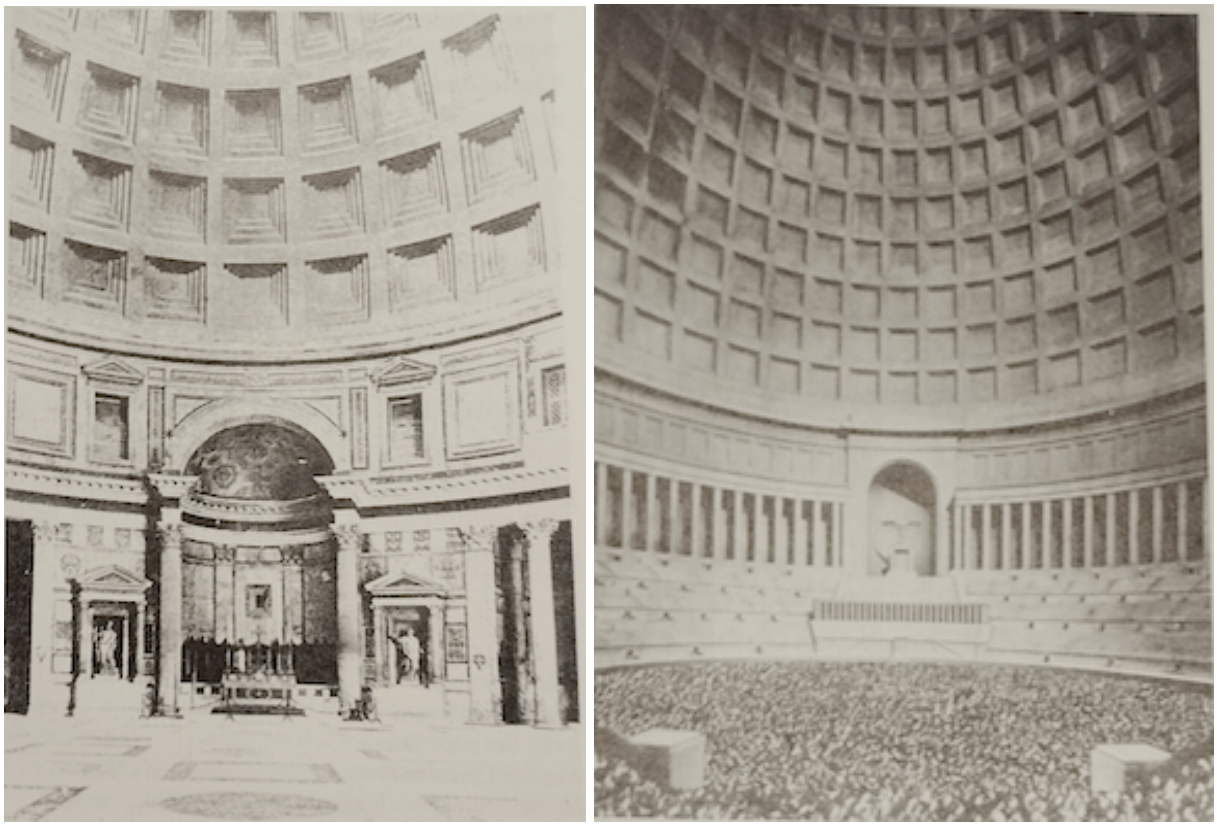
Figura 19 – Vista frontal *Pantheon, Roma, Itália*. Registro feito em 30 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Importante mencionar ainda que, depois de completar as atividades e os percursos do roteiro oficial de maio de 1938, Hitler voltou sozinho ao *Pantheon*. Em suas palavras, e segundo Emílio Gentile, o retorno ao *Pantheon* aconteceu para que fosse possível "ver melhor os efeitos espaciais do ambiente".[255] E, provavelmente, também para poder os narrar aos seus arquitetos, para que eles pudessem reproduzi-los com maior exatidão em algumas edificações importantes da nova capital, especialmente no *Volkshalle*.

Posteriormente, os esboços do *Führer,* e as inspirações retiradas do *Pantheon* foram seguidas com bastante seriedade por Albert Speer no projeto do *Volkshalle* para a Germânia. As imagens abaixo são pertencentes ao livro "*Hitler's State Architecture: the impact of the classical antiquity"* (1993) de Alex Scobie. Esse díptico apresenta perspectivas

[255] Gentile, 2007, p. 149.

internas que permitem a comparação entre o *Pantheon* romano com o salão interno do *Volkshalle*. As semelhanças entre as ambiências internas são muito evidentes, e não poderiam sequer existir com conhecimentos medianos da referência (o *Pantheon* romano).



Figuras 20 e 21 – Salão interno do *Pantheon* à esquerda, e à direita salão interno do *Volkshalle*. Fonte: Scobie, 1993, p. 108. Material retirado da biblioteca do memorial *Topographie des Terrors*.

Apesar das grandes semelhanças entre o *Pantheon* romano (figura 20) e muitos elementos do projeto da *Volkshalle* (figura 21), voltemos ao croqui de Hitler (figura 18), para pensarmos também em confluências com outras edificações inscritas na região romana. O croqui feito pelo *Führer* apresenta uma inserção na paisagem urbana diferente da que existe no entorno do *Pantheon* romano. Contudo, ela se aproxima (também pela presença da cúpula) da relação na paisagem existente na *Basílica de San Pietro (Vaticano)*, tal como demostrado pelas duas fotografias abaixo (figuras 22 e 23).

Figura 22 – Vista frontal *Basilica de San Pietro, Vaticano*. Registro feito em 30 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Figura 23 – Vista frontal *Basilica de San Pietro, Vaticano*. Registro feito em 30 de novembro de 2022. Autoria: Stephanie Assaf. Acervo Pessoal.

Ainda neste tópico, antes do próximo que é centrado no projeto da cidade Germânia, seria possível analisar como as narrativas/ideias de “romanidade” foram interpretadas no nazismo, assim como acontecem as relações destas com as noções de “germanidade”. Entretanto, tais questões serão abordadas de forma indireta na última parte do último capítulo desta tese, nomeado por “Brasil”, através da discussão sobre como as ideias de nação e o nacionalismo são estruturantes para os fascismos de forma geral. Assim como, existem muitas outras conexões entre referências artísticas e arquitetônicas italianas fascistas, ou italianas no geral que foram acionadas no III *Reich* para além de Berlin e das que foram aqui mencionadas, como bem sintetiza a seguinte citação, retirada da obra de Alex Scobie:

> O **Estádio Olímpico de Berlin** tem o formato de um **anfiteatro romano**; o *Hall* do **Congresso de Nuremberg** usa elementos de **teatro Romano** em novas funções. Quando observamos que os complexos arquitetônicos como *Königsplatz* em Monique e o *Forum de Frederick* em Berlin produzem um novo efeito pela liberação dos seus eixos e pela sua compleição espacial, nós os classificamos e **os vemos de um jeito romano e com olhos romanos**.[256]

Apesar da enorme gama de exemplos possíveis a serem explorados não só em Berlin e no projeto de Germânia, mas em toda Alemanha, conforme ilustra a pequena passagem acima, encerra-se a reflexão no *Volkshalle* objetivando a criação de uma conexão direta com o item final desta seção (4.3). Logo, para além das relações com a Itália da antiguidade clássica ou fascista, no próximo item serão analisados detalhadamente os projetos urbanos e arquitetônicos pertencentes exclusivamente à Germânia.

4.3 Germânia: seu projeto urbano e suas edificações

As empreitadas estatais para a construção da Germânia começaram oficialmente em janeiro de 1937, quando o arquiteto Albert Speer foi nomeado para o cargo recém-criado de *Generalbauinspektor* (Inspetor geral das construções para a nova Capital Federal).[257] Germânia, a nova capital federal alemã, seria implantada exatamente no mesmo local onde é Berlin. Logo, áreas significativas da cidade existente, especialmente da sua região central, seriam demolidas e posteriormente aterradas, o que permitira a execução de uma nova malha urbana e a construção massiva de novas edificações para a nova cidade.

O projeto para a nova capital alemã envolvia muitas transformações materiais de grande porte em Berlin, além de que, anteriormente durante o *III Reich* (entre 1933 até 1937), muitas obras já tinham sido previamente realizadas na cidade. Apesar disso, as propostas para a Germânia partiam da desmanche de Berlin tanto em termos simbólicos quanto físicos. Contudo, não necessariamente tal operação seria realizada pela demolição da cidade inteira, e muito menos pelo descarte imediato de tudo aquilo que fosse associado à Berlin.

Metaforicamente, é possível entender a destruição de Berlin através da realização de intervenções de “desmonte” e de “montagem”, para que assim Germânia pudesse existir com “fragmentos” de Berlin rearranjados com novas “peças”. Portanto, alguns elementos de Berlin deveriam permanecer intactos, uns deveriam ser removidos, outros seriam mantidos e

---

[256] Scobie, 1993, p. 34.

[257] Em inglês: “*Inspector General of Buildings for the Renovation of the Federal Capita*l” (Speer, 1969, p. 224).

reconfigurados (em alinhamento com os propósitos nazistas), e novos elementos deveriam ser acrescentados.

No novo arranjo e no mesmo gesto, Berlin forneceria substratos para a nova capital e passaria a existir apenas enquanto memória e através de seus "fragmentos" reposicionados/transfigurados. Perdendo assim sua existência enquanto unidade nos tempos presente ao *III Reich*, e principalmente no futuro. Importante destacar que, ao contrário das percepções e ações fascistas para Roma, na qual o passado imperial era louvado e valorizado, o passado em Berlin parecia ser irrelevante aos propósitos nazistas. Não que o passado, atrelado à noção da "germanidade" ou da história da raça ariana, não fosse importante para o nazismo. Muito pelo contrário, todavia, ele não se emaranhava à cidade de Berlin, tal como aconteceu no caso italiano.

A imagem abaixo (figura 24), datada de 1939, mostra os planos para Germânia de Albert Speer, e está apresentada em tamanho bastante reduzido em relação ao original, em decorrência da incompatibilidade da dimensão deste documento com o formato no qual esta tese foi produzida e impressa. Este mapa foi retirado do endereço eletrônico do "*Senate Department for Urban Development"* de Berlin (Departamento de desenvolvimento urbano de Berlin) e compõe uma publicação chamada em alemão de "*Berliner Plâne 1862 – 1994*", e em inglês de **"***Berlin Maps 1862 to 1994***"** (algo como Mapas/Planos de Berlin entre 1862 até 1994).

Em abril de 2023, período em que este capítulo foi escrito e esta imagem foi consultada, o projeto da Germânia estava catalogado pelo Estado alemão pelo nome de "*Speer-Plan* 1939", uma nomenclatura de teor absolutamente técnico. Há ainda uma ressalva na publicação de que todos seus os mapas contêm abordagens abrangentes e completas da cidade, sendo que todos eles eram peças obrigatórias para a administração da cidade atualmente, menos o "*Speer-Plan"*.[258]

[258] *Speer-plan* 1939. *Senate Department for Urban Development* de Berlin. Disponível em: https://www.stadtentwicklung.berlin.de/planen/fnp/en/historie/index.shtml. Acesso: 13 de abril de 2023.

Figura 24 – *Speer-plan* 1939. *Senate Department for Urban Development* de Berlin. Disponível em: https://www.stadtentwicklung.berlin.de/planen/fnp/en/historie/index.shtml. Acesso: 13 de abril de 2023.

A despeito da legenda estar ilegível no material da figura 24, deixei a peça no formato original, mas muito reduzida para manter os elementos textuais no escopo desta tese, como ainda para deixar seu formato (de uma prancha técnica) evidente. Destaco também que a orientação norte desta peça está alinhada ao norte geográfico e que ela contém escala gráfica e numérica.

Do primeiro elemento em diante, a legenda do mapa descreve: "*Vorhandene Baugeliete"* (linhas de construção existentes); "*Geplante Baugeliete"* (linhas de construção planejadas); "*Geplante Bebauung"* (desenvolvimento planejado); "*Alte Dorflagen"* (locais da cidade antiga); "*Grünflachen"* (espaços verdes); "*Sportanlagen"* (instalações desportivas) e "*Reichsbahnanlagen"* (instalações das "*Reichsbahn").* Existem mais elementos na sequência de sua legenda que suprimi para favorecer as análises nos aspectos de interesse.

Através da observação da legenda e da imagem desta peça, destaco os dois grandes eixos que se cortam em cruz na malha urbana de Berlin, e que estão nos sentidos leste-oeste e norte-sul, marcados em um tom mais alaranjado em relação ao resto do conjunto. Estes eixos são compostos por um conjunto de edificações e ruas, em sua maioria coloridas em amarelo e laranja, que estão qualificadas respectivamente como "*Geplante Baugeliete"* (linhas de construção planejada) e "*Geplante Bebauung"* (desenvolvimento planejado).

Ou seja, nesta representação as demolições não estão descriminadas das construções relativas à Germânia, pois esses procedimentos foram agrupados pelos termos construção e desenvolvimento planejado, uma prática comum na comunicação nazista. O que pode ser visto pela incidência muito maior do vocábulo "*Bau"* (construção) na linguagem alemã durante o nazismo, presente duas vezes nesta legenda, assim como no título do cargo de Albert Speer, "*Generalbauinspektor",* por exemplo*,* do que os termos relativos à "demolição" (*"Abriss")* e "destruição" *("Zerstörung")*. No mais, uma conexão interessante se relaciona ao fato de nas propagandas nazistas, Adolf Hitler aparecer com uma pá e não com uma picareta, tal como aconteceu com Mussolini, por exemplo.

4.3.1 *Prachtallee* (Avenida dos Esplendores)

A partir da análise de vocábulos da linguagem alemã durante o nazismo, é possível inferir que as práticas de demolição de partes consideráveis de Berlin, e até mesmo de destruição da cidade não eram divulgadas de formas explícitas ou literais pela propaganda do estado ou em falas oficiais. Embora, em discursos realizados em ambientes privados (como muito dos relatados por Albert Speer) tanto as demolições, quanto a destruição eram narrados sem eufemismos.

Na linguagem "oficial"/pública, tais procedimentos, frequentemente, eram sobrepostos por ações (e palavras) cujas cargas valorativas eram bem mais positivas, tais como construção e desenvolvimento. Hierarquicamente, as ações de destruição não eram predominantes nesta linguagem, para que aquilo que estivesse sendo criado, que fosse "novo", ficasse em primeiro plano. O que fica muito evidente pela análise do "*Speer-Plan* 1939", por exemplo.

Apesar destes procedimentos discursivos, em 1938, "aproximadamente mil proprietários receberam um total de 200 mil *Reichmarks* das autoridades, um preço fixado por essas, para possibilitar a construção da Germânia".[259] Os donos de propriedades mencionados residiam em locais nos quais seria construída a Grande Avenida da nova capital, especificamente no trecho entre o Arco do Triunfo e a *Volkshalle* (a serem construídos no escopo das obras da Germânia).

Para parte dos moradores removidos foram dadas propriedades similares em Berlin, ou indenizações em dinheiro, ao passo que os proprietários judeus foram para alojamentos temporários, antes de serem deportados para campos de concentração ou para os

[259] Connolly, Kate. The story of cities. Berlin. How Hitler's plan for Germania would have torn Berlin apart. The guardian, Berlin, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis. Acesso: 07 de fevereiro de 2023.

guetos.[260] No total, estima-se que cerca de 50 a 100 mil casas berlinenses tenham sido demolidas para a construção da Germânia. [261] A imagem abaixo (figura 25) de 1939, também da exposição permanente do memorial da *Topographie des Terrors*, ilustra aspectos deste processo. Ela é um documento oficial da comissão da nova capital e é referente ao bairro, localizado na área central de Berlin, nomeado como *Charlottensburg*. Seu título, "*Judenreinen Gebiet*", significa algo como "área limpa de judeus" ou "purificada".

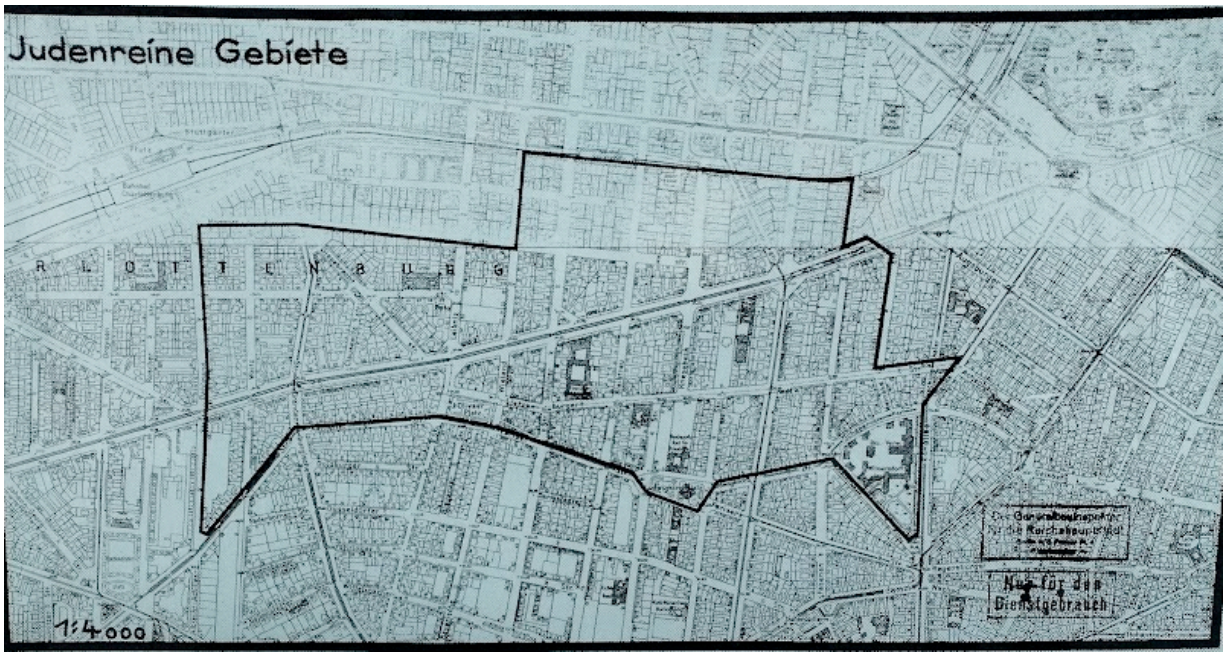


Figura 25 – Imagem referente ao bairro de *Charllotensburg, Berlin*, Alemanha, datada de 1939. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Além das demolições e em termos de morfologia urbana, o projeto da Germânia era estruturado através de dois grandes eixos principais dispostos em cruz, tal como visto no *Speer-Plan* 1939 (figura 23). Sendo que o mais importante destes eixos estava no sentido norte-sul e abrigava a gigantesca avenida, de aproximadamente sete quilômetros de extensão,[262] nomeada como *Prachtallee* (Avenida dos Esplendores, ou grande avenida).

Assim como a *Via dell'Impero* de Roma, a *Prachtallee* conectava dois pontos importantes para a cidade em suas extremidades. E tal como a *Avenue des Champs-Élysées* de Paris, esta rua comportaria várias edificações destinadas tanto para administração pública, como para uso comercial, uma disposição de usos muito diferente da

[260] *Idem.*

[261] *Idem.*

[262] *Idem.*

Via dell'Impero, de Roma, por exemplo, que têm apenas edificações monumentais/históricas.

Na visão de Speer, uma avenida só com edifícios cívicos poderia se tornar sem vida. Portanto, dois terços da extensão da *Prachtallee* foram reservados para edificações "privadas" (comerciais),[263] em suas palavras:

> Nós **não desejávamos uma avenida que consistisse exclusivamente em ministérios**. Um luxuoso cinema para *premières*, outro cinema para as massas com capacidade para duas mil pessoas, uma nova ópera, três teatros, uma nova sala de concertos, um prédio para congressos, a Casa das Nações, um hotel com 21 lojas, vários auditórios, muitos e luxuosos restaurantes, e uma piscina no seu interior, construída no **estilo Romano** e larga como as saunas da **Roma Imperial**, estavam inclusas nos planos com a ideia de **trazer vida urbana para dentro da avenida**.[264]

Esta rua, além de ser a mais importante artéria viária da cidade de Germânia, e de conter edificações destinadas para múltiplos usos, tal como os enumerados, abrigava em sua extensão vários edifícios públicos. A maioria de seus edifícios públicos seriam ministérios, sendo eles "do Interior, Transportes, Justiça, Economia, Alimentação, e, após 1941, fui ordenado a colocar um Ministério Colonial", de acordo com declaração de Albert Speer.[265]

No mais, o projeto desta avenida recebeu várias intervenções diretas do próprio Adolf Hitler. Segundo ordens do *Führer*, várias estátuas com deuses da tradição teutônica, e esculturas com símbolos germânicos apropriados pelo nazismo deveriam estar dispostos em sua extensão, entremeando o conjunto de edificações mencionado.

Todavia, em sua autobiografia publicada em 1969, Speer afirma que, posteriormente, ao observar fotos dos modelos desta avenida ela parecia "sem vida e regimentada".[266] Speer ficou preso em Nuremberg por aproximadamente vinte anos, entre 1946 até 1966, e em seu trajeto para a prisão, passando por Berlin, o arquiteto relatou que viu uma das edificações que foram construídas para a Germânia, e que permaneceu na cidade mesmo depois da derrocada do nazismo após a derrota na II GM.

Em seu relato, a visão do edifício naquela ocasião o fez se sentir como se "estivesse cego por anos", pois, seu plano para a Germânia seria dotado de uma "absurda falta de proporção".[267] O arquiteto também destacou que todas as edificações da *Prachtallee*, a

---

[263] Speer, 1969, p. 333.

[264] Speer, 1969, pp. 332 – 333.

[265] Speer, 1969, p. 336.

[266] Speer, 1969, p. 333.

[267] Speer, 1969, p. 333.

despeito da diversidade de usos propostos, eram estritamente uniformes em termos de altura e morfologia, conformando uma paisagem "completamente desprovida de contrastes".[268]

No projeto de Speer, ao sul de Berlin e próximo à esta avenida, estaria um enorme lago artificialmente criado. Enquanto a *Prachtallee* contemplaria em na sua extremidade sul um conjunto composto por uma estação ferroviária, uma praça e um gigantesco Arco do Triunfo nazista que era inspirado no arco do triunfo parisiense. Segundo o arquiteto, este arco do triunfo foi um acréscimo ao projeto da Germânia realizado em 1941, após uma visita à Paris em companhia de Adolf Hitler e de Arno Becker (o mais famoso escultor do estado nazista), depois de uma importante vitória em uma batalhada da II GM.

Não somente a forma e a função, mas a localização do arco do triunfo na Germânia também foi inspirada na localização do Arco do Triunfo de Napoleão que, segundo Speer, fornecia um "término majestoso para a *Champs-Élysées*".[269] Contudo, enquanto o arco do triunfo parisiense tinha "160 pés de altura", o nazista continha "555 pés de largura, 392 pés de profundidade, e 386 pés de altura" e, caso fosse construído, teria "afundado" os edifícios da parte sul da avenida.[270]

Se tivesse sido construído, este arco teria sido excessivamente pesado, uma vez em que seria executado de forma maciça e todo em concreto armado. Assim, ele superaria a capacidade do solo berlinense e, ao longo dos anos, o solo cederia, logo, o arco "afundaria". Tal afirmação não era somente uma impressão posta por Albert Speer, já que, à época, um cilindro de concreto maciço (corpo de prova) foi construído para testar a possibilidade do solo de Berlin de suportar o peso desta edificação. Tal cilindro, existente na cidade até hoje, foi usado até 1984 para testes de engenharia relativos ao solo de Berlin.[271]

No mais, o complexo da avenida *Prachtallee* seria todo bastante relevante para a cidade, seja nas suas extremidades sul e norte, assim como ao longo de toda sua extensão. Na extremidade norte da *Prachtallee* estaria um conjunto formado pela enorme edificação do *Volkshalle* (Salão do Povo) – com sua enorme cúpula redonda, a ser construído; do *Reichstag* (edificação existente)*;* e de outras edificações (também a serem construídas). Tal como mostra a figura 25 que é um registro da maquete da Germânia (1939), sem data conhecida e cujo sentido do Norte verdade está invertido na representação:

---

[268] Speer, 1969, p. 333.

[269] Speer, 1969, pp. 334 - 335.

[270] Speer, 1969, p. 335.

[271] Connoly, Kate. *The story of cities. Berlin. How Hitler's plan for Germania would have torn Berlin apart. The guardian*, Berlin, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis. Acesso: 07 de fevereiro de 2023.

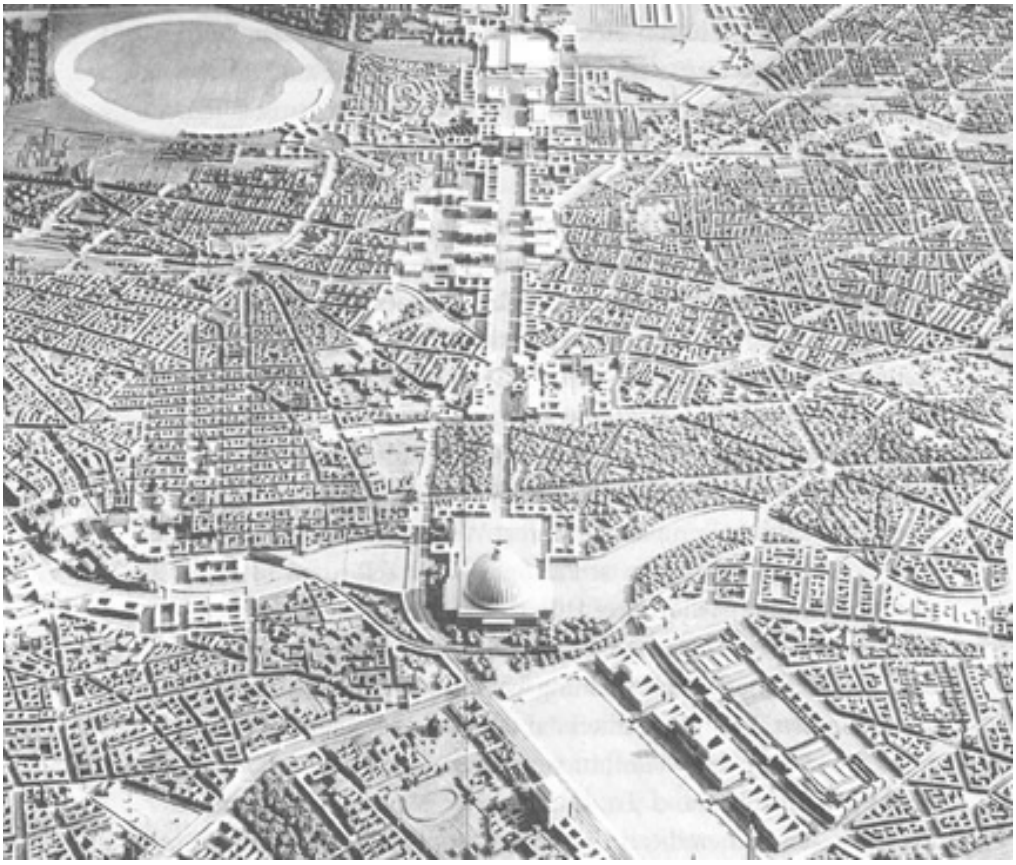


Figura 26 – Fragmento do eixo norte-sul da Germânia com ênfase na *Prachtallee*. Disponível em: http://www.secretcitytravel.com/berlin-march-2014/albert-speer-nazi-architect-berlin.shtml. Acesso: 13 de abril de 2023.

No canto superior do modelo (figura 26), relativo à porção sul, vemos o lago artificial e, mais centralizada e ainda na parte superior da imagem, está a extremidade sul da *Prachtallee* com seu conjunto de edificações. Seguindo o eixo da avenida, em sua outra extremidade (norte) se destaca um enorme prédio de cúpula redonda, o *Volkshalle*. O tamanho exagerado deste prédio fica evidente tanto pela comparação com os outros edifícios que formam o tecido urbano, assim como pelo fato da edificação do *Reichstag*, existente e que seria mantida, praticamente ter sumido neste conjunto. Somente com imagens que mostram este conjunto com ampliação localizada no eixo norte da *Prachtallee* é que possível visualizar o *Reichstag* com clareza.

4.3.1.1 Volkshalle (Salão do Povo) + *Reichstag* (Parlamento)

O *Volkshalle (Salão do povo)* seria tanto o elemento de maior destaque do conjunto da extremidade norte da *Prachtallee,* assim como ele seria a edificação de maior destaque no conjunto total da Germânia,[272] e até do mundo, segundo as ambições de Hitler. Pois, apesar de diretamente inspirado no *Pantheon* Romano, ele superaria este edifício em

[272] Speer, 1969, p. 343.

termos de tamanho, assim como sua cúpula seria 17 vezes maior do que a da Basílica de São Pedro.[273] Apesar de ter apenas um único recinto, o *Volkshalle* seria dotado da capacidade de comportar até 180 mil pessoas, e, caso tivesse sido construído, abrigaria o maior ambiente de reuniões do mundo. Nas palavras de Albert Speer:

> O interior circular da sala tinha um **diâmetro de 250 metros**, quase impossível de imaginar-se. **À altura de 220 metros, contemplar-se-ia o remate de uma gigantesca cúpula... o interior do recinto teria um volume 17 vezes maior que o da Basílica de São Pedro...** Em torno de uma superfície circular de 140 metros de diâmetro levantar-se-iam tribunas de até 30 metros. Uma coroa formada por 100 pilares era interrompida, à frente da entrada, por uma concha de 50 metros de altura e 28 metros de largura, cujo fundo seria revestido de mosaico dourado. Diante daquele fundo e como único elemento decorativo, **uma águia imperial dourada, disposta sobre um pedestal de mármore de 14 metros de altura, segurando nas garras a suástica e uma coroa de folhas de carvalho**. Assim o símbolo da soberania era ao mesmo tempo o remate e a meta da grande avenida de Hitler. Sob aquele símbolo estava o lugar onde o chefe da nação haveria de dirigir suas mensagens aos povos do futuro *Reich* germânico... **O conjunto da obra deveria ter uma dimensão de mais de 21 milhões de metros cúbicos. O Capitólio de Washington caberia várias vezes dentro dessa massa gigantesca.**[274] (destaques da autora)

A partir da declaração de Speer exposta acima, além do tamanho gigantesco da edificação em si, percebemos a relação dela com o seu entorno imediato, assim como as relações entre o *Volkshalle* e a *Prachtallee.* Estas relações, na visão do arquiteto, não aconteceriam apenas na dimensão urbana, em termos da paisagem e do complexo formado, como seriam fortalecidas pela repetição de símbolos nazistas na edificação e na avenida (em especial, da águia imperial e da suástica).

Em frente ao *Volkshalle*, seguindo o alinhamento da avenida (*Prachtalle),* estaria uma praça margeada por um complexo de edifícios nas suas duas extremidades contendo o *Reichstag* do lado direito para o observador que está a frente do *Volkshalle*. A imagem abaixo (figura 27) mostra a parte da maquete que contém tal complexo, com destaque para o pequeno *Reichstag* (dentro do retângulo vermelho) em comparação *ao Volkshalle*.

---

[273] Connolly, Kate. The story of cities. Berlin. How Hitler's plan for Germania would have torn Berlin apart. The guardian, Berlin, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis. Acesso: 07 de fevereiro de 2023.

[274] Speer, 1969, p.178 – 180.

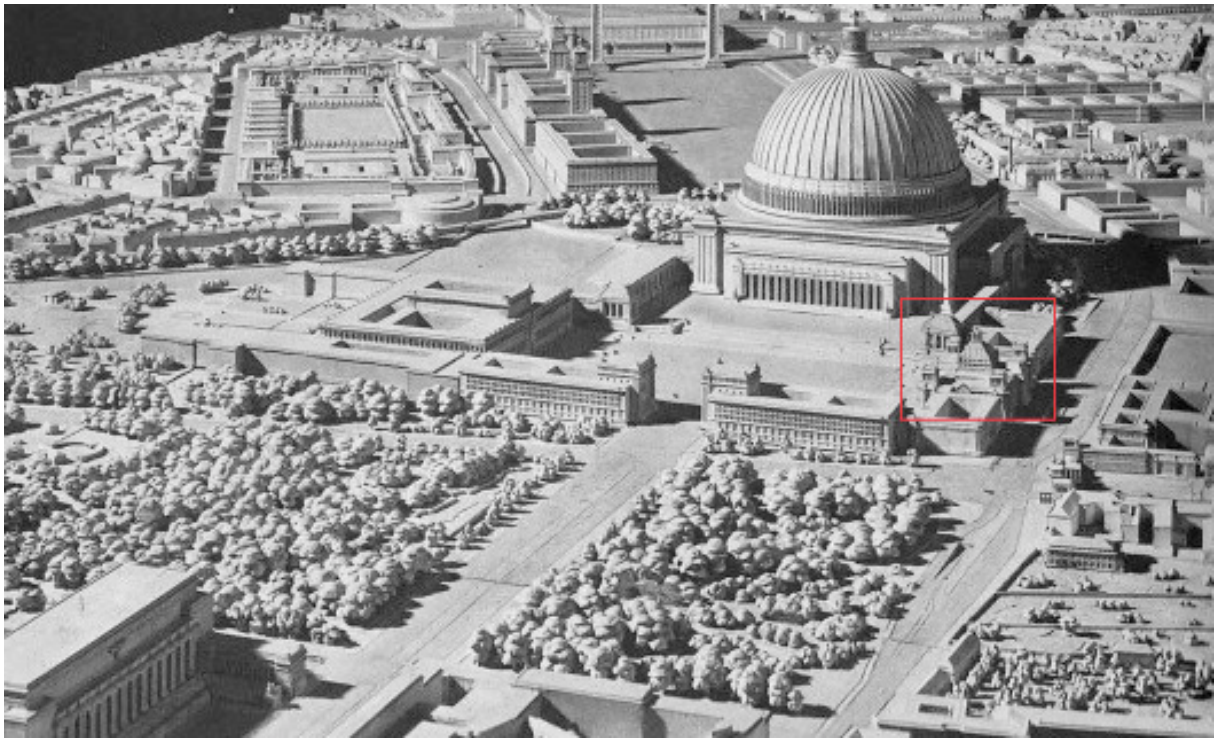


Figura 27 – Maquete da *Welthauptstadt Germania* – Germânia, a Capital do Mundo. Imagem original disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.257/8301. Acesso em: 20 de julho de 2022. Edição: Andrew Assaf.

O *Reichstag* está bastante pequeno na totalidade deste novo complexo e está em destaque pelo retângulo vermelho (figura 27). Do conjunto pertencente ao entorno imediato exposto no registro do modelo tridimensional (figura 26), somente ele e o *Brandenburg Tor* (portão de Brandenburgo) permaneceriam. O portão de Brandenburgo é uma espécie de arco de triunfo neoclássico de 26 metros de altura, reconstruído em 1788 e localizado na *Pariser Platz*. Tal como o *Reichstag*, ele tem grande importância para a história da cidade de Berlin.

A despeito da demolição do portão de Brandenburgo nunca ter sido considerada, a do prédio do *Reichstag* foi seriamente pautada por Adolf Speer e impedida por Hitler. Segundo Alex Scobie:

> Uma vez em que as **dimensões do *Reichstag* eram muito menores** do que as dos outros prédios no entorno do enorme fórum, **Speer tentou persuadir Hitler para demolir o edifício, mas Hitler recusou**. De acordo com registros de notas que foram feitas por dois ajudantes de Hitler, datadas de 15 de março de 1941, Hitler disse que poderia parecer vingança se ele demolisse o prédio, no qual, ele sugeriu que seria um dia referenciado pois os Nazis teriam lutado nele. Mas **ele também queria preservar o prédio para mostrar como a Alemanha tinha crescido, partindo de pequenos começos até o império mundial sobre sua liderança**.[275]

[275] Scobie, 1993, p. 108.

É interessante observar a relação do pensamento de Hitler, apesar deste não ser muito complexo, de como a permanência do *Reichstag* era relacionada menos com a ideia de memória do passado e mais coligado com a ideia de futuro. Por sua pequenez frente ao novo conjunto da Germânia, o *Reichstag* se tornaria um “pequeno” ícone, um marco visual na paisagem urbana que elucidaria o “crescimento” da nação/império germânico do nazismo.

Para elucidar a proporção e as dimensões (escalas) gigantescas do projeto da Germânia, abaixo estão dois registros atuais da edificação do *Reichstag*, realizados em março de 2023 (figuras 28 e 29). O primeiro dos registros (figura 28) destaca a fachada frontal do edifício e nos permite observá-lo em comparação com a escala humana, ao passo que a segunda fotografia (figura 29) favorece o entendimento da interação da edificação com seu entorno imediato. Ambas as fotos mostram que o *Reichstag* está longe de ser uma edificação de pequeno porte, e deixam evidente como ele se ressalta bastante na paisagem urbana, inclusive nos tempos atuais. Para o observador que vê o prédio do ângulo em que as fotografias foram tiradas, do seu lado esquerdo está a sede atual da Chancelaria alemã.

Figura 28 – Vista frontal *Reichstag*. Registro feito em 18 de março de 2023. Autoria: Robert Neukum. Acervo Pessoal.

Figura 29 – Vista frontal *Reichstag*. Registro feito em 18 de março de 2023. Autoria: Robert Neukum. Acervo Pessoal.

Contudo, no projeto da Germânia, o *Reichstag* seria apenas um pequeno anexo do *Volkshalle*, logo, fica evidente como as escalas e as proporções da nova capital federal eram claramente muito exorbitantes. Em sua autobiografia, Speer reproduz uma declaração de Adolf Hitler, ao responder questionamentos sobre as razões que justificariam o tamanho exagerado dos projetos arquitetônicos nazistas: “Eu faço isso para restaurar a cada indivíduo germânico seu auto-respeito (...) Nós não somos inferiores, nós somos completamente iguais a qualquer outra nação”.[276]

Na sequência, o arquiteto ainda relatou como ele próprio estava completamente “intoxicado pela ideia de usar desenhos, dinheiro e construtoras para criar testemunhas de pedra da história”.[277] Speer ainda afirmou estar muito engajado na perspectiva de que “nosso trabalho sobrevivesse por mil anos”.[278] Por fim, ele também revelou como a empolgação de Hitler crescia quando este via que os edifícios da Germânia ultrapassavam e

[276] Speer, 1969, p.195.

[277] Speer, 1969, p.196.

[278] Speer, 1969, p.196.

superavam outros edifícios da história, e como o *Führer* enxergava que esse projeto seria uma espécie de encaminhamento para a eternidade.[279]

4.3.2 Dimensões do sublime: da admiração ao terror

No início da década de 40, especificamente, entre os anos de 1942 e 1943, as obras para Germânia foram encerradas, o que aconteceu muito longe da finalização destas e em decorrência da II Guerra Mundial (1939 – 1945). Todavia, o projeto urbano e a maquete completa da nova capital estavam praticamente conclusos desde 1939, sendo que, posteriormente, somente alguns acréscimos foram realizados ao conjunto, tal como o arco do triunfo nazista (adicionado em 1941).

Durante o *III Reich*, tanto o modelo tridimensional, como todos os documentos relativos à Germânia eram mantidos sob intensa e constante vigilância em salas pertencentes à Academia de Artes de Berlin.[280] Este projeto era o preferido de Adolf Hitler, e os ambientes nos quais estavam elementos do plano só podiam ser acessados mediante sua autorização direta.[281] O *Führer* era extremamente atento para que somente algumas poucas partes dos materiais da nova capital federal se tornassem públicas, resguardando o máximo de conteúdo possível. Assim como, segundo relato de Albert Speer, Hitler frequentemente discorria e refletia sobre a "importância política" do projeto.[282]

Ainda nesse sentido, Speer relatou uma conversa intima, que ocorreu no auge da II GM, sua com Hermann Gôering, importante liderança do partido nazista e ministro da força aérea do *III Reich* ("*Luftwaffenminister"*). Gôering narrou para Speer alguns pedidos do *Führer*, caso ele morresse, sendo esses de: jamais substituir Speer de sua função de arquiteto chefe da nova capital; garantir que Speer conduzisse as obras da Germânia até o fim; assegurar que todas as verbas necessárias para a construção da nova capital fossem destinadas para tanto.[283]

Evidentemente, há a probabilidade de existirem certos exageros nos relatos de Speer. Pois, alguns deles constam somente em sua autobiografia, assim como parte considerável de seus relatos narram situações que ocorreram em ambientes muito restritos, privados e nos quais as testemunhas não estavam mais vivas. O conjunto deste tipo de declaração aqui sempre é analisado considerando tal inexatidão, sendo constantemente

---

[279] Speer, 1969, p.196.

[280] Atualmente, esta maquete está exposta sem muito alarde em uma estação de metrô em Berlin, em uma modesta exposição nomeada como *Mythos Germania*.

[281] Speer, 1969, p. 330.

[282] Speer, 1969, p. 346.

[283] Speer, 1969, p. 333.

contraposto com fatos e dados mais fundamentados. Assim, é possível concluir com segurança que a execução da nova capital era uma parte importante da realização do projeto de poder nazista.

A despeito da empreitada para a nova capital não ter sido concluída, ela demandou um contingente enorme de mão de obra, o que contemplou desde sua equipe técnica, até diversos trabalhadores de setores diferentes da construção civil (incluindo pessoas que foram escravizadas). Assim como, ela demandou grande quantidade de gastos públicos e acarretou em muitas mudanças na cidade, deixando lastros profundos em Berlin.

No mais, ainda não sendo exatamente uma novidade na história da humanidade, algumas características dos planos para Germânia são muito peculiares e merecem ser examinadas com maior profundidade, tais como a enorme escala (tamanho) dos edifícios e de sua malha viária, assim como a constante intenção de monumentalidade e de eternidade.

É evidente que tais características – o exagero das proporções e a busca pela monumentalidade e pela eternidade – ressoam tanto o projeto de poder nazista em si, assim como são muito eficazes para materializar os atributos de superioridade (nos termos de Hitler), assim como de força, de potência e até de durabilidade/eternidade no espaço. Em uma declaração de Speer, aqui já mencionada, ele usa o termo “testemunhas de pedra” da história para se referir ao conjunto da nova capital, e ao que estava sendo construído em Berlin de forma geral. Tal expressão agrupa tanto o caráter material das edificações e da cidade, como faz uma alusão à durabilidade e importância que ainda seria conquistada pelo *III Reich* (planejado para durar mil anos) e de seu conjunto urbano e arquitetônico.

Há uma outra expressão interessante e muito semelhante à de Speer, mas que é associada ao fascismo italiano. O historiador Emílio Gentile realizou um importante trabalho quando, ao mesmo tempo, cunhou o termo e mapeou o que seria o “*fascismo di pietra*” (fascismo de pedra) construído em Roma durante o governo de Mussolini, conforme visto no capítulo anterior. A despeito das diferenças entre os fascismos alemão e italiano, inclusive no que engloba as suas respectivas “testemunhas de pedra”, ambos conjuntos podem ser analisados enquanto elementos de linguagem e de comunicação que foram materializados nas cidades, tal como propôs Jean-Christophe Bailly. Para além disto, os dois tipos de “fascismos de pedra” citados têm outras similaridades fundamentais, em especial as mencionadas questões da monumentalidade e das escalas exageradas presentes nos elementos construídos.

Nesse sentido, acredito ser fundamental não justificar a presença de tais atributos apenas enquanto tributários aos projetos de poder fascistas. Assim como, julgo necessário entender as questões da grandiosidade das escalas e da monumentalidade para além delas mesmas, como atributos. Mesmo que tais categorias/atributos sejam percebidas por abordagens mais complexas, tal como a que a historiadora Françoise Choay opera em

relação aos monumentos e à monumentalidade, e que foi acionada na seção anterior desta tese.

Nos sentidos postos pela historiadora, os elementos considerados monumentais, simultaneamente, podem exercer funções de comunicação e de pedagogia para os sujeitos, sendo essenciais para construções e até para resgates da história e de memórias coletivas. No mais, há uma relação comumente estabelecida para a palavra monumento no português que é relacionada com grandiosidade, ou com certa distinção frente aos contextos em que os elementos monumentais estão inseridos. Ou seja, os termos "monumento" e "monumentalidade" normalmente não se associam com elementos, objetos, ou edificações comuns, ordinárias e/ou pouco importantes e, no limite, até com elementos com escalas consideradas pequenas.

Para além de análises teóricas, em projetos arquitetônicos e urbanos, a dimensão da monumentalidade costuma ser mais trabalhada na função dos elementos construídos, mais especialmente na forma/morfologia desses. Independente do estilo arquitetônico, uma maneira recorrente de tentar alcançar este "efeito" é através da ampliação das escalas e das medidas dos edifícios e das avenidas, assim como aconteceu no projeto da Germânia.

As análises sobre monumentalidade e sobre as escalas grandiosas, além da possibilidade de serem realizadas através de associações entre os dois atributos, assimilam muito bem outro ponto de reflexão que é relativo aos efeitos destas qualidades nos sujeitos/observadores ou usuários. Para acrescentar e ampliar tal perspectiva, aciono às percepções do filósofo Edmund Burke, apresentadas na sua obra "Uma investigação filosófica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo" de 1757. Tal obra é considerada um tratado estético muito relevante, e entrelaça análises das questões que estão postas em seu título vinculadas às emoções e aos afetos humanos.

Primeiramente, Burke associa o sublime como tudo aquilo capaz de suscitar as "ideias de dor e de perigo", e também como "tudo aquilo que seja de algum modo terrível" ou que "atue de um modo análogo ao terror".[284] Em sua percepção, o sublime seria fonte das mais fortes emoções possíveis.[285] A menção ao terror é especialmente relevante aqui quando consideramos que, até muito mais do que no fascismo italiano, a modulação do fascismo alemão se apropria violenta e consistentemente deste atributo em suas práticas.

Mais do que o terror, na perspectiva de Burke, o sublime, em seu maior grau de intensidade, a inicio despertaria o assombro, ao passo que "seus efeitos secundários são a

---

[284] Burke, 1993 [1757], p. 48.

[285] Burke, 1993 [1757], p. 48.

admiração, a reverência e o respeito".[286] Ou seja, o sublime é associado com um teor emocional fortíssimo e bastante complexo, tal como acontece nas duas modulações de fascismos mencionadas. Uma vez em que, uma conclusão comum, a respeito desses dois regimes autoritários e dos fascismos de forma geral, é relacionada em como a aderência da população à essas conformações acontece, sobretudo, por razões afetivas ou emocionais, e quase nunca racionais.

Naturalmente, existem outros motivos para aderência a esses ideários e para ascensão dos fascismos no início do século XX, mas, inegavelmente, o apelo emocional e a mobilização dos afetos neles são fatores vinculativos muito fortes para tanto. Uma vez em que podemos mapear elementos de tais naturezas empregados seja na linguagem, nas demonstrações artísticas, nas agendas defendidas, nas relações entre a população e os líderes, ou até mesmo materializados no espaço em tais fascismos.

Nesse sentido, em 1951, Theodor Adorno**,** em diálogo com estudos de Sigmund Freud (1922)[287] e a partir de alguns aspectos das propagandas fascistas, investigou o processo transformação de indivíduos em massa, em busca do entendimento do que geraria a adesão aos ideários fascistas. Adorno sugeriu que, para que os indivíduos em grupos se combinem em uma espécie de unidade, eles deveriam se sentir unidos e pertencentes a algo.[288] O que reforça como o apelo emocional é fundamental não apenas para a existência, mas para a adesão dos sujeitos em massa aos fascismos.

Os sentimentos de união/conexão poderiam se desenvolver em torno de uma pessoa, um líder, ou até mesmo em relação às pautas, às organizações políticas, entre outros elementos. No caso, aplicando essa hipótese para aspectos físicos-espaciais, tais dimensões tanto poderiam serem representativas dessa união, como poderiam fornecer suportes para ela: sendo desde locais de "abrigo", de encontros de grupos e de manifestações coletivas, tanto quanto operarem como símbolos de ideários petrificados nas cidades.

Portanto, a construção de uma nova capital no *III Reich* não acarretaria apenas na existência de uma cidade nova que estaria amalgamada à uma nova ordem social. Ela carregaria em si tanto uma série de atributos, como ainda poderia favorecer a criação de sentimentos de unidade e de pertencimento, e, logo, fortalecer o poderio e influência nazista, inclusive em aspectos subjetivos e emocionais, sobre a população.

---

[286] Burke, 1993 [1757], p. 65.

[287] "Psicologia de massa e análise do ego" de Sigmund Freud, publicado em 1922.

[288] Adorno, 1972, p. 4.

No mais, no que tange os sentidos de unidade e pertencimento, relembro que o nome Germânia é apenas uma abreviação, pois o nome todo da cidade seria "*Welthauptstadt Germania"* (capital mundial Germânia). Tal nome representa e reforça a intenção de unificação do império Germânico, e de expandi-lo ao redor do globo. O que aconteceria com forte violência (inclusive física), e sem condições de igualdade para os sujeitos, e muito menos de democracia e de política.

Desde o nome até as funções da Germânia são congruentes com as enormes ambições nazistas, assim como seu projeto urbano e elementos arquitetônicos também estão profundamente alinhados ao propósito de unificação (pela dominação) nazista. Entre as inúmeras ações associadas com as pulsões de unificação/dominação, a que se realizaria pela criação de uma cidade, que seria capital de um império mundial e símbolo do sucesso do III *Reich*, não poderia ser materializada de maneira simples. É por essa perspectiva que podemos então retornar às reflexões sobre a noção do sublime, posta por Burke, especialmente associando tal atributo ao espaço.

O sublime, além de vinculado com fortes emoções, congruente com as conformações fascistas, segundo o filósofo, se desdobraria a partir de emoções específicas, já mencionadas. Para conformação do sublime, Edmund Burke menciona o terror e o assombro, em primeiro plano, emoções que seriam seguidas pelos sentimentos de admiração, reverência e respeito. As paixões humanas citadas, quando reunidas, principalmente através de elementos perenes tais como as "testemunhas de pedra" de Speer, poderiam ter um efeito muito potente na população.

O terror e o assombro causariam impacto imediato nos sujeitos que, obrigatoriamente, não teriam como ignorar o conjunto arquitetônico e urbano da Germânia. Esses sentimentos seriam "portas de entrada" para a admiração, o respeito e a reverência frente aquilo que, em pedra, representasse os ideários nazistas. Além do fascínio e do impacto, caso o sublime fosse alcançado nos elementos construtivos na cidade, essa pulsão poderia ser um constante lembrete do poderio do regime/Estado, como talvez suscitaria a disciplina e a obediência nos sujeitos e na população.

Todavia, destaco que, em nenhum momento, percebi o termo sublime nos materiais documentais ou nas fontes teóricas que consultei para esta tese relativas ao conteúdo deste capítulo. Por outro lado, termos como "grandioso", "monumental", "gigantesco", "proporção", "dominação", "poder", entre outras palavras similares foram frequentes em minhas pesquisas. Insisto então na associação com o sublime em decorrência de que nenhum dos termos que encontrei, nos materiais mencionados, me pareceu ser suficiente para explicar o projeto da Germânia. Insuficiência esta que se daria seja pelos aspectos físicos, como pelas dimensões simbólicas e até subjetivas dos planos para a nova capital.

Por tal motivo, reforço que as associações com o sublime, ou com algumas das emoções que o compõem na perspectiva de Burke, podem ter acontecido como intenção ou plano de fundo (talvez não de forma consciente) no projeto da Germânia. Mesmo que isso não signifique que aspectos do sublime tenham sido nem trabalhados em termos teóricos, ou postos às claras, e muito menos que eles tenham sido alcançados no resultado final do projeto. Independente do fato de que "pouco" da Germânia tenha sido construído, muitos elementos desta cidade parecem ter sido pensados para atingirem efeitos do sublime, sem que isso necessariamente signifique que esta intenção tenha sido nem consciente, nem realizada nos planos.

Ainda em sua referida obra, Edmund Burke dedica um tópico específico para refletir sobre os alcances do sublime na arquitetura. Logo, a questão das escalas e da monumentalidade podem ser assimiladas em seu escopo. Em suas palavras, "na arquitetura, as grandes dimensões parecem ser uma condição necessárias para o sublime".[289] Porém, logo em seguida, uma restrição é apresentada para as grandes dimensões, uma vez "em um edifício, a extensão excessiva destrói a grandiosidade que ela visou a promover".[290] O filósofo ainda arremata sua analise quando afirma que "projetos grandiosos apenas por suas dimensões são sempre um sinal de uma imaginação medíocre e vulgar".[291]

Logo, a partir dos pontos postos por Burke, é possível a indagação se o projeto urbano da cidade da Germânia seria um bom projeto. E o conjunto de suas edificações? Os prédios e as avenidas da nova capital seriam grandiosos apenas no tamanho? Caso eles tivessem sido executados, esses alcançariam algum efeito próximo ao sublime nos sujeitos? Seriam sublimes, ou apenas exagerados e enormes, frutos de "uma imaginação medíocre e vulgar"?[292]

Seria difícil responder essas questões com exatidão, uma vez em que este projeto foi pouco executado, logo, análises de seus usos, de sua materialidade, e das relações entre os sujeitos e o espaço se tornam menos substanciais, e de natureza mais especulativa do que pode ser feito em Roma pós-Mussolini, por exemplo. Assim, construirei algumas reflexões para os questionamentos expostos acima, principalmente a partir de relatos do próprio arquiteto chefe do projeto da nova capital em cruzamento com as considerações de Burke aqui apresentadas.

---

[289] Burke, 1993 [1757], p. 81.

[290] Burke, 1993 [1757], p. 81.

[291] Burke, 1993 [1757], p. 81.

[292] Burke, 1993 [1757], p. 81.

Speer relatou um episódio em sua autobiografia (1969) relativo ao momento em que seu pai, também arquiteto, foi visitar o "filho famoso".[293] Seu pai, ao ver os modelos da Germânia, encolheu os ombros e falou diretamente para Speer e sua equipe: "vocês todos estão completamente doidos".[294] No desenrolar do texto – o que não necessariamente significa que Speer tenha processado essa fala da forma em que disse, e que a sequência dos acontecimentos seja exatamente essa – o arquiteto refletiu sobre como "agora" o projeto da nova capital realmente parecia um enorme absurdo.

Destaco que deixo essa ressalva não somente pelo caráter do livro, mas também pelos conhecidos esforços de Speer em se estabelecer como um "bom nazista", ou como apenas um arquiteto deslumbrado pelas possibilidades de concretizar seus projetos, e por acessar posições de destaque e poder no ramo da arquitetura e do urbanismo, e nunca na política. Do resultado dos tribunais de Nuremberg (1947), Albert Speer foi uma das poucas figuras de liderança no *III Reich* a não ser punida com pena de morte. Esta consequência é frequentemente atribuída pela enorme capacidade argumentativa de Speer, assim como da sua eficiência em se narrar enquanto apenas um arquiteto, e não como um membro do partido nazista, a despeito de o ser.

Portanto, faz bastante sentido que Albert Speer tenha constantemente reforçado em seu livro de memórias seu posicionamento de arquiteto deslumbrado, assumindo até mesmo alguns erros técnicos, o que fortalece seu estado narrado de certa confusão mental e de franco arrependimento. De forma geral, no conjunto do livro de Speer, quando ele reconhecia seus erros, eles quase sempre estavam associados com a ignorância frente à letalidade do *III Reich,* e com o fato da sua capacidade de julgamento ter sido corrompida pela sua progressiva proximidade com o poder (como arquiteto apenas) e com a sua realização profissional crescente.

Em sua autobiografia, Speer apresentou uma série de argumentos que constantemente foram construídos pela repetição de elementos, sendo esses: a culpa normalmente em conjunto com a inocência – causada por ele ser, acima de tudo, um arquiteto e não um político, ou um nazista; e por uma aparente busca por redenção tanto pelo arrependimento, como pela capacidade de reconhecer os danos do *III Reich*, inclusive os que seriam de sua responsabilidade.

A declaração de Speer, disposta a seguir, sintetiza bem essa construção, uma vez em que ele afirmou que, durante cinco anos, viveu "nesse mundo de planos, e apesar dos

---

[293] Speer, 1969, p. 331.

[294] Speer, 1969, p. 331.

seus defeitos e absurdos, eu ainda não posso me afastar completamente disso tudo".[295] No mesmo gesto, o arquiteto assumiu tanto a autoria técnica dos projetos urbanos e arquitetônicos coordenados por ele, como apontou seus defeitos e faz parecer como ele estava "temporariamente" com o seu juízo de valores e sua capacidade técnica comprometidos. O que, segundo ele, não aconteceria mais no tempo presente de sua fala.

No mais, importante destacar que as responsabilidades assumidas por Albert Speer pareciam estarem frequentemente restritas para os aspectos técnicos, ou seja, somente para aquilo que estivesse no "mundo dos planos" e nunca na política. Apesar disso, nem todos os aspectos técnicos foram contemplados, uma vez em que a culpa de Speer não foi extensiva para as desapropriações, pelas obras executadas com grande quantidade de mão de obra escravizada, e muito menos para o genocídio conduzido durante o nazismo.

Imediatamente na sequência da declaração supracitada, Speer lamentou como "atualmente" ele odeia Hitler por todas as "coisas terríveis que este perpetuou", [296] incluindo os danos pessoais sofridos por Speer na Guerra (que não foram muito bem detalhados no texto do seu livro). Além desses motivos, Speer aponta ter percebido que "esses planos [da Germânia] só poderiam existir em decorrência do seu [de Hitler] inescrupuloso jogo de poder".[297]

Além das motivações e da agência nas ações perversas terem sido postas somente para Hitler, Albert Speer reforçou como desenhos com essa "escala revelam um tipo de megalomania crônica".[298] Megalomania, no caso, associada sobretudo ao *Führer*, fato que justificaria a presença desse atributo de maneira tão forte nos projetos urbanos e arquitetônicos da Germânia, em suas palavras. Foi a partir desse ponto que Speer criticou, de forma mais contundente e clara, elementos técnicos do projeto da cidade de Germânia.

Speer argumentou que, "atualmente" (1969), tanto os elementos do conjunto da nova capital como o tamanho de suas edificações não seriam excessivos. O arquiteto mencionou que os padrões "presentes" de todo mundo alcançaram proporção similar aos da Germânia. Afirmação esta que é bastante frágil e distante da realidade, inclusive considerando as escalas das grandes metrópoles já na segunda década do século XXI, quase 80 anos depois do projeto da nova capital nazista. Mesmo atualmente, o projeto da Germânia é absurdamente exagerado.

---

[295] Speer, 1969, p. 344.

[296] Speer, 1969, p. 344.

[297] Speer, 1969, p. 344.

[298] Speer, 1969, p. 344.

Por fim, Speer afirmou que os exageros do projeto da Germânia, logo, seus problemas, estariam “menos em seu tamanho, mas mais na maneira em que eles violaram a escala humana que tornou eles (os edifícios) anormais”.[299] O parecer de Speer parece bastante acertado sobre as relações desproporcionais entre as escalas dos edifícios e dos corpos humanos, apesar de questionável quando aborda esse projeto em comparação com outras cidades e outros grandes conjuntos urbanos existentes.

Assim, pensando na questão do exagero das escalas do conjunto, independente se essas seriam coerentes na década de 70 do século passado, ou hoje em dia, assim como na “violação” das escalas humanas, de acordo com as percepções de Speer, a Germânia seria excessivamente grande em tamanho e proporção. Para além de suas percepções, basta analisar qualquer desenho técnico que mostre o traçado e as construções remanescentes de Berlin, e compará-los com o tamanho daquilo que seria construído para a nova capital, que o exagero fica nítido.

A imagem abaixo (figura 30) mostra um recorte da *Prachtallee.* O que está destacado pelas linhas e pela volumetria preenchida em preto, mostra o que seria construído. O resto, disposto em um cinza mais claro, é referente ao que existia em Berlin e permaneceria na Germânia. A grande diferença entre os traçados das vias e o tamanho das edificações existentes e as a serem construídas, ao menos em planta, é muito evidente.

[299] Speer, 1969, p. 344.

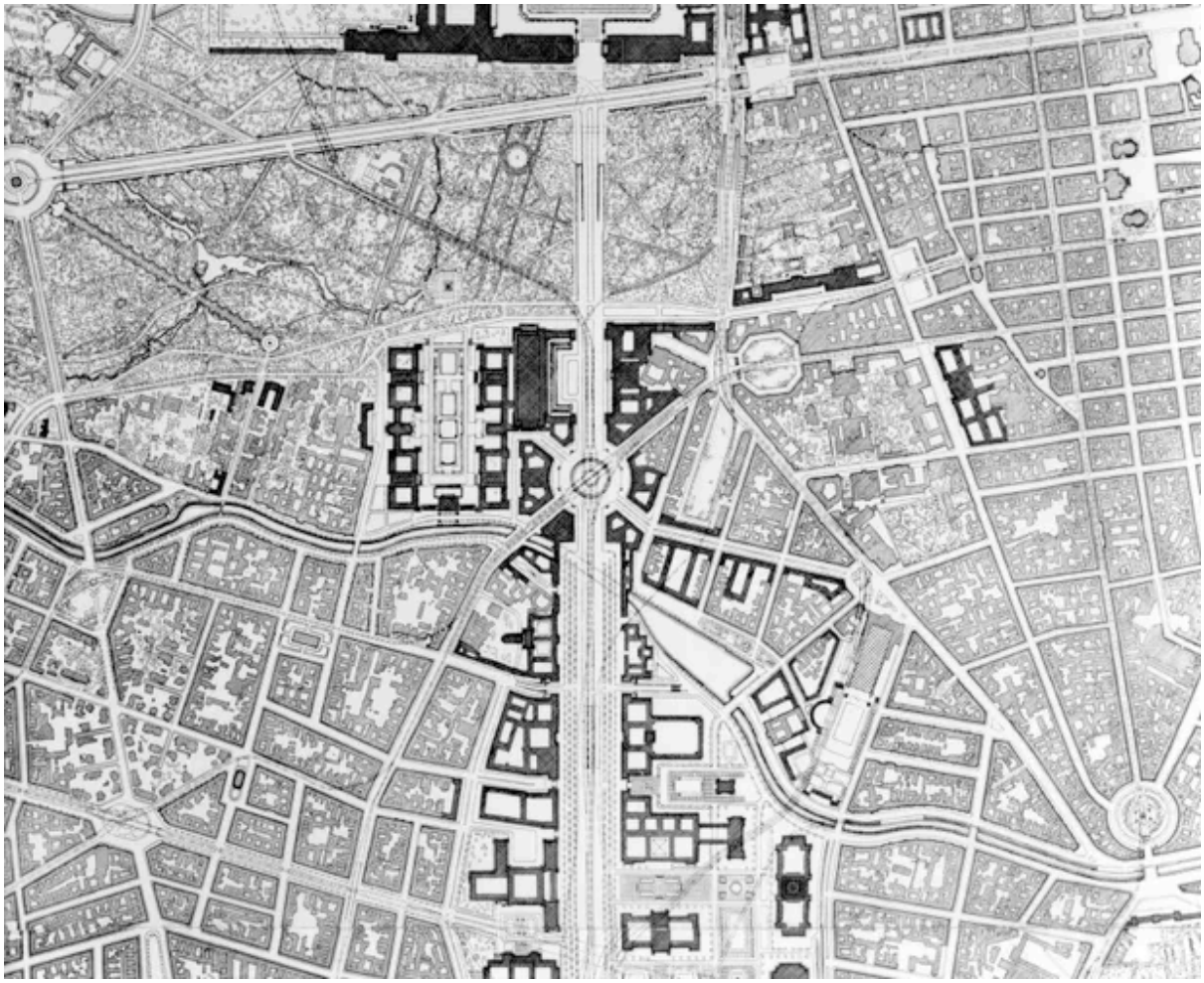


Figura 30: Trecho da *Prachtallee* no projeto da Germânia. Fonte: Connolly, Kate. *The story of cities. Berlin. How Hitler's plan for Germania would have torn Berlin apart. The guardian,* Berlin, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis. Acesso: 24 de abril de 2023.

Tanto esta imagem (figura 30), como algumas outras que estão nesta tese, assim como alguns dados estatísticos do projeto da nova capital foram retiradas de uma matéria do periódico BBC, pertencente à uma série temática sobre cidades. Além dessas informações, neste texto estão agrupadas opiniões de urbanistas e historiadores, entre outros especialistas, todos unanimes nas percepções de que os impactos da Germânia foram/seriam enormes, assim como pela prospecção de que, caso tivesse sido totalmente construída, a cidade teria sido um desastre. Em síntese, principalmente os novos trechos teriam sido:

> Hostis para pedestres que, regularmente, teriam que ir para o subsolo para atravessar ruas (...) e com um **sistema de transporte caótico**, uma vez em que Speer não acreditava em semáforos ou *Trams.* Os cidadãos teriam se sentido **constantemente impressionados e inibidos pelas estruturas imponentes** (*towering*, no original) ao redor deles.[300] (destaques e tradução da autora).

Finalmente, para além da qualidade questionável dos projetos (urbanos e arquitetônicos) do conjunto da nova capital alemã de forma geral, acredito que, mesmo que esses possam ter mirado no sublime, ou no grandioso e no monumental, os efeitos de sua execução não chegariam ao sublime em plenitude, conforme as definições de Burke. E sim ao vulgar e ao exagerado, e talvez, no máximo, pelo assombro e pelo terror.

Logo, possivelmente algumas emoções derivadas do sublime pudessem ter sido alcançadas, sendo essas de terror e assombro. Dificilmente, reverência e respeito pudessem ter sido sentidos pelos sujeitos, e quiçá tais sentimentos fossem substituídos por medo e opressão.

Por fim, na próxima seção desta tese (capítulo 4) há a continuação de algumas das reflexões trabalhadas nesta seção. Todavia, neste capítulo há um foco maior nas questões da linguagem e dos fascismos, como ainda são abordadas em conjunto as variantes dos fascismos alemão e italiano no início do século XX. Assim como, as modulações contemporâneas dos fascismos também começarão a ser analisadas, o que realiza uma espécie de transição para o último capítulo e conclusão desta tese.

---

[300] Connolly, Kate. *The story of cities. Berlin. How Hitler's plan for Germania would have torn Berlin apart. The guardian*, Berlin, 14 de abril de 2016. Disponível em: https://www.theguardian.com/cities/2016/apr/14/story-of-cities-hitler-germania-berlin-nazis. Acesso: 24 de abril de 2023.

5 CAPÍTULO 4_NEBULOSA FASCISTA

5.1 Introdução: Fascismo, fascismos, fascismo histórico e nebulosa fascista[301]

Nesta seção, que na estrutura desta tese está posicionada como seu quarto e penúltimo capítulo, serão retomadas e ampliadas as discussões que se desdobram com ênfase maior nas temáticas dos fascismos e da linguagem. O desenvolvimento de tais análises acontecerá, em primeiro momento, pela continuidade das reflexões relacionadas aos fascismos europeus que aqui foram trabalhados nos dois últimos capítulos (2 e 3). Todavia, é importante reforçar que este capítulo tem foco central em lançar questões e conceitos fundamentais para discussões relacionadas às conjunturas brasileiras: seja nos contextos que podem ser considerados históricos, seja nos contemporâneos. Sendo que tais questões serão elaboradas no próximo e último capítulo (5).

Para tanto, é importante que sejam rememoradas e confrontadas algumas definições de fascismo, uma vez em que os debates sobre tal tema, e até questionamentos sobre a categoria em si vem sendo fortemente retornados tanto no Brasil, como ao redor do mundo, sobretudo a partir dos últimos dez anos. Conforme dito anteriormente, os principais sentidos desta categoria, presentes no escopo deste trabalho, são os apresentados pelo filósofo e semiólogo italiano Umberto Eco no livro *"Fascismo eterno"* ("Fascismo eterno"), cuja primeira edição é de 1997.

Eco, na referida obra, trabalha com definições de fascismo muito mais ampliadas do que as que normalmente constam nas discussões teóricas sobre o tema. Na construção de suas definições, o autor aproxima a categoria "fascismo" da metáfora de nebulosa. Uma nebulosa é melhor definida pela sua composição, do que pelo seu formato e aparência. O que torna possíveis as existências de várias nebulosas com aspectos, idades e localizações bem diferentes entre si.

Para além de serem corpos celestes de formatos não regulares, nem estabelecidos e estagnes, nebulosas são compostas coetaneamente por elementos vivos, elementos mortos, alguns componentes prestes a nascer e outros em via de morrer.[302] Portanto, este tipo de conformação tem, em sua composição, componentes que interagem entre si, mas

---

[301] Embora no escopo desta tese existam algumas interlocuções com a obra "A anatomia do fascismo" (2023) do historiador Robert Paxton, interlocuções com ela não estão presentes neste quarto capítulo. O que aconteceu para manter a centralidade e destacar a importância do aporte teórico fornecido pela obra "Fascismo Eterno" (1997) de Umberto Eco e, em menor escala, das discussões operadas pelo historiador Emilio Gentile no conjunto das suas obras.

[302] Conforme definição apresentada pelo sociólogo Christian Topalov (1999) previamente citada neste trabalho.

que, a princípio e aparentemente, integram o mesmo conjunto através de relações diversas e até mesmo incongruentes e erráticas.

Em outras palavras, uma nebulosa absorveria muitos elementos diferentes, cujo funcionamento também pode englobar contradições e descontinuidades, para além de interações mais fluentes. Na junção dos conceitos de nebulosa e de fascismo, tal como foi proposto por Eco, caberiam não somente as conformações fascistas que se consolidaram enquanto governos de estado na Europa nas primeiras décadas do século XX. Uma vez em que a conexão de Eco também possibilita que conformações contemporâneas integrem o espectro do fascismo, ou, nos termos do autor, da nebulosa fascista.[303]

Por outra via, Emílio Gentile, considerado o mais importante historiador do fascismo italiano, pondera que o termo fascismo compreende condições muito mais restritas do que as que foram postas por Eco, por exemplo. O que excluiria, em sua perspectiva, as conformações contemporâneas de serem qualificadas como fascismos.

Recorrentemente, Gentile trabalha com um complemento para a palavra fascismo – o termo histórico, como também é incisivo em afirmar a necessidade de distinguir o fascismo histórico (posto no singular) de conformações que surgiram após 1945. Uma vez em que, segundo o autor, o fascismo histórico seria "o regime que, a partir da Itália, marcou a história do século XX e se estendeu à Alemanha e a outros países europeus no período entre as duas guerras mundiais". [304]

De acordo com Gentile, para além das restrições postas em decorrência ao intervalo temporal e relativas a contextos geopolíticos específicos, "sem o regime totalitário, sem a submissão da sociedade a um sistema hierárquico militarizado, não é possível falar de fascismo".[305] Porquê, conforme o historiador, o que está fora desses parâmetros e se formou depois de 1945, seriam conformações que usam, ou são favoráveis ao uso de violência em associação com ideologias de extrema direita, o que não significa que elas sejam fascismos propriamente ditos.[306]

Por fim, Emílio Gentile também argumenta que o emprego da categoria fascismo, quando fora dos casos contemplados pelos critérios supracitados, também poderia apagar a novidade presente nos novos fenômenos, tal como no caso do bolsonarismo. Ainda que a argumentação desenvolvida por Emilio Gentile seja bastante consistente, acredito que para

---

[303] A noção de fascismo para Umberto Eco, na referida obra, é nomeada por três expressões diferentes, sendo essas: nebulosa fascista, *Ur-fascismo* ou fascismo eterno (Eco, 2018, p. 32). Por motivos de simplificação, nesta tese opero apenas com a nomenclatura de nebulosa fascista, a despeito de todas as outras nomenclaturas terem os mesmos sentidos do que os da escolhida.

[304] Piozevani & Gentile; 2020, p. 41.

[305] Piozevani & Gentile; 2020, p. 41.

[306] Piozevani & Gentile; 2020, p. 41.

estudos e construções de hipóteses e teorias, especialmente dos fenômenos contemporâneos, as definições mais ampliadas de Umberto Eco podem fornecer substratos mais vantajosos para análises, especialmente para reflexões comparadas.

Apesar das discrepâncias essenciais entre os dois autores, em alinhamento com Gentile, Eco não ignora como as conformações contemporâneas, que são associadas com os fascismos, possuem diferenças severas com o que Gentile classifica como "fascismo histórico". Eco também é muito incisivo ao apontar que seria praticamente impossível que os fascismos europeus do início do século XX se repitam, ou retornem exatamente como eram em tempos atuais, inclusive em decorrência das "circunstâncias históricas" bastantes diversas.[307]

No mais, as perspectivas de Eco e Gentile confluem com a demarcação da emergência do fascismo no caso italiano, o que se aplica tanto em relação às origens do termo e desse tipo de conformação em si, como ainda pela associação deste tipo de ideário com estruturas de Estado. Ambos autores ainda reconhecem o fascismo italiano como uma ditadura de direita que dominou o país no período entre guerras, sendo que, logo na sequência, "todos os movimentos análogos encontraram uma espécie de arquétipo comum no regime de Mussolini".[308]

A despeito de algumas divergências entre os autores, Eco define os fascismos através de alguns elementos fundamentais e estruturantes a todos eles, o que o filósofo realiza em alinhamento à maioria dos estudiosos do tema. Na sua referida obra, são enumeradas características que qualificariam governos, agrupamentos e, principalmente, conjuntos de ideias como passíveis de comporem a "nebulosa fascista". Seguindo a lista de atributos essenciais aos fascismos, na perspectiva do autor, o termo fascismo seria adaptável à várias conformações diferentes. Melhor explicando e em suas palavras:

> O **termo "fascismo" adapta-se a tudo porque é possível eliminar de um regime fascista um ou mais aspectos, e ele continuará sempre a ser reconhecido como fascista**. Tirem do fascismo o imperialismo e teremos Franco ou Salazar; tirem o colonialismo e teremos o fascismo balcânico. Acrescentem ao fascismo italiano um anticapitalismo radical (que nunca fascinou Mussolini) e teremos Ezra Pound. Acrescentem o culto da mitologia celta e o misticismo do Graal (completamente estranho ao fascismo oficial) e teremos um dos mais respeitados gurus fascistas, Julius Evola. (grifos da autora) [309]

---

[307] Eco, 2018, p. 21.

[308] Eco, 2018, p. 24.

[309] Eco, 2018, p. 34 – 35.

Congruente com a plasticidade do termo fascismo, na visão de Eco, a contradição é apresentada como um predicado inerente e fundamental à estrutura ideológica destes. O filósofo reforça como o fascismo italiano, por exemplo, estava longe de ser uma "ideologia monolítica", pois ele seria formado por "uma colagem de diversas ideias políticas e filosóficas", sendo um "alveário de contradições".[310]

Todavia, tal incoerência não aconteceria em decorrência da tolerância à atributos e/ou elementos diferentes entre si, mas ela se daria graças a um "desconjuntamento político e ideológico". Importante reforçar que, para o autor, tal "desconjuntamento" seria minimamente dotado de alguma ordem, tal como uma "confusão estruturada".[311]

Neste sentido, a percepção de que os fascismos seriam firmemente sustentados através de determinados arquétipos é o que forneceria alguma solidez para eles. Essa solidez dos fascismos surgiria por e seria produzida pelas possibilidades de criações de vínculos entre sujeitos, a partir de bases emocionais compartilhadas. Sendo que tal capacidade é que tornaria a "confusão" mencionada como organizada, a despeito das várias inconsistências políticas e ideológicas severas que nela existem.

É a partir desta ressalva que Umberto Eco apresenta a lista de características essenciais que definiriam sua noção de fascismo. Eco ainda afirma que muitas das características listadas (no total 14) "se contradizem entre si", assim como também "são típicas de outras formas de despotismo ou fanatismo".[312] Apesar da dissonância entre os atributos, uma nebulosa fascista seria bastante fácil de ser criada e reconhecida, pois seria "suficiente que uma delas (características) se apresente para fazer com que se forme uma nebulosa fascista".[313] Em suma e na ordem posta originalmente, elas são relacionadas com:[314]

1 – Culto à tradição;
2 – Recusa da modernidade;
3 – Irracionalismo/ ação pela ação;
4 – Recusa ao "espírito crítico";
5 – Favorecimento à criação de consensos, uma vez em que os diferentes são considerados como outros/"intrusos", logo, a nebulosa fascista seria racista por definição;

---

[310] Eco, 2018, p. 27.

[311] Eco, 2018, p. 32.

[312] Eco, 2018, p. 35.

[313] Eco, 2018, p. 35.

[314] Destaco que resumi as características apresentadas por Umberto Eco, a versão completa da lista está presente na sua referida obra.

6 – Apelo às classes médias frustradas;
7 – Presença muito forte de nacionalismo e de xenofobia;
8 – Centralidade na figura do inimigo;
9 – Culto à guerra;
10 – Elitismo e desprezo pelos fracos;
11 – Heroísmo e falta de comoção com mortes em massa;
12 – Mobilização de questões sexuais;
13 – Populismo;
14 – Criação de uma “Novalíngua”, ou seja, o uso intenso da comunicação e da linguagem;

Tendo em vista os pontos apresentados por Eco, esta seção será desenvolvida através de análises comparadas explorando possíveis elementos de nebulosas fascistas, de maneira a aprofundar nos casos brasileiros na seção seguinte. Em tal sentido, o primeiro capítulo desta tese tem reflexões mais teóricas e filosóficas sobre as temáticas dos fascismos, dos autoritarismos, e sobretudo das democracias, da política em suas relações com a cidade e a linguagem.

Por outra via e na sequência, os dois próximos capítulos contíguos ao primeiro (capítulos 2 e 3) contêm desdobramentos e análises operadas a partir dos principais exemplos do que Emílio Gentile nomeia como “fascismos históricos”. Já esta seção realiza uma espécie de passagem, ou encontro entre os fascismos históricos com os casos brasileiros a serem analisados com profundidade na seção seguinte (e último capítulo desta tese).

Assim, julgo interessante não apenas fazer aproximações e reflexões dos pontos previamente tratados com questões contemporâneas, como ainda experimentar algumas outras articulações e metodologias para pesquisa e produção epistemológica. Para tanto, esta seção parte da lista de Eco, referente aos atributos necessários para a formação de uma “nebulosa fascista”. Sendo que alguns dos elementos da lista serão destacados e detalhados, para que assim, as reflexões sejam construídas através da aproximação de diferentes conformações consideradas fascistas examinadas frente aos temas trabalhados.

O primeiro dos elementos, da lista de Umberto Eco e a ser explorado aqui, é a noção de inimigo. Uma das primeiras percepções que teci a respeito das conformações contemporâneas, que são chamadas ou associadas com os fascismos, foi nesta direção: os inimigos eram muitos, alguns pareciam antigos, outros novos. Mas, independente das qualificações esses sujeitos/ideias/grupos/modos de viver outros, os nomeados como inimigos frequentemente se configuram como elementos a serem não somente identificados, como combatidos. Tanto como os “inimigos” parecem fundamentais para a formação de tais

ideários. Sem tais elementos, parece impossível não só entender, mas pensar na existência dos fascismos considerando qualquer recorte/contexto/período.

5.2 Quem são os inimigos?

Os pesquisadores e filósofos franceses Pierre Dardot e Christian Laval, no livro "A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal", publicado pela primeira vez em 2009, refletem sobre os efeitos causados pela hegemonia da "racionalidade neoliberal" na contemporaneidade. Em uma das seções desta obra, os autores analisam os processos de corrosão de laços e vínculos sociais em contextos ocidentais e na atualidade. Entre outras implicações, tais eventos explicariam também a ascensão generalizada de agrupamentos associados com a extrema-direita e/ou com os fascismos ao redor do globo recentemente.

Partindo do pressuposto de que a destruição de vínculos de solidariedade entre os sujeitos acarretaria o crescimento de pulsões individualistas (e vice versa), os autores se indagam como seria possível "manter juntos sujeitos que não devem nada a ninguém?".[315] Para então, na sequência, ser desenvolvida a hipótese de que "provavelmente a desconfiança, ou mesmo o rancor, em relação aos mais pobres, aos preguiçosos, aos velhos dependentes e aos imigrantes, tem um efeito de "cola" social"."[316] Em outras palavras, os autores sugerem que a existência de desafetos compartilhados poderia unir sujeitos que, a princípio, não teriam nada em comum.

Por fim, os autores completam essa passagem com a ressalva de que tal prática teria seu reverso, caso os sujeitos percebessem que eles próprios poderiam estar nas posições referidas em algum outro momento, caso eles se tornassem "ineficazes e inúteis",[317] por exemplo. Alguns pontos interessantes para reflexões podem ser retirados a partir deste pequeno trecho. O primeiro, e mais óbvio, é que frente a ausência de possibilidades amplas de criação de vínculos de solidariedade e amizade entre as pessoas a partir de sentimentos com cargas valorativas positivas, tais como confiança; sobraria a união exatamente pelos opostos: pela desconfiança e/ou por sentimentos igualmente negativos.

Portanto, nas conjunturas aqui analisas, que incluem conformações de características fascistas, a desconfiança em relação ao outro, mesmo que esse outro seja um concidadão, é o que geraria a união entre sujeitos despossuídos de outras formas de se vincularem entre si. Se, por um lado, as cidades, quando em estado de excelência

---

[315] Dardot & Laval, 2016, p. 366.

[316] Dardot & Laval, 2016, p. 366.

[317] Dardot & Laval, 2016, p. 366.

dependem da existência de afetos positivos, tais como a confiança, entre seus habitantes; qual tipo de cidade existiria com a hegemonia de relações fundadas a partir da desconfiança e de outras afeições negativas?

Deixo tal questão em aberto, para não perder de vista os outros valiosos elementos presentes nesta pequena passagem. Assim, o segundo ponto que me interessa observar dela é relativo à sua listagem dos inimigos, sendo eles: os pobres, os preguiçosos, os velhos dependentes e os imigrantes. Observando o conjunto dos grupos sociais listados, é bastante perceptível o contexto temporal recente da obra, principalmente pela menção aos imigrantes. No mais, em sua totalidade, este é um grupo que chega a parecer genérico, assim como possível de admitir diversas pessoas em termos de quantidade – especialmente através das categorias dos "velhos dependentes" e dos "preguiçosos". Ou seja, seria relativamente fácil entrar no numeroso grupo dos "indesejados".

A princípio, o grupo mencionado por Dardot e Laval parece ter sido congregado por uma lógica contrária da que reúne os principais inimigos públicos da Alemanha durante o nazismo, por exemplo. Uma vez em que os sujeitos qualificados como indesejados na variação do fascismo alemão – os judeus, os comunistas, integrantes de grupos considerados desviantes de forma geral, tal como os homossexuais, ciganos, assim como pessoas neuroatípicas – conformariam grupos étnicos e recortes populacionais bem específicos. Mas, seria isso mesmo?

Considerando o fato de que os inimigos precisam existir para pensarmos em modulações de fascismos (partindo da leitura de Umberto Eco que aqui é adotada como suporte teórico e, nesse momento, como base metodológica), o grupo citado pelos filósofos representaria inimigos para as nebulosas fascistas da contemporaneidade, ou conteria exemplos que não contemplariam tais conjunturas?

Em caso positivo, as qualidades/classificações dos sujeitos seriam importantes? Ou, repetindo a pergunta, mas em outros termos: para a estruturação das nebulosas fascistas, faria diferença quem pode ser inimigo, ou quem são os inimigos em si?

Obviamente que, para aqueles que são classificados como inimigos, a resposta é sim. Mas para a estruturação de ideários fascistas, ou para formação de vínculos cuja "cola-social" é a "desconfiança e o rancor", faria diferença quem são os sujeitos inimigos? Ou o importante seria a existência de inimigos em comum, independente de quem pode ser colocado nesta posição?

Em tal sentido, e ainda consideração a passagem de Dardot e Laval, há uma pista para elaboração de algumas respostas para essas reflexões. Eles afirmam que o efeito desse tipo de formação de laço social é frágil; pois, a posição dos sujeitos malquistos não é estanque, nem fixa, logo, ela é bastante instável e facilmente alterada. Ao menos no exemplo posto pelos autores, novos sujeitos seriam facilmente absorvidos para o conjunto

dos indesejáveis. Uma vez em que, o simples ato de envelhecer, pode deslocar um sujeito para a posição de "velho dependente"; ou o repentino desligamento de vinculo empregatício pode mover um sujeito para a posição não somente de desempregado, como de potencial "preguiçoso".

Assim, a partir de tais perguntas, hipóteses e reflexões, serão realizadas análises intercruzadas a respeito dos inimigos nas modulações dos fascismos históricos (com foco respectivamente nos casos italiano e alemão, previamente tratados nesta tese). Para, a partir dai, serem explorados também a forma/função dos inimigos das conformações contemporâneas com aproximações fascistas, ou que, nos termos de Umberto Eco, integrantes das nebulosas fascistas, como o caso do bolsonarismo. Reforço ainda que os inimigos serão constantemente analisados através das esferas da linguagem e da cidade.

5.2.1 Nemico/Nemici

O capítulo anterior (Berlin/Germânia) contém uma subseção que expõe as interlocuções entre os líderes fascistas Benito Mussolini e Adolf Hitler.[318] Desta parte da tese mencionada, resgato uma declaração de Benito Mussolini para iniciar as reflexões a respeito dos papéis e funções dos inimigos no fascismo italiano. Foi somente depois de 1933 que Benito Mussolini começou a interagir oficialmente com Adolf Hitler, uma vez em que foi neste ano em que Hitler foi empossado como Chanceler alemão.

Anteriormente, Mussolini estava em posição política muito mais importante do que a de Hitler, assim como o italiano possuía uma percepção muito negativa a respeito do ideário do Partido Nacional-Socialista (NSDAP), em decorrência de sua "doutrina racista e neopagã".[319]

Nesta tese não irei adentrar com profundidade nas relações entre o fascismo italiano/membros do partido fascista italiano/do governo com a igreja católica, para aprofundamento em tais temáticas e discussões recomendo a leitura da obra "*Fascismo di Pietra*", de Emílio Gentile. Porém, ilumino o incomodo de Mussolini com o que o próprio indicou como do racismo presente na doutrina do partido nazista e, logo, no ideário fascista alemão.

Antes de discorrer sobre o incomodo de Mussolini com o racismo e até com a variante fascista alemã em si, reforço que poucos anos depois desta fala, uma significativa aliança política e militar – "*patto d'acciaio"* ("pacto de aço") firmado em maio de 1939 – aconteceu entre os dois países. No mais, durante o governo fascista italiano, estima-se que

---

[318] No item 4.2.3.1 "Mussolini e Hitler" do segundo capítulo deste trabalho.

[319] Gentile, 2007, p. 145.

ocorreram aproximadamente um milhão de mortes diretamente associadas a este regime. Uma quantidade considerável dessas mortes foi de judeus italianos deportados para campos de concentração depois do referido pacto.

Além da mudança de posicionamento do líder fascista italiano em relação ao alemão e, por consequência, ao nazismo, a ascensão do fascismo como regime de estado na Itália aconteceu mais de uma década antes (em 1922) do que ocorreu na Alemanha (em 1933). Logo, em primeira e superficial análise, nas bases ideológicas do fascismo italiano, o racismo direcionado para grupos éticos específicos não aparentava ser uma questão central, sendo que possivelmente tal prática/princípio foi posteriormente assimilado sobretudo graças às interlocuções com o nazismo.

Especialmente no primeiro decênio do regime fascista, o racismo, tal como vemos com muita nitidez no nazismo alemão, não parecia ser uma força motriz fundamental do fascismo italiano. Contudo, essa percepção não exclui o reconhecimento da intolerância ao outro e aos diferentes do ideário fascista italiano, inclusive como elemento estruturante de grande importância para ele. Assim como, essa impressão inicial não cancela a hipótese de que o racismo poderia existir no referido contexto, mesmo que de forma muito mais velada do que na variante alemã.

Assim, antes do estabelecimento do partido fascista, ainda em 1910, Benito Mussolini proferiu uma declaração contra a cidade de Roma[320] que deixa muito explícita a sua intolerância contra certos estratos sociais, ainda que não tivesse nenhum elemento que pudesse indicar racismo de maneira explícita. Nas palavras de Mussolini, Roma seria uma "cidade parasitária" e "lar da infecção da vida política nacional", pois seria composta por "latifundiários, engraxates, prostitutas, padres e burocratas". [321]

Na listagem apresentada acima, fora o grupo das "prostitutas", nenhuma das outras categorias se refere a grupos sociais de sujeitos considerados desviantes. O que as reúne é o fato de que, na percepção de Mussolini em 1910, os sujeitos que maculavam Roma eram pretensos inimigos da classe proletária (exceto também pela classe dos engraxates). É importante mencionar o fato de que a vida política de Benito Mussolini começou ainda na

---

[320] Tal declaração também consta no corpo desta tese, na seção nomeada como *Roma Mussolinea*, originalmente ela foi publicada em uma edição de 1910 do periódico italiano *La Voce*.

[321] Do original: "*Roma, città parassitaria di affittacamere, di lustracarpe, di prostitute, di preti e burocrati, Roma – città senza proletariato degno di questo nome – non è il centro dela vita politica nazionale, ma sebbene il centro e il focolare d'infezione dela vita politica nazionale. (...) Roma – in questa enorme citta vampiro che succhia il miglior sangue dela nazione*" (Gentile, 2007, p. 31). Tradução da autora.

região de seu nascimento, na região italiana de *Emilia-Romagna*, sendo que seu pai era um metalúrgico e expoente do Partido Socialista local.[322]

A nítida falta de coesão entre os grupos sociais listados acima espelha tanto a própria falta de coerência do fascismo italiano, como a de seu *Duce*. Apesar de sua falta de coerência estrutural, o fascismo italiano pode ser subdividido em várias fases diferentes. Na percepção de Emílio Gentile, tais fases são demarcadas pelas transformações políticas e ideológicas de Benito Mussolini que, em suas palavras, seriam "constantes na metamorfose".[323] Gentile enumera e em ordem cronológica as fases "diversas e bastante contrastantes" que Mussolini e, logo, o ideário fascista italiano atravessaram, são elas:

> A passagem do socialismo internacionalista e antimilitarista ao intervencionismo nacionalista (1900 – 1914); o período da Primeira Guerra Mundial até o fascismo libertário, passando pelo antistalinismo e pelo fascismo individualista (1915 – 1920); em seguida, a época de sua opção pelo **fascismo monárquico, estatuário e totalitário (1921 – 1943)**; e, finalmente, a fase de seu fascismo republicano socialista, durante os dois últimos anos de sua vida (1943 – 1945).[324]

A exposição das fases que constituíram o ideário fascista italiano e que representam a trajetória política de Benito Mussolini em si, deixa muito evidente como esta conformação opera recorrentemente com mudanças e com contradições. Todavia, a despeito da falta de coerência e até de continuidade lógica entre tais fases, é perceptível como o momento nomeado como "fascismo monárquico, estatuário e totalitário", que iria de 1921 até 1943, é o mais longo e marcante do fascismo italiano. Por motivos de simplificação e até de importância histórica, é nesse intervalo que se concentra o foco maior da maioria das análises desta tese, especialmente em seu segundo capítulo.

A partir da reflexão sobre o papel dos inimigos e iluminando novamente a questão do racismo no fascismo italiano, destaco que uma rica e ampla base de declarações, assim como de peças publicitárias, associadas ao governo fascista, foram consultadas. Em tais buscas, mesmo considerando o período após 1935, depois do pacto de aço, e de maior proximidade com o fascismo alemão, foram encontradas poucas referências explicitamente racistas, ao contrário do que ocorre no nazismo. Por sua vez, as menções às figuras de inimigos, e até os vocábulos "*nemico"/"nemici"*, respectivamente inimigo/inimigos, eram muito recorrentes.

---

[322] Piozevani & Gentile; 2020, p. 55.

[323] Piozevani & Gentile; 2020, p. 59.

[324] Piozevani & Gentile; 2020, p. 59.

Entretanto, a ausência de menções que podem ser consideradas claramente direcionadas contra grupos étnicos específicos não elimina a existência do racismo do fascismo italiano. Para além da colaboração com o genocídio da população judaica (depois do pacto de aço) que, no mínimo, indica uma assimilação dessa prática/desse valor, existem outros exemplos neste mesmo sentido a serem considerados.

Um desses exemplos é o conflito armado nomeado como segunda Guerra Ítalo-Etíope que aconteceu entre 3 de outubro de 1935 até 5 de maio de 1936. A primeira Guerra Ítalo-Etíope, ocorreu entre os anos de 1985 e 1896, em decorrência da invasão italiana na região da Etiópia. Importante destacar que esta primeira guerra é considerada um caso exemplar de resistência africana armada às práticas colonialistas europeias no século XIX. O que mobilizava o governo fascista em direção à segunda guerra contra a Etiópia era a intenção de criar um novo império romano e fascista.

Tal empreitada somente seria possível através de movimentações de natureza colonial.[325] O que normalmente deveria envolver a expansão territorial e subjugação de culturas/povos/países ao redor do mundo, muitas vezes por intermédio de conflitos armados e de violência. É relevante mencionar que as pulsões coloniais não eram exclusividade do regime fascista italiano, uma vez em que "nos anos trinta, nenhuma potência colonial pensava que o colonialismo fosse anacrônico". Neste sentido e na Europa, principalmente a França e a Inglaterra também comandavam empreitadas de natureza colonial.[326]

A despeito do colonialismo/imperialismo não ser exclusividade nem italiana, nem dos fascismos, há uma grande dose de racismo em sua composição de forma geral. Hannah Arendt, na obra "As origens do totalitarismo", cuja primeira publicação é de 1951, apresenta não somente as origens históricas do antissemitismo, como defende a ideia de que os regimes totalitários, que aconteceram nas primeiras décadas do século XX na Europa, dependeram da combinação de alguns fatores específicos para existirem.

O nazismo e o stalinismo, por exemplo, surgiram a partir de alguns eventos e de práticas em comum, entre eles o imperialismo/colonialismo[327] e, por consequência, o racismo. No mais, tais características fundamentaram que tais regimes se estruturassem através do emprego do terror contra a sua própria população civil, como ainda do papel crucial da propaganda, e da transformação de classes sociais em "massa".

---

[325] Gentile, 2007, p. 117 - 118.

[326] Gentile, 2007, p. 118.

[327] "Antes da era imperialista não existia o fenômeno de política mundial, e sem ele a pretensão totalitária de governo global não teria sentido" (Arendt, 1951, p. 173).

De forma mais específica, Arendt enfatiza a intima ligação entre o racismo e o imperialismo/colonialismo.[328] Portanto, a filósofa afirma que a ideologia racial não foi uma "invenção alemã", embora essa tenha sido "promovida à doutrina estatal só na Alemanha" (hitlerista).[329] Considerando o contexto europeu das primeiras décadas do século XX, Arendt aponta que o racismo "refletia a opinião pública de todos os países". [330] Assim como também sugere que:

> A ideologia racista, com raízes profundas no século XVIII, emergiu simultaneamente em todos os países ocidentais durante o século XIX. Desde o início do século XX, **o racismo reforçou a ideologia da política imperialista**. [331] (grifos da autora)

No mais, Hannah Arendt também indica o racismo como "a principal arma ideológica da política imperialista", e não como uma "espécie de exagerado nacionalismo".[332] Partindo das elaborações da autora como base, ainda que o fascismo italiano não possa ser enquadrado como um regime totalitário na percepção de Arendt (e de outros autores, como Umberto Eco), é possível interpretar a sua pulsão imperial, muito evidente após 1935, como indissociável de princípios de cunho racista.

Portanto, por mais que o racismo não tenha sempre ocorrido de forma aberta no caso italiano (sobretudo antes do pacto de aço), nem tenha se solidificado como doutrina de estado; de alguma forma, tal componente não deixou de estar presente nas bases ideológicas do fascismo italiano de forma mais indireta, e ficou mais evidente depois de meados dos anos 30.

Além desta constatação, ainda que as práticas colonialistas/imperialistas e até mesmo o racismo fossem normalizados para as potências europeias à época, ainda assim, a violência e o exagero com o qual a segunda guerra Ítalo-Etíope foi conduzida chamou a atenção neste contexto. Foram empregados um grande contingente de força, tecnologias, homens e armas modernas no combate do lado italiano que estava posicionado "contra um exército numericamente inferior, pouco organizado e mal armado".[333] Além da nítida assimetria, sobre ordens diretas do *Duce*, foram usadas armas químicas que aterrorizaram e exterminaram[334] um contingente altíssimo da população civil etíope.

---

[328] Na referida obra, Arendt indica que o imperialismo é derivado do colonialismo. Por motivos de simplificação, trato os dois períodos/práticas como categorias, logo, as aproximo.

[329] Arendt, 1951, p. 217.

[330] Arendt, 1951, p. 217.

[331] Arendt, 1951, p. 217.

[332] Arendt, 1951, p. 217.

[333] Gentile, 2007, p. 119.

[334] Gentile, 2007, p. 119.

Em 1935, a França e a Grã-Bretanha encabeçaram ações de resistência contra essa guerra, assim como a Itália passou a sofrer sanções econômicas, como forma de retaliação de sua política internacional. [335] Além do mais, ao contrário do que indicava as declarações do governo fascista, grande parte da população italiana era contra a guerra nos primeiros meses desta.

Todavia, em poucos meses, a opinião popular italiana mudou. O que aconteceu graças à junção do cenário internacional desfavorável que foi formado por repressões, por sanções econômicas, e até mesmo pelo envio de tropas inglesas "ao mediterrâneo para intimidar a Itália" (em setembro de 1935),[336] em conjunto com a potência da propaganda fascista. Assim, a população da Itália, em sua maioria, passou a ser favorável à guerra, uma vez em que a conquista de um território estrangeiro representaria a solidificação do "império" e, logo, da nação italiana.[337] No mais, tal guerra ainda passou a ser percebida como uma forma de ação eficaz contra os diversos inimigos que ameaçavam a integridade nacional e do regime fascista.

Por fim e em poucos meses, a Itália fascista obteve o caminho praticamente livre para invadir e dominar a Etiópia. Uma vez em que, no início de 1936, a França e a Inglaterra passaram a assumir uma postura "neutra" em relação ao conflito, ação justificada pelo medo do desencadeamento de uma nova grande guerra na Europa.[338] Após a vitória italiana, anunciada por Benito Mussolini no *Palazzo Venezia* para grande multidão locada na *Piazza Venezia*, várias comemorações populares aconteceram em Roma, e em todo o país.

Mais do que explicitar os componentes racistas naturais ao colonialismo/imperialismo em si, a vitória na segunda guerra Ítalo-Etíope aconteceu às custas da dizimação de um contingente elevado de população civil não branca e não europeia. Apesar do seu custo elevado, esta vitória fortaleceu o regime fascista italiano de diversas formas. Seja pela vitória da guerra em si, pela exaltação da figura do líder,[339] pela solidificação da ideia de império e da nação italianos, como ainda pela união da população em torno de uma causa e pelo combate aos inimigos em comum.

De forma geral, a adoção do racismo como princípio moral, ainda que não tão explícito como no caso alemão e independente da forma e da dose, já é um forte indicativo

---

[335] Gentile, 2007, p. 119.

[336] Gentile, 2007, p. 120.

[337] Gentile, 2007, p. 121.

[338] Gentile, 2007, p. 123.

[339] Para mais informações sobre os efeitos na relação entre a população italiana e em suas associações com o partido fascista e com o próprio Benito Mussolini, recomendo a leitura do capítulo 7 nomeado como "*Duce imperiale"* do livro "*Fascismo di Pietra"* (2007) de Emílio Gentile.

de como os “outros”/os diferentes não são percebidos como iguais em valor no ideário fascista italiano. De tal modo que aquele que não tem o mesmo valor do que um concidadão, por exemplo, dificilmente é, ou se torna um sujeito com o qual podem ser criados laços de confiança e amizade.

Por outro lado, assim como indicaram os filósofos franceses Dardot e Laval, em citação previamente exposta neste mesmo capítulo, em contextos nos quais as construções de laços de solidariedade são dificultadas, a presença de vários inimigos compartilhados representa a possibilidade de união entre os sujeitos que, a princípio, não possuem muito para os unir. Ainda que tais tipos de laços, formados por desavenças em comum, sejam de natureza bem mais frágil do que outros tipos de vínculos, no caso, eles foram suficientemente fortes para permitir que o fascismo existisse como regime de estado na Itália por mais de vinte anos.

Ao contrário do racismo que, a princípio, era uma característica mais velada e que foi potencializada (colocadas às claras) mais ao decorrer dos anos 30 do século XX; a noção/presença dos inimigos comuns a serem combatidos era uma característica forte da variação do fascismo que se desenvolveu na Itália. Em sua obra “*In Italia ai tempi di Mussolini – Viaggio in compagnia di osservatori stranieri*”, publicada em 2014, o historiador italiano Emilio Gentile reconstrói alguns aspectos ideológicos do fascismo italiano a partir de fatos históricos e das opiniões de estrangeiros que estavam/viviam no país no período entre guerras.

Em uma das passagens desta obra, Gentile apresenta uma curta definição do que seria o fascismo através do depoimento do historiador francês Jean Alazard.[340] Citado por Gentile, Alazard descreveu, em 1916, o nascente movimento fascista como:

> Um movimento sem coesão, no qual **se reuniram** os desiludidos do pós-guerra, os veteranos que queriam respeito pela vitória e pelo soldado italiano, **os inimigos do socialismo e do comunismo**.[341] (tradução e grifos da autora)

A despeito de passagem acima ser datada de antes da fundação do partido fascista (PNF em 1921), ela deixa muito evidente como, a partir desta base ideológica, sujeitos

---

[340] Depoimento retirado da obra “*L’Italie et le conflit européen* (1914 – 1916)”, publicado em Paris pela editora Alcan (Alazard, 1916, p. 5).

[341] Gentile, 2014, p. 78. Do original: “*Alazard descrisse il fascismo come um movimento senza coesione, nel quale si raccoglievano i delusi del dopo guerra, i reduci che volevano il rispetto della vittoria e del soldato italiano, i nemici del socialismo e del comunismo.” (* Gentile, 2014, p. 78.)

diversos foram reunidos em grande parte por pulsões negativas, tais como o ressentimento, e por desafetos em comum. No caso desta citação, os inimigos diretamente nomeados são os “socialistas e os comunistas”, inimigos esses, que importante mencionar, se repetem em quase toda modulação de fascismo, inclusive nas contemporâneas. No mais, apesar da nomeação de alguns, a plasticidade da categoria e da função de inimigo não se altera. Como também é fundamental o fato de que, em tais contextos, aqueles que deveriam ser entendidos somente como adversários políticos são lidos como inimigos.

Tanto no português, como em diversas linguagens derivadas do tronco linguístico indo-europeu há uma diferença significativa entre os vocábulos adversário e inimigo. Um adversário seria um sujeito que, no momento do ato enunciativo, está em posição antagônica ao sujeito referência. Adversário é um termo relacional que é preferencialmente empregado em situações de disputa, ou de antagonismo e, evidentemente, tendo algum outro sujeito como referência. Idealmente, em contextos democráticos, sujeitos com posições políticas diferentes seriam adversários, e não inimigos.

Assim como a palavra adversário, o termo inimigo também é relacional, pois ele só se aplica quando é posto tendo como referência um sujeito em relação a algo, ou outro sujeito. Todavia, em diversas línguas pertencentes ao mencionado tronco linguístico, a palavra “inimigo” é uma derivação que, normalmente, se dá por um espelhamento da palavra “amigo”. Por exemplo, em português temos os pares “amigo”/”inimigo”, em italiano “*amico”/”nemico”*, em francês “*ami”/”ennemi”,* e até no alemão que, ao contrário dos exemplos anteriores não é uma língua latina, temos os pares “*Freund”/”Feind”*. Todos esses exemplos mostram mais do que a paridade entre os termos, mas a semelhança etimológica entre eles.

Em sua raiz, em seus sentidos mais fundamentais e em diversos idiomas, um inimigo seria o extremo oposto de um amigo. Um amigo, por sua vez, é um sujeito que também só existe em relação a outro. Todavia, o que interliga os sujeitos seriam os laços de solidariedade, de confiança e de outras relações de natureza mais positiva. Um amigo deve ser protegido e mantido vivo, ao passo que um adversário ainda que, momentaneamente, deve ser enfrentado. Já um inimigo pode ser combatido, ou até mesmo aniquilado, assim como tal posição já indica maior permanência do que a de adversário.

Neste sentido, Carlos Piozevani, linguista brasileiro, sintetiza como a linguagem nomeada como fascista opera com deslizamentos. O primeiro desses é dos outros, dos diferentes que são posicionados como adversários. E, finalmente, em movimentação mais decisiva e importante, como esses adversários são transfigurados em inimigos. Em suas palavras:

> A linguagem fascista usa a linguagem humana para calar a linguagem humana. Fala da pureza da raça ou das pessoas de bem para calar a crítica e as diferenças. Fala às massas populares, que, de fato, menospreza, para tentar conduzir e calar o povo e seus porta-vozes. **Fala para justificar e fomentar o aniquilamento do adversário, transformando em inimigo**.[342]

Piozevani pensa na linguagem fascista assim como Umberto Eco pensa no fascismo. Ambos extrapolam os limites dos fascismos históricos, conforme nomeou Emílio Gentile, e trabalham com os fascismos de forma ampliada. Assim sua observação será exatamente a "passagem" entre esta subseção com a próxima que é dedicada às análises das noções de inimigo e seus derivados na variante fascista alemã, para a posterior continuidade do próximo capítulo, focado nos casos brasileiros.

5.2.2 *Feind*[343]

Nas linguagens fascistas do início do século XX na Europa, as expressões que remetiam à noção de inimigo possuíam muito mais relevância e uso do que as palavras com sentidos próximos ao termo adversário. Logo, termos associados com adversário apareciam bem menos nas narrativas, declarações ou peças publicitárias dos fascismos históricos de forma geral, do que acontecia com as variações dos vocábulos que representavam inimigo/s.

Porém, quando as afirmações postas acima são aplicadas ao caso da variante alemã, elas assumem uma complexidade muito maior do que no caso italiano, em decorrência da existência de outras camadas e fatores a serem considerados. Sendo um dos principais deles a nítida presença de alto teor de racismo/ódio direcionados a um grupo étnico específico. Tais atributos marcaram com muita profundidade a formação de subjetividades, da cultura, e, logo dos usos da linguagem alemã durante o nazismo.[344]

Portanto, tanto o racismo, quanto o ódio não são afetos e práticas que eram bem contempladas por palavras que repercutiam a noção de adversário no alemão; todavia, nem o termo *"Feind"*, a principal expressão para inimigo na linguagem alemã, era suficiente.

No alemão moderno, o sentido da palavra "*Feind"* (inimigo) reverbera em oposição ao significado do seu termo "irmão" – "*Freund"* (amigo), cuja origem etimológica é muito

---

[342] Piozevani, Gentile; 2020, p. 51.

[343] *Ich danke Robert Neukum für seinen Beitrag zur Entwicklung der zentralen Ideen dieses Absatzes.*

[344] Tal ideia, inclusive, é uma derivação da principal hipótese do filólogo alemão Victor Klemperer em sua obra "LTI: a linguagem do terceiro *Reich*" de 1947. Em suma, sua hipótese sugere que o processo de nazificação alemã só foi possível através da nazificação da linguagem alemã. No mais, o autor sempre foi enfático em apontar como a variação da linguagem alemã no terceiro *Reich* era fortemente marcada por termos e pela manifestação de ódio direcionada contra os diferentes e aos grupos étnicos específicos.

próxima à de "*Feind"*. Apesar de ter sido frequentemente usado durante o período do regime nazista, raramente o termo "*Feind"* era empregue em situações cotidianas e rotineiras. "*Feind"* não seria, assim como também não é nos dias de hoje, uma palavra acionada para fazer menção a algum vizinho desagradável, ou destinada para se referir a um declarado desafeto da mesma da escola, por exemplo.

"*Feind"* era (e ainda é) um termo conectado com sentimentos negativos muito fortes. Sendo, no referido período, uma expressão ligada sobretudo aos soviéticos, aos comunistas, assim como, a partir de 1939, aos membros do eixo aliado. Em suma, não só bastante negativo, "*Feind"* estava essencialmente associado com pessoas estrangeiras. Estes outros/estrangeiros eram considerados como reais e sérias ameaças que deveriam ser combatidas e derrotadas, e não apenas identificadas e nomeadas.

Desta maneira, o termo "*Feind"* ainda aglutinava ações simbolizadas por verbos específicos que eram usados ou em proximidade, ou diretamente associados a ele. Pois, além de um vocábulo de muita relevância, ele era principalmente acionado para se referir aos indivíduos classificados como ameaças exógenas; sendo que tais indivíduos eram originários de lugares/países externos e ofereciam, para a população "verdadeiramente" alemã, perigo iminente de morte física.

Portanto, no fascismo alemão a palavra "*Feind"* era ideal para identificar indivíduos estrangeiros com ideologias "opostas"/rivais: inimigos políticos/de guerra cuja grande periculosidade deveria ser enfrentada com força física e até com aparatos militares. Importante destacar ainda que, em tal conjuntura, "*Feind"* era preferencialmente associado não somente com o externo/estrangeiro, como ainda com elementos materiais, em especial com indivíduos. Por exemplo, o inimigo/"*Feind"* era mais coligado ao homem comunista (proveniente de outra nação, de preferência), e não ao comunismo em si e às ideias comunistas.[345]

No mais, a despeito da língua alemã ter várias palavras que remetem à ideia de inimigo, entre todas elas, "*Feind"* ganhou maior relevo por ser um vocábulo simples e de fácil compreensão. Tal qualidade permitiu a presença do termo em vários anúncios publicitários e em declarações estatais associadas ao governo nazista, assim como o trânsito amplo por diversos extratos sociais diferentes. A imagem abaixo (figura 01), uma propaganda do governo nazista, datada de 1943, foi retirada da exposição *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945), do memorial *Topographie der Terrors* localizado em Berlin.

---

[345] Evidentemente, o uso do termo "*Feind"* não era restrito a tais situações e nem significados na conjuntura tratada. Essas características listadas são as que se aderem melhor ao termo, mas outros usos da palavra, embora mais raros, também aconteciam.

O texto da propaganda, que está posicionado em plano superior, anuncia "*Der Fiend sieht Dein Licht!"* que, traduzindo para o português, seria algo como "O inimigo pode ver suas luzes". Enquanto a palavra em destaque no plano inferior – "*Verdunkeln!"* – é uma ordem para apagar as luzes. Como esta peça é de 1943, divulgada no auge da II Guerra Mundial, suponha-se que ela ilustre tanto uma medida de guerra frente aos bombardeios, como também uma possível ação de contenção de gastos.

Figura 01 – Propaganda nazista de 1943. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Tão importante quanto o contexto da peça é a associação direta da palavra "*Feind"* com os inimigos de guerra/estrangeiros. Associação esta que parece tão explicita que não há, no conteúdo textual da propaganda, necessidade de falar quem é o inimigo, pois ele estaria evidente. No mais, o inimigo está representado por uma assustadora figura que, apesar de possuir somente os ossos e não ser exatamente humana (ao menos não viva), é

retratada com uma expressão facial ameaçadora, como está pilotando um avião e lançando uma bomba ao mesmo tempo.

No que o filólogo judeu-alemão Victor Klemperer nomeou como LTI, ou Linguagem do Terceiro *Reich* (1947)*,* para além de "*Feind",* outras palavras, que igualmente remetiam às situações militares ou possuíam conexão direta com a guerra, ganharam bastante importância. Se "*Feind"* era a expressão para nomear aquele que era o inimigo de origem estrangeira, mais vocábulos e expressões coexistiam e reforçavam os sentidos do termo durante a guerra. De forma mais específica e segundo Victor Klemperer:

> O desejo de reificar, ditado por um **ódio visceral**, transparece na expressão estereotipada que os relatórios militares usam, sobretudo em 1944, e que já esconde o desespero da incipiente impotência. Dizia-se de modo cada vez mais insistente que **"gangues armadas**" **não deviam contar com perdão**. Nas referências às ações da **Resistência Francesa**, que se fortalece, pode-se ler regularmente que pessoas foram **"trucidadas'' O verbo *niedermachen* [trucidar] denota o ódio dos nazistas ao inimigo, o qual, até aqui, era concebido como uma pessoa.** (grifos da autora)[346]

A partir do pequeno trecho acima, várias reflexões pertinentes ao escopo desta subseção podem ser tecidas. A primeira delas é relacionada pela feliz e precisa escolha, realizada por quem fez a tradução deste livro, pelo verbo reificar (presente logo no início da passagem). Em português, reificar significa mais do que afirmar, uma vez em que enuncia exatamente o movimento de transformar algo abstrato em concreto. Assim, quando reificado, o "ódio visceral" dos nazistas não ocorreria somente pelo extermínio de pessoas, ou pela violência em si; essa pulsão de ódio também era expressa e materializada (reificada) na linguagem.

Neste exemplo, os mesmos sujeitos que mereceriam a classificação de inimigo, na linguagem do III *Reich,* também foram nomeados como "gangues armadas". No trabalho de Klemperer, o uso das aspas indica que esta seria uma expressão "nativa". Assim, na linguagem nazista, os indivíduos, que o filólogo nomeou como membros da "Resistência Francesa", são chamados tanto de gangue, um termo notadamente pejorativo para uma associação de pessoas; como a negatividade/periculosidade do grupo é reforçada pelo complemento "armada".

Também destaco que, na da língua alemã e durante o nazismo, Klemperer ilumina a presença constante do verbo "*niedermachen"* que, em português, significa trucidar (segundo a tradução do referido livro). O termo trucidar, na língua portuguesa, abre a interpretação de que tal ação, quando direcionada para um indivíduo, não significa que esse ser seja necessariamente morto, mas que seu corpo sofrerá severos danos, a ponto dele poder ser

---

[346] Klemperer, 2009, pp. 238 – 239.

desconfigurado. Contudo, a fala do filólogo indica que os danos sofridos, após esta ação, são maiores do que materiais: "o verbo *niedermachen* [trucidar] denota o ódio dos nazistas ao inimigo, o qual, até aqui, era concebido como uma pessoa".[347]

Interpretando tal declaração do filólogo, tal verbo no alemão denotaria a uma ação que não só danificaria o corpo, mas, exterminaria a vida do inimigo e removeria sua condição de "pessoa". No ideário do fascismo alemão, os inimigos quase nunca eram diretamente associados com um sujeito, ou com uma pessoa, mas, no máximo, com indivíduos.

Um indivíduo é um exemplar de alguma espécie, enquanto um sujeito/uma pessoa é mais do que um ser vivo, é alguém que pode ter personalidade própria, e que pode ser dotado de humanidade. Assim, o ato representado pelo verbo "*niedermachen"* (trucidar) teria o poder de destituir os inimigos da sua humanidade, para além dos danos físicos causados.

Na sequência, Klemperer analisa outro verbo – "*liquidiert"* (liquidar) – que também seria direcionado aos inimigos, assim como foi apontado pelo filólogo como bastante frequente na linguagem alemã durante o nazismo. O filólogo apresenta tal verbo como "um termo que provém da linguagem de negócios" e que teria, originalmente, um sentido um pouco mais "frio e impessoal" do que o empregado no III *Reich*.[348] Em seus significados originais, ele estaria associado com uma emissão de uma fatura, ou com um fechamento de uma firma, por exemplo.[349] Por outro lado, quando direcionado para pessoas, Klemperer é enfático ao afirmar que o verbo denota que "elas são eliminadas, ou seja, seu fim é igual ao dos bens materiais". [350]

Ainda que de forma um pouco mais sutil, "*liquidiert"* (liquidar) tem um efeito semelhante ao de "*niedermachen"* (trucidar). Acredito que exista mais violência associada à palavra "*niedermachen",* entretanto, ambos os verbos significam a morte em decorrência da execução dos inimigos. Mais do que uma morte física, no ideário nazista, tais ações teriam o poder simbólico de destituir pessoas/inimigos de sua humanidade, tirando desses muito mais do que sua vida, mas sua condição de pessoa.

Para aqueles que são material e simbolicamente destituídos de humanidade, não existe paridade em termos subjetivos com os que estão englobados enquanto parte da espécie humana. Assim, para além da destruição da humanidade, da personalidade e talvez

---

[347] Klemperer, 2009, p. 239.

[348] Klemperer, 2009, p. 239.

[349] Do original: "Um médico *liquidiert* [emite] uma fatura pelo valor dos serviços prestados, um comerciante *liquidiert* [fecha] sua firma. No primeiro caso trata-se de quantificar o valor, em dinheiro, dos serviços prestados; no segundo, é o fim do negócio. Quando se trata de liquidar pessoas, elas são eliminadas, ou seja, seu fim é igual ao dos bens materiais" (Klemperer, 2009, p. 239).

[350] Klemperer, 2009, p. 239.

até de espírito, na linguagem nazista, os corpos daqueles indivíduos/ dos inimigos eram frequentemente referidos como pedaços e/ou como peças (seja em vida, ou em morte). Ou seja, a humanidade dos opositores era atacada em diversas frentes, minunciosamente e em todos os detalhes.

Klemperer apresenta um ótimo exemplo ilustrativo de tal prática através da seguinte passagem, porém, ele a conecta diretamente com outro grupo social (os judeus). Apesar da associação parecer estranha na língua portuguesa, nos sentidos aqui tratados, os judeus não eram inimigos exatamente da mesma forma como eram percebidos os estrangeiros. Pois, os judeus eram considerados "algo" ainda pior. Todavia, o procedimento com ambos os corpos (dos judeus e dos inimigos) era bastante similar, principalmente no período que abrange a segunda guerra mundial. Conforme ilustra o filólogo:

> Por que vem à tona uma brutalidade inequívoca quando uma vigilante do campo de concentração de Belsen declara diante do tribunal de guerra que em tal dia teve de lidar com ***sechzehn "Stück" Gefangenen*** **[dezesseis elementos, dezesseis peças], referindo-se aos prisioneiros?** Nos dois casos anteriores abstraía-se o ser humano por razões profissionais. **Quando, em contrapartida, se diz "elemento" ou "peça", o que se tem em mente é fazer da pessoa uma coisa.** (grifos da autora)[351]

É bastante significativa a forma como um funcionário do Estado do *III Reich* fez referência às pessoas aprisionadas (e exterminadas) em campos de concentração como "elementos" e "peças" em sua declaração. A forma banal e naturalizada na qual um "homem comum" falava de seres humanos que foram encarcerados e assassinados, ilustra muito bem uma importante discussão da filósofa Hannah Arendt sobre a "banalidade do mal". A despeito dessa reflexão ser importantíssima, ela está bastante resumida no escopo deste trabalho.

De maneira muito simplificada, Arendt justifica a adesão e aceitação do nazismo enquanto regime de Estado por grande parte da população alemã exatamente por este motivo. Atos hediondos e de extrema crueldade eram associados com procedimentos técnicos realizados por funcionários do Estado. Como ainda, em acréscimo, as vítimas eram destituídas de sua condição de humanidade no III *Reich*: ou seja, elas não eram seres humanos, porquê se tornaram peças, pedaços, cadáveres, elementos. Ou seja, muitas coisas, menos pessoas.

No arcabouço da linguagem alemã que circulava durante o nazismo, além das variações de palavras para indivíduos e elementos dos corpos humanos, há uma razoável amplitude de termos para qualificar a condição de humanidade (ou ausência dessa) relativa

---

[351] Klemperer, 2009, p. 238.

a algum indivíduo.[352] Isso não significa que os "*Feind"*/inimigos fossem considerados humanos plenos antes de sua aniquilação. Observando os exemplos aqui analisados, em morte eles aparentemente perdiam essa condição, enquanto em vida eles até poderiam ser pessoas, mas sempre de qualidade inferior daqueles que pretensamente integravam a "verdadeira humanidade, formada pelos germanos e as pessoas com sangue nórdico".[353]

No extremo, aos "*Juden"* (judeus) a condição de humanidade era completamente negada. É por esse motivo que não os apresentei aqui no tópico dos "inimigos", embora englobe tal discussão na subseção a seguir. Nas palavras de Victor Klemperer, o "nacional-socialismo negava que (os judeus) pertencessem ao gênero humano, excluindo-as – como raça inferior, raça inimiga ou raça de *Untermenschen* [subumanos]".[354] Evidentemente, tal perspectiva estava muito marcada na forma em que a linguagem alemã se estruturava.

Nos discursos, nas declarações e nas propagandas do regime nazista, a associação direta dos judeus enquanto inimigos acontecia, mas tinha suas peculiaridades. Ou seja, encontrei, bem menos do que esperava, as palavras "*Jude"/"Juden"* e "*Feind"* usadas em conjunto, na mesma frase ou peça publicitária, por exemplo.

5.2.2.1 Jude/Juden

No referido trabalho de Victor Klemperer, existem várias análises que entrecruzam as questões dos judeus ao nazismo, à cultura e, evidentemente, às variações e usos da linguagem alemã à época. Trago aqui apenas algumas frações de suas reflexões, tanto como acrescento outras percepções construídas durante as pesquisas realizadas na extensa base de dados disponível e consultada. Reforço que, a despeito da relevância da temática, precisei fazer recortes significativos objetivando direcionar com clareza as reflexões elaboradas aos objetivos de discussões desta tese.

Apesar da importância do conceito de inimigo, seja para os fascismos históricos, seja para as variações contemporâneas que possuem características fascistas, a associação dos judeus com a expressão "*Feind"* (inimigo) não é assim tão imediata e constante no ideário nazista quanto à princípio possa parecer.

Esta conexão se torna bem mais palpável pela ampliação do significado do termo, e especialmente quando é operada a partir de leituras que considerem seu equivalente na língua portuguesa (inimigo), e na atualidade. Conforme visto na subseção anterior, no

---

[352] Klemperer, 2009, p. 238.

[353] Klemperer, 2009, p. 239.

[354] Klemperer, 2009, p. 239.

período do III *Reich,* os sentidos de "*Feind"* eram mais bem estabelecidos e específicos, ao contrário dos significados admissíveis para a categoria inimigo que são muito mais amplos.

Todavia, mesmo considerando as peculiaridades do vocábulo "*Feind"*, no ideário e no regime nazista, os judeus podiam ser associados com tal expressão, ainda que, a princípio, tais vínculos fossem conformados de formas mais indiretas e com certas ressalvas. Esta conexão era possível, pois, essencialmente, os judeus eram considerados tanto como "outros", em decorrência da relação de diferença acrescida de negatividade/inferioridade frente aos sujeitos postos como referência; assim como eram lidos como ameaças.

A partir desta linha de raciocínio, fica compreensível como as associações judeus – inimigos podiam acontecer na linguagem alemã durante o nazismo, embora o termo "*Feind"* não as contemple tão bem. Não obstante ao fato dos judeus também serem entendidos como ameaças, ao contrário dos que preferencialmente eram enquadrados por "*Feind"*, eles eram percebidos como ameaças de origem interna, e não externa. No mais, muito importante rememorar como a condição de humanidade para os judeus era veementemente negada, o que os diverge de praticamente todos outros grupos sociais.

Neste sentido, está a passagem de um alto comandante da SS (*Reichführer SS*), a qual não consegui encontrar em alemão, assim como na fonte em que a retirei não consta quem a proferiu exatamente (embora eu tenha quase certeza que esta declaração seja de Heinrich Himmler que ocupou a posição de *Reichsführer SS* por mais tempo). Ela consta na obra da jornalista judia alemã, Charlote Beradt, nomeada como "*Rêver sous le IIIe Reich*", como uma epígrafe do seu último capítulo e se refere aos judeus.

> *Le sous-homme ne s'écarte que très peu de l'homme, avec sa face semblable à celle de l'homme, mais intellectuellement et spirituelle- ment il est inférieur à l'animal [...] À l'intérieur de cet homme il y a un horrible chaos de passions sauvages et déchaînées: volonté de destruction indicible, désirs les plus primitifs, vulgarité mani- feste. (Publication du Reichsführer SS)*[355]

Em tradução para o português:

> **O sub-homem se desvia muito pouco do homem, com rosto semelhante ao do homem, mas intelectual e espiritualmente é inferior ao animal** [...] Dentro deste homem há um caos horrível de paixões selvagens e desencadeadas: desejo indescritível de destruição, os desejos mais primitivos, manifestam vulgaridade. (Publicação do *Reichsführer* SS) [tradução da autora][356]

[355] Beradt, 1962, p. 156.

[356] Beradt, 1962, p. 156.

Mantive a versão em francês para contrapor as expressões "*sous-homme*" com "sub-homem". Embora eu mesma tenha feito a tradução para o português diretamente da tradução do francês, encontrei na obra do filólogo Victor Klemperer o termo original, uma espécie de oposto de "*Übermensch*", que é *"Untermensch*" que, em tradução direta do alemão, seria algo como "subumano". Enquanto a palavra "*Übermensch*", retirada da obra de Friedrich Nietzsche, foi usada para se referir aos membros da raça ariana e para demarcar sua superioridade *no III Reich;* o termo *"Untermensch*" foi destinado aos judeus não somente para expressar sua inferioridade para ideologia nazista, como principalmente para demarcar sua condição de sub/não humanidade.

Neste sentido, outras palavras da língua alemã que remetiam à questão da subumanidade atrelada à raça eram destinadas aos judeus com muita frequência no período. Sendo as principais delas: "*Artfremd*" (estranho à espécie); "*Niederrassig*" (de raça inferior) e "*Rassenschande*" (desonra racial).[357] Observando esse conjunto, fica nítida a razão do termo "*Feind*" não ter sido o mais usado e nem o mais apropriado *no III Reich* para se referir aos judeus, porque ele não demarca, assim como os exemplos mencionados, a condição de subumanidade que era posta a esse grupo. Contudo, ele não era de todo ausente.

Logo, a respeito das conexões do termo *"Feind"* com os judeus, uma das primeiras associações que encontrei entre eles foi a expressão "*Feind hort mit"* (inimigo na espreita), presente na obra de Victor Klemperer.[358] Segundo Klemperer, tal expressão aparecia em conjunto com a figura do "*Kohlenklau"* (ladrão de carvão).[359] Esta figura era um "mito" popular que representava sujeitos que, sorrateiramente, roubavam carvões; mas, que passavam desapercebidos, pois tanto estavam em conjunto, como se pareciam com trabalhadores "comuns". Mais importante do que o que era roubado, era como o roubo era executado, e quem era o sujeito da ação.

Ainda no início dos anos 30, não parecia haver necessidade de explicar que a traiçoeira figura do "*Kohlenklau"* era fortemente atada aos judeus, em decorrência de que tal vinculo já estava amplamente solidificado no imaginário popular alemão. Klemperer comenta que essa figura estava exposta "em vitrines, caixas de fósforos e cantos de jornal como advertência contra espiões"[360] e que era acompanhada sempre da expressão "*Feind hort mit".*

---

[357] Klemperer, 2009, p. 164.

[358] Klemperer, 2009, p. 155.

[359] Klemperer, 2009, p. 151.

[360] Klemperer, 2009, p. 155.

O filólogo ainda expõe que tal expressão soava incomoda ao "ouvido alemão por causa do anglicismo de omitir artigos" [361] e que, em algum momento, ela se desgastou e foi trocada pelo termo "*Lauscher"* (espreitador).[362] No mais, ambos os termos tinham origem em "figuras novelescas" e remetiam às cenas nas quais havia um "inimigo pérfido sentado em um café" sempre atento "às conversas desprevenidas da mesa ao lado, meio escondido pela leitura casual de um jornal". [363]

Tanto a expressão "*Feind hort mit*", como o termo *"Lauscher"* ilustram bem como o ódio contra os judeus estava explícito na linguagem, mesmo que através de associações nem tão diretas e ainda nos anos iniciais e até previamente ao III *Reich*. Importante relembrar como a palavra "*Feind"* era (como ainda é) representativa de afeições muito negativas e profundas. Assim como, é também relevante o fato de que ambas expressões mencionadas tenham convergências de sentidos, por ressoarem que o caráter dos indivíduos, a quem se referiam, era ameaçador e sorrateiro.

Contudo, tal tipo de inimigo, por estar "na espreita" e por agir a partir desta condição, não possuía distinção/decência. Assim, ele não era nem digno da condição "plena" de "*Feind"*. Uma vez em que, entre outros problemas, esses indivíduos eram "misturados" à sociedade e, supostamente, não atuavam às claras e de forma aberta, assim como os que preferencialmente eram denominados pelo termo "*Feind"* faziam.

Pelo fato dos judeus terem sido constantemente associados com ações sorrateiras, especialmente no repertório nazista, eles eram frequentemente retratados como ameaças e de natureza ainda mais perigosa do que as provenientes dos estrangeiros (aqueles que, de fato, "mereciam" ser associados à "*Feind")*. Assim, para além da subumanidade, os judeus estavam repetidamente associados com comportamentos corruptos, dissimulados e realizados de forma escondida; cuja falta de dignidade das agressões supostamente forneceria grandes dificuldades para defesa contra eles.

Tais constatações fornecem subsídios fundamentais para a compreensão dos motivos da notória obsessão nazista em identificar e demarcar os judeus. De tal modo, esse grupo foi abalizado na linguagem alemã através de diversos termos (quase sempre com sentidos muito pejorativos) que eram derivados diretamente dos nomes "*Jude"*, no singular, e de "*Juden"*, para o plural (em tradução direta: judeu e judeus).

---

[361] Klemperer, 2009, p. 155.

[362] Klemperer, 2009, p. 155.

[363] Klemperer, 2009, p. 155.

Nesse sentido, existiam vários vocábulos derivados das palavras originais – "*Jude"* e "*Juden"*, tais como "*Mischling"* (meio judeu) e "*Volljucien"* (totalmente judeus),[364] termos marcadamente negativos, racistas e muito usados, inclusive, em documentos oficiais do III *Reich*. Especificamente neste período, surgiu o neologismo "*Kremljuden"* (algo como judeus do Kremlin), acionado para se referir aos comunistas/judeus Trotsky e Litinov.[365] Sendo que, evidentemente, esse termo também carregava sentidos muito negativos e ofensivos como era de praxe no repertório nazista.

No mais, existiam outras expressões formadas por associações de carga valorativa negativa entre os termos "*Jude"/"Juden"* com outras palavras. Nos documentos relativos ao processo de reforma urbana planejado para acontecer em Berlin durante o nazismo (tema extensamente trabalhado no capítulo anterior desta tese), encontrei um mapa de 1939, cujo título era "*Judenreinen Gebiet".*[366] A tradução para esse título seria algo como "área livre de judeus",[367] e tal mapa ilustrava as desapropriações de judeus realizadas em *Charlottensburg*, tradicional bairro berlinense.

Com sentido muito similar ao termo "*Judenreinen"/"Judenrein",* também havia o termo "*Judenfrei"* que, em tradução mais livre, remete ao ato e condição de livramento de judeus. Embora muito próximos, na gramática do estado nazista, "*Judenrein*" cujos significados tenham mais relação com "purificar", foi bem mais usado do que "*Judenfrei*". Depois das medidas extremas da "Solução Final" (1942) a parte alemã do Reich foi oficialmente declarada como "*Judenrein*". [368]

Ainda antes da "Solução final" (1942), mas posterior do endurecimento das políticas estatais relativas aos judeus, especialmente a partir de 1938-1939, foram criados mais marcadores de identidade, em termos de linguagem e não necessariamente verbais, para tal grupo. Por exemplo, para àqueles que ainda podiam viver em contextos urbanos, tais como Victor Klemperer, mesmo que relativamente "assimilados", eles eram destituídos da condição de pessoa. Logo, entre outros procedimentos, eles eram reconhecidos não pelo primeiro nome, mas pelo vocativo formado pela palavra "*Jude"* acrescida do sobrenome do

---

[364] Klemperer, 2009, p. 144.

[365] Klemperer, 2009, p. 142.

[366] Este mapa e discussões relativas ao processo que ele ilustra, estão presentes no terceiro capítulo desta tese (Berlin/Germânia).

[367] O melhor termo alemão para livre é "*Frei*". Ao passo que "*Rein*", especialmente na expressão "*Judenrein*" significa algo mais próximo de puro, ou "purificada" de judeus quando a expressão inteira é considerada.

[368] Arendt, 1963, p. 585.

sujeito. Conforme narra Klemperer: “Quando se falava de mim oficialmente, eu era “o judeu Klemperer“.[369]

Neste mesmo contexto, a política relacionada aos nomes pessoais era ainda mais complexa e cruel do que a adição do termo “*Jude*” ao sobrenome do indivíduo. Para os judeus que não possuíam nomes marcadamente hebraicos, era obrigatório o acréscimo, ao nome de registro original, dos nomes “Sara”, para as mulheres, e de “Israel”, para os homens. Procedimento esse que deveria ser feito em cartório, e não realizado apenas informalmente.[370]

Enquanto, no limite, para os que eram *transportados*[371] para os campos de concentração e extermínio, havia a remoção total do nome próprio das pessoas, sendo assim, os indivíduos eram identificados por números que eram tatuados em seus antebraços. Além das expressões mencionadas, os judeus também eram constante e fortemente identificados através de elementos visuais que obrigatoriamente deveriam ser postos em seus corpos. Essa prática é ilustrada, por exemplo, pela obrigação do uso de elementos na indumentária, tais como a estrela amarela com a palavra “*Jude”*, quando em contextos urbanos (ver figura 02 à direita); ou pelo porte de símbolos e uso de uniformes específicos nos campos de concentração (ver figura 03 à esquerda).

Importante mencionar que, a “estrela judaica” foi introduzida para a população da Polônia em 1939, logo após a ocupação do território polonês. Enquanto, segundo Hannah Arendt, na parte nomeada como *Reich* alemão, ela só foi tornada obrigatória em contextos urbanos em 1941, “na época da Solução Final”.[372]

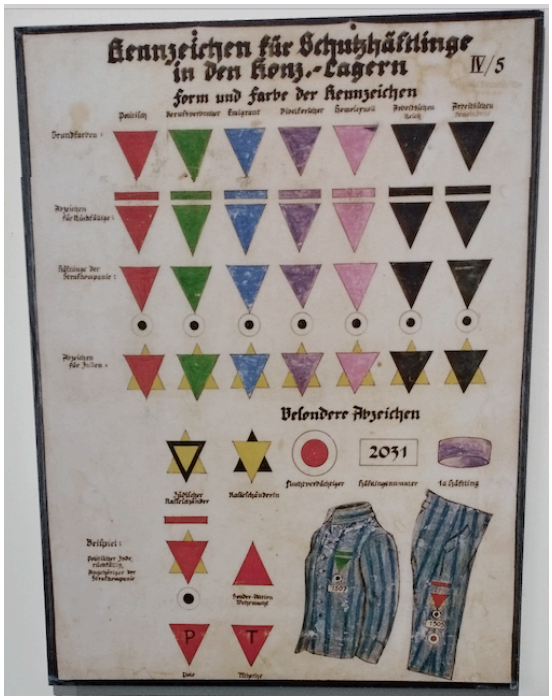
---

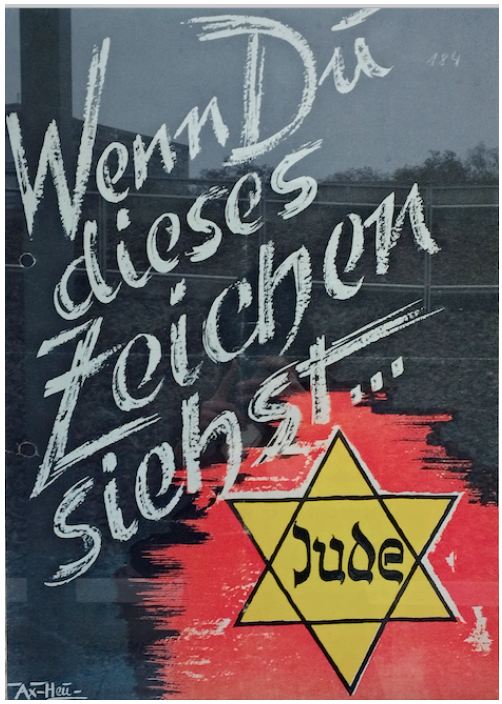
[369] Klemperer, 2009, p. 142.

[370] Klemperer, 2009, p. 142.

[371] Klemperer, na referida obra, apresenta como o verbo “transportar”, antes um verbo comum na língua alemã e com significados próximos ao transportar do português contemporâneo, a partir do III *Reich* se tornou um sinônimo para o ato, coordenado por agentes do Estado, de levar e com o uso da força pessoas (principalmente judeus) para os campos de trabalho/concentração/extermínio.

[372] Arendt, 1963, p. 585.





Figuras 02 e 03 – Ambas as peças são parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* Autoria: Stephanie Assaf. Data dos registros: 02 de dezembro de 2022.

A primeira das imagens abaixo (figura 02), localizada à esquerda, é datada de 1938 e expõe os códigos de identificação de indumentárias mandatórios para os judeus encarcerados em campos de concentração e trabalho. Ela compõe parte de um material institucional destinado aos guardas da *SS* (*Shutzstaffel*), dedicado ao reconhecimento dos padrões que deveriam ser usados nos prisioneiros. Tais códigos e elementos foram continuamente divulgados até os dias atuais, e com frequência praticamente ininterrupta. Logo, julgo desnecessário me aprofundar em mais análises sobre os mesmos nesta tese.

Já a segunda imagem também disposta abaixo (figura 03) e que está localizada à direita, é uma peça publicitária do governo nazista que foi divulgada em 1942, ano da "Solução Final". Ela faz parte do agravamento da campanha de ódio aos judeus realizada durante a II GM, e adverte para que a população considerada verdadeiramente alemã aja com desconfiança ao ver o sinal retratado. No caso, o sinal está nitidamente desenhado e se trata da mesma estrala amarela de seis pontas, com o nome "*Jude"* em seu interior, que era acoplada às vestes dos judeus.

No mesmo sentido do alerta apresentado pela imagem posta à direita do conjunto das figuras 02 e 03, disposta acima, está um outro cartaz (figura 04), datado do mesmo ano (1942). Nesta peça, a estrela amarela, com o nome "*Jude"* em seu interior, também está presente, mas as instruções são ainda mais explícitas: "*Wer dieses Zeichen trägt, ist ein Feind unseres Volks".* Em tradução adaptada, esse enunciado alerta à população para o "fato" de "quem usa esse símbolo é um inimigo do nosso povo".

Figura 04 – Peça publicitária divulgada pelo governo nazista, cuja data de divulgação aproximada é de 1942. Disponível em: https://exhibitions.ushmm.org/propaganda/1939-1945-war/defying-nazi-censorship . Acesso em: 20 de julho de 2023.

Além de exaustivamente identificados, aqueles que eram passíveis de serem nomeado como "*Jude"* (judeu) eram obsessivamente demarcados, assim como policiados, encarcerados e exterminados, o que demonstra um gigantesco controle do estado nazista sobre suas existências. Nos anos finais da guerra e do regime, em decorrência do agravamento dessa prática/política pública, o Estado nazista também incentivava que sua população civil operasse da mesma maneira.

No mais, a despeito do significado bem demarcado para o termo "*Feind"* nas diversas produções discursivas nazistas, essa palavra passou a ser mais associada aos judeus, especialmente a partir do início dos anos 40, durante o andamento da Segunda Guerra Mundial. Tal como o cartaz da figura 04, exposta acima, ilustra com muita clareza – pela junção direta do símbolo (estrela) e das palavras "*Feind"* e "*Jude"* na mesma peça gráfica.

Ainda assim, os judeus nunca deixaram de ser percebidos e tratados enquanto ameaças sorrateiras, e como agentes silenciosos que promoviam doenças ao corpo social/nação alemã, exatamente como células causadoras de câncer operam. Para se referir a tal grupo, na propaganda e nos discursos nazistas, a palavra "*Hinterlistig",* que em português significa algo como "gatuno", era também bem frequente, assim como termos derivados ou próximos de "*Hinterlistig"*.

A imagem exposta abaixo (figura 05) é uma peça publicitária produzida pelo governo nazista, cuja divulgação também é de aproximadamente 1942, durante o auge da II Guerra Mundial. Ela apresenta duas derivações dos termos "*Feind"* e "*Hinterlistig"*, contidas no enunciado: "*Hinter den Feindmächten"* que, em tradução livre, significa algo como "por trás

das forças inimigas". Assim como essa contém o apontamento, por escrito, de quem estaria vinculado à sentença: "*Der Jude*" (o judeu).

Além do texto bastante direto e claro, denunciando que os judeus estariam mancomunados aos inimigos estrangeiros, os elementos gráficos do anúncio contribuem para que não fique nenhuma dúvida a respeito de quem eram sujeitos envolvidos na narrativa. As forças inimigas ("*Feindmächten") e*stão representadas por três bandeiras (da esquerda para a direita), sendo: a primeira do Reino Unido, a segunda dos Estados Unidos da América, e a terceira representativa da associação dos países que formavam a União Soviética. Escondido e sombreado por essas bandeiras, que indicam quem são os inimigos evidentes e em primeiro plano, está uma grotesca figura humana.

Figura 05 – Peça publicitária divulgada pelo governo nazista, cuja data de divulgação se aproxima de 1942. Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/nazi-anti-jewish-propaganda. Acesso em: 19 de julho de 2023.

Frequentemente nas representações gráficas nazistas, os judeus eram tratados ou como seres monstruosos, ou, no máximo, como figuras humanas de feições grotescas, quase que "selvagens". Era comum que seus rostos evocassem algo de maligno ou de idiota em suas expressões; assim como seus traços físicos, considerados como típicos, tais como o nariz adunco, eram exagerados e toscamente representados. O mesmo exagero e

os mesmos traços de personalidades eram obsessivamente repetidos também nas produções audiovisuais alemãs do período do III *Reich*.[373]

Ainda com o excesso de elementos demarcadores de identidade, para não ficar qualquer ambiguidade de entendimento, a estrela de seis pontas, um dos símbolos internacionalmente reconhecidos do judaísmo e constantemente divulgado pelo Estado no III *Reich*, também estava presente como uma espécie de ostensiva joia pendurada aos elegantes trajes do indivíduo.

A elegância dos trajes do sujeito representado também não é um detalhe casual, mesmo que, em primeiro momento, ela não pareça combinar em nada com um indivíduo tão grotesco. Tanto a elegância das vestes, quanto a presença de uma cartola e da corrente/joia, são indicativos de riqueza do indivíduo e do grupo social o qual ele é pertencente. Riqueza essa que, segundo as narrativas antissemitas e nazistas, só poderia ter sido adquirida mediante ao roubo e usurpação de bens da população "verdadeiramente" alemã.

Durante o nazismo e especialmente entre 1938 até 1945, as associações diretas, entre os inimigos classificados por "*Feind"* com os "*Jude"/"Juden",* possivelmente não aconteceram apenas pela proximidade de tais categorias em termos semânticos. Uma vez em que, em tal contexto, é mais provável que elas tenham sido coligadas para reforçar as cargas valorativas negativas de ambas, seja em decorrência da eclosão e do agravamento da II Guerra Mundial, seja pela radicalização das políticas estatais de extermínio contra os judeus.

Assim, um inimigo estrangeiro se tornaria ainda pior e mais ameaçador por ser sustentado pelos judeus. Ao passo que os judeus seriam tão perigosos a ponto de "contaminarem" não somente a nação alemã; como por esses se aliarem e corromperem até mesmo os evidentes adversários desta no contexto da guerra, aumentando a periculosidade de todos os grupos envolvidos.

Evidentemente, a peça publicitária apresentada acima não tem muitas correspondências com a realidade, assim como sequer é coerente em sua narrativa. O que acontece com a maioria das narrativas, discursos e elementos da propaganda, do estado nazista, e do nazismo em si. No mais, a falta absoluta de compromisso com a verdade e com argumentos racionais não só é uma característica bem comum do recorte supracitado, assim como é um de seus principais elementos de formação.[374]

---

[373] Para mais informações sobre a temática recomendo a leitura do artigo do historiador brasileiro Luiz Nazário "A propaganda do crime em filmes policiais nazistas", publicado em 2009.

[374] Adorno, 1972. [1951]

Entre vários motivos para a adoção destes procedimentos, inclusive enquanto fundamentais para as políticas de Estado, as imagens de "inimigos" a serem identificados, enfrentados, combatidos e exterminados, era fortalecida e fortalecia esta "confusão". Não importava a precisão das associações e das "denuncias", desde que a ideia de algo/alguém a ser enfrentado fosse constantemente alimentada, e não morresse para a população.

De forma mais específica, a existência de perigo em estado de constância justificava a participação da Alemanha na Guerra, ocorrida entre 1939 até 1945, como também era um elemento fundamental de sustentação do ideário nazista. No mais e entre outros motivos, as atrocidades cometidas contra os judeus não seriam possíveis se eles não fossem primeiramente identificados e segregados do resto da população alemã, para assim, estes sujeitos serem postos enquanto inimigos/ameaças a serem combatidas sobretudo durante o *III Reich*.

Conforme dito e segundo Umberto Eco, a centralidade da noção de inimigo/ameaça é fundamental para qualquer variante que possa integrar a nebulosa fascista. Quando listou os quinze elementos comuns a todos os fascismos, Eco dedicou um item inteiro para o tema:

> 8. **Os adeptos devem sentir-se humilhados pela riqueza ostensiva e pela força do inimigo**. Quando eu era criança, ensinavam-me que os ingleses eram o "povo das cinco refeições": comiam mais frequentemente que os italianos, pobres, mas sóbrios. Os judeus são ricos e ajudam-se uns aos outros graças a uma rede secreta de assistência mútua. Os adeptos precisam, contudo, ser convencidos de que podem derrotar o inimigo. **Assim, graças a um contínuo deslocamento de registro retórico, os inimigos são, ao mesmo tempo, fortes demais e fracos demais.** Os fascismos estão condenados a perder suas guerras, pois são constitucionalmente incapazes de avaliar com objetividade a força do inimigo. [375]

O comentário de Eco contém alguns elementos importantes que não foram comentados e analisados aqui ainda, e que são fundamentais para entender o papel dos inimigos nos fascismos, para além da variante alemã. O primeiro deles é a associação do inimigo com a possibilidade de humilhação dos "sujeitos referência" frente a eles. Embora alguns desdobramentos das discussões, relativas aos vínculos sustentados por afetos negativos, já tenham sido tratados aqui, é importante a menção específica ao ato/ação/sentimento de humilhar/humilhação.

Um sujeito só pode ser humilhado caso esteja, ou se sinta em condição de inferioridade a alguém ou algo. Assim, a despeito da destituição da humanidade e de toda negatividade atribuída aos judeus, ainda assim, estes estariam em condição de fazerem os adeptos do nazismo se sentirem humilhados, ou seja, de alguma forma inferiores. No caso,

---

[375] Eco, 2018, p. 40.

Eco explica como: quando menciona a riqueza e a fortaleza das associações “secretas” dos judeus.

Segundo o filósofo, a despeito de suas forças, é necessário sempre pontuar a fraqueza e, logo, a possibilidade de derrota dos inimigos nos fascismos. Assim, tanto a força, como a fraqueza são atributos fundamentais para os inimigos em igual proporção. Para que assim tais atributos sejam conformados e comunicados pela linguagem, devem ocorrer “contínuos deslocamentos de registro retórico” fazendo com que os inimigos sejam, “ao mesmo tempo, fortes demais e fracos demais”.[376] Sua hipótese não somente sintetiza como a noção de inimigo é operada em termos linguísticos/discursivos nos fascismos, como também justifica as confusões de sentidos presentes e as lógicas das associações entre alguns termos aqui mencionados.

É exatamente por essa hipótese de Eco que faço a passagem desta subseção para a próxima, nomeada como “Os inimigos e a redução do mundo”. Na próxima subseção, deste capítulo, são iniciadas as análises referentes às funções dos inimigos para as conformações fascistas que se deram nos contextos brasileiros, tendo também como referência fundamental a linguagem. As reflexões deste item são uma espécie de prelúdio para o próximo capítulo, nomeado como “Brasil”.

5.2.3 Os inimigos e a redução do mundo

Na língua portuguesa, o vocábulo inimigo está associado com afeições fortes e negativas, assim como pode ser explicado em contraponto ao conceito de “amigo”. Independente da época e segundo Umberto Eco, o entendimento de opositores e de adversários políticos enquanto inimigos é uma característica fundamental de conformações fascistas, e julgo ser essa hipótese também verdadeira para ideologias com características autoritárias.[377]

Em termos de linguagem e no português, seja escrito ou falado, tais dinâmicas não se expressam somente através do emprego direto do termo “inimigo”. Pois, em muitas vezes, as relações que tal categoria agrupa e representa são manifestadas por outras palavras e de outras maneiras. No mais, dependendo do contexto, elas também podem ser enunciadas por alterações nos sentidos de algumas palavras existentes, ou então pela criação de novas expressões, normalmente pejorativas. Dito de outra forma, nem sempre o

---

[376] Eco, 2018, p. 40.

[377] Embora Umberto Eco se refira apenas aos fascismos em si, conforme aqui previamente discutido, acrescentei o termo “autoritários” em proximidade ao escopo de sua hipótese. O acréscimo se deu tanto pelas confluências ideológicas entre ambos, especialmente no ponto em questão, como também para antecipar a junção da argumentação de Eco com algumas reflexões da filósofa Marilena Chauí, a serem desenvolvidas ainda nesta subseção.

vocábulo inimigo precisa constar nos enunciados para referenciar os que são entendidos e tratados como inimigos. Uma vez em que, nem sempre há necessidade para tanto.

Como exemplo da proposição acima, ao analisarmos a formação do "pensamento autoritário brasileiro", conforme nomeou a filósofa Marilena Chauí, fica perceptível como os "comunistas" são eternos e constantes inimigos dos grupos apresentados[378] pela filósofa. Para além de tal recorte, "os comunistas" são francamente reconhecidos e englobados enquanto inimigos nos fascismos históricos (conforme já discutido neste capítulo), assim como de outras variações de fascismos.

Para além das conformações fascistas, para ideologias, e principalmente em governos marcadamente autoritários no Brasil, aqueles classificados como comunistas eram inimigos declarados. Tal como ocorreu no período da Ditadura Civil-Militar brasileira, conformado entre 1964 até 1985, por exemplo. Nos dias atuais e em esferas conservadoras brasileiras, que são marcadas por características fascistas e autoritárias, os "comunistas" e o "comunismo" também são amplamente associados com a noção de inimigo. Em todos exemplos listados, a associação entre os "comunistas" enquanto inimigos, é tão forte e já foi absorvida em massa, que raramente precisa ser explicitada.

Parto do pressuposto de que, para elaborar análises relativas aos contextos mencionados e principalmente para os casos brasileiros, é mais importante pensar sobre as associações de alguns sujeitos e elementos enquanto "inimigos", do que delongar-se nos mapeamentos e reflexões sobre o termo em si. Uma vez em que, avaliar sobre como e porquê esses vínculos se formam, pode expor a qualidade dos laços sociais existentes em tais conjunturas, assim como fornecer substratos fundamentais para entender seus fundamentos.

Portanto, retorno à hipótese elaborada por Eco, sobre como, nos fascismos, os inimigos são narrados e entendidos a partir de "constantes deslocamentos no registro retórico"[379] que os apresentam simultaneamente enquanto ameaças fortes, e como seres/valores inferiores e fracos que podem, e devem ser derrotados. Normalmente, tal tipo de operação não acontece pela consideração de nuances, e pela valorização de complexidade das categorias envolvidas. Muito pelo contrário. Nas conformações fascistas, tal processo ocorre por simplificação e, logo, por constantes reduções da complexidade inerente à realidade.

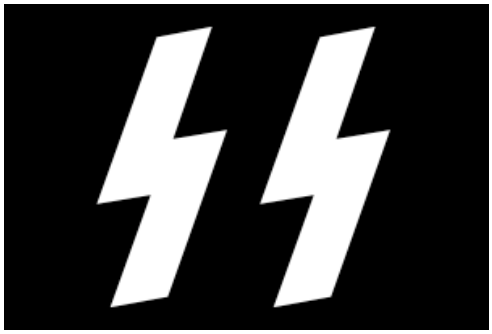
---

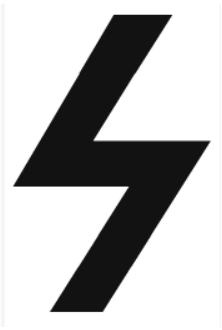
[378] Na referida obra, Marilena Chauí analisa vertentes reacionárias e autoritárias brasileiras, assim como a formação de partidos políticos e alguns movimentos, como o integralismo, que aconteceram no início do século XX no Brasil. Tanto o tema, como o livro de Chauí serão melhor explorados no próximo capítulo.

[379] Eco, 2018, p. 40.

O filólogo Victor Klemperer e a filósofa Marilena Chauí, em suas obras aqui mencionadas e a partir da linguagem, explicam e analisam muito bem como as simplificações incidem nas conformações fascistas e/ou com características autoritárias. Para tanto, Klemperer exibe um excelente exemplo quando analisa o conjunto da abreviatura, do nome, e do símbolo de uma das principais unidades policiais do Estado nazista: a SS (*Schutzstaffel*), em contraposição a outros casos semelhantes durante o III *Reich*.

Os dois "s" maiúsculos que compõem o símbolo da SS (ver figura 06), além de idênticos, estão estilizados e em formato de raio. Eles ainda são apropriações de símbolos que eram conhecidos no mundo todo, e que já existiam muito antes do estabelecimento da ideologia nazista, expostos nas figuras 07 e 08.





Figuras 06, 07 e 08 – Da esquerda para direita. Emblema da *Schutzstaffel* (SS). Disponível em: https://www.infoescola.com/segunda-guerra/ss-schutzstaffel/. Acesso em: 31 de julho de 2023; Símbolo de alta voltagem. Disponível em: https://www.mysafetysign.com/high-voltage-electric-warning-red-symbol-sign/saf-sku-s-2209. Acesso em: 31 de julho de 2023; *Siegrune*. Disponível em: https://no.wikipedia.org/wiki/Siegrune. Acesso em 31 de julho de 2023.

Representado desta mesma forma, o "s", porém na cor vermelha e não preta (ver figura 07, acima), era um símbolo presente na Alemanha e em outros lugares em "nas caixas dos transformadores de voltagem, com a frase de advertência: "Perigo, alta tensão!".[380]

Símbolo este que, até hoje e em escala global, continua sendo usado para o mesmo fim. Em acréscimo desta representação conhecida globalmente, o mesmo "s", que quando duplicado compõe o símbolo da polícia nazista SS, é também uma runa (ver figura 08). Runas são o equivalente às letras do mais antigo alfabeto germânico, porém tem significados muito específicos e não somente formam palavras. O "s", acentuado por ângulos agudos, corresponde à *Siegrune* que, segundo o filólogo, seria a runa germânica da vitória (*Sieg*).[381]

[380] Klemperer, 2009, p. 128.

[381] Klemperer, 2009, p. 128.

Para além de seus significados, como ainda em termos gráficos, a alusão ao raio evoca "energia e rapidez", qualidades muito caras ao nazismo; assim como o resgate de elementos da tradição teutônica (como o uso de runas) também o eram.[382] Assim, o "s" era também um sinal gráfico que materializava uma "imagem pictórica do raio".[383]

Klemperer sintetiza com muita precisão que o SS "é, ao mesmo tempo, imagem e sinal gráfico abstrato, é transposição de fronteira para o lado pictórico, é retrocesso ao aspecto visual dos hieróglifos".[384] Juntamente à percepção do filólogo, é possível ponderar também como tal símbolo pode ser facilmente reconhecido como algo "escrito", ou seja, como uma palavra/uma abreviatura.

No mais, o símbolo da SS é bastante conhecido em diversas conjunturas e na contemporaneidade. Sua sobrevivência ao longo dos anos é associada com vários fatores. Portanto, sua força e pregnância, enquanto símbolo, não estão somente relacionadas à destruição e aos terrores causados pelo nazismo em escala global, sendo a SS um órgão importantíssimo nesta dinâmica; como também tem relação com a potência das associações entre palavra – abreviatura – símbolo – imagem.

Nesse sentido, Klemperer ainda elucida como o "formato especial *zackig* [dentado, anguloso] do SS na LTI representa o elo de ligação entre a linguagem visual da propaganda e a linguagem em sentido mais estrito. "[385] Por fim, o filólogo se questiona que, assim como as runas que estão no *SS*, seria razoável de se imaginar que outras runas também "penetrassem na linguagem comum" na Alemanha nazista, o que não aconteceu.[386]

Por exemplo, nos obituários publicados nos jornais durante o III *Reich* houve a tentativa de trocar os símbolos da estrela e da cruz, respectivamente nascimento e morte, por runas (a runa da vida, "*Eihwaz"*, nas orientações positiva e negativa). Mesmo neste período, seu uso não foi bem assimilado pela população e nem mesmo era unanimidade nos próprios obituários. Nas palavras de Klemperer, isso aconteceu uma vez em que:

> É fácil explicar por que a runa da vida, positiva e negativa, não conseguiu ser aceita nem assimilada como a imagem do SS, que se impôs com vigor. SS era uma designação totalmente nova para uma instituição totalmente nova, **o símbolo SS não estava lá para desalojar nada**. Por outro lado, **há quase 2 mil anos os símbolos de nascimento e morte (as mais antigas e imutáveis instituições da humanidade) são a cruz e a estrela, símbolos profundamente arraigados no imaginário popular. Era impossível eliminá-los**.[387]

---

[382] Klemperer, 2009, p. 129.

[383] Klemperer, 2009, p. 128.

[384] Klemperer, 2009, p. 129.

[385] Klemperer, 2009, p. 129.

[386] Klemperer, 2009, p. 129.

[387] Klemperer, 2009, p. 131.

A partir da passagem acima pode-se entender que a eficácia das simplificações e associações imagéticas/simbólicas, para as linguagens e nos fascismos, têm alguns limites. Contudo, esses procedimentos funcionaram muito bem quando há a apropriação de elementos existentes, tais como a imagem do SS, mas sem choque com representações tão conhecidas, tal como o símbolo da cruz usado para indicar falecimento.

A ideia de simplificação da linguagem falada/escrita passa pela lógica não somente de reduzir a complexidade da forma e do conteúdo dos enunciados, por exemplo. Uma das maneiras de realizar esse processo, muito caro aos fascismos, está pela associação direta das palavras com imagens, conforme narrou Klemperer.

Neste mesmo sentido, a filósofa Marilena Chauí, discorre sobre imagens, mas não somente de forma literal. Ela ainda considera como algumas sentenças, ainda que enunciados verbais, têm função semelhante à de imagens. A partir da perspectiva ampliada de imagem, Chauí argumenta que "o primeiro efeito da operação com imagens é de ordem cognitiva".[388] Uma vez em que, por sua própria natureza, as imagens conseguiriam unificar o que acontece de forma fragmentada nas experiências reais. [389]

Aplicando as elaborações de Chauí para o exemplo apresentado por Klemperer: o símbolo/imagem da SS é extremamente poderoso em decorrência dele não só agrupar várias referências dispersas e compartimentadas, como por unificá-las, simplificando-as. Essa operação seria impossível de ser feita com a mesma potência através somente da palavra "*Schutzstaffel",* por exemplo.

Exatamente pela capacidade de integrar elementos dispersos, pela unificação que leva à simplificação, é que podem ser criadas possibilidades de exclusão da reflexão, e da mitigação do pensamento crítico nos receptores desse tipo mensagem.[390] Chauí também explica como tal procedimento tem um efeito psicológico avassalador para o destinatário dessas formas de comunicação. Pois, simultaneamente, ele tanto apazigua o receptor da mensagem, pela organização de informações complexas, como serve para alarmá-lo da "desordem existente no mundo". [391]

Por fim, a filósofa aponta como "as imagens veiculas pelo discurso passam a ter força persuasiva e até mesmo constrangedora".[392] Pensando nas discussões apresentadas anteriormente, especialmente na dimensão dos inimigos no fascismo alemão, rememoro o

---

[388] Chauí, 2017, p. 31.

[389] Chauí, 2017, p. 31.

[390] Chauí, 2017, p. 31.

[391] Chauí, 2017, p. 31.

[392] Chauí, 2017, p. 31.

exemplo da propaganda nazista de 1942 (ilustrada na figura 05) que ao mesmo associava os judeus aos inimigos estrangeiros: os estadunidenses, os do Reino Unido e da União Soviética.

A despeito de que essa associação é divergente da veracidade dos fatos históricos, ela faz sentido quando aplicamos o pensamento de Chauí para entendê-la. Mais do que expor o hábito de acionar inverdades e manipular informações, que é tão conhecido da propaganda estatal e dos discursos nazistas, a peça em questão representa muito bem como ocorre a simplificação e para o que ela seria útil.

Para além do uso da imagem em si (das ilustrações na propaganda), conceitos complexos, assim como a caótica realidade do mundo no auge da II GM foram reunidos e simplificados pelo agrupamento de sujeitos diferentes em uma só imagem/palavra: "*Feind"* (inimigo), por exemplo. Não apenas a qualidade dos elementos envolvidas é explicitada, assim como as instruções para o receptor da mensagem são simples e muito claras.

Este tipo de anúncio é construído para despertar em seu receptor os sentimentos descritos por Chauí. Uma vez em que, se por um lado o mundo está desabando, os inimigos são reconhecidos e devem ser combatidos; e por outro, as instruções que o Estado/partido nazista fornecem são claras. Assim, o emissor da mensagem assume o papel daquele que organiza e explica o mundo; enquanto ao receptor é desejável que ele somente receba a comunicação, e que obedeça suas instruções.

Neste ponto, encerro as reflexões deste capítulo. A continuidade das reflexões sobre como e porquê os procedimentos de simplificação/redução da complexidade da realidade foram operados nos casos brasileiros (próximos aos fascismos e aos autoritarismos, vistos do início século XX até os dias atuais), serão desenvolvidas no próximo capítulo. Para tanto, no escopo da seção a seguir e ainda em interlocução com Marilena Chauí, estão presentes análises relativas aos processos históricos de formação do "pensamento autoritário brasileiro", chegando até os dias atuais.

6 CAPÍTULO 5_BRASIL

PARTE I – Introdução ao "pensamento autoritário no Brasil"

6.1 Introdução: o mundo em uma noz e o "*Kit-gay"*

Durante o ano de 2011, dois importantes projetos relacionados às pautas LGBTQIAP+ estavam em processo de análise na Câmara dos deputados federais no Brasil. Havia a proposta de criminalizar a "prática de homofobia no país"; assim como era pleiteada a distribuição de materiais didáticos fundamentados em princípios "anti-homofóbicos"/inclusivos nas escolas públicas brasileiras, expediente que seria coordenado pelo Ministério da Educação.[393]

Existiam expressivas movimentações contrárias à aprovação de tais propostas na época. Assim, a oposição contra elas acontecia tanto de maneira pulverizada, sendo proveniente de setores mais conservadores da população brasileira em geral; como também era relativamente bem estruturada, em decorrência do agrupamento de alguns políticos que estavam atuantes na Câmera dos deputados no período.

Neste contexto, Jair Bolsonaro, então deputado federal, despontou como uma das principais lideranças políticas e ideológicas do grupo de oposição contrário às tais propostas na Câmara. Em tal conjuntura, demarcada pela passagem do seu quinto para sexto mandato no mesmo cargo, o político ganhou bastante atenção da mídia nacional. O que aconteceu principalmente em decorrência de suas polêmicas declarações, e da sua presença constante em confusões e brigas na Câmara.

Apenas para citar alguns exemplos, no dia 27 de abril de 2011, foi publicada uma matéria no jornal Folha de São Paulo[394] e, poucos meses depois, outra matéria foi publicada na revista Época sobre o tema.[395] Ambas matérias eram centradas nas declarações do deputado Jair Bolsonaro, e ampliaram muito o destaque e alcance de suas opiniões. Os dois periódicos, cuja relevância e alcance em escala nacional são notórios, apresentaram nos referidos artigos a expressão "*Kit-Gay"*.[396]

O neologismo "*Kit*-Gay" tem sua autoria atribuída à Jair Bolsonaro, sendo inicialmente acionado para se referir ao material de cunho inclusivo o qual, caso a proposta

---

[393] Piozevani & Gentile, 2020, p. 154.

[394] Guimarães, Larissa. "Bolsonaro volta a atacar '*kit gay'* do Ministério da Educação", Folha de São Paulo, Poder, 27 de abril de 2011 *in:* Piozevani & Gentile, 2020, p. 155.

[395] Bolsonaro, Jair. "Sou preconceituoso, com muito orgulho". Revista Época, 02 de julho de 2011 *in:* Gentile & Piozevani, 2020, p. 155.

[396] Piozevani & Gentile, 2020, p. 155.

tivesse sido aprovada na Câmara, teria sido distribuído em larga escala nas escolas públicas brasileiras.[397] Nas palavras do linguista brasileiro Carlos Piozevani, esta expressão é "um simulacro grosseiro, mas bastante eficiente".[398] Sendo que sua eficiência estaria atrelada à sua altíssima pregnância, uma vez em que ela começou a "circular e a ser reproduzida abundantemente na imprensa e eventualmente mesmo entre alguns partidários mais desavisados de ideologias igualitárias e inclusivas".[399]

Infelizmente, a circulação da expressão em questão perdura até os dias de hoje. Observando em grande escala, pouco se conhece e se fala sobre o conteúdo do referido material que seria produzido e distribuído pelo Ministério da Educação brasileiro, o que acontece inclusive em meios progressistas. Todavia, o neologismo "*Kit-Gay"* segue muito conhecido e continua sendo utilizado no Brasil. A expressão obteve seu auge de circulação no ano de 2018, ano em que Jair Bolsonaro foi eleito como presidente da república.[400]

Em 2018, assuntos relativos às temáticas que envolviam o *"Kit-Gay"* figuravam entre os principais temas presentes em conteúdos que circulavam em mídias paralelas (tais como os aplicativos *Whatsapp* e *Telegram*), sobretudo em pautas provenientes de grupos políticos de direita e de extrema direita brasileiros. A junção desta expressão aos meios nos quais ela é mais frequentemente vinculada, funciona como um ótimo exemplo de como funcionam as operações de linguagem que podem ser associadas aos fascismos ou, nos termos de Carlos Piozevani, da "linguagem fascista" na contemporaneidade.

Em sua origem, o termo em questão, apesar de se referir à totalidade de uma política pública, nomeia diretamente somente o suposto conjunto dos materiais didáticos que seriam distribuídos pelo Ministério da Educação. Tal procedimento enunciativo, a despeito de em primeiro momento poder parecer inofensivo, tem um forte poder de redução e de propagação de fatos e informações não verdadeiras. Neste caso, todo o escopo, toda complexidade de uma política pública, e de tudo que a torna possível ficou compactado à pequena parte dos seus resultados futuros que, no caso, seria apenas o material distribuído, ou seja, do "*Kit"*.

Portanto, somente o material a ser distribuído pelo governo, e não todo um conjunto de ações e normativas, seria o cerne do que está nomeado como "*Kit-Gay"*. Conformando uma espécie deturpada de metonímia. No mais, ainda que as duas palavras que compõem

---

[397] Piozevani & Gentile, 2020, p. 156.

[398] *Idem.*

[399] *Idem.*

[400] No tempo exato em que este capítulo foi escrito (aproximadamente em agosto de 2023) este termo já não circula tanto quanto em 2018, ou então em 2022 – anos de eleições presidenciais nas quais Jair Bolsonaro concorreu.

tal expressão tenham sua origem na língua inglesa, elas já estavam amplamente assimiladas na variação do português falado no Brasil há bastante tempo. O vocábulo *"kit"* sintetiza um conjunto de objetos, e o termo "*gay"* tem a capacidade de reunir toda sorte de sujeitos não identificados dentro do espectro da heteronormatividade. É muito mais fácil, apesar de não ser o correto, explicar e "entender" algo nomeado como "*Kit-Gay"*, do que elucidar de fato o que seriam estes materiais, e mais do que isso, a totalidade da política pública em questão.

A existência da expressão "*Kit-Gay"* só foi possível através de uma série de procedimentos de simplificação no imaginário e, logo, na linguagem, o que facilitou sua ampla circulação em diversos meios e em diversos estratos populacionais.

Porém, a partir das operações de simplificações do real e a despeito da grande aceitação e circulação da expressão, é bastante perceptível como, neste caso, há uma absoluta falta de comprometimento com os fatos. A declaração exposta a seguir é uma fala de Jair Bolsonaro, em matéria supracitada, e que foi publicada em 2011 na revista Época. Ela foi intitulada como "Sou preconceituoso, como orgulho", e expõe a noção deturpada do deputado a respeito do que seriam os materiais e as políticas públicas que foram nomeados por ele como "*Kit-Gay"*:

> Minha luta vitoriosa no Congresso foi **contra a distribuição do *kit gay*** nas escolas do primeiro grau. Não podia me omitir diante **do material que estimulava nossos meninos e meninas a ser homossexuais.** *[sic]* E deviam se orgulhar dessa condição. No mais, tudo é demagogia, pois certamente não acredito que nenhum pai possa se orgulhar de ter um filho gay. (...) **Se lutar para impedir a distribuição do *kit-gay* nas escolas de ensino fundamental com a intenção de estimular o homossexualismo, em verdadeira afronta à família, é ser preconceituoso, então eu sou preconceituoso, com muito orgulho.** (grifos da autora)[401]

De acordo com a perspectiva de Jair Bolsonaro, além da redução de uma série de ações relacionadas à uma política pública em um simples "*Kit"*, o objetivo da referida política foi posto de forma completamente errônea e distante do que de fato era. Uma vez em que, em suas palavras, o que ele mesmo nomeia como "*Kit-gay"* nada mais seria do que o "material que estimulava nossos meninos e meninas a ser homossexuais".[402]

Apesar da mentira, Bolsonaro conseguiu explicar de maneira concisa, direta e muito simples os supostos efeitos causados pela distribuição deste material na sociedade brasileira, sendo os principais deles: o incentivo ao "homossexualismo", assim como o

---

[401] Bolsonaro, Jair. "Sou preconceituoso, com muito orgulho". Revista Época, 02 de julho de 2011 in: Gentile e Piozevani, 2020, p. 155.

[402] *Idem.*

afrontamento “à família”.[403] Deixo as discussões sobre como algumas pautas, que podem ser qualificadas como morais, são mobilizadas nos fascismos para outros momentos deste capítulo, especialmente em sua segunda parte. Uma vez em que as análises da expressão *“Kit-gay”* ainda não se esgotaram, assim como ela também pode exemplificar muito bem os procedimentos linguísticos próprios seja dos fascismos, como daquilo que Marilena Chauí expôs como “pensamento autoritário” no Brasil.

Para tanto, retornarei às hipóteses do filólogo Victor Klemperer e da filósofa brasileira supracitada que já foram apresentadas e discutidas na última subseção do quarto capítulo desta tese. Para resguardar a mesma ordem do capítulo anterior, primeiramente, resgato a importância da associação palavra-imagem posta por Klemperer no caso do fascismo alemão. Um dos objetos empíricos previamente acionados aqui foi derivado da conexão entre o símbolo-imagem-palavra presente no SS, usado pela polícia nazista *Schutzstaffel* (esquadrão de proteção), assim como também foi analisada sua potência/pregnância para comunicação e para propaganda do estado.

Guardadas as devidas diferenças, ilumino o fato de que a expressão “*Kit-Gay”* também tem em si um poder imagético muito forte. Evidentemente, ela não possui a mesma força da associação coagulada pela palavra-símbolo-imagem do *SS* nazista, mas, é um termo que gera, em quem o escuta ou o lê, possibilidades automáticas de imaginar imagens que o ilustre.

Neste sentido, ainda na composição do repertório linguístico da extrema-direita brasileira ainda foram criados e divulgados itens que seriam conectados a este “*Kit”*, sendo o mais famoso deles a absurda “mamadeira de piroca”. Item esse que, nas narrativas de sujeitos da mesma conformação ideológica e política de Jair Bolsonaro, seria distribuído pelo governo federal para crianças nas escolas públicas brasileiras – conformando assim parte importante do conjunto do “*Kit-gay”* de Bolsonaro.

Independente da inexistência deste bizarro item no escopo de uma política pública, não é difícil, para qualquer sujeito que tenha qualquer acesso à cultura de massa, construir imagens mentais do elemento em questão, assim como de outros objetos que poderiam integrar um “*Kit-gay”*. O que potencializa o fato dessa expressão, a despeito de extremamente “grosseira”, ser muito eficaz e aderente, conforme sugeriu Carlos Piozevani.

No mais, para além da expressão em si, o contexto no qual ela se insere, e sua forte capacidade de aderência e circulação ressoam fortemente com algumas hipóteses de Marilena Chauí que também já foram apresentadas nesta tese.[404] Em suma, a filósofa

---

[403] *Idem.*

[404] Hipóteses presentes no texto “Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira” de Marilena Chauí, originalmente publicado em 1970.

sugere que o pensamento autoritário brasileiro, através da linguagem, consegue operar tanto por imagens, como pela capacidade de reorganização do mundo que recorrentemente é direcionada para o convencimento dos sujeitos.

Destaco que, neste momento, para acionar algumas das análises de Chauí e é necessário reconhecer o risco das adaptações que são trabalhadas no escopo desta tese, seja através da aproximação do pensamento autoritário com os fascismos; mas, principalmente, pela adoção de objetos empíricos contemporâneos às teorias da autora. Uma vez em que a maior parte delas são originalmente relacionadas ao contexto histórico do "pensamento autoritário brasileiro" atrelado ao intervalo de 1920 até 1938 no Brasil, e foram publicadas em 1970.

Assim, com as devidas ressalvas estabelecidas e dentre as possibilidades de exploração de tais hipóteses, inicio esse procedimento pela aproximação linguagem-imagem que, no exemplo em questão, não acontece de maneira literal, tal como o caso da *SS* nazista. Porém, ela é possível graças ao tipo de associação mental que o termo "*Kit-Gay"* automaticamente suscita nos sujeitos que o recebem em dinâmicas de comunicação. O que acontece pela facilidade de sujeitos diferentes conseguirem imaginar e absorver essa expressão por imagens, elementos visuais ou objetos.

Já a capacidade de reorganização do mundo (ainda que sem compromisso com o real) também é bastante pujante nesta expressão, principalmente quando o contexto no qual ela está atrelada é observado, e definições semelhantes às que estão presentes na declaração supracitada de Jair Bolsonaro são consideradas.

Principalmente pela simplificação, o conjunto "*Kit-Gay*", que pode ser lido tanto como uma expressão, e até mesmo como uma palavra/um neologismo, consegue unificar várias camadas e processos em seu escopo. Assim, a grande amplitude das características e dos atributos, que são inerentes aos elementos e às dinâmicas as quais ele se refere,[405] na expressão está apresentada de forma muito sintetizada e lacônica. Sendo mais específica, frente à complexidade de uma possível política pública atrelada ao governo federal brasileiro e de tudo que a envolve; a expressão "*Kit-Gay"* reduz, simplifica e "explica" a situação, sem deixar muitas lacunas ou abrir brechas para dúvidas ou debates.

No mais, nesta operação linguística, o caos do mundo "externo" ficaria exposto, enquanto, ao mesmo tempo, o que está "interno" e que foi "organizado" pelo termo parece muito palatável e compreensível. Logo, este neologismo reúne vários elementos dispersos e de difícil compreensão, os reordenando e os "traduzindo" através da conjugação de duas pequenas palavras. O que, no caso e para além da simplificação, acontece também de

---

[405] Chauí, 2017, p. 31.

forma desconectada dos fatos, e com deturpações de aspectos importantes daquilo ao que se faz alusão.

Importante também reforçar que, mais do que a capacidade de ordenação e destruição da complexidade daquilo o que se refere, Chauí aponta para o poderoso efeito de convencimento das formas de expressões atreladas ao que ela nomeia como do "pensamento autoritário no Brasil". Em sua percepção, a forte coerção para o receptor da mensagem acontece em decorrência dele estar exposto à uma nova (e muito mais compreensível) modulação do real, o que evidencia o caos e a desordem do mundo para fora daquilo que a linguagem reordenou.[406]

Voltando para o caso em analise, no mesmo ato, a expressão "*Kit-Gay"* tem a capacidade tanto de simplificar/reduzir o que seria a política pública em questão; como de convencer os potenciais receptores, das mensagens que a envolvam, dos "perigos" da aprovação da distribuição do *"Kit-Gay"* pelo governo federal. O fato de que, nesta conjuntura, tudo associado ao termo estar muito distante do real, exemplifica a sua forte envergadura para a habilidade de reordenação do mundo. Independente se, desta forma, o mundo reordenado, de tão simplório, falso e reduzido, poder caber dentro de uma noz.

Neste sentido, tal expressão é um exemplo muito eficaz sobre como funcionam alguns dos mecanismos e dinâmicas nas quais operam o que foi nomeado como "pensamento autoritário", como também do que pode ser chamado de "linguagem fascista". Uma vez em que, ao contrário de "política pública nacional que envolve ações diversas, entre elas a distribuição de materiais didáticos cujos conteúdos são inclusivos, com foco central em fundamentar discussões de pautas relacionadas com pessoas LGBTQIAP+"; o termo "*Kit-Gay*", além de muito mais pregnante, direto e simples, tem um teor muito mais alarmante. Parece bem mais urgente e interessante se informar sobre os efeitos do perigoso "*Kit-Gay"*, do que sobre uma aparentemente burocrática e distante política pública.

Por fim, na sequência das reflexões fundamentadas por esta pequena expressão, é que as análises deste capítulo continuam. Obviamente, a criação do termo, ainda que considerando tudo que o envolve, é apenas um dos elementos que integram a formação discursiva/ideológica do bolsonarismo, que aqui é narrada e analisada sobretudo por declarações e ações de Jair Bolsonaro. Importante destacar que, ainda antes de 2011, Jair Bolsonaro já proferia declarações que podem ser examinadas à luz seja do "pensamento autoritário brasileiro", nos termos de Chauí, seja pela perspectiva das "linguagens fascistas", com proximidade das teorias de Carlos Piozevani e de Victor Klemperer.

---

[406] Chauí, 2017, p. 31.

No mais, para explorar as questões dos fascismos e dos autoritarismos atreladas à linguagem e às cidades no Brasil, serão necessárias algumas "paradas" antes das análises referentes aos casos contemporâneos. Hoje em dia, estudar a figura de Jair Bolsonaro, e de tudo que a envolve, se faz fundamental para o entendimento das temáticas mencionadas. Porém, é também necessário entender tanto as conexões (prévias e contemporâneas) com os fascismos históricos, como ainda estudar configurações ideológicas anteriores e que guardem semelhanças ao que acontece atualmente.

Assim, parece um ponto de partida bastante conveniente a aproximação com o recorte explorado pela filósofa Marilena Chauí no artigo já trabalhado nesta subseção, e intitulado como "Apontamentos para uma crítica da ação integralista brasileira" (de 1970). Uma vez em que ele abarca o período entre 1920 até 1938 no Brasil. Além da proximidade temporal com a incidência dos fascismos históricos italiano e alemão; este intervalo é potencialmente fundamental para as investigações tanto das influências dos fascismos mencionados em conjunturas nacionais; como para o mapeamento de aspectos centrais da formação do "pensamento autoritário" no Brasil em meios urbanos, e de seus desdobramentos futuros.

No mais, o intervalo demarcado contempla a formação da Ação Integralista Brasileira (AIB), do integralismo em si no Brasil. Por tais temáticas, há a possibilidade de um retorno mais efetivo à questão das cidades – ainda que no caso, feito pelo seu contraponto, pelo movimento reconhecido como ruralismo. Finalmente, ressalto não ter a intenção de construir o entendimento seja do Bolsonarismo, seja de qualquer outro fenômeno/processo contemporâneo como linearmente construído ao longo do tempo. Mas sim, entendo momentos e ocorrências pretéritas como referências, conexões, diálogos e que as apresentei em ordem cronológica apenas para facilitar a escrita/organização dos temas explorados.

6.2 Ruralismo e o pensamento autoritário no Brasil nas primeiras décadas do século XX

Nem toda maneira de pensar/agir autoritária é obrigatoriamente fascista. Todavia, em grande parte das definições existentes[407] (sobretudo as aqui exploradas) e entre outros atributos, os fascismos se conformam através da absorção de ideias autoritárias. Sendo que, frequentemente, elas se estendem às práticas e ações associadas com tais ideários. No mais, ideologias classificadas como autoritárias e/ou como fascistas não

[407] Exploradas aqui no quarto capítulo que foi nomeado como "Nebulosa fascista".

necessariamente existem de formas estruturadas e coerentes, e muito menos precisam permear partidos políticos e/ou figurarem em gestões governamentais.

No escopo desta tese, as formas de pensar mencionadas são vistas com centralidade tanto através de seus efeitos nas linguagens, como nas cidades. A partir de tais parâmetros, os autoritarismos e os fascismos são examinados preferencialmente quando "materializados" em partidos políticos e em regimes de governança. O que acontece, entre outras razões, para favorecer que as discussões aqui elaboradas sejam balizadas através de elementos de maior relevância e alcance; como também para facilitar as buscas e seleções de dados e de materiais analisados.

Em tal sentido, a possibilidade de se pensar na existência de ideologias e até em governos estruturados com traços fascistas e/ou autoritários no Brasil contemporâneo se vincula com a existência destas conformações no passado, ou seja, com a existência de referências pretéritas. Nesta tese, já foram analisados com profundidade casos pertencentes ao que o historiador Emílio Gentile nomeou como "fascismos históricos", ou seja, de fascismos que emergiram na Europa nas primeiras décadas do século XX. Logo, para continuar as reflexões aqui previamente articuladas, é necessário o desdobramento das análises que se darão na sequência deste capítulo em dois eixos.

O primeiro dos eixos de estudo estabelecido é conformado a partir dos desdobramentos das possíveis conexões entre os fascismos históricos europeus entre ideologias e partidos políticos brasileiros, cujas bases tenham aproximações mais evidentes com tais conformações. Importante destacar que o intervalo temporal de análise foi fixado a partir do início do século XX até meados da década de quarenta do mesmo século.

Já o segundo eixo, muito mais complexo, é balizado através das análises dos cruzamentos entre as conformações de características fascistas e/ou autoritárias pretéritas com as da contemporaneidade, mantendo a centralidade na conjuntura brasileira relativa aos últimos dez anos. Apesar do fato de que, metodologicamente, as análises possam até ser manejadas de maneiras mais livre, julguei ser necessário apresentar prévia e cuidadosamente as discussões que contemplem temporalidades anteriores para construir esta última parte.

Como a construção do segundo eixo depende de várias análises anteriores, evidentemente, as discussões que o contemplam estarão localizadas nas páginas próximas ao final deste capítulo, ou seja, no limite da (e na) conclusão desta tese. Ao passo que as temáticas, que são pertencentes ao primeiro eixo apresentado, já serão discutidas nesta subseção e desdobradas ao longo de seus itens, como na sua sequência imediata.

Reforço que o desdobramento e a ampliação das noções dos fascismos também percebidos em conjunto com ideias autoritárias/autoritarismos são manejados não somente para acolher as hipóteses de Marilena Chauí aqui já trabalhadas. Este procedimento se dá,

sobretudo, em decorrência da dificuldade em se instituir definições mais estáveis para fascismo(s), como também em decorrência de que alguns fenômenos aqui discutidos são tão recentes que foi necessário acrescentar mais elementos para examiná-los. Logo, as análises das dimensões de autoritarismos, principalmente em termos ideológicos, são os principais dos acréscimos feitos.

Os fascismos europeus, em especial o italiano e o alemão, por si já deixaram marcas profundas na história da humanidade, assim, para logo mais adiante, a intenção é examinar as influências de tais conformações nos trópicos; como ainda objetiva-se refletir sobre os elementos "originais"/diferentes associados às peculiaridades dos contextos brasileiros.

No mais, seguindo a mesma lógica apresentada nos capítulos anteriores e considerando a capacidade de organização em partido políticos e em governos, de fato, o fascismo italiano precedeu cronologicamente às todas outras formas de fascismos, inclusive as nomeando.

Porém, a despeito das condições de origem, ou de emergência, em termos *foucaultianos*, do que pode ser chamado de fascismo, existem confluências entre as diversas formas de fascismos existentes, na mesma medida em que existem algumas diferenças entre eles. O que significa que não será operada nesta tese a ideia de cópia, mas sim com teorias baseadas em noções de trânsitos de ideias e, no limite, com as hipóteses *foucaultianas* relativas às emergências, aos inícios.[408]

A partir das condições demarcadas e através de alguns parâmetros, é possível investigar o que acontecia no Brasil no período de apogeu dos fascismos históricos. Neste sentido, algumas questões se despontam. Como essas ideias chegavam ao pais? Teriam elas força o suficiente para fundamentarem partidos políticos e para se propagarem em instâncias da gestão pública no Brasil? Quais os elementos originais brasileiros que se coligavam aos fundamentos fascistas estrangeiros?

Antes do desenvolvimento das questões expostas, primeiro, é fundamental que sejam rememorados os tipos de organizações na quais operava o estado brasileiro em períodos tanto próximos como nos contemplados pelo intervalo de interesse do debate proposto.

De forma muito resumida, no Brasil e em 1889, aconteceu a destituição do regime monárquico que foi sucedido pela proclamação da república, apenas um ano depois da tardia abolição da escravatura no país (1888). A partir de 1889 até 1930, ocorreu a primeira fase da república brasileira que corresponde ao período classificado como "República Velha".

---

[408] Discussões desenvolvidas no primeiro capítulo desta tese nomeado como "Métodos e caminhos de pesquisa".

Depois dos conflitos nomeados como “Revolução de 30”, que marcaram a derrocada da hegemonia política das oligarquias nacionais, foi estabelecida uma outra inflexão na estrutura estatal brasileira pelo início do período nomeado como de “Era Vargas”. Período este que se dividiu em vários arranjos diferentes, inclusive um ditatorial e bastante autoritário que foi nomeado como “Estado Novo” e que ocorreu entre os anos de 1937 até 1945.

Ainda em relação aos dados de contextualização, que são importantes no escopo desta discussão, há também a necessidade de se ponderar sobre às características do processo de urbanização no Brasil. Uma vez em que, no grupo dos países considerados desenvolvidos, a superação numérica da população residente nos meios urbanos, frente à quantidade de habitantes das áreas rurais, ocorreu em meados da década de 50 do último século, fenômeno esse que é nomeado como “virada urbana”. Ao passo que, no contexto brasileiro, tal processo teve um “aumento significativo de velocidade nas décadas de 60-70” e foi consolidado somente na década de 80” do século XX.[409]

Ou seja, levando em consideração as primeiras décadas do século XX e para examinar-se aspectos e fenômenos vinculados às cidades de países do eixo sul global, condições mais incipientes de urbanização, do que as europeias, devem ser estimadas. Especialmente quando elas são observadas em comparação às cidades de países tais como Alemanha e Itália. No mais, mesmo nos casos europeus aqui já trabalhados, as análises foram centradas somente nas capitais federais dos países em questão.[410] O que, evidentemente, não representa com exatidão a totalidade das cidades de cada um desses países e, sim, se configura como uma espécie de amostragem de casos mais “extremos” e/ou significativos.

Se as diferenças entre regiões e suas respectivas cidades não podem ser ignoradas até para países europeus (inclusive na contemporaneidade), elas são bem mais alarmantes no caso brasileiro. Além da maior demora para a incidência da virada urbana no país, o Brasil tem tanto uma vastidão territorial muito mais expressiva, como apresenta diferenças regionais bem mais severas do que os casos analisados. O que, naturalmente, determinou (e ainda determina) muito do ritmo do nosso processo de urbanização e das condições atuais das cidades brasileiras.

Ainda assim, bem a principio, nos momentos iniciais de pesquisa e escrita desta tese, cogitei centrar as análises contextualizadas no Brasil na capital federal até 1960: na cidade do Rio de Janeiro. Porém, abandonei rapidamente esta ideia para explorar as

---

[409] IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 2006, p. 114.

[410] Para discussões mais aprofundadas sobre Roma/Itália, ver o segundo capítulo desta tese (*Roma Mussolinea*) e para aprofundamentos sobre Berlin/Alemanha ver o terceiro capítulo (Berlin/Germânia).

condições urbanas e das cidades brasileiras de maneira mais geral, decisão esta que fará mais sentido na leitura das próximas subseções e, sobretudo, na conclusão desta tese. Evidentemente, tal procedimento será feito partindo das diferenças e das ressalvas apresentadas.

Mesmo que, durante a década de 20 do século anterior, a maior parte dos habitantes do planeta (incluindo da Europa) morassem em meios classificados como rurais, já existiam cidades com um contingente populacional numérico muito expressivo. Como é o caso de Berlin, de Roma e até mesmo da cidade do Rio de Janeiro, capital federal do Brasil até 1960.

Em 1920 e em Berlin, foi aprovada uma lei nomeada como "*Groß-Berlin-Gesetz"* (em tradução direta, algo como "Lei da Grande Berlin"). Entre outras medidas, a lei ampliou a área da cidade pela absorção de alguns bairros vizinhos da cidade em seu território oficial. Assim, de 1,9 milhões de habitantes, a população da capital alemã passou para 3,8 milhões, somente em decorrência desta medida.[411]

Por outro lado, em 1922, Roma era bem menos populosa do que Berlin na mesma época, uma vez em que a cidade tinha aproximadamente 200 mil habitantes. Contudo, durante os vinte anos que duraram o governo fascista na Itália, a capital italiana passou a ter mais de um milhão de habitantes vivendo em seu território.[412]

Já a cidade do Rio de Janeiro, que no início do século XX possuía aproximadamente 800 mil habitantes, em 1930 e segundo dados do censo do mesmo ano realizado pelo IBGE, contava com uma população de mais de um milhão de habitantes.[413] Ou seja, mesmo no Brasil, depois de 1940, ao menos as capitais federais mencionadas já contavam com mais de um milhão de habitantes.

Entre 1920 até 1940, já havia no Brasil outra cidade de grande porte, para além de sua capital federal da época, que era o município de São Paulo. Contudo, a despeito da existência de grandes cidades no Brasil, existem peculiaridades fundamentais na condição urbana brasileira, especialmente quando ela é percebida em relação aos casos europeus que foram previamente analisados neste trabalho. Tais singularidades não são resultantes somente em decorrência de alguns dos fatores aqui enumerados, ou pela própria obviedade da mudança de país resultar em diferenças de diversas espécies.

---

[411] 100 Anos Grande Berlim – Como Berlim Tornou-se uma Metrópole. **Simplesmente Berlim.** Disponível em: https://simplesmenteberlim.com/100-anos-da-lei-da-grande-berlim-como-berlim-se-transformou-em-uma-metropole. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

[412] Tudo sobre Roma. Disponível em: https://www.tudosobreroma.com/roma-capital-italia. Acesso: 30 de agosto de 2023.

[413] O Rio de Janeiro: transformações. Disponível em: https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/2919-o-rio-de-janeiro-transformacoes. Acesso: 30 de agosto de 2023.

No escopo desta tese, as diferenças relativas à condição urbana no Brasil não serão examinadas com destaque para às condições de (sub) desenvolvimento econômico do país, ainda mais quando em comparação aos exemplos europeus. Pois, as condições e singularidades brasileiras aqui serão analisadas preferencialmente através de seus aspectos culturais. Em outras palavras, esta discussão será construída partindo do pressuposto de que o Brasil ainda estava consolidando sua identidade nacional, processo este que, em grande parte, era ancorado por percepções que atravessavam nosso território. Mesmo que as percepções imaginárias e narrativas do território nacional não fossem essencialmente relacionadas com as cidades, e nem com os meios urbanos em seus primeiros momentos.

Dentre as várias maneiras possíveis de se explorar e de verificar a hipótese supracitada, está o exame sobre reflexões feitas a partir de mapeamentos do repertório cultural que foi produzido no início do século XX, e até de algumas décadas antes no Brasil. Como um dos principais temas de interesse desta tese, além das cidades, reside na questão da linguagem, nada mais justo do que analisar artigos e textos que lidem com porções da produção literária nacional em conjunto com análises relativas a elas.

Neste sentido, o historiador Robert Pechman, em seu artigo intitulado como "Desconstruindo a cidade: cenários para a nova literatura urbana", originalmente publicado em 2007, discorre sobre as origens da literatura brasileira urbana. Pechman sugere que, de forma geral, "a constituição de uma literatura nacional, já foi dito, tem por base o território".[414] Fundamental destacar que, evidentemente, a literatura nacional precede a literatura nacional urbana brasileira. Logo, a literatura nacional teria nascido na "primeira metade do século XIX, depois de muito procurar a paisagem e o homem local que jaziam intactos nos fundos de um Brasil profundo". [415]

O "Brasil profundo", o qual Pechman se refere, contempla a vastidão do território nacional, porém, enfatiza suas porções interioranas, em detrimento das suas áreas litorâneas. Não necessariamente tal definição exclui as cidades, mas ela favorece em grande conta o espaço físico brasileiro, especialmente através da exaltação da natureza existente no país; ou seja, daquilo que podia ser compreendido como rural. O autor ainda aponta que a emergente literatura brasileira colocou em cena o "tema do lugar, do chão, do território, o "*topos*" sobre o qual se moldaria a identidade nacional".[416]

Pechman ainda sugere que os processos de fundação da "identidade nacional" estavam intimamente veiculados à esta produção literária que, por sua vez, era centrada no

---

[414] Pechman, 2007, p. 31.

[415] Pechman, 2007, p. 31.

[416] Pechman, 2007, pp. 31 – 32.

território. Contudo, o autor aponta uma virada de "180 graus" neste processo, ainda no século XIX, afirmando que "depois de inventar um Brasil que emanava do campo, depois de lhe dar contornos e palpabilidade, depois de assegurar sua existência material e imaginária",[417] os sujeitos letrados do império deram "as costas ao Brasil profundo" e miraram o litoral. No litoral, estavam as principais cidades do país, inclusive a então capital federal, a cidade do Rio de Janeiro.

Na perspectiva do autor, a atenção dada para o litoral ressoava em uma dupla intenção: olhar para o litoral significava tanto voltar-se para as nossas cidades, como também resultava na observação do resto do mundo, almejando a promessa da civilização e de uma construção do que seria um Brasil "do futuro". Em tal sentido, o que interessava da cidade estava para além de suas pedras, de suas condições de infraestrutura, de trânsito, de moradia, ou das relações de produção e trabalho existentes nessas. Pois, mais do que isso tudo, a cidade era o meio no qual poderia se viver a experiência urbana, onde a qualidade de urbanidade, e logo da civilização, se faziam possíveis. [418]

Associadas às cidades, ainda existiam promessas de novas formas de subjetivação e de novas dinâmicas entre os sujeitos que aconteceriam através de maior contato com o restante do globo, principalmente com as grandes metrópoles europeias, assim como Paris e Londres. Contudo, ao mesmo tempo em que eram perceptíveis movimentações no Brasil que miravam para valorização da cidade e da urbanidade, seja na literatura, ou em discussões teóricas; havia um forte fluxo contrário em relação à emergência da hegemonia do urbano, com seus modos de vida, e da valorização das cidades em si.

Este contra fluxo também será analisado através de desdobramentos do que a filósofa Marilena Chauí nomeia como do "pensamento autoritário brasileiro", cuja relação com os meios urbanos (sobretudo com a urbanidade) é bastante intensa e igualmente controversa. Por um lado, Chauí aponta o papel fundamental do fortalecimento das classes médias urbanas, assim como da importância da formação de novas elites urbanas para o estabelecimento deste tipo pensamento no Brasil, especialmente a partir dos anos 20 do último século. Em outra via, nesta mesmíssima conjuntura, a cidade – embora local fundamental para emergência de tais conformações ideológicas – é sumaria e repetidamente rejeitada por elas.

Para explorar esta aparente contradição, serão investigadas duas conformações que surgiram aproximadamente no intervalo entre 1920 até 1940 no Brasil, sendo elas o movimento nomeado como integralismo, e o conjunto de ideias classificado como ruralismo.

---

[417] Pechman, 2007, p. 32.

[418] Pechman, 2007, p. 32.

Assim, as discussões sobre o integralismo são relativas à dimensão ideológica apreendida através de alguns dos discursos próprios deste movimento, tendo como suporte os dados e as análises presentes no trabalho de Chauí. Desta maneira, objetivo verificar e entender tanto algumas razões da cidade aparentemente ser tão rejeitada nestes ideários; como também iluminar e dar continuidade[419] às reflexões sobre alguns mecanismos de linguagem próprios a eles.

Para tanto, é importante examinar em quais sentidos a cidade era rejeitada. Quando escrevo cidade no singular, intenciono reforçar que os afetos negativos não eram em si direcionados para nenhum município em especial, embora fossem mais evidentes para as grandes metrópoles, tais como a capital federal da época, Rio de Janeiro, e para São Paulo. No mais, o que era mal visto nas cidades tinha sim relação com seus aspectos materiais, assim como tinha conexões com as relações econômicas e de trabalho que nelas aconteciam, entre outras qualidades de mesma monta. Entretanto, outros fatores eram bem mais relevantes para a disseminação de sentimentos negativos contra a cidade do que os mencionados.

Em tal sentido, Robert Pechman sugere que a ruralidade guarda seu sentido oposto na condição que o autor apresenta como da urbanidade. Indicando assim que os incômodos relativos ao crescimento das cidades também estavam vinculados com o fato das áreas mais urbanizadas serem potencialmente muito diferentes das rurais. Em acréscimo aos fatores físicos e aos materiais, especialmente nas grandes cidades, existiam grandes variações das condições de vida e das formas de reproduções sociais mais comuns, rotineiras e estabelecidas que eram as próprias dos meios rurais.

No mais, a urbanidade ainda seria o atributo central que faria "a cidade vingar".[420] Pois, nas palavras de Pechman, ela era necessária para "sobrevivência da cidade" contra a "desordem urbana".[421] Apesar de parecer significar exatamente o "suprassumo" da cidade e/ou uma condição de excelência destas, ainda assim, a perspectiva de urbanidade parecia ameaçadora para parte considerável da população brasileira do período, em sua imensa maioria rural.

Em suma, no alvorecer do último século e para alguns setores populacionais do Brasil, grande parte dos dissabores causados pelo crescimento das cidades estariam relacionados com estranhamentos perante às novidades, e com inseguranças em relação às mudanças que poderiam alterar drasticamente os modos de vida até então estabelecidos.

---

[419] Digo continuar pois alguns fragmentos desta discussão já estão presentes nas seções anteriores, como constam em partes desta.

[420] Pechman, 2007, p. 32.

[421] Pechman, 2007, p. 32.

Além disso, frente ao processo de urbanização incipiente no Brasil, um dos maiores temores da época provinha da falta de ordem que seria possível de incidir nos meios urbanos.

Tal desordem, supostamente nascida e criada nas cidades, poderia desaguar não somente em situações de caos nas vidas cotidianas e se alastrar para além dos limites urbanos; como ainda era possível que resultasse em uma revolução social, ou em algo ainda mais sério: tais como revoltas em massa da população que previamente era escravizada no país. Para agravar, as narrativas de desordem e de caos urbano eram normalmente bem estruturadas e concisas. Pois, entre outros fatores, existiam estratos sociais específicos e muito bem definidos para povoá-las. Resumindo e segundo Pechman:

> **Escravos, vadios, mendigos, trabalhadores que viviam de viração, vagabundos, malandros, prostitutas, criminosos, ladrões**, numa sociedade que se urbanizava, mas que não tinha produzido ainda o emprego em escala industrial, incendiavam o imaginário das camadas letradas da população, acenando com a ameaça de desordens de todo tipo, no limite da própria revolta escrava na capital do país. (grifos da autora)[422]

No sentido posto por Pechman, as cidades abrigavam vários grupos sociais considerados desviantes, inclusive em decorrência deles não se enquadrarem em padrões de emprego e de vida aferidos pelas normas sociais em vigência tanto na época, como acontece até mesmo hoje em dia.

Mais do que a existência de tais sujeitos de carne e osso, ou como dados estatísticos, eles também povoavam os imaginários das "camadas letradas da população",[423] o que criou dois efeitos diferentes. O primeiro, o qual Pechman centrou em sua análise, era relacionado com o surgimento da literatura urbana e nacional, e o segundo se vinculava com o surgimento de medidas de repressões diversas nas cidades. Na discussão aqui traçada, focarei no segundo efeito mencionado.

As medidas repressivas, indicadas pelo autor, aconteciam de várias maneiras, seja pela ação da polícia (e/ou, em termos *foucaultianos*, da "baixa polícia"[424]), por ações do Estado, e/ou através de outros tipos de manifestações de natureza mais "material". Para além das repressões que incidiam diretamente nos corpos dos sujeitos, elas também se faziam muito presentes em narrativas pulverizadas, tanto vindas da população em geral, como proveniente dos "homens letrados".

Ainda no campo da linguagem/do discurso, as repressões aos sujeitos desviantes e à desordem também eram construídas de formas mais organizadas. Como por exemplo em

---

[422] Pechman, 2007, p. 33.

[423] Pechman, 2007, p. 33.

[424] Para mais informações da definição de baixa polícia para Foucault ver a coletânea "Segurança, território, população" curso do *Collège de France* de 1977/1978.

associação à corrente ideológica nomeada como ruralismo, ou em discursos de ideólogos dos autoritarismos brasileiros da época em questão, tal como do movimento nomeado como integralismo.

Neste ponto, é importante fixar algumas definições para integralismo e ruralismo, assim como esclarecer suas relações com as ideias autoritárias que incidiram no Brasil e no início do século XX. Em artigo publicado em 2022 e nomeado como "Ruralismo, anti-urbanismo e autoritarimo: As lutas em torno de um projeto nacional", escrito por Robert Pechman, com minha coautoria, há a definição para "ruralismo" como "ideologia que amalgamava múltiplas visões anti-urbanas do país".[425]

No mais, tal categoria, ainda que ampla, é constantemente posta em oposição com as qualidades, disciplinas e narrativas relativas ao urbano no contexto brasileiro. Importante mencionar como ideias anti-urbanas, paradoxalmente, alcançaram "larga repercussão no meio urbano, e importante papel no pensamento político social brasileiro a partir de 1915".[426]

Assim, já fica bem claro que, apesar do nome, o ruralismo está para além da valorização do campo, do rural, pois ele também é composto de sentimentos de desvalorização da cidade, especialmente em seus aspectos imateriais. Conforme Pechman e Assaf:

> Os ideais **Ruralistas** ultrapassam o mundo agrário e penetraram nos domínios morais, **preconizando uma filosofia anti-industrialista e anti-urbana**, ressaltando as vantagens e a superioridade da vida no campo. A **crítica anti-urbana ampliou-se na condenação da organização jurídica liberal-federativa da República Velha**, vista como defasada da real existência do país. Um intenso debate sobre qual seria o verdadeiro caráter nacional generalizou-se pela sociedade. Essa ideologia, produzida nas próprias cidades, foi incorporada pelos principais movimentos ideológicos e políticos à esquerda ou à direita, no pensamento católico, e nas correntes nacionalistas (Pecault, p. 4).[427]

A partir deste trecho, destaco dois pontos a serem examinados aqui. O primeiro deles é relacionado ao fato da crítica anti-urbana ter estreita relação com as críticas a respeito de formas de organizações estatais liberais. Esta crítica era construída, sobretudo, a partir de percepções de que o Estado, nesta condição, estaria fragilizado, sendo que, por tal motivo, esta instância deveria ser fortalecida, especialmente em nome da ordem. Argumento este que também é crucial para fundamentar as bases ideológicas do pensamento autoritário brasileiro, tanto como dos fascismos históricos.

---

[425] Pechman & Assaf; p. 441, 2022.

[426] Pechman & Assaf; p. 441, 2022.

[427] Pechman & Assaf; pp. 442 - 443, 2022.

O outro ponto, a ser examinado, tem conexão com o fato de que os traços anti-urbanos não somente eram presentes, como qualificaram e definiam a categoria nomeada como ruralismo na conjuntura aqui tratada. Assim como largamente discutido no segundo capítulo desta tese (*Roma Mussolinea*), os mesmos traços também estavam muito acentuados em declarações de Benito Mussolini proferidos entre aproximadamente 1910 até no máximo 1918 (fim da primeira guerra mundial). No caso italiano, por exemplo, a ênfase da produção discursiva deste intervalo enfatizava afetos e pulsões de cargas valorativas negativas direcionadas para Roma, e não somente para as cidades de maneira geral.[428]

Apesar das confluências, especialmente com aspectos do fascismo italiano, as definições de ruralismo não são necessariamente englobadas dentre formas de pensamento autoritário seja no Brasil, ou no exterior. Embora seja fundamental reconhecer que elas coexistem em campos semânticos muito próximos, se conectam em vários pontos e que, em alguns momentos e em vertentes ideológicas de traços autoritários, tenha ocorrido nelas e de formas muito evidentes a presença de manifestações anti-urbanas, a pauta mais cara ao ruralismo.

Contudo, a despeito da liberdade das comparações aqui operadas, seria um absurdo anacronismo considerar que as semelhanças entre o ruralismo brasileiro com alguns aspectos do emergente ideário fascista italiano, sejam mais do que semelhanças. Logo, o ruralismo pode ter grandes proximidades e conexões com ideologias autoritárias e com aspectos dos fascismos, sem necessariamente pertencer a eles, ou copiá-los.

Por outra via, o movimento nomeado como integralismo, na percepção de Marilena Chauí, em sua obra supracitada, está de fato englobado dentro do espectro compreendido como “pensamento autoritário brasileiro”, embora não o esgote.

Neste sentido, Chauí menciona a figura de Francisco José de Oliveira Vianna, sociólogo, jurista, professor e historiador brasileiro, nascido em 1883, e ocupante da cadeira 8 da Academia Brasileira de Letras. Oliveira Vianna, ideólogo amplamente reconhecido como expoente do pensamento autoritário no Brasil de sua época, tem sua principal obra nomeada como “Populações meridionais do Brasil e Evolução do Povo Brasileiro”. Ela foi originalmente publicada em 1920, e apresenta hipóteses sobre a influência da geografia, do clima e da raça para formação da sociedade brasileira.

Apesar de ser um expoente das bases ideológicas autoritárias no Brasil, Oliveira Vianna não compunha as bases do movimento integralista brasileiro, sendo “apenas” um teórico de referência para este. Uma vez em que, segundo a leitura de Chauí, fundamentada nas interpretações de Maria Stella Bresciani e de Evaldo Amaro Vieira, a obra de Oliveira

---

[428] Gentile, 2007.

Vianna chegou a satisfazer “os pruridos de nobreza rural e de uma parte da população brasileira”,[429] o que englobava muitos dos membros do integralismo. A filósofa também sugere que a alta receptividade em relação a Oliveira Vianna era relacionada, por um lado, com “o sucesso da prática fascista europeia” e por outro, graças à “escolha do latifundiário como receptor do discurso”.[430]

Especialmente em confluência com as interpretações de Evaldo Vieira, Chauí assinala como os “nossos ideólogos autoritários” foram muito bem recebidos por “destinatários conservadores”.[431] Na percepção da filósofa, a existência de destinatários apropriados tinha mais relação com o “sucesso” desses discursos, do que a argumentação presente neles e seus conteúdos. Em suas palavras, eles eram compostos por “textos nos quais as conclusões se sucedem com total ausência das premissas, ausência que engendra a debilidade teórica e sua contrapartida, isto é, a eficácia prática”.[432] Ou seja, os discursos, associados aos expoentes do “pensamento autoritário brasileiro”, eram produções sumariamente esvaziadas em termos teóricos e sem efetividade alguma no campo prático.

Em suma, o integralismo aqui será em parte definido, e através de Chauí, como “uma maneira de pensar autoritária que produz uma ideologia que se apresenta como projeto político”.[433] Suas bases ideológicas foram conformadas por alguns referenciais teóricos, cujos principais elementos de sua produção discursiva serão analisados logo adiante, no próximo item desta seção. Ao passo que, do projeto político do integralismo, incidiram “pontos programáticos” da Aliança Integralista Brasileira (AIB), partido político que existiu de 1932 até 1937. Eles foram “posteriormente postos em prática com sucesso pelo Estado Novo” (1937 – 1945), o que aconteceu em conjunto com “outras fontes autoritárias (que) também contribuíram para a consolidação daquele Estado”. [434]

6.3 Integralismo e a AIB

Em 12 de março de 1932, o político ultraconservador brasileiro, Plínio Salgado, capitaneou uma assembleia de intelectuais, na qual foi fundada uma associação nomeada como “Sociedade de Estudos Políticos”. Dentro desta Sociedade, a Aliança Integralista Brasileira (AIB) foi criada como uma de suas comissões técnicas, operando em conjunto

---

[429] Chauí, 2017, p. 19.

[430] Chauí, 2017, p. 19.

[431] Chauí, 2017, p. 19.

[432] Chauí, 2017, p. 21.

[433] Chauí, 2017, p. 18.

[434] Chauí, 2017, p. 24.

com várias outras comissões.[435] Entretanto, a AIB começou a existir enquanto partido político somente em outubro do mesmo ano, quando foi publicado o Manifesto Integralista, e foi atuante de 1932 até 1937.

Dos pesquisadores de tal tema, um dos mais relevantes é o cientista político brasileiro Hélgio Trindade. Trindade é autor do livro "Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30", originalmente publicado em 1974. O título da obra, por si só, já é bastante significativo, como desperta a atenção por estar muito relacionado ao escopo de temas tratados nesta tese. Sendo que a mesma associação presente nele acontece ainda em vários outros de seus livros e artigos, os quais há constantemente menções do integralismo como uma espécie de "fascismo abrasileirado".

Para refletir sobre a junção do integralismo e dos fascismos operada pelo autor, é fundamental que antes seja examinado conteúdo do Manifesto Integralista de 1932. Uma vez em que ele foi tanto o embrião, como se tornou uma espécie de "núcleo duro" ideológico do integralismo e, por consequente, do partido político AIB. A despeito do partido político Aliança Integralista Brasileira ter findado oficialmente em 1937, até o ano de 2023 (ano em que este texto foi escrito), o Manifesto que o embasou está disponível na integra no endereço eletrônico "*Integralismo.org"*, pertencente ao movimento nomeado como "Frente Integralista Brasileira".[436]

Em conjunto ao Manifesto, no endereço eletrônico mencionado há ainda uma espécie de biblioteca, como estão disponíveis também informações variadas sobre a organização em si e sobre aspectos históricos do integralismo e da AIB. No mais, a interface visual desta página da *internet* mantém versões adaptadas dos símbolos e do emblema que são originais da AIB, ressoando em enormes semelhanças visuais entre eles.

Enquanto o emblema da AIB original era composto por um mapa do Brasil colorido em azul, circunscrito, e também sobreposto pela letra grega sigma; em 2023, o emblema presente no cabeçalho de todas as seções do *site* mantém o azul, o círculo e o sigma, descartando o mapa do Brasil do conjunto. Ao lado do emblema, no *site* atual, consta o famoso mote da extrema direta brasileira, conformado pela frase: "Deus, Pátria, Família" (tema este que será aprofundado logo adiante, na segunda parte deste capítulo em item homônimo).

Mesmo considerando as enormes possibilidades de reflexões a partir dos conteúdos presentes no Manifesto, objetivo analisá-lo iluminando as questões da cidade e da linguagem, frente às conexões possíveis com os fascismos, de forma geral, e com os

---

[435] Trindade, 1974.

[436] Manifesto Integralista. Disponível em: https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

autoritarismos brasileiros. Deixo a ressalva de que, a despeito de tanto as ideias do integralismo, como a "existência de pontos programáticos da Ação Integralista Brasileira (AIB) terem sido postas em práticas pelo Estado Novo";[437] Marilena Chauí aponta como o integralismo e a AIB foram evidentes "fracassos políticos do autoritarismo no Brasil".[438]

Na sequência, a filósofa justifica seu argumento pela constatação de que "outras fontes autoritárias também contribuíram para a consolidação daquele Estado",[439] tendo essas conformações perdido sua influência ideológica e política ao longo do tempo. O que não significa que ideias autoritárias, depois do Estado Novo, perderam relevância e não estiveram mais presentes na gestão pública brasileira durante o século XX.

Porém, ainda levando em conta o seu "fracasso político", importante destacar como o integralismo, em termos ideológicos, foi crucial para a consolidação do "pensamento autoritário brasileiro" no alvorecer e no decorrer do último século. Assim como, indico que elementos típicos deste foram assimilados no repertório do bolsonarismo, o que será tratado na segunda parte deste capítulo. No mais, reforço mais uma vez a concordância com as percepções de Chauí, a respeito de como as produções discursivas pertencentes ao autoritarismo brasileiro, o que inclui o integralismo e seu Manifesto, são simplórios e absurdamente desconexos, cuja "debilidade teórica"[440] é uma qualidade recorrente e estruturante a elas.

Atentando para tais questões, retornemos ao Manifesto Integralista (1932). Ele foi seccionado em dez seções e sua epígrafe é diretamente encaminhada a quem ele se direciona, ou seja, aos destinatários do texto e receptores da mensagem:

> À Nação Brasileira – Ao operariado do país e aos sindicatos de classe – Aos homens de cultura e pensamento – À mocidade das escolas e das trincheiras – Às classes armadas![441]

A despeito de sua epígrafe ser até razoavelmente compreensível, em todo o Manifesto ocorrem notórias ausências de clareza e de cadência, assim como muitas repetições dos argumentos expostos. Tais repetições não evitam a absoluta falta de profundidade das discussões tratadas em seu escopo, muito pelo contrário.

Temáticas intricadas, como a "Concepção do Universo e do Homem" (que intitula a seção I), por exemplo, são discutidas em apenas dois pequenos e repetitivos parágrafos. O

---

[437] Chauí, 2017, p. 24.

[438] Chauí, 2017, p. 24.

[439] Chauí, 2017, p. 24.

[440] Chauí, 2017, p. 21.

[441] Manifesto Integralista, 1932.

que parece pouco, mas é até muito, considerando a totalidade do documento. Uma vez em que o padrão de tamanho médio das seções do texto é de aproximadamente um parágrafo, independente do assunto.

Para além do parco desenvolvimento dos temas e das repetições constantes, a confusão, presente no Manifesto, é agravada em decorrência de que há também um excesso de quantidade de pontos tratados nele. Sendo que eles envolvem questões que são representadas por categorias complexas, tais como: "sociedade", "deus", "pátria", "família", "nação", "Brasil", entre outras temáticas semelhantes.

Logo, o conjunto das suas discussões é exagerado e imprudentemente amplo, especialmente considerando o tamanho enxuto do texto. Como ainda, elas nunca estão firmadas em categorias bem definidas, sendo que elas também estão sucessiva e aleatoriamente combinadas entre si. O que resulta em lacunas severas de desenvolvimento, e em ausências frequentes de conclusões das hipóteses apresentadas.

No mais, fundamental mencionar, como as faltas de coerência, consistência e sentido existentes no texto tolhem bastante as estruturações das análises aqui desenvolvidas que são relativas a ele. A despeito das dificuldades, destaquei alguns temas de interesse para esta tese, para seguir pelos assuntos selecionados e não pela ordem das seções do Manifesto.

Assim, a primeira das questões examinadas aqui se desdobra da presença das ideias autoritárias e/ou dos autoritarismos. Temática que se destaca em todo o parágrafo que corresponde à seção III do Manifesto, nomeada como "O princípio da Autoridade". Pelo seu tamanho reduzido, a apresento na integra:

> **III – O Princípio de Autoridade**
>
> **Uma Nação, para progredir em paz, para ver frutificar seus esforços, para lograr prestígio no Interior e no Exterior, precisa ter uma perfeita consciência do Princípio de Autoridade**. Precisamos de Autoridade capaz de tomar iniciativas em benefício de todos e de cada um; capaz de evitar que os ricos, os poderosos, os estrangeiros, os grupos políticos exerçam influência nas decisões do governo, prejudicando os interesses fundamentais da Nação. **Precisamos de hierarquia, de disciplina, sem o que só haverá desordem.** Um governo que saia da livre vontade de todas as classes é representativo da Pátria: como tal deve ser auxiliado, respeitado, estimado e prestigiado. Nele deve repousar a confiança do povo. A ele devem ser facultados os meios de manter a justiça social, a harmonia de todas as classes, visando sempre os superiores interesses da coletividade brasileira. **Hierarquia, confiança, ordem, paz, respeito, eis o de que precisamos no Brasil.** (grifos da autora) [442]

[442] Manifesto Integralista, 1932.

Apesar de, aparentemente, essa ser uma categoria importante no corpo do Manifesto, os significados de "Princípio da Autoridade" jamais foram bem delineados neste. Assim, as reflexões aqui presentes são construídas pelos sentidos observados de maneira indireta de tal princípio, procedimento metodológico que se repete nos outros temas.

Através da leitura da seção homônima, parecem fundamentais para o entendimento do que seria o "Princípio da Autoridade" tanto os significados isolados, como as associações entre autoridade, ordem e hierarquia. A questão da ordem, principalmente, ressoa muito com os debates presentes na subseção anterior deste capítulo, relativos ao ruralismo. Tais discussões envolvem o medo da desordem social, sobretudo quando vinculada à aceleração do processo de urbanização brasileiro, e às possibilidades ocasionadas pela vida nas grandes cidades.

Já a junção autoridade-hierarquia, embora não tão bem desenvolvida no fragmento exposto acima, remota ao papel do Estado (governo) como hierarquicamente superior às outras instâncias mencionadas. De tal modo que ao Estado competiria o dever de coordenar a organização de todo o conjunto, que o Manifesto compreende como, da sociedade e da gestão pública brasileira. Visando assim a manutenção da "confiança, ordem, paz, respeito".[443]

Entre os deveres relativos ao Estado brasileiro, estão a expressão e a organização das classes (sociais), o comando da nação, a proteção dos cidadãos, e até mesmo a obrigação de assegurar que a instituição da família exista em estado de excelência. Tais compromissos foram respectivamente apresentadas nos trechos do Manifesto que estão expostos a seguir:

> (...) Enquanto não virmos o Brasil organizado, sem o mal dos partidarismos egoístas, **o Estado Brasileiro exprimindo classes, dirigindo a Nação pelo cérebro das suas elites,** não descansaremos, na propaganda que nos impomos. [V - Nós, os Partidos e o Governo]
>
> (...) Salvá-los da escravidão do comunismo. Transfigurar o trabalhador, herói da nova Pátria, no homem superior; iluminado pelos nobres ideais de elevação moral, intelectual e material, esses são nossos propósitos. **Ao Estado, compete a proteção de todos.** [VII - A questão social como a considera a Ação Integralista Brasileira]
>
> (...) **O Homem e sua família precederam o Estado. O Estado deve ser forte para manter o Homem íntegro e a sua família. Pois a família é que cria as virtudes que consolidam o Estado. O Estado mesmo é uma grande família, um conjunto de famílias.** Com esse caráter é que ele tem autoridade para traçar rumos à Nação. Baseado no direito da família é que o Estado tem o dever de realizar a justiça social, representando as classes produtoras. Pretendemos, nesta hora grave para a família brasileira,

[443] Manifesto Integralista, 1932.

> inscrever a sua defesa em nosso programa. [VIII- A Família e a Nação] – (destaques da autora)[444]

Através da leitura dos fragmentos do Manifesto postos acima, fica evidente não somente a grande quantidade das funções as quais o Estado brasileiro deveria assumir, como ainda seu papel central na organização do país e da sociedade, inclusive com envolvimento direto nas esferas "privadas", como a conformada pela família.

Especialmente no que tange a relação Estado–família, há um claro desarranjo argumentativo. A princípio, foi apresentado que o Homem (escrito com a letra h em maiúsculo) e sua família procedem o Estado, e que o Estado, por isso, deve protegê-los. A relação de causa e consequência, expressa na estrutura sintática das orações, não se completa em sentido. Ainda mais quando o Estado, posteriormente, é citado como uma "grande família", e "um conjunto de famílias".[445]

Todavia, ainda considerando a evidente pobreza das expressões e das construções dos argumentos presentes em todo Manifesto, é possível destacar que o Estado é nitidamente um dos elementos centrais dele. A autoridade, a ordem, a hierarquia – elementos também fundamentais ao repertório integralista – estão aglutinados, associados ao Estado e conduzidos por ele, o que reforça ainda mais sua importância para este ideário.

Ainda no que concerne as discussões sobre o Estado, sublinho como tal categoria constantemente é substituída no corpo do texto por outras palavras próximas a ela, tais como: "governo", "Nação", "Nação Brasileira", "terra", "Grande Nação" e "Pátria". O que normalmente acontece de maneira aleatória e sem critérios definidos. Estas categorias e noções, naturalmente, têm sentidos bem diferentes entre si, sendo algumas dessas pré-existentes e outras adaptadas, sem chegarem, no entanto, a serem neologismos.

O seguinte trecho, locado bem no final do Manifesto, e pertencente à "seção X – O Estado Integralista", ilustra claramente a grande constelação de termos que compõem o espectro do Estado:

> **(...) Pretendemos criar a suprema autoridade da Nação.** Pretendemos mobilizar todas as capacidades técnicas, todos os cientistas, todos os artistas, todos os profissionais, cada qual agindo na sua esfera, para realizar a grandeza da **Nação Brasileira**. Pretendemos tomar como base da **Grande Nação**, o próprio homem da nossa **terra**, na sua realidade histórica, geográfica, econômica, na sua índole, no seu caráter, nas suas aspirações, estudando-o profundamente, conforme a ciência e a moral.
>
> Para isso, combateremos os irônicos, os "blasés", os desiludidos, os descrentes, porque nesta hora juramos não descansar um instante,

[444] Manifesto Integralista, 1932.

[445] Manifesto Integralista, 1932.

> enquanto não morrermos ou vencermos, porque conosco morrerá ou vencerá uma **Pátria**.
>
> Esses são os rumos da nossa marcha!
>
> [X - O Estado Integralista] (destaques da autora) [446]

Mais do que a quantidade de vocábulos e de expressões que se aproximam dos sentidos de Estado, é fundamental salientar a falta de definições de todos eles no texto do Manifesto. No mais, a estrutura e a sequência de tópicos do Manifesto, assim como seu texto, misturam elementos e discussões de maneira confusa e bastante rasa. Destaco também, principalmente a partir do trecho posto acima, a importância da presença de inimigos a serem combatidos.

O procedimento de definir e enumerar os inimigos, para posteriormente invocar os apoiadores a combate-los, é também bastante caro e fundamental aos fascismos, conforme discutido no capítulo anterior desta tese.[447] Outro elemento que também é muito importante nos fascismos, além da noção de inimigo, é o forte apelo ao nacionalismo.[448] Fator este que é muito presente no escopo do Manifesto Integralista, inclusive bem mais do que a mobilização contra os "inimigos".

Assim, na IX seção, nomeada como "O nosso nacionalismo", há tanto o desenvolvimento do tema em si, como acontece uma relevante associação entre as cidades brasileiras e uma suposta desvalorização nacional graças à existência delas:

> (…) Os nossos lares estão impregnados de estrangeirismos; as nossas palestras, o nosso modo de encarar a vida, não são mais brasileiros. **Os brasileiros das cidades não conhecem os pensadores, os escritores, os poetas nacionais.** Envergonham-se também do caboclo e do negro de nossa terra. Adquiriram hábitos cosmopolitas. **Não conhecem todas as dificuldades e todos os heroísmos, todos os sofrimentos e todas as aspirações, o sonho, a energia, a coragem do povo brasileiro.** (grifos da autora) [449]

Através do pequeno trecho exposto acima, é possível a elaboração de reflexões a respeito de diversos pontos. Primeiramente, destaco como as criticas, em relação aos "estrangeirismos" e aos hábitos "cosmopolitas", no texto, foram construídas por relações de oposição entre o nacional, o brasileiro e seus correlatos contra tudo que não somente seja originário, mas que tenha qualquer contato com o que é exterior/internacional.

---

[446] Manifesto Integralista, 1932.

[447] Quarto capítulo nomeado como "Nebulosa fascista".

[448] Essa questão será discutida também em relação à conformação contemporânea, nomeada como bolsonarismo, na segunda parte deste capítulo.

[449] Manifesto Integralista, 1932.

A oposição, presente nesta passagem (como, por exemplo, no par: nacional x estrangeiro), é também fundamental para a construção das argumentações e dos significados atrelados às categorias em questão (tais como, bom x ruim). O que indica limites bem definidos e pouca aceitação de zonas nebulosas entre elas e seus sentidos, a despeito da indefinição teórica destas. Logo, parece não haver brechas para zonas "mistas", e muito menos para associações positivas, ou não tão negativas, para aquilo que não é nacional. Pois, o que está fora deste grupo se torna negativo, enquanto o que está dentro, automaticamente, assume cargas valorativas positivas no Manifesto.

Existe ainda um outro ponto muito interessante, para as discussões aqui tratadas, que podem ser ilustradas a partir desta passagem. Há um elemento "estranho", que coexiste nas oposições mencionadas, entre o nacional e o estrangeiro (bom e ruim/ interno e externo), que é relativo aos "brasileiros das cidades". Tais sujeitos, apesar de brasileiros, não "conhecem" as boas qualidades e valores do próprio "povo brasileiro", pois, por estarem na cidade se contaminam pelos seus "hábitos cosmopolitas".[450]

Apesar de não haver lugar estabelecido para zonas mistas, definições mais fluidas e para categorias não tão rígidas, os "brasileiros das cidades" parecem tomar à força uma posição a parte. Ainda que dentro do escopo do que era nacional, por serem nomeados inclusive como brasileiros, eles, por estarem nas cidades, são corrompidos pelo cosmopolismo. Logo, eles são em parte retirados da condição de "povo brasileiro", ou destituídos da condição de brasileiros "de verdade".

Os "das cidades" ficam então em uma posição não muito bem definida, pois também não são estrangeiros, nem brasileiros em plenitude. Eles não cabem na rigidez das oposições firmadas dentro do próprio Manifesto que os nomeia. Excluídos do texto e do próprio povo, embora brasileiros, nem o conhecimento das qualidades "nacionais", ou de quem são os sujeitos da "nossa terra" parece ser possível para eles.

Nas percepções do integralismo, além da péssima situação para aqueles que habitavam as cidades, não parece haver nada a fazer para salvá-los. Ainda na mesma seção, tais sujeitos são descritos como:

> (...) Céticos, desiludidos, esgotados de prazeres, tudo o que falam esses poderosos ou esses grandes e pequenos burgueses, **destila um veneno que corrói a alma da mocidade. Criaram preconceitos étnicos originários de países que nos querem dominar. Desprezaram todas as nossas tradições. E procuram implantar a imoralidade de costumes.** (grifos da autora) [451]

[450] Manifesto Integralista, 1932.

[451] Manifesto Integralista, 1932.

Além da própria condição deplorável, os habitantes supostamente corrompidos pelas/nas cidades parecem também propagar uma agenda moral nefasta que contemplaria desde o desprezo das tradições nacionais, até às empreitadas para "implantar a imoralidade de costumes".[452] Seja no ruralismo, ou no que Marilena Chauí qualifica como "pensamento autoritário brasileiro" de forma geral, as associações entre cidade e desordem têm, sobretudo, um sentido bastante moral, relacionado com as pautas de costumes.

Se a cidade, com seus modos de vida particulares, corrompe, se os "brasileiros das cidades" pregam pela "imoralidade de costumes", é a instituição da família que garantiria o exato oposto dessas práticas nas visões integralistas. Na "seção VIII – A Família e a Nação", tal percepção fica bastante explícita:

> (...) **Tão grande a importância que damos às Classes Produtoras e Trabalhadoras, quanto a que damos à Família. Ela é a base da felicidade na terra.** Das únicas venturas possíveis. Em que consiste a felicidade do Homem? Nessas pequeninas cousas, tão suaves, tão simples: o afago de uma mãe, a palavra de um pai, a ternura de uma esposa, o carinho de um filho, o abraço de um irmão, a dedicação dos parentes e dos amigos. Solidariedade no infortúnio, nas enfermidades, na morte, que nenhum Estado, na sua expressão burocrática ou jurídica, jamais evitará, em nenhum tempo. **Comunhão nas alegrias, nos triunfos, nas lutas, conforto de todos os instantes, estímulo de todos os dias, esperança de perpetuidade no sangue e na lembrança afetuosa, eis o que é a família, fonte perpétua de espiritualidade e de renovação, ao mesmo tempo projeção da personalidade humana.** (grifos da autora)[453]

Ao contrário do que aconteceria na cidade, a família representaria a versão de excelência da vida humana, porque, mais do que a "projeção da personalidade humana", ela também seria a "base da felicidade na terra" e do homem.[454] Apesar do fragmento do texto que versa sobre a família parecer linear à primeira vista, há uma enorme incongruência argumentativa envolvendo as relações entre esta instituição e as cidades. Uma vez em que na penúltima seção do Manifesto, seção IX, nomeada como "O Município, Centro das Famílias, Célula da Nação" há outra percepção de "cidade".

Importante sublinhar que, no texto do Manifesto, a palavra "cidade" é usada quando tudo que é relativo ao urbano tem sentido negativo. Por outro lado, o termo "município" também aparece em referencia ao que é urbano, mas, com carga valorativa positiva. Apesar das duas palavras correntemente terem definições muito próximas, os termos "cidade" e "município" assumem sentidos díspares, diametricamente opostos no discurso integralista, conforme ilustram os seguintes trechos retirados da seção IX:

---

[452] Manifesto Integralista, 1932.

[453] Manifesto Integralista, 1932.

[454] Manifesto Integralista, 1932.

> **O município é uma reunião de famílias.** O homem e a mulher, como profissionais, como agentes de produção e de progresso, devem inscrever-se nas classes respectivas, a fim de que sejam por estas amparados, nas ocasiões de enfermidades e desemprego.
>
> (...) **Os municípios devem ser autônomos em tudo o que respeita a seus interesses peculiares, porque o município é uma reunião de moradores que aspiram ao bem-estar e ao progresso locais.** A moralidade administrativa pode ser fiscalizada pelas próprias classes, pois o que determinava a desmoralização das Câmaras Municipais, no sistema liberal, era a politicagem, o apoio com que contavam os chefes políticos locais, dos dirigentes da política estadual. Extintos os partidos, o governo municipal repousará na vontade das classes.
>
> (...)**O município, portanto, sede das famílias e das classes, será administrado com honestidade, será autônomo e estará diretamente ligado aos desígnios nacionais.**
>
> [IX - O Município, Centro das Famílias, Célula da Nação] (grifos da autora)[455]

Difícil especular sobre os motivos exatos que justifiquem a troca de sentidos para palavras e noções que, frequentemente na língua portuguesa, têm significados tão próximos; ainda que tal procedimento ressoe bastante com a fragilidade teórica presente em todo o Manifesto. Porém, partindo tanto desta característica, como resgatando outras hipóteses das interpretações de Marilena Chauí sobre o tema, é possível construir uma hipótese.

O Manifesto foi escrito em 1932, ano em que o Brasil ainda era, em sua maioria, rural, apesar de já possuir em seu território grandes cidades, como sua capital e a cidade de São Paulo. A despeito das perspectivas anti-urbanas existentes na época, o processo de urbanização brasileiro era inevitável e irreversível, e não podia ser ignorado nem mesmo pelos sujeitos mais reacionários. Assim, se uma das qualidades fundamentais seja dos fascismos, ou até mesmo do pensamento autoritário brasileiro é a capacidade de simplificação, o procedimento em questão pode ser examinado por esta via.

Logo, em um extremo de simplificação e frente à inevitabilidade de que o Brasil estava se tornando um país cada vez mais urbano, a fragmentação entre o urbano supostamente bom e o ruim fica mais compreensível. No mais, a palavra “cidade” – o urbano ruim – ainda pode assumir uma qualidade mais geral do que as do termo “município”, o urbano bom. Uma vez em que o próprio termo “munícipio” tem uso mais recorrente dentro da linguagem da gestão pública, como parece se encaixar melhor com a supervalorização do papel do Estado, presente não só no integralismo, mas também marca central dos autoritarismos de maneira geral.

---

[455] Manifesto Integralista, 1932.

Em termos semânticos e no contexto analisado, a cidade pode ser entendida como o lugar da desordem, do caos, das influências estrangeiras, da imoralidade e de outras mazelas. Ao passo que o munícipio, parte da aparelhagem do Estado, seria o "centro das famílias" e "uma reunião de moradores que aspiram ao bem-estar e ao progresso locais".[456] Contudo, reforço que, no Manifesto, não há, em hora alguma, definições teóricas estabelecidas destes termos, e que as analises apresentadas aqui são construções feitas a partir de interpretações de seu conteúdo.

Neste sentido e conforme sugere Chauí, "o discurso integralista tem a peculiaridade de operar com imagens em lugar de trabalhar com conceitos". [457] Ou seja, no Manifesto as noções de "cidade" e "munícipio" não seriam conceitos bem definidos, mas sim espécies de imagens, pois, são representações simplificadas, sem profundidade teórica e muito menos com conexões firmes com o real.

Outro ponto interessante, para o debate aqui travado, é também originário de uma crítica, posta por Marilena Chauí, que é relativa a como os pensadores autoritários brasileiros, com ênfase nos teóricos do integralismo, se apresentam como intelectuais originais. Mas, eles operam de forma nitidamente inspirada nos discursos provenientes de outras fontes, sobretudo dos fascismos europeus.

A inegável debilidade teórica é um ponto de confluência entre os ideários mencionados e, para além disto, existem muitos elementos fundamentais dos fascismos europeus presentes no integralismo. Não somente a questão dos inimigos (representados de forma geral, e até mesmo pelo "comunismo russo"),[458] como a centralidade do nacionalismo, e até mesmo a questão da raça estão presentes nos discursos associados ao integralismo.

Assim, Chauí sugere como "seria de bom-tom que nossos autoritários não fossem importadores de ideias", pois "certamente representavam-se a si mesmos como pensadores

---

[456] Manifesto Integralista, 1932.

[457] Chauí, 2017, p. 26.

[458] "Nós somos contra a influência perniciosa dessa pseudo-civilização, que nos quer estandardizar. E somos **contra a influência do comunismo**, que representa o **capitalismo soviético**, o **imperialismo russo**, que pretende reduzir-nos a uma capitania. Levantamo-nos, num grande movimento nacionalista, para afirmar o valor do Brasil e de tudo que é útil e belo, no caráter e nos costumes brasileiros (Manifesto Integralista - IX seção - "O nosso nacionalismo", 1932).

"Nós pregamos a franqueza e a coragem mental. Somos pelo Brasil Unido, pela Família, pela Propriedade, pela organização e representação legítima das classes; pela moral religiosa; pela participação direta dos intelectuais no governo da República; pela abolição dos Estados dentro do Estado; por uma política benéfica do Brasil na América do Sul; **por uma campanha nacionalista contra a influência dos países imperialistas, e, sem tréguas, contra o comunismo russo.** Nós somos a Revolução em marcha. Mas a revolução com ideias. Por isso, franca, leal e corajosa. " (Manifesto Integralista - VI seção - "O que pensamos das conspirações e da politicagem de grupos e facções", 1932).

originais".[459] Entretanto, a forma como tais pensadores se entendiam e versavam sobre si, não era o que de fato acontecia. Especialmente no que concerne a questão da raça, a filósofa sugere que os autoritários brasileiros trabalhavam com "o pensamento europeu, reduzido a uma forma vazia", porém, ele era "utilizado nacionalmente desde que preenchido com conteúdos locais". [460] Melhor explicando e em suas palavras:

> Confundindo as imagens nativas com o movimento da história, **acreditam que a substituição dos mitos de origem europeia por outros, caboclos, é uma operação teórica suficiente para liberar o pensamento nacional das "influências" alienígenas.** Dessa maneira, quando o bandeirante, o tupi-tapuia, o gaúcho, o sertanejo, o mestiço, a floresta, o solo virgem, a extensão territorial e a psicologia do povo entram em cena, **funcionam como palavras encantatórias: tem o dom miraculoso de permitir, por meio da mudança vocabular, a aplicação de esquemas teóricos europeus sem que nos envergonhamos deles**. (grifos da autora) [461]

Também é importante reforçar que, embora o exemplo aqui acionado seja direcionado para pautas identitárias e para questões relativas à raça, tal procedimento não ocorreu só para tais temáticas, como ele é central para o pensamento autoritário brasileiro de maneira geral na perspectiva da filósofa.[462] Chauí não fala exatamente da importação de ideias e de teorias como essenciais ao pensamento autoritário brasileiro, mas sim da adoção de esquemas teóricos vazios e preenchidos com elementos, não somente locais, mas de interesse para eles. O que é marca seja dos casos brasileiros aqui trabalhados, como das variações dos fascismos estudadas, desde os históricos até as contemporâneas.

Além das confluências essenciais nas maneiras de pensar, desde os temas tratados, até nas formas de estruturação das ideias, os fascismos europeus são recorrentemente mencionados por expoentes teóricos do integralismo. Tais referências não acontecem no texto do Manifesto Integralista, de 1932, cuja autoria é creditada à Plinio Salgado. Porém, em outros discursos integralistas constam menções claras aos fascismos, ainda que indiretamente.

Em 1935, Miguel Reale, outro teórico fundamental do integralismo, publicou o livro "O Estado moderno" que, segundo sua biografia, disponível no endereço eletrônico da "Frente Integralista Brasileira", apresenta "estudos do fascismo e do comunismo".[463] Apesar de agrupadas, as perspectivas sobre os fascismos e do comunismo são bem diferentes.

---

[459] Chauí, 2017, p. 22.

[460] Chauí, 2017, p. 23.

[461] Chauí, 2017, p. 23.

[462] Chauí, 2017, p. 23.

[463] Miguel Reale. Disponível em: https://integralismo.org.br/biografia/miguel-reale/. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

Enquanto o comunismo era uma fonte de mazelas a serem combatidas, assumindo posição de "inimigo", os fascismos eram inspirações. Em suas palavras:

> **A Alemanha alimenta o sonho poderoso da Raça; a Itália, o sonho maravilhoso do Império** [...] E nós? O problema brasileiro tem uma incógnita: o Ideal. Temos vivido sem ideal na admiração passiva das magnificências de nossa natureza [...] A grandeza do Integralismo consiste em ter revivido o antigo ideal da Nação conclamando os novos bandeirantes para a conquista da terra e de nós mesmos. A tensão espiritual que há de dar ao mundo um tipo novo de civilização tropical, cheia de delicadeza e de espiritualidade cristã. (grifos da autora)[464]

Fica evidente a referência aos fascismos históricos em proximidade ao integralismo e, mais do que isso, em tom bastante positivo. A partir do trecho acima, voltamos à questão de que a constituição da identidade nacional brasileira, da nova "civilização tropical" deveria atravessar a natureza, o nosso território, "a terra". Não há menções nem para as cidades, nem para os munícipios. Mas há clara confluência com as questões e princípios postos no ruralismo brasileiro.

Por fim, ainda vale destacar que embora o partido político AIB, derivado do integralismo, tenha sido extinto em 1937, ele teve um papel fundamental (embora não isolado) para consolidação do Estado Novo. Período este que compreende à fase ditatorial do governo de Getúlio Vargas, entre 1937 até 1945.

Neste contexto, o Estado centralizou bastante autoridade, assim como foi estruturado por princípios autoritários com também por diretrizes e valores nacionalistas. No mais, para além da AIB e do integralismo, existiam outros agrupamentos de mote "nacionalista", e ligados ao pensamento autoritário, no Brasil na época, sendo alguns deles:

> A importância desses grupos se faz notar na criação de movimentos como a Liga Nacionalista de São Paulo (1917), a Ação Social Nacionalista (1920), o Centro Don Vital (1922), o Grupo Verde-Amarelo e Anta (1924); e de revistas como Gil Blás (1919), Brasiléia (1917), e A Ordem (1921).[465]

No escopo desta tese, não irei adentrar em detalhes sobre as conformações supracitadas, para tanto, recomendo a leitura do artigo supracitado ""Ruralismo, anti-urbanismo e autoritarimo: As lutas em torno de um projeto nacional", publicado em 2022. Contudo, reforço a força da constelação ideológica em torno de ideias autoritárias, com nítidas ressonâncias com os fascismos europeus, que aconteceu no Brasil na primeira metade do século XX.

---

[464] Reale, 1935, pp. 255-156 *apud* Chauí, 2017, p. 26.

[465] Pechman & Assaf; p. 444, 2022.

Logo, finalizo a primeira parte deste capítulo para, na sequência, adentrar nas discussões que envolvem os cruzamentos dos temas tratados aqui previamente (especialmente relacionados ao intervalo compreendido pelas primeiras décadas do século XX) com questões contemporâneas. Já deixo a ressalva de que alguns "saltos" e grandes cortes serão realizados.

Assim como, reforço que a lógica, que permitiu que este capítulo (e toda a tese) se estruturasse como está, não ressoa no intento de demonstração de uma continuidade histórica, ou cronológica seja para a existência dos fascismos, ou do "pensamento autoritário brasileiro", tal como nomeou Chauí. A reflexão sobre tais temáticas, ainda que exposta seguindo uma sequencia temporal linear, objetiva iluminar e examinar alguns elementos e interlocuções possíveis com eventos e processos da contemporaneidade, sem, no entanto, sugerir uma continuidade exata entre eles. Adota-se como metodologia, e fundamento, o que sugeriu Michel Foucault, em passagem previamente exposta aqui:

> As diferentes emergências que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são **efeitos de substituição, reposição e deslocamento**, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas.[466]

[466] Foucault, 2013, p. 70.

PARTE II - Jair Bolsonaro e o bolsonarismo

6.4 *"Quem procura osso é cachorro":* vida, morte e a ditadura militar

A primeira metade do título deste tópico, composta pelo enunciado "quem procura osso é cachorro", não somente é uma declaração de extrema crueldade, como também foi uma espécie de emblema/*slogan* criado e disseminado por Jair Bolsonaro em 2008, quando ele foi Deputado Federal no Brasil. No seu contexto original, a frase denota afeições negativas, principalmente de deboche e até de desprezo. Ela foi primeiramente acionada para desmerecer as buscas que estavam sendo realizadas para encontrar os restos mortais de opositores políticos desaparecidos da ditadura militar que ocorreu no Brasil entre 1964 até 1985, em específico dos militantes mortos no Araguaia.[467]

Independente de quem eram os desaparecidos/mortos e de quem os reivindicam, na fala proferida pelo então deputado ficam evidentes duas asserções, ou seja, duas ideias centrais. A primeira é de que as operações em questão, em sua perspectiva, não teriam validade alguma. Assim, elas não deveriam ser realizadas nem por seres humanos, e muito menos ainda serem capitaneadas por agentes do Estado.

Como se não bastasse desacreditar as operações, Jair Bolsonaro, no mesmo enunciado, também destitui as condições de humanidade, de pessoa e até de indivíduo dos mortos em questão, os reduzindo a ossos. Como já discutido aqui, esta forma de pensar/agir caracteriza igualmente procedimentos (não apenas discursivos) que foram amplamente acionados pelo governo e pela conformação nazista na Alemanha.[468]

Todavia, a despeito da sua clareza, tal declaração também pode remeter a muitos outros significados e interpretações para além dos listados acima. Por exemplo, ela pode ser entendida como algo que foi dito casualmente, sem que as intenções enumeradas façam parte dos sentimentos de quem a profere, ou até mesmo ser considerada apenas como uma "frase de efeito". Ela ainda pode ressoar como uma fala típica de pessoas com temperamento "forte" e sem "filtros" em sua expressão verbal, ocasionados por sua excessiva "sinceridade" e/ou pelo perfil "popular". Ela também pode parecer uma brincadeira inadequada, porém inofensiva, feita por alguém sem muito tato, mas não necessariamente mau intencionado. Em suma, dependendo do receptor da mensagem, sua evidente crueldade pode ser abrandada e diluída.

Todas as percepções apresentadas no parágrafo acima, recorrentemente, foram e ainda são acionadas por apoiadores, ou pelo próprio Jair Bolsonaro, para justificar algumas

---

[467] Gherman, 2022, p. 38.

[468] Ver o quarto capítulo desta tese (Nebulosa fascista) especialmente as subseções "*Feind"* e "*Jude"*.

de suas polêmicas colocações, quando é o caso de justificá-las. Elas podem ser operadas isoladamente, ou de maneira combinada (reunindo mais de um ponto, por exemplo), ou então em acréscimo a outros pontos que não foram citados aqui. Mas, quase sempre, elas são coligadas com argumentos que reduzem a importância daquilo que foi/é dito frente às ações possíveis de quem o diz.

Uma passagem, capaz de ilustrar bem a prática supracitada, foi retirada do livro "LTI: Linguagem do Terceiro *Reich"* do filólogo Victor Klemperer, e é referente a um de seus primeiros contatos com a linguagem nazista. Um de seus estudantes, o qual ele considerava quase como um filho, pois, ele havia instalado-se "em nossa casa, e de inquilino passou a filho adotivo",[469] mencionou a figura de Adolf Hitler em tom positivo, ainda no início dos anos trinta do século passado.

Ao ser questionado por Klemperer, o sujeito respondeu que o filólogo "leva isso muito a sério" e, em seguida, justificou sua calma pelo fato de que "esse barulho em torno dos judeus é só propaganda", afirmando na sequencia que "você vai ver, quando Hitler assumir o comando ele vai ter mais a fazer do que importunar os judeus".[470] Como a história relata, o quase filho de Klemperer não poderia estar mais enganado em suas interpretações de discursos, e nas suas prospecções para o futuro.

O tipo de lógica que fundamenta a argumentação do interlocutor de Klemperer gera uma contradição que está bastante nítida em ambos exemplos aqui tratados. Nos dois casos, aquilo que foi dito era importante o suficiente para ser proferido na esfera pública (até mesmo mais de uma vez e repetidamente), como ainda compunha o conjunto de argumentos acionados como uma espécie de mote de divulgação política, ou até de propaganda. Principalmente no caso da fala de Jair Bolsonaro, sua frase, que está no título deste item, compôs um pôster que foi pendurado na entrada do seu gabinete de deputado da época.[471]

Porém, quando seus conteúdos são confrontados, os enunciados que os expressam podem ser reduzidos à praticamente nada, meras bobagens, uma vez em que eles podem ser sumariamente esvaziados em seus sentidos, intenções e significados. Logo, nos contextos mencionados, as produções discursivas estão dotadas da capacidade de deslizarem de algo entre o concreto e verdadeiro, como também estarem entre a abstração e o exagero. Uma vez em que seria possível deslocá-los ou conectá-los à realidade, a

---

[469] Klemperer, 2009, p. 90.

[470] Klemperer, 2009, p. 91.

[471] Gherman, 2022, p. 38.

depender da necessidade. O que é dito, escrito, falado e representado em imagens é, ao mesmo tempo, muito relevante, como não pode não ter valor algum.

Assim, seja a linha argumentativa, seja a aplicação deste tipo de artifício, simbolizam tanto procedimentos, como uma maneira de perceber o mundo, e ainda exprimem uma operação fundamental que é muito característica das extremas-direitas históricas e contemporâneas (o que abarca desde o nazismo como o que foi nomeado como de bolsonarismo). A partir da ressalva de que o "deslocamento" de peso,[472] de importância e dos sentidos dos discursos pode acontecer quando conveniente, voltemos às análises das questões da morte e da vida nestes, com foco nas declarações de Jair Bolsonaro diretamente que são relacionadas com a ditadura militar.

Apesar do fato de que a frase que intitula esta seção remeter primeiro à morte, assim como acontece em tantas outras declarações anteriores e posteriores de Bolsonaro (que serão tratadas no decorrer desta parte do capítulo),[473] é impossível refletir sobre a morte sem pensar nas condições de vida. Não que a condição, ou a "categoria" de morte deva ser lida sempre em conjunto e/ou em oposição à vida, mas ambas são profundamente atravessadas pela condição de humanidade, especialmente nos contextos analisados.

Melhor explicando, a condição de humanidade dotaria um indivíduo de ser reconhecido não somente como um exemplar, uma unidade de alguma espécie, mas sim, como um ser que é membro de uma espécie específica – a humana. Para além de discussões que envolvam classificações biológicas e considerando alguns parâmetros estabelecidos a partir da modernidade, aos que são entendidos como parte deste grupo há uma série de obrigações e de direitos que alcançam não somente esferas da vida, como também da morte.

A filósofa Judith Butler, entre outras temáticas, reflete sobre as condições do luto nas sociedades ocidentais na obra "Vida precária: os poderes do luto e da violência" (2004). Assim, ela examina como os direitos de lamentar por aqueles que morreram incidem de formas diferentes a depender da pessoa. Em outras palavras, Butler parte do pressuposto de que, na forma de organização social considerada (sociedades ocidentais), algumas vidas/pessoas "valeriam" mais do que outras. O que incide não somente nas condições (melhores) em que elas podem viver, mas no próprio direito ao luto quando elas se vão, como ainda nas condições em que suas mortes são ritualizadas e posteriormente narradas.

---

[472] No livro "Fascismo eterno", de 1997, Umberto Eco, faz referência aos procedimentos pela expressão "contínuo deslocamento de registro retórico" (Eco, p. 40, 1997).

[473] Por limitações de tempo e com a intenção de evitar que esta tese ficasse ainda mais extensa, foram suprimidas as discussões relativas ao bolsonarismo com centralidade nas análises de declarações sobre a pandemia – que tangiam bastante questões sobre condições de humanidade, vida e morte.

Em diálogo com a autora, é possível mobilizar reflexões através de uma "hierarquia do luto".[474]

A despeito da riqueza das reflexões de Butler, aciono somente algumas de suas hipóteses e sem me delongar nelas excessivamente, para manter o foco na questão da morte e, logo, do direito ao luto. A fala de Jair Bolsonaro, retirada do seu contexto, pode parecer uma declaração geral sobre mortos e/ou desaparecidos não identificados, por exemplo. O que já seria, por si só, bastante negativo. Todavia, ela é direcionada a um grupo, um recorte social bem específico, o que nos indica um exemplo evidente de como a hierarquia de valor das pessoas em vida pode funcionar, como também incide e se mantém após suas mortes.

Como o então deputado não falava sobre mortos no geral, ele se referia à sujeitos específicos, é possível, em contraposição com outras declarações sobre outros mortos feitas pelo mesmo, mapear se há e qual é sua escala de valoração para sujeitos diferentes. Neste sentido, aos desaparecidos, opositores políticos da ditatura civil-militar brasileira aos quais a fala em questão se referia, as suas mortes sequer foram dignas de reconhecimento, assim como a condição de humanidade destas pessoas também foi negada, uma vez em que elas seriam meramente "ossos" para Bolsonaro.

Ainda na mesma frase, Bolsonaro reúne aos "ossos" àqueles que os buscavam – os "cachorros". Os "cachorros" seriam os que clamavam não somente pelo reconhecimento da morte dos seus entes, como também são sujeitos que cometeram a "ousadia" de reivindicarem um conjunto de direitos relacionados ao evento. Estes direitos vão desde o reconhecimento da morte e das condições de morte das pessoas desaparecidas, como passam pelo gerenciamento dos destinos dos corpos em questão, e incidem até ao luto. Assim, para Bolsonaro, os "ossos" e os "cachorros" são reunidos, o que ocorre não somente por uma relação sintática objeto-sujeito agrupados na mesma oração; como, principalmente, ambas categorias/pessoas estão atreladas pela desumanização extrema dos envolvidos na dinâmica.

Portanto, para tais "indivíduos" ficaria vetada plenamente a condição de existir, inclusive da forma mais básica possível: enquanto um corpo, ou como "restos mortais". Eles seriam meramente ossos e, na melhor das perspectivas, objetos. Apesar da palavra "osso" evocar fortemente a temática da morte, paradoxalmente, esta pequena frase comunica exatamente o veto à morte para tais sujeitos enquanto parte da existência humana. E mesmo que considerando apenas os restos mortais das pessoas mencionadas por Bolsonaro, há também a manifestação do impedimento de, ao menos, lidar com esse

---

[474] Butler, 2019, p. 52.

"material". Uma vez em que tais "ossos" estariam "perdidos" e não deveriam serem nem procurados.

Se, neste contexto, nem para os ossos/objetos há dignidade, não se pode imaginar de forma alguma a possibilidade de realização de rituais funerários, e muito menos o direito ao luto para os familiares (ainda muito mais distante e impraticável do que um enterro, por exemplo). Ou seja, não há nem uma diminuição da importância dos mortos, e do direito ao luto dos seus familiares, porque, a partir desta fala de Jair Bolsonaro, há a acepção primária de que não existem nem pessoas para que elas possam morrer, quiçá destino para seus corpos. Logo, questões que são relativas à justiça, ou ao luto para os familiares, de tão distantes, não estão nem contempladas diretamente nesta frase.

Esta declaração não foi a primeira e nem a última vez em que Jair Bolsonaro abordou assuntos que, de alguma maneira, se aproximam ou abrangem diretamente a temática da morte. Em seu amplo arcabouço de declarações fúnebres, ainda relacionadas ao período da ditadura militar brasileira, há a célebre frase "o erro da ditadura foi torturar e não matar".[475] Apesar desta frase ser uma declaração repetida à exaustão por Bolsonaro e por seus apoiadores, o registro mais certo da primeira vez em que ela foi proferida é de julho de 2016, em um programa na rádio Jovem Pan, "ao ser questionado sobre os erros da ditadura".[476]

Analisar as declarações de Bolsonaro e, em uma escala maior, a linguagem e até a gramática do bolsonarismo é uma tarefa árdua. Seja pela pobreza textual, pela impostura e vulgaridade recorrentes; mas, principalmente pela natureza extremamente cruel da maioria de suas declarações – o que torna mandatório a construção uma certa "escala de crueldade/desumanidade" como procedimento metodológico. A despeito da gravidade do teor da última frase mencionada, ao menos, há o reconhecimento de uma mínima condição de humanidade para os sujeitos envolvidos.

A partir desta ressalva, destaco que ao contrário dos sujeitos que são equiparados com "ossos", os sujeitos da segunda frase apresentada ao menos seriam humanos o suficiente para serem torturados e para morrerem.

Necessário ainda reforçar que, no escopo deste trabalho, não se relativiza qualquer declaração proveniente tanto de Jair Bolsonaro, como de sua conformação ideológica, nem há a tentativa de alcançar uma suposta "neutralidade" em nome da produção de conhecimento. Não está nem posto em discussão o fato de que, na perspectiva da autora

---

[475] Bolsonaro, Jair *apud* Gherman, 2022, p. 38.

[476] Gherman, 2022, p. 38.

desta tese, declarações, tais como as mencionadas, no mínimo são de extremo mau gosto e, no limite, são criminosas.

Destaco também que, apesar da importância do tema, a ditadura militar que aconteceu no Brasil entre 1964 até 1985 será tratada nesta tese somente dentro das produções discursivas do bolsonarismo (aqui sintetizadas nas declarações do próprio Jair Bolsonaro), e especialmente em diálogo com as questões da linguagem e dos fascismos. No mais, a despeito de existir muito a se pensar sobre a questão da cidade no período em questão, tal tema não apareceu em nenhum dos elementos pertencentes à base de dados consultadas,[477] considerando os parâmetros de busca/interesse estabelecidos. Logo, tal temática está suprimida deste tópico, ainda que sua ausência, como será discutido mais tarde, signifique muito.

Partindo então do entendimento da ditadura militar brasileira enquanto uma espécie de "representação", vista através de construções simbólicas/narrativas/discursivas, assim como pelo seu papel e presença nos discursos no bolsonarismo, voltemos às analises das suas relações com a morte neste recorte. Tal tópico se impôs como catalisador das discussões desta parte do capítulo não somente pela sua presença constante e muito marcada nas falas de Jair Bolsonaro. A temática da morte se desponta também pela sua relevância, como ainda por ilustrar bem as previamente citadas operações nomeadas como de "deslocamentos" nos discursos, elemento central nas gramáticas próprias dos fascismos e, de forma mais específica, também do bolsonarismo.

Segundo a interpretação das falas aqui analisadas, hora a morte pode importar, hora não. Enquanto nos enunciados selecionados, hora os sujeitos envolvidos podem até serem humanos o suficiente para perecerem fisicamente, hora eles são desumanizados das piores formas possíveis, estando a eles vetada até mesmo a possibilidade de morrer. No caso, todos os deslocamentos mencionados acontecem quando os sujeitos envolvidos são "inimigos", ou seja, opositores declarados do regime militar, ou aqueles que o próprio Bolsonaro classifica enquanto "comunistas" ou da "esquerda".

Mas, e quando os mortos estão "à direita"? O que acontece quando eles são os "cidadãos de bem"? Quando eles estão fora do grupo de inimigos, como são narrados os mortos e suas mortes?

Ainda há muito material a ser analisado sobre este tópico, especialmente envolvendo declarações que são relativas a períodos mais recentes – após 2018, sobretudo durante a pandemia de Covid-19 e quando Jair Bolsonaro foi presidente da república do Brasil (2019 – 2022). Porém, ainda sobre a ditadura militar brasileira no espectro do bolsonarismo, não

[477] O que não impede o fato de que, por um erro, algo relevante não tenha sido visto.

encontrei nenhum material referente às homenagens e/ou exaltações da memória daqueles que pereceram diretamente por morte violenta ou, nas palavras do poeta brasileiro João Cabral de Melo Neto, de "morte matada", na época. Talvez alguma coisa tenha se perdido, mas, o assunto "morte dos aliados/"não-inimigos" aparece de forma bem menos frequente e bem menos mórbida nas declarações de Bolsonaro e, por extensão, dos que conformam um espectro maior, compreendido pelo bolsonarismo.

Um dos motivos para tanto acredito estar relacionado ao fato de que raramente os aliados políticos relevantes do regime militar não terem morrido de maneira violenta. No mais, em decorrência da enorme quantidade de material envolvido referente às temáticas aqui trabalhadas, a preferência para as análises está centrada nas falas daqueles que são considerados os principais representantes das conformações de interesse, assim como das produções estatais associadas a elas.

Em tal perspectiva, ainda no domínio das narrativas e das alusões à morte, destaco uma outra declaração de Bolsonaro que atravessa a temática, porém, de forma muito menos funesta. Na época em que ela foi proferida, em 2016, Jair Bolsonaro ainda era deputado federal e deveria manifestar seu voto no processo de *Impeachment* da então presidenta do Brasil, Dilma Rousseff.

Na ocasião, na Câmara dos Deputados, cada parlamentar não somente votava como favorável ou contrário ao *Impeachment*, como era também permitida a eles uma pequena fala para expressão da "justificativa" individual do voto. A fala de Bolsonaro, mesmo que extremamente agressiva e inapropriada, foi muito aplaudida no momento, como recebeu larga divulgação e repercussão posterior nas mídias convencionais e paralelas. Em suma, ela se inicia como uma alusão positiva ao dia do evento e, na sequência e em associação, ao período da ditadura militar:

> Nesse dia de glória para o povo brasileiro,
>
> (...) Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, **pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff.** Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um **Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos**, o meu voto é sim.[478]

Depois da aclamação ao "povo brasileiro", Bolsonaro não menciona o sujeito que corresponde ao verbo "perderam", uma vez em que tal ação não se faz necessária. Pois, é evidente que ele se refere aos que ele compreende como seus opositores/inimigos. Em sua perspectiva, eles perderam duplamente: no período em questão, e em 64 (1964), ano do

[478] Bolsonaro, Jair *apud* Gherman, 2022, p. 81.

golpe que possibilitou o início da ditadura civil-militar no Brasil. Todavia, para não deixar nenhuma dúvida, nem lacuna, o deputado reforça e nomeia quem são seus inimigos na ocasião, sendo eles: "o PT", "o comunismo", o inexistente "Foro de São Paulo" e, naturalmente, a presidenta Dilma Rousseff.

Dilma Rousseff, como é de amplo conhecimento, foi uma importante militante política, opositora e combativa contra a ditadura militar no Brasil. Rousseff também foi presa e torturada no período. Entre um de seus torturadores, se destaca a figura do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, a quem Bolsonaro não apenas homenageia, como destaca como "o pavor de Dilma Rousseff". A despeito da enorme indignação com a fala, com o ato e com o fato do parlamentar não ter sido condenado por tal declaração, me atenho aqui a comentar somente aos temas da ditadura e da morte em suas interseções com o bolsonarismo.

Assim, em primeira camada, ocorre uma exaltação à tortura e aos torturadores, mesmo que tais termos não tenham sido ditos. Bolsonaro conseguiu escolher uma palavra ainda pior do que as mencionadas – "pavor" – para narrar o ato, seus sujeitos e se fazer entender. No mais, ele ainda chama o condenado torturador pelo seu nome próprio e completo, o retirando de uma categoria/classe "genérica" dos militares/torturadores, e homenageando-o pessoalmente.

O torturador e coronel Brilhante Ustra, ao contrário dos que ainda estão desaparecidos, ou que foram assassinados pelo Estado brasileiro na ditadura militar, faleceu em 2015, aos 83 anos e em decorrência de uma pneumonia. Diferente dos "ossos", ou dos que deveriam ser "mortos e não somente torturados", na fala de Bolsonaro, o falecido Ultra recebeu uma exaltação de sua "memória". O que, no mesmo gesto, não apenas significa a afirmação da humanidade do sujeito através do reconhecimento da dignidade da sua morte, como ainda enaltece sua vida e seus feitos passados.

Mais do que um "cidadão de bem" que não está mais vivo, Ustra não é um morto qualquer. É, para Jair Bolsonaro, alguém digno de ser evocado e homenageado em sua memória, ainda que Ustra seja um condenado torturador. O coronel também foi chefe da divisão DOI-CODI[479] (um dos principais órgãos de repressão política do governo militar) pertencente ao Exército de São Paulo entre os anos 1970 até 1974. Segundo dados certificados pela Comissão Nacional da Verdade, durante a gestão do coronel, no mínimo 50 pessoas foram assassinadas, ou desaparecem, ao passo que quinhentas outras foram torturadas.[480]

---

[479] Departamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

[480] Della Barba, Mariana; Wentzel, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarrecidos' e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC Brasil** em São Paulo e da Basileia (Suíça). Publicado em: 19 abril

A mesma alusão gloriosa para alguns sujeitos (principalmente aos ex militares de relevância do governo militar que aconteceu entre 1964 até 1985), nas falas de Jair Bolsonaro, é também reservada à ditatura militar em si. Tal como Benito Mussolini acionou o antigo império romano, Bolsonaro narra a ditadura militar brasileira: como um período de glória pretérita a ser resgatado no presente, para se estabelecer também como um protótipo de projeto de futuro.

Interrompo brevemente a continuidade do desenvolvimento deste tópico, para destacar a frase que Bolsonaro escolheu para finalizar sua declaração na Câmara: "por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos". Tal frase, mote de sua campanha presidencial de 2018, será analisada com mais profundidade na próxima subseção deste capítulo. Voltando à declaração em questão, a contraponho à uma outra fala de Bolsonaro datada de oito anos antes (2008).

O objetivo desta operação é de observar o que pode ser qualificado como dos deslocamentos de discurso que acontecem com bastante frequência no bolsonarismo. Na fala de 2016, o "pavor" aparece como um sentimento positivo, pois está direcionado à Dilma Rousseff que, de certa maneira, é mais do que um indivíduo, mas, pode ser lida como uma metonímia da categoria que agrupa os "inimigos".

Já na declaração de Jair Bolsonaro de 2008 (exposta abaixo), há a presença de uma palavra muito próxima ("o terror"). Contudo, ela foi acionada com significado e sentidos diametralmente opostos: como pulsão e fenômeno negativo a ser combatido. Conforme pode ser observado na seguinte passagem:

> Assim sendo, senhor Presidente, eu louco os militares que, em 1968, impuseram o AI-5 **para conter o terror** em nosso país, ato também apoiado pela mídia, apoiado pelo Supremo Tribunal Federal. **Mas eu louvo o AI-5 porque, pela segunda vez, colocou um freio naqueles de esquerda que pegavam em armas, sequestravam, torturavam, assassinavam e praticavam atos de terror em nosso país.** Dizem que o AI-5 fechou o Congresso Nacional dando poderes ao Executivo para legislar, assumir as nossas atribuições, via decreto-lei. Pergunto: qual a diferença entre decreto-lei e medida provisória? Nenhuma! Ou melhor o conteúdo que é muito importante. [481]

A declaração de Jair Bolsonaro exposta acima é datada de 12 de dezembro de 2008, um dia antes do marco de cinquenta anos da proclamação do Ato Institucional Número 5 (AI-5). Conforme o historiador Michel Gherman e a respeito de Bolsonaro, para não "deixar

---

2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

[481] Gherman, 2022, p. 37.

dúvidas sobre suas posições, ele externava, sempre que tinha oportunidade, sua admiração pelo golpe militar e pelas medidas repressivas do período".[482] Logo, essa declaração não destoa do repertório de Jair Bolsonaro, e nem do bolsonarismo, muito pelo contrário.

O AI-5 é um marco fundamental do endurecimento do regime militar e, além de ter sido "louvado", na perspectiva de Bolsonaro, o Ato "colocou um freio nos de esquerda" pela segunda vez, e "conteve o terror em nosso país".

Importante também iluminar a recorrência da palavra "terror" nesta fala e de seus sentidos nela. Nas duas vezes em que a expressão aparece, ela qualifica atos e ações praticados pelos opositores do sujeito que fala (Bolsonaro) frente aos seus iguais. Apesar da lógica ser enviesada, ela não é difícil de ser entendida: para os inimigos, tal como Dilma Rousseff, o pavor e os usos indiscriminados do terror e da violência, não são somente permitidos, como são desejados. Sujeitos como ela, "que praticavam atos de terror", podem ser desde desumanizados, até torturados e mortos. Sendo que a repressão e o pavor serviriam para contê-los tanto individualmente, como para destruir tudo aquilo que eles representavam.

Apesar de que, nesta última citação, o terror parecer ser algo a ser obliterado, o que ocorre na prática discursiva é exatamente o inverso: o terror é um elemento discursivo central para Jair Bolsonaro e, logo, no bolsonarismo por extensão. O que é percebido a partir destas operações de deslocamento: o terror pode tanto ser originário dos opositores contra os "cidadãos de bem", contra "o povo brasileiro"; assim, nestes contextos, o terror é terrível, é extremamente negativo. Mas, quando direcionados contra os opositores, a tortura, a morte, o pavor/ terror são armas que não somente são aceitas e possíveis, como qualificariam procedimentos importantes e necessários.

Neste mesmo sentido, existem diversas falas e declarações de Bolsonaro e daqueles que pertencem à sua conformação ideológica que poderiam ser analisadas e vistas sob esta mesma luz. Contudo, vou me ater aos exemplos aqui mencionados e avançar a discussão, pois esta reflexão, caso fosse estendida em todo seu potencial, renderia análises suficientes para uma outra tese.

O próximo tópico deste capítulo, exposto em termos "temporais", compreende tanto as movimentações de Jair Bolsonaro, como de seu agrupamento frente à sua campanha presidencial que resultou em sua eleição como presidente do Brasil em 2018, e abarca também o período do seu mandato presidencial (2019 – 2022).

Ainda que o recorte temporal adotado a princípio seja bem preciso, retornarei à imagens e declarações de momentos anteriores quando e caso seja necessário. No período

---

[482] Gherman, 2022, p. 37.

em questão, a conexão de Bolsonaro com a ditadura militar evidentemente não desaparece, mas ficam mais evidentes também outras referencias e valores que, para além do sujeito, atravessam a conformação ideológica compreendia como bolsonarismo.

Nesse sentido, ficam mais visíveis suas relações com os fascismos, e seu papel central dentro das movimentações de crescimento global e contemporâneo da extrema-direita. Há também, na sequência do capítulo, a maior possibilidade de tecer reflexões relativas as questões da cidade em si, especialmente pelo desaparecimento do termo (e logo da questão) nos discursos e nas narrativas da gestão pública durante o bolsonarismo. Tema este que será melhor desenvolvido na conclusão desta tese.

6.5 Brasil acima de tudo, Deus acima de todos

Tanto o enunciado que compõe o título desta seção, como o escopo das discussões a ele relacionadas catalisaram as primeiras questões que foram (e ainda são) fundamentais para que esta pesquisa existisse. A primeira vez em que o ouvi foi em 2016, na ocasião da votação do processo de *Impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, verbalizado pelo próprio Jair Bolsonaro e em tempo real. Escutei com enorme assombro a declaração do então deputado em sua totalidade, sendo que, primeiramente, o que mais me espantou não foi exatamente o conteúdo de sua fala, mas o fato dela poder ter sido dita em 2016.

Na minha percepção, naquele momento aconteceu uma quebra "civilizatória", pois, quando o deputado proferiu seu discurso em rede nacional, imediatamente, algo parecia ter sido rompido, assim como um limite claramente havia sido cruzado. Acompanhei a exibição do evento através de uma transmissão feita em uma praça pública na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Na ocasião, fora os ex-presidentes, eu conhecia pouquíssimos nomes de militares célebres associados ao período da ditadura militar que aconteceu no Brasil. Todavia, Bolsonaro, nesta fala, fez questão de se fazer entender sobre quem era Brilhante Ustra por referenciá-lo como "o pavor de Dilma Rousseff", logo depois de mencionar o ano de 1964.[483]

Este discurso de Jair Bolsonaro não deixou nenhuma dúvida: o deputado estava exaltando não apenas o período militar à "céu aberto", como explicitamente homenageava um torturador da ditadura, um homem capaz de gerar "pavor" em alguém, e no ano de 2016. Depois de sua fala e de seu voto, ele foi intensamente aplaudido e cumprimentado por outros deputados, enquanto parte dos presentes ficaram completamente estarrecidos, inconformados e protestaram com muita indignação.

---

[483] Bolsonaro, Jair *apud* Gherman, 2022, p. 81.

Qualifico tal ocasião como uma ocorrência que contribuiu para o deslocamento da figura de Jair Bolsonaro da posição de político excêntrico, polêmico e de extrema direita, mas que era “marginal”, um deputado de pouca relevância, pertencente ao “baixo clero”, para um outro lugar (mesmo que ainda na extrema direita). Durante o ano de 2016 até 2018, eu não entendia muito bem qual lugar exatamente seria este, mas passei a acompanhar o político com muita atenção, o que, naturalmente, não fiz sozinha.

Após a referida votação, setores consideráveis da população também ficaram indignados com a declaração do deputado, o que incluiu desde membros da sociedade civil, movimentos sociais, até políticos. As mídias convencionais deram larga atenção para o caso e, em sua maioria, deixavam evidente que, a despeito de não apoiarem a causa de Rousseff, Bolsonaro havia ido longe demais. Nos maiores veículos de comunicação do país circularam, com toda razão, acusações de que o então deputado era notoriamente “antidemocrático”.

Lembro com muita clareza a publicação de vários artigos, matérias em periódicos famosos e de reportagens em jornais exibidos em rede nacional e aberta exaltando tal ponto. Entretanto, mesmo concordando com tais acusações e com a gravidade delas, para mim havia um “detalhe” que parecia não estar sendo levado tão a sério como deveria. Este “pequeno” elemento embasava a frase final da declaração - “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” - proferida pouco antes do voto (do “sim”) de Jair Bolsonaro.

A frase em questão, a despeito da truculência contida em seus significados e referências, sintaticamente está estruturada por um interessante paralelismo e por repetições que favorecem sua sonoridade e clareza. Quando transcrita, a declaração inteira de Bolsonaro tem menos de dez linhas (contando com esta frase), e inscreve várias referências diretas e indiretas ao período militar. Assim, a finalização desta fala com a menção à Deus (com letra maiúscula) não destoa do conjunto.

Pensando em termos discursivos, alegorias como “Deus” e correlatas não somente eram presentes, como eram categorias e temáticas fundamentais que compunham o ideário e as narrativas que, em parte, fundamentaram o arcabouço ideológico da ditadura militar no Brasil. Porém, o conjunto conformado por “Deus”, escrito com letra maiúscula para indicar respeito, que estava acima de todos e, logo, da população em geral, foi criado e expresso reproduzindo a estrutura já existente na primeira oração que compõe o enunciado em questão – “Brasil acima de tudo”.

Por sua vez, a frase “Brasil acima de tudo”, mais do que uma inspiração para a segunda oração, e do seu teor bastante nacionalista, mesmo em 2016, estava longe de ser novidade, ou uma fala “original”. Tal afirmação pode ser feita não somente pelo fato de que o enunciado completo - “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” - é reconhecido como um estabelecido grito de guerra dos paraquedistas do exército brasileiro, categoria a qual

Jair Bolsonaro pertenceu antes de entrar na política. Como ainda, pela nítida referência ao emblema da Alemanha durante o nazismo - "*Deustchland über alles*" - que, em tradução direta, significa "Alemanha acima de tudo".

A semelhança entre as duas frases é indiscutivelmente evidente, assim como a sentença original é globalmente conhecida, sobretudo a partir da instauração do partido nazista no mais alto cargo da gestão pública alemã. Porém, mesmo considerando suas origens, o enunciado de Bolsonaro, além de proferido em rede nacional numa importante ocasião, posteriormente, foi acionado em outras falas do político, como depois virou seu "*slogan*" de campanha como candidato à presidência da república. Por fim, a frase figurou tristemente como o mote da gestão presidencial do mesmo que ocorreu durante 2019 até o último dia de 2022.

Na minha perspectiva, tal enunciado é extremamente importante, não só pela sua circulação e por seus empregos/funções, como por coagular muito do conjunto de ideias historicamente articuladas pelo próprio Jair Bolsonaro, como do bolsonarismo de forma geral.

Neste sentido, o historiador Michel Gherman discute as empreitadas de colonização dos sujeitos judeus e do judaísmo pelo bolsonarismo. Para tanto, ele parte do evento que recebeu Jair Bolsonaro como palestrante em um clube judaico, na Hebraica localizada no bairro Laranjeiras da cidade do Rio de Janeiro, no ano de 2017. Gherman, além de refletir sobre o bolsonarismo, analisa com especial atenção o evento em questão, qualificando o discurso que Bolsonaro realizou na ocasião como "o manifesto de lançamento do bolsonarismo".[484] Como não poderia deixar de ser, a fala de Bolsonaro deste dia, 03 de abril de 2017, também foi finalizada com o enunciado "Brasil acima de tudo, Deus acima de todos".

A fala na Hebraica aconteceu com uma duração muito maior do que a referida fala de 2016. Podendo assim contemplar um longo escopo, o que permitiu a exposição de outros pontos de força que são centrais no bolsonarismo, e que não apareceram na declaração do voto do *Impeachment* apresentada por Bolsonaro em 2016. Tais pontos são relacionados com uma larga diversidade de preconceitos que vão desde o racismo, empregado também para vários grupos, entre eles das populações originárias, até à xenofobia, no caso direcionada aos refugiados africanos residentes no Brasil à época.

Todavia, este "manifesto inaugural" (para usar as palavras de Gherman), que foi proferido em 2017, só foi possível depois da declaração do voto de Bolsonaro que aconteceu um ano antes, em abril de 2016. A repetição da mencionada frase, que

---

[484] Gherman, 2022, p. 104.

representou a manutenção de um mesmo fim para declarações do político em ocasiões muito diferentes, não aconteceu por acaso. Muito pelo contrário. Este procedimento pode se justificar não somente pelo fato da frase ser importante, representar e sintetizar muitas das ideias do bolsonarismo, como também ressoa o próprio estilo narrativo, e a estratégia de comunicação desta conformação, calcados na repetição constante de elementos básicos.

Mesmo considerando a importância desta frase, e inclusive de sua exaustiva repetição, não posso deixar de mencionar a crueldade presente na ação de acionar referências nitidamente nazistas no interior de uma instituição judaica, e frente à uma plateia quase que totalmente conformada por judeus. Para maiores aprofundamentos na questão, como também a respeito do evento em si, recomendo a leitura do livro, aqui já mencionado, "O não judeu judeu: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo" de Michel Gherman, cuja primeira edição é de 2022.

Na segunda parte deste capítulo, estão mapeados e estudados mais do que os elementos pertencentes aos fascismos históricos quando eles estão (re)configurados de maneiras mais evidentes em conformações contemporâneas, sobretudo no bolsonarismo. Mesmo que o objetivo principal deste item (6.5) seja de estabelecer as reflexões através das apresentações de tais tipos de elementos, uma vez que eles são mais fáceis de serem identificados, e que eles foram muito recorrentes na gestão pública brasileira entre 2019 até 2022.

Foca-se então, especialmente, naquilo do passado que parece figurar sem muitas alterações no presente, entremeado ao que parece novidade, para se pensar sobre o que tais incidências podem significar na contemporaneidade, para além de serem "homenagens" explícitas, ou meras repetições. Há grande interesse na colaboração de construções de hipóteses e de argumentos que auxiliem nas reflexões coletivas sobre como isso foi possível, de como chegamos a este ponto[485] e quais as possibilidades de caminhos futuros.

Para além do exemplo já discutido e que nomeia o tópico, neste item (6.5) também serão analisadas outras referências explícitas que acontecem/aconteceram no bolsonarismo e que, ao mesmo tempo, pertencem ao escopo dos fascismos históricos e, com maior ênfase e em outros termos, ao repertório discursivo nazista. A centralidade na variante alemã só acontece em decorrência das qualidades dos materiais empíricos examinados.

---

[485] A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 fez surgir uma pergunta bastante frequente para muitos brasileiros, para muito além do campo acadêmico: como isto foi possível? Um político com quase trinta anos de carreira, sem muita expressão no cenário nacional, fora por escândalos; assim como um sujeito com posicionamentos claramente problemáticos e com evidente impostura, com uma indisfarçável vocação antidemocrática e com interlocuções com o repertório do nazismo, se tornou presidente da república.

Como procedimento metodológico e como ponto de partida, serão examinadas as intercorrências passíveis de serem classificadas como muito diretas e óbvias entre os fascismos históricos e o bolsonarismo, assim como é o enunciado que intitula esta seção. Para que, desta maneira, não recaiam dúvidas das semelhanças entre os objetos empíricos confrontados, o que permite que, na sequência, construções de diagnósticos mais complexos aconteçam.

Como de regra, o material fundamental das análises aqui operadas reside nos domínios das palavras (faladas ou escritas), assim como é retirado de imagens, vídeos e fotografias, ou seja, de elementos distintos passíveis de serem acionados para comunicação. Na próxima seção deste capítulo, serão observadas confluências do bolsonarismo com a variante italiana dos fascismos históricos, em conjunto com mais elementos do nazismo, desta vez através de conexões um pouco mais indiretas a princípio, mas talvez mais relevantes.

Assim, voltemos então para a frase que, ao mesmo tempo, referencia a ditadura militar brasileira, o nazismo alemão, como é também um grito de guerra dos paraquedistas do exercito brasileiro. Sendo ela recorrente em discursos variados de Jair Bolsonaro, mote central de sua campanha presidencial, lema de sua gestão e, de alguma maneira, dotada da capacidade de “condensar” muito do bolsonarismo.

A imagem abaixo (figura 01) foi retirada do endereço eletrônico “Bolsonaro.com.br” no dia 10 de outubro de 2020, período em que Jair Messias Bolsonaro era presidente do Brasil. Mesmo sendo um *site*, um endereço eletrônico pessoal, mais do que a foto de Jair Bolsonaro, os elementos centrais da peça gráfica são a bandeira do Brasil ao fundo e, em primeiro plano e em destaque, está a frase em questão. No momento exato de escrita deste capítulo, também em outubro, mas de 2023, nem a imagem, nem o *site* estão mais disponíveis para acesso público.

Figura 01 – Imagem retirada do endereço eletrônico de Jair Bolsonaro. Disponível em: http://bolsonaro.com.br . Acesso em: 10 de outubro de 2020.

A despeito do domínio que abriga o endereço eletrônico não estar mais ocupado no ano de 2023, o enunciado “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” não estava somente neste lugar, como continua sendo proferido. Além de presença constante em discursos e em mídias pertencentes ao político, ou de expoentes do bolsonarismo no geral, o enunciado ainda figurou em documentos e imagens oficiais associados ao Estado brasileiro, no mínimo, entre 2019 até 2022.

Ainda que sua associação com uma frase muito célebre acionada na linguagem alemã durante o III *Reich (“Deutschland über alles”)* seja evidente, não encontrei registros de que isso tenha sido abordado diretamente nem por Bolsonaro, nem por membros da sua conformação ideológica. Imagino que isto se justifique não somente por uma fuga da associação espinhosa, mas, sobretudo pelo fato de também existir a possibilidade de conexão o enunciado como originário de um lema dos paraquedistas do exército brasileiro, divisão militar a qual Jair Bolsonaro pertenceu. Quando Bolsonaro se tornou presidente da república, vários veteranos desta divisão prestaram contundente, constantes e explícito apoio ao político. O que é ilustrado na imagem abaixo (figura 02) de maio de 2020.

Figura 02 – Legenda retirada na integra do contexto original na qual foi publicada, em conjunto com a imagem. “Na rampa do palácio do Planalto, em Brasília, Bolsonaro recebe um grupo de veteranos militares paraquedistas, que estendem o braço direito em saudação ao presidente. Juntos, oraram e fizeram flexões. O vídeo foi divulgado em redes bolsonaristas no dia 17 de maio de 2020. (*Reprodução/ YouTube Renova Mídia*)”.[486]

[486] Schwarcz, Lilia Moritz. Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais do poder. **Revista de fotografia Zum Quarentena do Instituto Moreira Salles.** Publicado: 06 de julho de 2020. Acesso: 15 de

A imagem acima (figura 02), assim como a próxima (figura 03) são recortes de vídeos retirados da plataforma *YouTube*. Por sua vez, ambas imagens e as suas legendas foram extraídas do artigo “Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais do poder”, da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, publicado em julho 2020. Lilia Schwarcz apresentou uma sagaz reflexão a partir do que enunciou como da “eficácia política do poder simbólico”.[487] Neste sentido, Schwarcz narrou como o uso de símbolos tem um papel central em “lógicas de poder”, construindo sua análise com imagens associadas à figura do próprio Jair Bolsonaro, de sua equipe e de seus apoiadores, quando Jair Bolsonaro era presidente do Brasil (2019 – 2023). Este repertório foi colecionado durante seu mandato ainda em curso, no seu primeiro um ano e meio, quando o artigo foi publicado.

Figura 03 – Legenda retirada na integra do contexto original, em conjunto com a imagem. “Um grupo de apoiadores saúda o presidente com o braço direito estendido, em frente ao palácio da Alvorada, dia 8 de maio de 2020. O objetivo do gesto, de acordo com portais cristãos, é “abençoar, pedir a intercessão de Deus, pedir a cura de um doente ou a presença do Espírito Santo em alguma pessoa”. (*Reprodução/ CNN Brasil*)”. [488]

---

outubro de 2023. Disponível em: https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/?fbclid=IwAR3tXLegTR7StXvBIbFLjWS-sQPONrKM7FcBn-lah6ZJRwZpY-zd1nZqb-M

[487] Tal formulação foi composta pela troca de termos do fenômeno social apreendido pelo sociólogo Émile Durkheim (“a eficácia simbólica do poder político”), nas décadas finais do século XIX, como indicou a autora (Schwarcz, 2020).

[488] Schwarcz, Lilia Moritz. Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais do poder. **Revista de fotografia Zum Quarentena do Instituto Moreira Salles.** Publicado: 06 de julho de 2020. Acesso: 15 de outubro de 2023. Disponível em: https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/?fbclid=IwAR3tXLegTR7StXvBIbFLjWS-sQPONrKM7FcBn-lah6ZJRwZpY-zd1nZqb-M

Em comum, os dois *frames*/recortes de vídeos mostram cenas muito semelhantes, sendo que as duas aconteceram em maio de 2020, em arredores de edifícios públicos na cidade de Brasília, capital federal brasileira. A segunda delas (figura 03), logo acima deste parágrafo, ocorreu em frente ao palácio do Alvorada e mostra um grupo genérico de apoiadores de Jair Bolsonaro. Enquanto a primeira das imagens exibidas (figura 02), registra um momento que aconteceu na rampa do palácio do Planalto. Nela é possível ver o então presidente de costas e um grupo de paraquedistas o "saudando".

Além da presença de Jair Bolsonaro, na época presidente da república, e um grupo de apoiadores, as cenas tem um outro elemento crucial em comum: o gesto realizado pelos sujeitos frente à Jair Bolsonaro que está posicionado como seu líder/quem recebe a "saudação". Este gesto pode ser lido tanto como um ato de referência extrema, um sinal de respeito, ou então como uma movimentação retirada de manifestações religiosas, mas, não por acaso, é também perigosamente semelhante à saudação típica do fascismo italiano e ao "*Sieg Heil*".

Em tradução direta para o português, a expressão em alemão "*Sieg Heil*" significa algo como "salve à vitória". Tal expressão nomeia ainda o gesto de saudação realizado na Alemanha durante o governo nazista, e normalmente era conjugado com a também célebre frase "*Heil Hitler*". O registo exibido abaixo (figura 04), localizado no *Reichstag* durante o *III Reich*, mostra Adolf Hitler quase ao centro, enquanto os presentes executavam o gesto.

Figura 04 – *Sieg Heil* executado durante o governo nazista. Registro localizado em salão interno do *Reichstag*, com a figura de Adolf Hitler ao centro. Ao fundo, a grande águia dourada carregando o símbolo da suástica, assim como outra suástica decora a parede lateral. Disponível em: https://forward.com/culture/518531/sieg-heil-fascist-nazi-salute-history/. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

Independente dos motivos, é, no mínimo estranho, que um grupo específico (os paraquedistas do exército brasileiro) se aproprie simultaneamente de dois elementos muito emaranhados ao repertório do nazismo. O fato de um presidente em exercício não somente ser conivente com a ação, como se apropriar delas em seus discursos e em seus procedimentos rotineiros ligados ao Estado é ainda mais alarmante.

Em conjunto com os dois modelos de manifestações populares aqui expostos, que não são exemplos de pouca relevância, outras confluências aconteceram com vinculo ao aparelho do Estado brasileiro, para além de falas e ações de Jair Bolsonaro e de seus apoiadores. No processo de corrosão da gestão pública brasileira por elementos que, ao mesmo tempo, nitidamente pertenciam aos fascismos históricos, como também estavam conformando o bolsonarismo, ainda existem mais dois exemplos de grande destaque. Neste sentido, o ano de 2020 representou um triste marco.

Além do segundo ano do mandato presidencial de Jair Bolsonaro, 2020 foi o primeiro ano da pandemia de Covid – 19. Não serão aprofundadas nesta tese reflexões sobre as medidas desastrosas do governo brasileiro, capitaneado por Bolsonaro, em relação à pandemia; assim como o foco aqui não é quantificar a violência a qual a população brasileira foi submetida.

Conforme é de amplo conhecimento, as recomendações da OMS (Organização Mundial de Saúde) era de que, durante os períodos mais críticos da pandemia, o máximo de restrição do convívio social acontecesse, independente do país. Já as indicações de Bolsonaro, que irradiaram nas instâncias federais da gestão pública para outros entes federados, sempre foram opostas. Em maio de 2020, o Brasil atravessava uma dura fase da pandemia, com um número alarmante e crescente de mortes.

Foi neste contexto que a seguinte imagem (figura 05) foi retirada da mídia sócio-técnica que, na época, se chamava *Twitter*. Ela representa uma publicação (um *tweet*) do perfil oficial da Secretaria Especial de Comunicação Social (*SeCom*) da Presidência da República do Brasil que foi realizada no dia 9 de maio de 2020. A publicação é composta de um texto e de uma imagem que contém um texto em destaque e, entre outros dizeres, está a frase “O trabalho, a união e verdade nos libertará”.

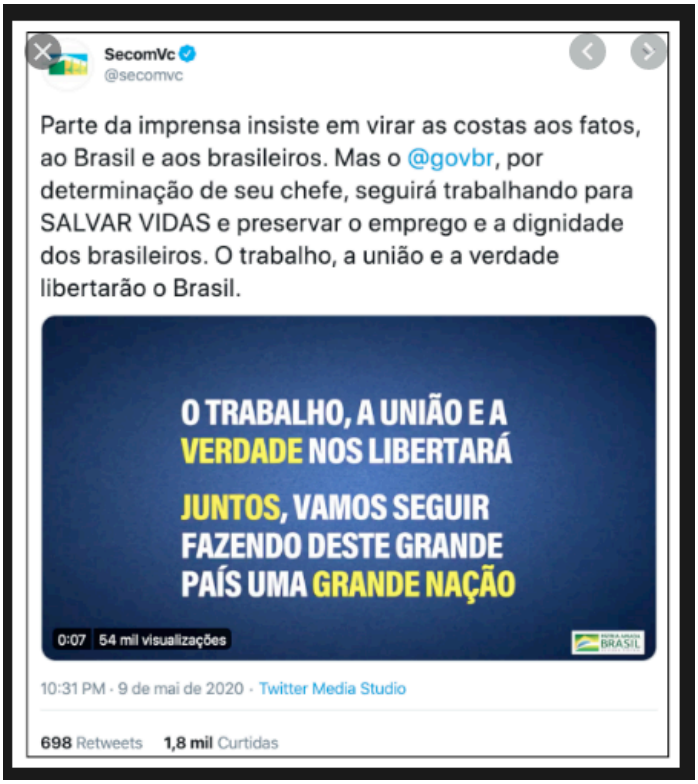


Figura 05 – Publicação da Secretaria Especial de Comunicação Social (SeCom) da Presidência da República, realizada em 09 de maio de 2020. Fonte: Motta, Anaís. Secom usa lema associado ao nazismo para divulgar ações, mas nega relação. UOL, em São Paulo. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/10/secom-usa-lema-associado-ao-nazismo-para-divulgar-acoes-contra-a-covid-19.htm. Acesso: 10 de outubro de 2020/ 16 de outubro de 2023.

Tal como foi apresentado e discutido na seção desta tese nomeada como “Berlin/Germânia”, parte da frase principal do informe da Secretaria de Comunicação faz alusão à outra célebre frase, cujo vinculo com o Estado nazista é inegável. Em tradução para o português, “o trabalho liberta”, do original “*Arbeit macht Frei*” não somente era um enunciado importante pertencente à linguagem do *III Reich*, como também foi forjado em ferro em diversos campos de concentração, tais como em Auchswitz, localizado em Oświęcim, na Polônia (ver figura 06). Mais exemplos desta evidencia constam no item 4.2.2 *Arbeit* (trabalho) do terceiro capítulo.

Figura 06 – Portão de entrada do complexo de campos de concentração Auschwitz em Oświęcim, Polônia. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/10/secom-usa-lema-associado-ao-nazismo-para-divulgar-acoes-contra-a-covid-19.htm. Acesso: 10 de outubro de 2020/ 16 de outubro de 2023.

Ao contrário do que normalmente acontecia com as declarações polêmicas e problemáticas de Jair Bolsonaro (silêncio absoluto); neste caso, alguns representantes da *SeCom* comentaram o caso, após várias manifestações de repúdio vindas de setores diversos da população. O portal brasileiro de notícias *online* UOL, na ocasião e assim como tantos outros veículos de comunicação, publicou uma matéria apontando e criticando esta óbvia conexão. Segundo informações divulgadas em outra matéria do mesmo periódico, poucos dias após o ocorrido e também sobre o tema, "a reportagem do UOL pediu um posicionamento da secretaria sobre a publicação e não obteve retorno" (a secretaria, no caso, é a *SeCom*).[489]

Porém, a despeito da ausência de respostas individuais, a equipe da *SeCom* se posicionou publicamente, o que aconteceu no dia 11 de maio de 2020. No seu perfil da plataforma *Twitter,* o mesmo no qual foi publicada o conjunto exposto pela figura 05, a equipe da *SeCom* apresentou a seguinte declaração:

[489] Motta, Anaís. Secom usa lema associado ao nazismo para divulgar ações, mas nega relação. **UOL**, em São Paulo. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/10/secom-usa-lema-associado-ao-nazismo-para-divulgar-acoes-contra-a-covid-19.htm. Acesso: 10 de outubro de 2020/ 16 de outubro de 2023.

> Repudiamos veementemente qualquer associação desta postagem com quaisquer **ideologias totalitárias e genocidas**. O **Estado Brasileiro** sempre foi um grande **parceiro da comunidade judaica, bem como do Estado de Israel**, como provam os fatos, para além das ilações forçadas e maldosas. (grifos da autora)[490]

Ainda no mesmo dia, o Secretário Chefe da *SeCom* na época, Fábio Wajngarten, publicou, em sua página pessoal também localizada na plataforma *Twitter*, o texto que segue adiante:

> É impressionante: toda medida do governo é deformada para se encaixar em narrativas. Na campanha, faziam **suásticas** fakes; agora, se utilizam de analfabetismo funcional **para interpretar errado um texto e associar o governo ao nazismo, sendo que eu, chefe da Secom, sou judeu!** (grifos da autora)[491]

Ambas declarações são reativas e, cada qual à sua maneira, negam o vínculo e à referência ao repertório nazista presente na declaração da *SeCom* do dia 09 de maio de 2020. Também em comum, os dois textos acionam o judaísmo. Seja de forma direta, através da reinvindicação da identidade judaica, como fez Wajngarten; seja pela reinvindicação de vínculos mais indiretos, como no caso do texto da *SeCom* que aciona a parceria e o respeito pela "comunidade judaica" e com o "Estado de Israel".

Entre outras razões, tal prática tem o potencial de gerar uma espécie de "salvo conduto", e revela a intenção de livramento automático da vinculação ao nazismo, sem que haja necessidade de que ocorram discussões sobre os conteúdos vinculados. Importante destacar que, nas duas declarações, as menções aos elementos variados do universo do judaísmo parecem substituir desde pedidos de desculpa, até apresentações de argumentos que retirem ou debatam minimamente as acusações feitas. Se a frase "o trabalho, a união e a verdade nos libertará" não foi inspirada nos portões de Auschwitz e de outros campos de concentração/trabalho/extermínio nazistas, por que então não dizer de onde ela veio?

No mais, mesmo com muitas semelhanças de forma, estilo e conteúdo, as declarações-respostas têm algumas diferenças importantes. A de Wajngarten, mais direta,

---

[490] SeCom via *Twitter*, 11 de maio de 2020. Fonte: Motta, Anaís. Secom usa lema associado ao nazismo para divulgar ações, mas nega relação. **UOL**, em São Paulo. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/10/secom-usa-lema-associado-ao-nazismo-para-divulgar-acoes-contra-a-covid-19.htm. Acesso: 10 de outubro de 2020/ 16 de outubro de 2023.

[491] Fábio Wajngarten via *Twitter*, 11 de maio de 2020. Fonte: Motta, Anaís. Secom usa lema associado ao nazismo para divulgar ações, mas nega relação. **UOL**, em São Paulo. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/10/secom-usa-lema-associado-ao-nazismo-para-divulgar-acoes-contra-a-covid-19.htm. Acesso: 10 de outubro de 2020/ 16 de outubro de 2023.

apresenta mais ênfase na negação. Assim, o Secretário Chefe tanto se apresentou como judeu, para desqualificar a acusação e quem o acusa ao mesmo tempo, como ainda deslocou a associação com o nazismo da mensagem para quem consegue ver a conexão. Os deslocamentos de sentido e de "peso" daquilo que foi dito/ escrito, apesar de frequentes na linguagem do bolsonarismo, neste exemplo, ocorre de maneira um pouco distinta dos casos aqui já analisados.

Apesar de que o objetivo deste tipo operação ser normalmente o mesmo – de retirar a valoração negativa da mensagem – na fala de Wajngarten há uma especificidade. O chefe da *SeCom* é incisivo para desqualificar quem vê o óbvio. Assim, Wajngarten faz acusações contundentes destes sujeitos manipularem mentiras e elementos falsos, como ainda de se utilizarem "de analfabetismo funcional para interpretar errado um texto" (sic).

Neste sentido, não há necessidade de se fazer interpretação alguma da declaração presente no *Tweet* da *SeCom* do dia 9 de maio, uma vez em que é só identificar os elementos. O que também não é difícil, uma vez em que o enunciado "*Arbeit macht Frei*" ("o trabalho liberta") é muito conhecido. Logo, a especificidade da estratégia da réplica de Wajngarten está no fato de que ela não é centrada na mensagem, como aconteceu nos casos previamente demonstrados aqui, uma vez em que ela direciona seu foco para receptores. Neste processo, então, aquilo que foi dito mantém seu conteúdo e a sua importância intacta, pois, o "deslocamento" aconteceria na interpretação "errada" da mensagem que só pode ser operada por alguns de seus receptores.

Assim, o "problema" estaria nos que "interpretam errado", e não na mensagem em si, no seu conteúdo e, muito menos, em quem a disse. Tal tipo de operação é bastante acionada em outras conformações associadas com conformações de extrema-direita na contemporaneidade. A cientista política Wendy Brown se refere a este procedimento pela metáfora contida na expressão "apito de cachorro", e que foi apresentada em sua obra "As ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente".

Apitos de cachorro são dispositivos que emitem sons somente em uma frequência específica. Esta frequência, inaudível aos ouvidos humanos, é perfeitamente captada pela audição da espécie canina. Na perspectiva de Brown, as extremas-direitas ao longo do globo se apropriam amplamente desta estratégia na atualidade. Assim é possível dizer, de forma codificada, aquilo que é indizível em público, e até passível de acusações criminais, caso seja dito publicamente. Como exemplo desta prática, grupos neonazistas, ao invés de pronunciarem a saudação "*Heil Hitler*", codificam o H pelo número que este representa no alfabeto (8). Desta forma, o número 88 é uma espécie de forma contemporânea e codificada de repetir, às escondidas, a expressão nazista "*Heil Hitler*".

Quem reconhece o que significa o duplo oito, somente pode ser aquele que conhece a "chave" do código. Normalmente, quem sabe ler estes símbolos escondidos são aqueles

que compactuam, ou, no extremo oposto, quem pesquisa o tema/combate esse tipo de ideologia. Desta forma, fica fácil não somente passar desapercebido, como também acusar aquele que denuncia a mensagem, por conseguir "ver" a referência nazista, dele próprio ser o nazista.

Todavia, o desencadeamento dos argumentos apresentados, depois do primeiro *tweet* da *SeCom,* não permite essa "sofisticação". Uma vez em que não há sutileza alguma na alusão inicial, logo, não há nada escondido na situação. A referência acionada foi apresentada de forma muito direta. Ainda assim, as réplicas, tanto da *SeCom*, como a de Fábio Wajngarten, argumentam que o nazismo estaria nos "olhos de quem vê" e não na mensagem, tal como ocorre no procedimento representado pela expressão "apito de cachorro".

O texto completo do *Tweet* da *SeCom* original, sintetizado pelo trecho "o trabalho, a união e a verdade nos libertará", nos permite pensar ainda no uso recorrente da pauta do trabalho pelo próprio Bolsonaro, e no bolsonarismo em si, durante o mandato presidencial do mesmo (2019 – 2022). Assim como ocorreu na variante do fascismo operante na Alemanha, conforme já discutido nesta tese, tal pauta também foi bastante cara ao bolsonarismo no período mencionado, especialmente durante a pandemia.

Em relação à temática do trabalho no bolsonarismo, aciono a argumentação do cientista político brasileiro Miguel Lago para comentá-la brevemente. Lago analisa as estratégias discursivas de Jair Bolsonaro empregadas durante a pandemia de Covid-19. Em sua perspectiva, a pauta do trabalho, da forma em que foi mobilizada, revela uma tentativa de desresponsabilização dupla da parte de Bolsonaro.[492]

Assim, recorrentemente Bolsonaro ia ao contrário das recomendações da OMS para que a população ficasse em casa, evitando assim o aumento da transmissão da doença e o aumento do número de mortes ocasionadas por ela. Apesar do incentivo para que a população brasileira saísse de casa e trabalhasse, tanto a situação econômica brasileira se tornou desastrosa, como houve um empobrecimento severo e massivo da população.

O incentivo ao trabalho, na perspectiva de Lago, funcionaria como uma demonstração de enfrentamento desta questão pela gestão publica capitaneada por Jair Bolsonaro.[493] Nesta lógica, a crise econômica pode ter existido, mas ela não seria culpa do presidente, e sim daqueles que vão contra o "trabalho". No mais, no mesmo gesto, à sua maneira, ela evoca a união da população de uma forma geral para enfrentar a pandemia, ainda que a revelia das recomendações da OMS.

---

[492] Lago, 2022, p. 43.

[493] Lago, 2022, p. 43.

Portanto, nem o desastre econômico, nem as mortes em decorrência da Covid-19, ficariam sobre a responsabilidade de Bolsonaro. Uma vez em que ele e sua equipe, o que contempla evidentemente a Secretaria de Comunicação, indicaram instruções claras. O trabalho seria a solução. Mas, que culpa teria o presidente se tantos vão em oposição à necessidade de trabalhar e, logo, ao crescimento do país? Que culpa teria também o presidente frente às mortes causadas por uma pandemia?

Conforme o resto do texto do *Tweet* da *SeCom* do dia 09 de maio de 2020, o objetivo do governo, que foi posto em letras maiúsculas, seria de "salvar vidas". Importante destacar o fato de que, por tal perspectiva, as vidas brasileiras deveriam ter sido "salvas" pelo trabalho, e não pelo prosseguimento das recomendações da OMS, por exemplo. Prática que, conforme os dados estatísticos dispostos no endereço eletrônico do governo brasileiro "Painel Covid" (ainda que subdimensionados) indicam, foi muito malsucedida.[494]

Portanto, a macabra referência à frase que, recorrentemente compunha os portões de entrada dos campos de concentração comandados pelo governo alemão durante o nazismo, nos quais um número enorme de pessoas fora dizimado, parece ter se tornado uma espécie de previsão de um futuro fúnebre para os brasileiros em 2020.

Por fim, como já foi dito, no Brasil, o ano de 2020 é distinguido por dois tristes marcos. O primeiro deles é relativo ao começo da pandemia de Covid-19, compartilhado com o resto do mundo. Enquanto o segundo, é relativo à presença significativa de elementos discursivos originários do repertório do nazismo na gestão pública brasileira conformada pelo bolsonarismo.

O último dos objetos empíricos que é relativo ao escopo deste item, reservado às alusões óbvias aos fascismos históricos, sobretudo do alemão, contempla uma produção áudio visual realizada pela Secretaria de Cultura do governo de Jair Bolsonaro. Esta produção é uma propaganda, que foi exibida no dia 16 de janeiro de 2020, e que foi protagonizada pelo então Secretário de Cultura do governo Bolsonaro, o dramaturgo Roberto Alvim. Graças à repercussão negativa da ação, Alvim foi demitido e substituído pela atriz Regina Duarte.[495]

Na propaganda, Roberto Alvim está sentado com postura e indumentárias solenes, em um simples gabinete que constava com uma escrivaninha, na qual há uma espécie de cruz e, ao fundo, uma bandeira do Brasil e um quadro com Jair Bolsonaro, então presidente

---

[494] Corona Vírus Brasil. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/ .Acesso em: 27 de novembro de 2023.

[495] Alessi, Gil. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. **El país Brasil.** São Paulo, publicação 17 de janeiro de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

da república. O recorte da cena pode ser visto na figura 07. Enquanto faz seu pronunciamento, há uma música clássica tocando ao fundo.

Figura 07 – Legenda retirada na integra do contexto original, em conjunto com a imagem. “Pronunciamento do então Secretário especial da Cultura, Roberto Alvim, realizado dia 16 de janeiro de 2020, quinta-feira. (*Reprodução YouTube/ Jornal Grande Bahia*)”. [496]

A princípio, a propaganda causa um imenso estranhamento. Pois, além de excessivamente formal, ela parece destoar dos padrões comunicativos frequentemente acionados pela gestão pública brasileira na contemporaneidade. Assim como, a fala do Secretário, aparentemente, não comunica nada de relevante em primeira vista. Nas palavras da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz, este “vídeo foi divulgado pelo governo para anunciar o Prêmio Nacional das Artes, projeto no valor de mais de 20 milhões de reais, e os planos da secretaria para os próximos anos”. No vídeo, Alvim diz:

> A arte brasileira da próxima década **será heroica e será nacional**. Será dotada de grande capacidade de envolvimento emocional e será **igualmente imperativa** [...] **ou então não será nada**.[497]

[496] Schwarcz, Lilia Moritz. Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais do poder. **Revista de fotografia Zum Quarentena do Instituto Moreira Salles.** Publicado: 06 de julho de 2020. Acesso: 15 de outubro de 2023. Disponível em: https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/?fbclid=IwAR3tXLegTR7StXvBIbFLjWS-sQPONrKM7FcBn-lah6ZJRwZpY-zd1nZqb-M

[497] Alvim, Roberto (janeiro de 2020) via Alessi, Gil. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. **El país Brasil.** São Paulo, publicação 17 de janeiro de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-

A fala do Secretário Especial de Cultura do governo de Jair Bolsonaro, Roberto Alvim, realizada no Brasil e em 2020, é praticamente idêntica à uma declaração datada de março 1933, nos primeiros meses depois da ascensão de Adolf Hitler como Chanceler na Alemanha. A declaração em questão foi realizada pelo Ministro da Educação Popular e Propaganda do governo nazista (*Reichsminister für Volksaufklärung und Propaganda*), Joseph Goebbels que declara que:

> A arte alemã da próxima década **será heroica**, será ferrenhamente romântica, será objetiva e livre de sentimentalismo, **será nacional** com grande páthos e **igualmente imperativa** (...) **ou então não será nada**.[498]

A cópia presente na fala de Alvim é tão manifesta que dispensa análises mais profundas. Assim como nos outros exemplos retratados nesta seção, não há sutileza, pois, a fonte é evidente. Além do conteúdo da fala do Secretário, a composição visual da propaganda ressoa as imagens conhecidas de Joseph Goebbels, quando ministro do governo nazista, trabalhando em seu gabinete, como ilustra a fotografia abaixo (figura 08).

Figura 08 – Legenda retirada na integra do contexto original, em conjunto com a imagem. “Joseph Goebbels em seu gabinete de trabalho, em março de 1933 (*bpk/ atelier bieber/nather*)”.[499]

---

discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

[498] Goebbels, Joseph (março de 1933) via Alessi, Gil. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. **El país Brasil.** São Paulo, publicação 17 de janeiro de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

Ao contrário da postura padrão de Jair Bolsonaro e mais alinhado à postura de Fábio Wajngarten, Roberto Alvim tentou se justificar. Em suas redes sociais, o então Secretário de Cultura afirmou a semelhança se tratar de uma "coincidência retórica", e que não citou Goebbels e que "jamais o faria".[500] Pouco depois, para o periódico O Estado de São Paulo, Alvim declarou que "a origem [da frase] é espúria, mas as ideias contidas da frase são absolutamente perfeitas", afirmando, na sequência, "eu assino embaixo".[501]

Depois de ter assumido que a referência original de sua declaração era, de fato, uma declaração de um ministro nazista, mas que, ainda assim, concordava plenamente com suas ideias (inclusive a ponto de citá-las), Roberto Alvim complicou ainda mais sua narrativa em relação ao ocorrido. Em uma entrevista concebida a um programa na emissora de rádio brasileira chamada Rádio Gaúcha, ele apresentou outra versão.

Nesta terceira versão, Roberto Alvim voltou a falar que a cópia declarada por ele foi uma "infeliz coincidência retórica", e que o discurso nazista e original foi encontrado por sua equipe em buscas na *internet*, usando os termos chave "nacionalismo em arte".[502] O ex-Secretário, na entrevista, assumiu a autoria de "90% do texto lido" o que, em sua conta, excluía exatamente os trechos copiados da fala de Joseph Goebbels.[503]

Como se não bastasse as contradições já feitas e para finalizar o assunto, Roberto Alvim afirmou em suas redes sociais que:

> Se soubesse da origem da frase, jamais a teria dito. Tenho profundo repúdio a qualquer **regime totalitário**, e declaro minha **absoluta repugnância ao regime nazista**.[504]

Além de assumir o uso de elementos pertencentes ao repertório nazista em sua declaração, Alvim também declarou o seu desprezo ao regime nazista, e por consequente, a este ideário. Ele também pediu desculpas para a comunidade judaica e afirmou ter colocado

---

[499] Schwarcz, Lilia Moritz. Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais do poder. **Revista de fotografia Zum Quarentena do Instituto Moreira Salles.** Publicado: 06 de julho de 2020. Acesso: 15 de outubro de 2023. Disponível em: https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/?fbclid=IwAR3tXLegTR7StXvBIbFLjWS-sQPONrKM7FcBn-lah6ZJRwZpY-zd1nZqb-M

[500] Alessi, Gil. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. **El país Brasil.** São Paulo, publicação 17 de janeiro de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

[501] Alvim, Roberto (2020) via Alessi, Gil.

[502] *Idem.*

[503] *Idem.*

[504] *Idem.*

seu “cargo à disposição”[505] de Bolsonaro. O que indica a tentativa do Secretário de, no mesmo ato, se livrar da responsabilidade da fala, e de retirar a conexão de Jair Bolsonaro com a sua declaração. Ainda que a origem da declaração tenha sido reconhecida, o pedido de desculpas feito por Alvim foi estruturado para isentar os sujeitos responsáveis pela propaganda, especialmente dos que poderiam ser associados especialmente com Jair Bolsonaro.

Na época de todos os eventos ocorridos e narrados nesta seção, Jair Bolsonaro permaneceu em silêncio, inclusive depois, Bolsonaro também não mencionou e retornou aos episódios. Em consonância com a perspectiva hegemônica das principais referências da vertente francesa que conformam o campo da Análise de Discurso, pode se afirmar que seu silêncio comunica bastante.

Sobretudo quando Bolsonaro foi presidente da república, ao invés de se manifestar e, na melhor das expectativas, de repudiar a gravidade da presença de elementos nazistas em falas próprias ou em instâncias de sua responsabilidade, ele permaneceu em contínuo e inabalável silêncio. Em tais casos, o não dito, mais do que negligência, ou desleixo, comunica uma espécie de concordância. Ainda que uma concordância não verbal e passiva, a ausência de manifestação e/ou repúdio para eventos que não poderiam ser ignorados, significa mais posturas coniventes e de aceitação do que qualquer outra coisa.

Neste sentido, o historiador Michel Gherman apresenta uma perspectiva muito clara sobre a postura de Jair Bolsonaro ao longo de aproximadamente trinta anos de sua trajetória como político. Ela foi analisada desde os primórdios da sua vida pública até 2022, ano de publicação do livro de Gherman que trata em específico da temática do bolsonarismo. Assim, em 2022, Gherman aponta que “Bolsonaro nunca lamentou nem negou o apoio de grupos de extrema direita. Pelo contrário, em diversas oportunidades reafirmou teses ultradireitistas e negacionistas do Holocausto”.[506] Na sequência, Gherman fundamenta suas afirmações também no importante trabalho da antropóloga brasileira Adriana Dias.

Adriana Dias realizou um sólido trabalho sobre grupos de extrema-direita no Brasil, em especial em células e conformações diversas nazistas/neonazistas brasileiras. A partir de suas pesquisas, foram mapeadas “uma relação consistente entre neonazistas brasileiros e o mandato do deputado por meio de cartas frequentes de Jair Bolsonaro publicadas em sites de organizações neonazistas”.[507]

---

[505] *Idem.*

[506] Gherman, 2022, p. 108.

[507] Gherman, 2022, p. 108.

Todavia, como o ano de 2022 foi um ano no qual ocorreram eleições para o cargo de presidente da república no Brasil, aconteceram algumas mudanças nos posicionamentos públicos de Jair Bolsonaro. Tais mudanças têm conexões diretas com o evento em questão e, principalmente, com o receio de Bolsonaro de que ele perdesse as eleições para o principal candidato de oposição, o que realmente aconteceu após uma acirrada disputa, decidida com uma pequena margem de diferença e no segundo turno das votações. Assim, aqui as mudanças citadas são interpretadas enquanto "desvios temporários" do comportamento padrão de Jair Bolsonaro, e não como uma inflexão de fato.

No mais, encontrei pouquíssimo material referente aos "novos" posicionamentos de Jair Bolsonaro após 2022, o que torna as manifestações divergentes do seu padrão bem pouco relevantes. Em uma matéria de 09 de fevereiro 2022, publicada no endereço eletrônico do veículo CNN Brasil, há um nítido (porém isolado) posicionamento de repúdio de Jair Bolsonaro, à época candidato à reeleição, contra o nazismo.

A matéria citada narra as reações de Bolsonaro a respeito de um incidente no qual um famoso *Youtuber* brasileiro, cuja alcunha é *Monark*, defendeu a existência de qualquer tipo de ideologia, tanto como a existência de partidos coligados a elas. O que, em sua fala, incluía o nazismo e o direito de existência de um partido nazista no Brasil. Em resposta, Bolsonaro afirmou que a "ideologia nazista deve ser repudiada de forma e permanente, sem ressalvas que permitam seu florescimento".[508] Na sequência, ele também endossa o repúdio a qualquer outra ideologia totalitária.[509]

Além das falas expostas no parágrafo anterior, não encontrei quase nenhuma outra declaração de teor semelhante feita pelo próprio Bolsonaro, o que, como foi dito, reforça a hipótese de que tal posicionamento represente mais um "desvio de rota", causado pelo contexto, do que uma mudança de fato. Apesar do bolsonarismo ser maior e mais amplo do que a existência de Jair Bolsonaro, é inegável a importância das movimentações do sujeito em si, do seu "líder", para esta conformação.

Por fim, o objetivo desta subseção é de enumerar e analisar as evidências incontestáveis e, portanto, mais significativas das interseções entre elementos variados de linguagem, operados por Jair Bolsonaro e pelo bolsonarismo de forma geral, com elementos dos repertórios dos fascismos histórico, principalmente do nazismo. Na seção sequente será mantida grande parte da metodologia de análise desta seção que é estruturada por

---

[508] Porto, Douglas. Bolsonaro diz que ideologia nazista deve ser "repudiada de forma permanente". **CNN Brasil**, São Paulo. Publicado em: 09 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-ideologia-nazista-deve-ser-repudiada-de-forma-permanente/. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

[509] *Idem.*

reflexões comparadas. Porém, os objetos analisados compreendem também elementos da outra variação de fascismo histórico trabalhada aqui, no caso, o fascismo italiano. Tanto como ela engloba reflexões sobre possibilidades de conexões não tão óbvias, como as apresentadas neste item.

Para exposição das temáticas discutidas, a organização será diferente. A ideia original era de examinar-se primeiro as proximidades mais nítidas para que, por fim, fossem examinadas outras conexões que, à primeira vista, não são tão aparentes. Contudo, decidi seguir a sequência que o título da seção a seguir sugere. No mais, reforço ainda como a temática da cidade se fez ausente neste item e que ela retorna ao escopo de discussões desta tese apenas na sua conclusão. Tal ausência, como será visto adiante, será explorada e refletida, como também ressoa às discussões presentes no segundo e no terceiro capítulo desta tese.

6.6 Deus, pátria, família

Conforme indicado no último parágrafo do tópico acima, a ordem das discussões desta subseção está balizada pela sequência das palavras presentes em seu título – “Deus, pátria, família”, frase muito pronunciada tanto por Jair Bolsonaro, como ainda bem recorrente dentre o repertório do bolsonarismo. Existe também outra versão deste enunciado com o acréscimo do termo “liberdade” ao fim. Variação esta que também foi bastante proferida por Jair Bolsonaro, sobretudo durante seu mandato como presidente da república do Brasil.

Todavia, a versão que consta somente com os vocábulos “Deus, pátria, família”, tal como está na sentença que intitula esta seção, é o lema exato do integralismo (e da sua “atualização”: a Frente Integralista Brasileira – atuante desde 2005 no Brasil). Frequentemente em diversos textos do movimento integralista, que são datados de meados da década de 30 do último século, as três palavras em questão aparecem em composição com uma suástica, formando assim uma espécie de selo conformado pela junção dos vocábulos com o símbolo gráfico.

A suástica, antes de ter sido apropriada pela variante fascista alemã, originalmente é um símbolo muito antigo que tem como base o sol, e era utilizada nas “culturas cristãs, hindus, budistas, ameríndias e do Oriente Médio”.[510] Entretanto, depois de 1933, qualquer apropriação deste elemento não escapa de associações diretas e imediatas com o nazismo. Logo, não há dúvidas de que a presença do símbolo no período em que emergiu o

[510] Chapoutot, 2022, p. 98.

integralismo no Brasil pode ser interpretada como uma referência direta e explícita ao nazismo alemão.

Ainda sobre as palavras que compõem o enunciado título desta seção, cabe mencionar também o famoso conjunto de manifestações públicas, de caráter ultraconservador e que ocorreram no Brasil, nomeado como “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. A primeira destas Marchas foi localizada em São Paulo e no dia 19 de março de 1964. Apesar de ter acontecido em 1964, a Marcha número um incidiu poucos dias antes do golpe militar, e tal como o resto das manifestações do conjunto, ela tinha em suas bases ideológicas muitas confluências com os princípios centrais que fundamentaram a ditadura militar no Brasil (1964 – 1985).

Portanto, quando Bolsonaro acionou/aciona a expressão que intitula esta subseção na contemporaneidade, ainda que o mesmo possa não ter um repertório sólido de conhecimentos históricos de todos os eventos mencionados; no ato, ele referencia conjuntamente uma série de pautas, eventos e de agendas pertencentes às extremas-direitas globais (não só do Brasil). No mais, ao usar tal expressão (seja de forma reduzida, como ampliada), ele (e quem mais a use) também apresenta uma síntese dos principais valores próprios da conformação qualificada como bolsonarismo.

Além da totalidade expressão em si, separadamente, todas as palavras presentes no conjunto “Deus, pátria, família” coagulam pautas e pontos de força fundamentais no bolsonarismo. Mais do que isso, na categoria acionada pela palavra “Deus” há também uma representação de fortes aliados eleitorais para este agrupamento. Dito de maneira mais detalhada, a mobilização da religião, principalmente pelas associações com as variações de segmentos evangélicos pentecostais e neopentecostais, é bastante relevante ideologicamente; tanto como a organização de tais estratos populacionais foi fundamental para o assentamento e consolidação do bolsonarismo na gestão pública brasileira, especialmente após 2018.

Apesar de sua extrema relevância, as discussões relativas a tal assunto não serão aprofundadas no escopo desta tese. Assim, a temática aglutinada pela palavra “Deus” será conduzida aqui principalmente de maneira a favorecer as análises das conexões com outras conformações de características fascistas que, no caso, são as que já foram examinadas ao longo deste trabalho.

Em suma, “Deus” e categorias correlatas são fundamentais para a construção do universo ideológico do bolsonarismo, assim como os setores ligados à religião também foram/são para tal conformação, compondo parte relevante de sua base não só ideológica, como eleitoral. Contudo, ao invés de examinar a maneira como Deus e outros elementos do campo religioso são acionados no bolsonarismo de forma detalhada e meticulosa; são favorecidas as análises que visam compreender qual a importância e as funções deste

conjunto de categorias, em que “Deus” opera como uma espécie de metonímia, dentro da “nebulosa fascista”.

Logo, nesta seção será discutido como o universo semântico em questão foi e ainda é acionado em relações que envolvam poder, e qual a sua eficácia em termos simbólicos e em dinâmicas de comunicação nas conjunturas de interesse. Em outras palavras, em detrimento das investigações de como as categorias de Deus, igreja, religiões, fé e correlatas são construídas discursivamente no bolsonarismo e nas outras conformações aqui previamente trabalhadas; objetiva-se entender para que “servem” tais elementos vistos através da linguagem e em tais contextos. Na sequência da seção, os mesmos procedimentos e metodologias serão empregados para as categorias de “pátria” e “família”.

6.6.1 Deus/es e o(s) Mito/mitos

Para iniciar as reflexões desta parte, será acionada como ponto de partida uma pergunta muito específica. Suas respostas não nos direcionam à reflexão sobre como os eventos se desencadeiam/irão se desencadear no futuro, mas os porquês de alguns elementos serem acionados. Mais do que isso, elas possibilitam o entendimento de alguns dos motivos de tais elementos serem tão relevantes para as conformações em questão.

Assim sendo, Jair Bolsonaro falou e ainda fala de Deus com muita frequência, inclusive o invocando como parte das temáticas centrais de seu mandato como presidente da república do Brasil (2019 – 2022). Quando ele o fez/faz, o que ele pode receber com isso?

Em primeira instância, é evidente que as menções diretas ao universo das categorias mencionadas vinculem fortemente Jair Bolsonaro com setores da população brasileira que têm simpatia, como ainda preferência em votar e em apoiar políticos que demostrem conexão com qualquer sinal de fé (em específico vinculados à cristã e, frequentemente, excluindo as de matrizes africanas).

Portanto, ao falar de Deus e, para além disso, se apresentar como cristão, Bolsonaro endossa e se conecta fortemente com vários grupos sociais e políticos relacionados com a temática/pauta. Uma vez em que assim fica explicito seu pertencimento à tais grupos, o que acontece seja na esfera pública e/ou no espaço público. Desta maneira, o político tem muito mais facilidade de “conquistar” os estratos populacionais mencionados do que um candidato menos efusivo em relação à questão seja em disputas eleitorais diretas, seja na formação de uma base de apoio.

Contudo, a despeito do político se apresentar como cristão, é difícil mapear exatamente a qual religião Jair Bolsonaro pertence, ou quais são suas crenças de forma mais exata. Pois, o político, além da sua forte relação com setores e membros da igreja

evangélica, também tem algumas conexões com divisões mais conservadores da igreja católica e, inacreditavelmente, com parte da comunidade judaica.

No mais, o espectro compreendido pelo bolsonarismo é amplo e muito heterogêneo e, evidentemente, abrange muito mais do que o sujeito que o nomeia. Logo, explorar minunciosamente todos os seus entrelaçamentos com a temática da religião e da fé por si só tem o potencial de gerar assunto o suficiente para uma outra tese. Por outro lado, examinando a "nebulosa fascista" como um todo, observa-se, como padrão, a existência de referências variadas e dispersas em relação ao tema em questão.

Considerando tais agrupamentos e a princípio através de seus líderes/Estado, no caso do fascismo italiano, por exemplo, ocorreu uma relação que hora foi muito próxima entre Benito Mussolini (e o Estado por consequente) com a igreja católica, e que hora foi muito conflituosa e distante.[511] Já no caso da modulação de fascismo histórico que aconteceu na Alemanha, existiram muitos diálogos com elementos da tradição teutônica, cuja origem pode ser qualificada como pagã ou, conforme classificação, aqui já exposta e presente, de uma declaração de Mussolini: neopagã.[512]

Para além da amplitude de referências e de relações relativas ao universo religioso articuladas nos exemplos citados, há também um outro elemento compartilhado entre todas as conformações mencionadas que integram "nebulosa fascista", nas perspectivas aqui adotadas. Em tal sentido, Umberto Eco destaca a necessidade do sincretismo para os fascismos que, ideológica e culturalmente, se constituem através da absorção de subsídios de origens variadas e por suas apropriações de ideias/valores que acontecem sem muito rigor, ou estruturação.[513]

Eco ainda sugere que os fascismos (em especial pela representação do fascismo italiano) eram desprovidos de "bases filosóficas, mas do ponto de vista emocional eram firmemente articulados a alguns arquétipos".[514] Partindo da percepção de Eco, de que os fascismos operam a partir de uma "firmeza" no campo emocional, é possível perceber como a presença considerável de elementos pertencentes ao universo religioso não apenas tematiza/va as discussões, como ainda recheia/va a linguagem com palavras específicas. No mais, fica muito claro que estes temas, em conjunto com outras temáticas, contribuem na modulação do discurso de tais conformações. Esta modulação do discurso, tal como

---

[511] Ver Emílio Gentile ("*Fascismo di pietra"*, 2007).

[512] Gentile, 2007, p. 145.

[513] Eco, 2018, p. 36.

[514] Eco, 2018, p. 32.

indicou Eco, para além do conteúdo, reflete no "tom" que, no caso, pode ser interpretado como mais emocional.

Em outras palavras, a temática da religião, de forma geral, também fornece elementos de estilo, e não apenas de repertório, para que as produções discursivas dos fascismos tenham um tom mais emocional em sua expressão. Comecei a elaborar tal hipótese a partir da leitura simultânea das obras "O Fascismo Eterno" de Umberto Eco e "*Fascimo di Pietra*" de Emílio Gentile.

Um dos pontos de destaque da obra "O Fascismo Eterno" é a apresentação da síntese, do que Eco qualifica como, dos elementos essenciais que devem existir para que qualquer conformação ideológica seja computada como integrante da "nebulosa fascista", conforme previa e longamente discutido ao longo desta tese. Um dos pontos desta lista abarca à dimensão do "irracionalismo" que se desdobra na recusa ao pensamento crítico, e no culto sistemático da "ação pela ação".[515]

Não necessariamente a presença do "irracionalismo" ou, em outros termos, a refuta da razão indica, automaticamente, a presença excessiva de emoção. Porém e neste sentido, o filósofo Theodor Adorno aponta sobre a impossibilidade do "fascismo ganhar as massas por meio de argumentos racionais", e que neste repetidamente acontece o desvio "do pensamento discursivo", ou crítico.[516]

Assim, se há a ausência de argumentos, da razão, algo deve preencher este espaço para que exista ao menos um mínimo atrativo para os sujeitos. Adorno sugere então que tal falta se preenche com discursos que são "orientados psicologicamente", sendo que eles devem mobilizar "processos irracionais, inconscientes e regressivos".[517]

Ou seja, apesar de Adorno mencionar processos mais específicos do que Eco, as análises de ambos autores são confluentes. Portanto, através delas é possível a interpretação de que o teor emocional dos discursos nos fascismos não somente "preenche" a falta que é ocasionada pela ausência de racionalidade destes, como tal característica é estruturante e também fundamental para a adesão popular em massa às tais conformações.

Em paralelo à estas análises, na obra de Emílio Gentile aqui citada, existe um rico repertório de declarações e de imagens provenientes do fascismo italiano. A maioria das declarações presentes na obra de Gentile foram proferidas pelo próprio Benito Mussolini. Assim, já foi dito, fiz um levantamento de temas recorrentes nelas, considerando o vasto material documental que consta no livro. Parte importante deste levantamento foi composto

---

[515] Eco, 2018, p. 37.

[516] Adorno, 1972, p. 4.

[517] Adorno, 1972, p. 4.

pelo mapeamento e registro de palavras que apareciam repetidamente. Para tanto, usei como referência de tal procedimento do trabalho seminal do filólogo Victor Klemperer, "LTI: a linguagem do terceiro *Reich*".

Portanto, e no que tange a temática de interesse desta parte do capítulo, aparecem com uma frequência enorme nos materiais consultados os termos: "*spiritualmente*" (espiritualmente) e correlatos, "*fede*" (fé), "*spirito*" (espírito) e "*anima*" (alma). Recorrentemente, tais palavras estão presentes em falas cujo contexto e o tom eram correntemente dramáticos e imperativos, invocando a população à não somente a participar do regime fascista politicamente e a suportá-lo, mas a fazer uma espécie de adesão espiritual a ele.

A adesão espiritual, manifesta no discurso, não deveria acontecer somente ao regime e ao Estado de forma geral, como ela também se direcionava à figura do líder político/ideológico que, no caso, foi representado por um vocativo particular. Fazendo um paralelo a ser melhor desenvolvido adiante, Benito Mussolini era o "*Duce*", enquanto, seguindo o mesmo padrão, Adolf Hitler foi o "*Führer*".

O vocativo especial, para além do nome próprio, entre várias funções, elevava tais figuras da condição de liderança e até de humanidade para um lugar rumo ao sagrado, como ainda dotava fortemente tais conformações, do que Eco reconhece como, de "firmeza emocional". Não foi por acaso que, muitos anos mais tarde, Jair Bolsonaro recebeu a alcunha de "mito" e se aproveitou desta longa e largamente.

Neste sentido, Theodor Adorno também sugere que "a agitação fascista está centrada na ideia do líder".[518] E que embora tenha algo de sagrado nestas figuras, não importa se "ele lidera de fato ou é apenas o mandatário de interesses do grupo", uma vez em que somente a imagem deste líder deveria ser "apta a reanimar a ideia do todo-poderoso e ameaçador pai primitivo". Assim, na interpretação do filósofo, a figura do líder fica simultaneamente apoiada em dois suportes para os seguidores: entre algo próximo ao sagrado e à família, mais especificamente à figura paterna.

Para ilustrar a hipótese de Adorno, aciono o conjunto formado pela imagem e pela ilustração que está posto abaixo (figura 09). A composição foi retirada de um livro didático alemão direcionado para alunos de escola primária que foi publicado em 1936 e, por sua vez, tal material consta na exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors*.

No topo da peça há a presença do líder nazista Adolf Hitler e de duas crianças. As figuras foram todas desenhadas em preto ao branco, com um delicado plano sólido e em azul ao fundo. Hitler está representado pelo seu tradicional bigode e corte de cabelo

---

[518] Adorno, 1972, p. 8.

característico, como também pela sua indumentária típica ornamentada com uma cruz de malta, e com uma braçadeira na qual consta uma suástica. A expressão de todas as figuras envolvidas na cena ressoa à bondade e à devoção, assim como indicam felicidade e contentamento.

Como um pai, Hitler está ligeiramente abaixado e olha para as crianças. Enquanto é profundamente admirado pelo menino, ele entrega um buquê de rosas para a menina que sorri, e aperta sua mão. A cena parece bastante feliz, calma e harmoniosa. O texto que está abaixo da figura é uma oração inspirada na oração cristã "Pai nosso", mas no caso foi intitulada de "*Mein Führer*", ou seja, "meu líder/guia".

Figura 09 – Figura relativa a um livro didático alemão de 1936. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Além da imagem, na qual Hitler aparece representado em gestos que o ilustram como uma figura paterna para as crianças, há no texto a repetição constante e ritmada das palavras "pai" e "mãe" ("*Vater und Mutter"*). No mais, exatamente da maneira como indicou Theodor Adorno, na peça há um duplo registro da figura de liderança: como pai e como um "todo-poderoso". A evocação ao sagrado na figura do *Führer* reside não somente no fato

dele ser alguém digno de oração, como em decorrência da própria oração evocá-lo diretamente.

Por fim, a associação com a figura paterna ressoa também como os líderes, nos fascismos, eram retratados também como homens comuns, do povo. Em tal aspecto, Adorno também é muito contundente quando afirma que:

> Mostrando-se como um super-homem, **o líder deve ao mesmo tempo realizar o milagre de aparecer como uma pessoa comum**, da mesma maneira como Hitler se apresentou como uma mistura de King Kong e barbeiro de subúrbio. (grifos da autora) [519]

Ainda neste sentido, Adorno completa que:

> (...) um dos dispositivos básicos da **propaganda fascista** personalizada é o conceito do **"grande homem comum" (*great little man*), alguém que sugere tanto onipotência quanto a ideia de que é apenas um de nós**, um americano simples, saudável, não conspurcado por riqueza material ou espiritual. A **ambivalência psicológica** ajuda um milagre social a se realizar. A imagem do líder satisfaz o duplo desejo do seguidor de se submeter à autoridade e de ser ele próprio a autoridade. (grifos da autora)[520]

Assim, a partir das hipóteses expostas de Theodor Adorno, há, nas figuras dos líderes fascistas, uma evidente ambivalência. Enquanto homens comuns, eles geram a potencialidade de formações de vínculos com seus apoiadores pela identificação. Enquanto seres dotados de "onipotência", tais como Deus, ou deuses, eles evocam tanto a autoridade, como acionam em seu público vínculos emocionais fortes que são atravessados inclusive pela questão do sagrado e desembocam na obediência extrema.

Em tal aspecto, é nítido como Jair Bolsonaro, sobretudo durante seu mandato com presidente da república do Brasil, se representa e é representado também a partir desta mesma ambivalência apontada por Theodor Adorno, em suas análises que tratam dos fascismos históricos. Mesmo ocupando o cargo mais alto da gestão pública brasileira, Bolsonaro raramente foi visto em trajes formais, o que acontecia inclusive em ocasiões que pediam tal categoria de indumentária, conforme ilustra o registro abaixo (figura 10).

Mais do que uma característica de simplicidade que pode ser atribuída como inerente à sua pessoa, o excesso de informalidade tem um alcance comunicativo muito forte. É inegável como Jair Bolsonaro constantemente se esforçar para se apresentar como um "homem comum", um cidadão do povo.

Na maioria dos registros fotográficos em que aparece, principalmente durante o período em que foi presidente, Bolsonaro costumava trajar camisas de times brasileiros diversos de futebol (assim como consta na figura 10, exposta abaixo), calça esportiva,

---

[519] Adorno, 1972, p. 11.

[520] Adorno, 1972, p. 11.

chinelo e meia, entre outras vestes semelhantes. Assim como, normalmente, ele portava itens reconhecidamente populares e baratos, tais como uma caneta esferográfica da marca Bic e um relógio de borracha. Procedimentos estes que eram recorrentes, independente se em dias de folga, ou em eventos públicos e/ou formais.

Figura 10 – Ministros e funcionários do governo de Jair Bolsonaro, ao centro Jair Bolsonaro. Registro do ano de 2019 realizado no Palácio da Alvorada, Brasília, Distrito Federal Brasil. Fonte: Gamba, Karla. Reunião em que Bolsonaro aparece de chinelo teve piadas e provocações futebolísticas. O Globo. Publicado em: 15 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/reuniao-em-que-bolsonaro-aparece-de-chinelo-teve-piadas-provocacoes-futebolisticas-23457294. Acesso em: 31 de outubro de 2023.

Em paralelo ao seu esforço na construção de sua imagem como “um homem comum”, Jair Messias Bolsonaro constantemente coligou sua imagem com ícones e eventos religiosos da tradição judaico-cristã. Não por acaso, o político não somente ignora/ignorava qualquer ligação com vertentes e tradições religiosas de matriz africana, como ainda, com relativa frequência, fez declarações de cunho racista.

Como um dos vários exemplos de sua adesão aos rituais cristãos diversos, está o registro (cena que é recorte de um vídeo) de seu batizado no Rio Jordão em Israel, realizado por um pastor evangélico em 2022 e em conjunto com dois de seus filhos (ver figura 11). Tal ritual é de natureza cristã e, na contemporaneidade, está principalmente associado com religiões evangélicas.

Figura 11 – Jair Bolsonaro e seus filhos batizados nas águas do Rio Jordão por um pastor evangélico. Fonte: UOL, São Paulo. Católico ou evangélico? Qual a religião de Bolsonaro. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/10/06/catolico-ou-evangelico-qual-a-religiao-de-bolsonaro.html . Acesso em: 31 de outubro de 2023.

Ainda neste sentido, o seu nome do meio, “Messias”, como é de amplo conhecimento, significa salvador. Relação essa que é amplamente explorada seja pelo próprio Jair Messias, como por seus apoiadores. No mais, a alcunha de “Mito”, já foi dito, jamais foi rejeitada pelo mesmo, muito pelo contrário. Sendo que ele a recebeu, supostamente, por se destacar pela sua “coragem” de dizer o indizível, e por se apresentar como uma figura “revolucionária” e “contra o sistema”. O uso do termo também reforça as tentativas de construção de Bolsonaro como um ser especial, deslocado da normalidade e do ordinário.

Importante reforçar que Jair Bolsonaro, o líder e figura central do bolsonarismo, ainda mais como presidente, constantemente trabalhou sua imagem pública nos intermédios conformados entre representações como um homem comum, uma figura popular/do povo; como um/o mito; como um homem religioso/de fé; como um messias; e como o Messias. Tais características, conforme discutido, ressoam muito das qualidades e formas de representações dos líderes nos fascismos históricos, mas não é exclusividade de tais conformações. Com algumas adaptações, construções muito próximas podem ser observadas em políticos e em figuras públicas que são associadas ao populismo, de forma geral.

Em países como o Brasil, necessário destacar, a associação com a religião não somente ressoa como algo do sagrado e da fé, como também tem a capacidade de induzir uma grande conexão com vários estratos da população, especialmente com uma grande parcela das classes populares.

Por fim, avancemos a discussão para a questão da “Pátria” e, por extensão, da nação e do nacionalismo, vistas especialmente pela questão da linguagem. No escopo deste trabalho, compreende-se linguagem não somente aquilo que pode ser escrito, ou falado, mas sim todo um repertório que integra a comunicação. O que inclui, imagens, vídeos, fotografias e, em perspectiva menos ortodoxa, indumentárias e estilos arquitetônicos, por exemplo. Evidentemente, o repertório a ser visto e analisado é bastante extenso, então os parâmetros de escolha estão centrados na relevância e na diversidade de elementos trabalhados.

6.6.2 Pátria, nação e nacionalismo

Tal como o tópico anterior, os temas e reflexões do conjunto deste tópico envolvem temáticas muito complexas que permitiriam o desenvolvimento de densas e extensas discussões em seu escopo. Todavia, para se adequar aos padrões (e limites) desta tese e aos procedimentos metodológicos aqui previamente adotados, as análises, apresentadas na sequência, serão construídas de maneira mais concisa e direcionada aos parâmetros já estabelecidos. Logo, elas não serão pautadas em descrições detalhadas e extensas, mas estarão centradas nas possíveis intenções e nos “efeitos” causados pelo acionamento de tais temas nas conformações de interesse.

Além da manutenção das reflexões comparadas entre os fascismos históricos com o bolsonarismo, há a preferência em se manter a continuidade do trabalho já feito, sobretudo através de exames das produções discursivas associadas aos Estados de maneira geral e, principalmente, das que são diretamente vinculadas com as figuras das lideranças. Evidentemente, mantendo as mesmas metodologias de pesquisa.

No mais, a forma de estruturação metodológica do item anterior, deste e do próximo são muito semelhantes, e não somente porque todos eles são desdobrados das categorias/palavras presentes na expressão “Deus, pátria, família”. Na totalidade dos itens mencionados, as categorias que os nomeiam são analisadas, como também outras correlatas estão inseridas nas discussões.

Neste sentido, as temáticas relativas à “pátria” serão discutidas neste tópico em aproximação aos sentidos de “nação”. Mesmo que as categorias sejam diferentes, em termos semânticos, elas são bastantes próximas quando observadas à luz dos fascismos. Assim, “pátria” e “nação” aqui serão considerados em paridade. Além do mais, a despeito de que há apenas a palavra “pátria” na expressão acionada como referência, o conceito de “nação” fornece a possibilidade de concatenamento bem mais direto com as discussões relativas ao nacionalismo.

Como é de amplo conhecimento, uma vez em que este tema já foi discutido à exaustão a ponto de ter se tornado uma espécie de "ponto pacífico", um dos eixos de força fundamentais seja dos fascismos históricos, como das suas variações contemporâneas conforma-se através do exagero do nacionalismo. Na obra "O fascismo eterno", Umberto Eco trata o termo nacionalismo com aspas para indicar que, embora a categoria nacionalismo possa ser aplicada aos casos discutidos, ela é mobilizada de formas peculiares (deturpadas) em tais conjunturas.

Na lista de Eco, que sintetiza os elementos centrais da "nebulosa fascista", ou também do "Ur-Fascismo", está um item inteiro (número 7) dedicado ao "nacionalismo", cujo início diz que:

> 7. Para os que se veem privados de **qualquer identidade social**, o Ur-Fascismo diz que seu único privilégio é o mais comum de todos**: ter nascido em um mesmo país. Esta é a origem do "nacionalismo".** Além disso, os únicos que podem fornecer uma identidade às nações são os inimigos. (grifos da autora)[521]

Portanto, independente da época, Eco aponta a presença de "nacionalismo" – quando expresso da forma descrita (com aspas) – enquanto fator fundamental para constituir qualquer conformação possível de ser qualificada como fascista. Eco também associa o "nacionalismo" à capacidade de gerar conexões entre sujeitos que pouco têm em comum, para além do fato de terem "nascido em um mesmo país".[522]

Ou seja, tal como discutido no capítulo anterior (nomeado como "Nebulosa fascista"), especialmente nos trechos em interlocução com os autores Pierre Dardot e Christian Laval; nos contextos em que os laços sociais são, em sua maioria, muito frágeis, há uma especificidade dos atributos necessários às associações entre os sujeitos. Uma vez em que eles não se situariam tanto no campo dos afetos, ou se desdobrariam das relações construídas entre eles, nem seriam complexos. Já que, em tais conjunturas, o que os autores chamam de "cola social"[523] surgiria e se manteria preferencialmente através de elementos e vínculos mais simples.

Portanto, na ausência de possibilidades amplas para estabelecimento de conexões mais complexas e fortes entre os sujeitos, ocorre o favorecimento para que as relações interpessoais sejam criadas e desenvolvidas de maneiras mais elementares. Tal como pode acontecer com alguns laços sociais que são pautados quase que exclusivamente por questões de identidade em relação ao território, por exemplo.

---

[521] Eco, 2007, p. 40.

[522] Eco, 2007, p. 40.

[523] Dardot & Laval, 2016, p. 366.

Neste sentido, tanto a identificação, quanto as conexões que se definem a partir do local de nascimento e/ou moradia são um excelente exemplo. Numa escala menor, é possível que os sujeitos se associem entre si tendo como referência fundamental seus bairros e cidades de origem e, em maior escala, pelo pertencimento à uma mesma nação.

Assim, quando formações de laços sociais acontecem essencialmente em torno de elementos menos elaborados, como os mencionados, fica mais fácil que sentimentos de "nacionalismo" desabrochem em larga monta e a partir de tais conexões. Importante reforçar ainda que, quando Umberto Eco desenvolve sua argumentação em torno do "nacionalismo", o autor indica que, em paralelo ao crescimento deste, acontece a criação de um forte contra fluxo.

Esse contra fluxo seria criado em decorrência ao fato de que, nos processos de distinção e agrupamento dos que estão do lado de "dentro", natural e simultaneamente ilumina-se quem e o que está "de fora". Os que são postos como os "de fora", não necessariamente, são apenas aquilo e aqueles que, a rigor, são qualificados como estrangeiros, uma vez em que esse agrupamento pode incluir concidadãos, por exemplo. Além dos "de fora" serem, em relação aos sujeitos referência, os "outros", não raramente, é possível que este grupo seja posicionado e interpretado como "inimigo".

Através do entendimento dos "de fora" como os "outros", e pior: como "inimigos", abre-se a possibilidade para a criação e permanência de algumas pulsões muito primárias e extremamente negativas associadas a eles. No caso, elas são representadas principalmente pelos sentimentos de racismo e xenofobia. No capítulo anterior, foi apresentado como ambos sentimentos são estruturantes e fundamentais para a existência dos fascismos históricos aqui estudados. Eco também abrange as existências destas pulsões para outras variações de fascismos, como os manifestos em conformações contemporâneas. O que fica muito claro na continuação do item 7 de sua lista, em que o início já foi aqui exposto:

> (...) Assim, na raiz da psicologia Ur-Fascista está a obsessão da conspiração, possivelmente internacional. Os seguidores têm que se sentir sitiados. O modo mais fácil de fazer emergir uma conspiração é fazer **apelo à xenofobia**. **Mas a conspiração tem que vir também do interior: os judeus são, em geral, o melhor objetivo porque oferecem a vantagem de estar, ao mesmo tempo, dentro e fora.** Na América, o último exemplo de obsessão pela conspiração foi o livro *The New World Order*, de Pat Robertson. (grifos da autora)[524]

No caso do bolsonarismo, inclusive em termos discursivos, as pulsões citadas não estão ausentes. Muito pelo contrário, elas estão frequentemente expostas verbalmente e à

[524] Eco, 2007, p. 40.

“céu aberto”. Afirmação esta que não somente está em afinidade com as percepções de outros pesquisadores sobre o tema, mas que aqui será demostrada através da apresentação de declarações originárias do próprio Jair Bolsonaro, datadas de períodos diferentes e não apenas da época em que ele foi presidente da república.

Pela obviedade e clareza dos sentimentos expressos nas falas selecionadas, não há necessidade em se delongar em reflexões se há ou não manifestações de racismo e/ou xenofobia nelas. Julgo apenas ser importante fazer ressalvas pertinentes ao recorte étnico/social dos judeus, e aos parâmetros os quais normalmente são operados como demarcadores da xenofobia.

Logo, em conjunto com outras fontes, será acionado parte material apresentado no artigo “A direita radical 'bolsonarista': da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção”, de autoria dos pesquisadores, do campo da comunicação social, Edson Dalmonte e Priscilla Dibai. O artigo foi originalmente publicado em 2019, e a delimitação do “*corpus* analisado” está fixada em discursos de Jair Bolsonaro realizados entre os anos de 1986 até 2017. Ao passo que, para o desenvolvimento das temáticas associadas ao judaísmo, será feita uma interlocução com exemplos e com argumentos desenvolvidos pelo historiador Michel Gherman.

Como aporte metodológico, Dalmonte e Dibai, trabalham com uma base de dados composta por “discursos de Jair Bolsonaro, publicizados na mídia e disseminados para o público em geral”.[525] Os materiais foram selecionados para incluir em seu escopo a “maior variabilidade de datas possível, de maneira a formar um intervalo de tempo representativo, condizente com a longa carreira política do ator”.[526] Ou seja, desde a base de dados utilizada pelos autores, até os métodos de análises empregados por eles estão pareados aos procedimentos previamente acionados nesta tese.

Dalmonte e Dibai apresentam a xenofobia como “um tipo de pensamento/sentimento que considera os estrangeiros como ameaça e/ou risco à unidade, pureza e/ou estabilidade da nação”.[527] Os autores também fazem a ressalva de que, embora a xenofobia seja marcadamente presente nas falas de Jair Bolsonaro, ela não é um elemento central de sua base ideológica, como da base do bolsonarismo. Mesmo que Dalmonte e Dibai desdobrem a presença da xenofobia das pulsões nacionalistas de Bolsonaro, acredito que, em tal caso, tal pulsão está também bastante associada às manifestações racistas do mesmo.

---

[525] Dalmonte & Dibai, 2019, s/n.

[526] Dalmonte & Dibai, 2019, s/n.

[527] Dalmonte & Dibai, 2019, s/n.

Durante sua vida pública, Jair Bolsonaro sempre fez menções e realizou ações mais do que respeitosas, como, de certa forma, subservientes às pessoas e elementos de países classificados como desenvolvidos e cuja população, em sua maioria, pode ser qualificada como branca. Neste sentido, em 2011, Jair Bolsonaro declarou que os "europeus e estadunidenses" vêm (ao Brasil) "suprir mão de obra especializada que no Brasil não tem".[528]

Já, no extremo oposto, "senegaleses, iranianos, bolivianos, sírios e haitianos", ou seja, população estrangeira que, em sua maioria, não pode ser classificada como branca, foi referida como "a escória do mundo", e "mais um problema para o país".[529] Nas palavras exatas de Bolsonaro, no ano de 2015:

> (...) senegaleses, haitianos, iranianos, bolivianos e tudo que é escória do mundo, né?! E agora estão chegando também os sírios aqui. **A escória do mundo está chegando aqui no nosso Brasil, como se a gente já não tivesse problemas demais para resolver.** Esse é um grande problema que nós podemos ter. [530]

Os autores qualificam a diferença de tratamento entre os diferentes estrangeiros/imigrantes, de Jair Bolsonaro, como fundamentalmente relacionada à questão econômica, o que indicaria que a distinção entre os sujeitos estaria principalmente centrada em sentimentos de aporofobia. Entretanto, acredito que, no caso, o demarcador de raça seja o parâmetro principal para determinar as variações de carga valorativa dos sujeitos mencionados por Jair Bolsonaro. O que não exclui a existência de preconceitos e discriminações que também são relacionados com a renda e à condição econômica dos estrangeiros/imigrantes em questão.

Pensar os critérios de preconceito e discriminação acionados por Bolsonaro (e, por extensão, no bolsonarismo) pela questão da raça, pode explicar bem também a aparentemente estranha relação do sujeito e de sua conformação com os judeus e o judaísmo. A despeito do grupo ser historicamente discriminado pela extrema-direita internacionalmente, no Brasil, o mesmo grupo, recorrentemente, é lido como branco e de origem europeia. Logo, setores da extrema-direita brasileira, muito raramente, são associados como antissemitas em primeira leitura.

Assim, uma certa simpatia com os judeus, a qual Bolsonaro apresenta com certa regularidade, parece estar localizada menos na identificação com o grupo, ou com a empatia relacionada aos massacres enfrentados por este; e residir muito mais na

---

[528] Época, 2011 *apud* Dalmonte & Dibai, 2019, s/n.

[529] Jornal Opção, 2015 *apud* Dalmonte & Dibai, 2019, s/n.

[530] Jornal Opção, 2015 *apud* Dalmonte & Dibai, 2019, s/n.

assimilação deste estrato social como branco e originário da Europa. Necessário mencionar também como Jair Bolsonaro apresenta, com muita constância e ao longo da sua vida pública, bastante orgulho das suas origens europeias/italianas (ou seja, marcadamente brancas) e de sua família.

As afeições aparentemente positivas apresentadas por Bolsonaro em relação à população judaica se estenderiam à Israel, procedimento que também tem uma presença marcante no bolsonarismo. Contudo, Michel Gherman indica que a nação de Israel de Bolsonaro é construída na lógica de um "Israel imaginário", muito distante da realidade, uma vez em que este "é visto como um país de brancos europeus, bem-sucedido economicamente, religioso e tradicionalista (judaico e cristão), armado e militarizado e que alimentava seu povo".[531]

Neste contexto, as aplicações dos sentimentos xenofobia e racismo não são inexistentes, mas seriam bastantes "flexíveis". Gherman explica com bastante clareza que, a despeito da aparente simpatia de Bolsonaro pelos judeus e por Israel, ela não contempla todos os judeus, pois, os judeus de orientação política de esquerda são excluídos do conjunto, sendo eles "desconvertidos" (e recorrentemente desumanizados) por Bolsonaro. Como exemplo, Bolsonaro, durante evento supracitado que foi realizado na Hebraica em 2017, se referiu aos judeus de esquerda como "raça aí de fora" e como "seres ruminantes".[532]

No mesmo evento (e em várias outras ocasiões), Jair Bolsonaro também não poupou de suas ofensas setores da população brasileira não branca, especialmente os conformados pelos povos indígenas e grupos quilombolas.[533] Michel Gherman narra a forma pejorativa a qual Bolsonaro se referiu à população negra quilombola, durante sua fala no clube judaico (de 2017). Ironicamente, ela foi tratada pelo termo "afrodescendentes" por Jair Bolsonaro:

> Eu fui num **quilombola** *(sic).* Em Eldorado Paulista. O **afrodescendente** mais leve lá pesa sete arrobas. **Não fazem nada.** Acho que nem para procriadores servem mais. Mais de 1 bilhão de reais por ano gastos com eles. **Não querem nada com nada.** [534]

Para além dos ataques diretamente direcionados aos quilombolas, há também casos célebres de declarações racistas feitas de forma mais geral e em rede nacional por Jair Bolsonaro. O mais famoso deles envolve a artista brasileira Preta Gil (uma mulher que se

---

[531] Gherman, 2022, p. 89.

[532] Bolsonaro, Jair; 2017 *apud* Gherman, 2022, p. 91.

[533] Para mais informações, recomenda-se a leitura da obra "O não judeu judeu: a tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo" de Michel Gherman, publicado em 2022.

[534] Bolsonaro, Jair; 2017 *apud* Gherman, 2022, p. 85.

declara e é reconhecida como negra) que, inclusive, o processou por racismo. O incidente aconteceu em 2011, quando Jair Bolsonaro afirmou, em um programa da rede aberta da televisão brasileira, que seus "filhos não se casariam com uma negra, porque foram bem-educados".[535]

Para além das peculiaridades do caso supracitado e independente de como elas se desdobram e se associam, as pulsões de xenofobia e de racismo ainda podem ser intimamente relacionadas com a existência de um forte teor "nacionalista" (tal como sugere Umberto Eco). Porém, tanto os sentimentos associados ao nacionalismo, como ao "nacionalismo", conforme dito, apresentam um grande poder de coesão social, mesmo quando associados com pulsões negativas e excludentes para setores consideráveis da população. Este tipo de coesão pode acontecer em diversas ocasiões e estruturas de Estado, mas tem especial potência em contextos de crises, como foi/é fundamental aos fascismos de forma geral.

Assim, voltemos então às reflexões que contemplem mais diretamente temas envoltos pela categoria nacionalismo, qualidade a ser analisada na sequência com foco na sua capacidade vinculativa e através de suas dimensões simbólicas. De tal modo, no trabalho seminal do historiador Benedict Anderson: "Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo", cuja primeira publicação é 1983; há uma importante diferenciação posta pelo autor para se avaliar o nacionalismo que se desdobra das qualidades mencionadas.

Longe de tentar apresentar definições definitivas e fechadas para categorias tão antigas, complexas e em disputa – como nação e nacionalismo, Anderson estabelece alguns parâmetros centrais para estruturação de suas análises. Uns dos mais importantes deles é a aproximação das categorias de nação (o que nos permite, a partir dai, explorar as ideias de nacionalismo) com as de "imaginação" e de "comunidades".

Pensando primeiramente na questão da "comunidade", no ponto de vista de Anderson, as nações seriam "imaginadas" como tal. Pois, "independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal".[536] O autor ainda sugere como o princípio da "fraternidade", que permeia as comunidades, foi o que possibilitou que "nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas".[537] Em suma, na sua

---

[535] Bolsonaro, Jair; 2011 *apud* Dalmonte & Dibai, 2019, s/n.

[536] Anderson, 2008, p. 36.

[537] Anderson, 2008, p. 36.

percepção, o termo comunidade reflete as dimensões afetivas e vinculativas necessárias para a constituição, necessariamente coletiva, das nações.

Aplicando a teoria de Anderson ao objeto empírico de interesse desta tese, uma das etnografias das antropólogas Rosana Pinheiro-Machado e Lúcia Scalco ilustra bem como a instância da nação, na sua potencialidade da criação de identidade e de elos vinculativos, foi operacionalizada no bolsonarismo/por Jair Bolsonaro. O que aconteceu principalmente durante as eleições para o cargo de presidente da república no Brasil em 2018. Assim, Pinheiro-Machado e Scalco, no artigo "*From hope to hate. The rise of conservative subjectivity in Brazil",* publicado em 2020, narraram o clima em um bairro de periferia da cidade de Porto Alegre nos dias que antecederam a vitória de Bolsonaro nas eleições para presidente da república do Brasil, em 2018.

Apesar de localizado em um contexto especifico, o relato etnográfico explica bem o que aconteceu Brasil afora no mesmo intervalo temporal. As autoras identificaram tal processo como "emocionalmente carregado e altamente contagioso".[538] Conclusão que está em grande confluência com o que muitos analistas e importantes cientistas políticos também diagnosticaram, tais como André Singer que sintetizou o período e o evento em si por uma "sensação de terremoto eleitoral".[539]

A despeito das dinâmicas "hiperpolarizadas" existentes que permeavam a disputa eleitoral, e das tensões evidentes, Pinheiro-Machado e Scalco também apontaram como nas ruas pairava uma grande euforia manifestada por aqueles que se identificavam e simpatizavam com Jair Bolsonaro. Esta condição foi alavancada tanto pela grande possibilidade de vitória do candidato, que quase ganhou o cargo no primeiro turno das eleições, e, com algum conforto, venceu no segundo turno; como principalmente foi conformada pelos vínculos formados entre os sujeitos que apoiavam o candidato e sua conformação, por consequente.

Portanto e nas palavras das antropólogas, "bem no final das eleições, votar em Bolsonaro havia se tornado uma questão de pertencimento".[540] A afirmação das autoras, pode ser estendida para além da vitória de Bolsonaro na época, como ainda pode ser aplicada nas análises das vitórias dos diversos políticos de perfil semelhante, eleitos para outros cargos representativos em 2018, mesmo que em menor grau. A ideia de "pertencimento" se refere não somente a um grupo específico, como engloba, indiretamente,

---

[538] Pinheiro-Machado & Scalco, 2020, p. 26.

[539] Singer, 2020, p.3.

[540] Pinheiro-Machado & Scalco, 2020, p. 26.

o pertencimento à nação/Brasil, ressoando bem a questão da "comunidade" posta por Anderson.

No mais, os vínculos formados entre os sujeitos não eram manifestos apenas em esferas afetivas ou imateriais, como estavam (como ainda estão) expressos em elementos visuais. O "pertencimento" relatado pelas antropólogas não foi somente um sentimento, como foi representado também através da adoção de adereços e de indumentárias específicas que, em sua ampla maioria, repetiam as cores (verde, amarelo, azul e branco) e de alguns símbolos nacionais amplamente adotados pelo grupo que votou, e que se manifestou publicamente favorável à Jair Bolsonaro. A partir desta constatação, é possível explorar os vínculos do nacionalismo com a questão da imaginação posta por Benedict Anderson, para além da linguagem verbal.

Ao adotar a premissa da imaginação como fundamental para construção e entendimento das nações e do nacionalismo, ao mesmo tempo, Anderson rejeita a ideia de que nações são "inventadas", para pensá-las como "imaginadas". Em suma e em seus termos: "dentro de um espírito antropológico, proponho a seguinte definição de nação: uma comunidade política imaginada".[541] Ao contrário de "inventar", cuja carga valorativa da palavra, sem dúvida, pende mais para o negativo; o termo "imaginar" direciona para leituras semânticas muito mais positivas.

A ação de "imaginar" também conduz para possibilidades de produções de imaginários que ultrapassem os domínios do individual e trasbordem para o coletivo. É por tal lógica que Anderson fala de nações como comunidades que são coletivamente imaginadas.

Evidentemente que aquilo que é imaginado, logo, que a princípio tem forte teor imaterial, é capaz de ser vinculado e até de produzir substratos e elementos de ordem material. Inclusive, neste aspecto e nesta obra, Benedict Anderson trata com muito cuidado a dimensão física do território e de suas representações mais características, em especial o mapa. O mapa (que possibilitaria o controle/representação do território), no caso, é apresentado junto ao censo (controle da população), e ao museu (controle da memória/da história). Essas três "ferramentas" conformariam uma espécie de "tripé" fundamental para as nações e os Estados modernos existirem e governarem a partir da modernidade.

Anderson pensa não somente na categoria de "nação", mas, em elementos fundamentais que seriam necessários para que tal instância exista. Conforme exemplificado, a importância dos subsídios imateriais, dos elementos simbólicos, ou seja, do que pode ser imaginado é enorme neste sentido. Entre outras funções, o que é "imaginado" corroboraria

---

[541] Anderson, 2008, p. 34.

com o sentimento de pertencimento, para a formação de comunidades e de produções de identidades compartilhadas.

Se tais elementos são centrais para existência das nações, nada mais justo em pensar como o nacionalismo também pode ser “imaginado”. Assim, o nacionalismo também se apoiaria em produções de imaginários e, logo, é representado através de discursos e de imagens específicas. Mais do que expresso em sentimentos individuais, ele também teria forte dimensão coletiva. No mais, as representações relativas ao nacionalismo podem ser acionadas pelos sujeitos não apenas em produções discursivas ou em peças gráficas, como também estariam expressas nos corpos, principalmente por elementos de indumentária e por acessórios. Por fim, elas não precisam ser exatamente novas, tal como aconteceu com o uso da camisa da seleção brasileira de futebol frequente em conformações bolsonaristas.

Para além da expressão de sentimentos de nacionalismo e especialmente a partir de 2013, o uso de variações da camisa do Brasil foi se estabelecendo com muita força como uma manifestação de pertencimento político ao grupo qualificado como “de direita”, e como sinal de apoio aos políticos de tal espectro. Depois de 2018, sobretudo no período eleitoral, tal veste se tornou uma espécie de uniforme de identificação dos apoiadores de Jair Bolsonaro, de seu agrupamento e de seus apoiadores, para além da amplitude “da direita”.

Figura 12 – Jair Bolsonaro durante votação nas eleições presidenciais e de outros cargos em 02 de outubro de 2022. Fonte: Perez, Beatriz. Jair Bolsonaro vota na Vila Militar e afirma que espera vencer no primeiro turno. O Dia. Publicado: 02 de outubro de 2022. Disponível em: https://odia.ig.com.br/eleicoes/2022/10/6497539-presidente-jair-bolsonaro-vota-na-vila-militar-e-afirma-que-espera-vencer-no-primeiro-turno.html. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

Em 2022, Jair Bolsonaro foi candidato (derrotado) à reeleição para presidente da república e tal código ainda se manteve bastante forte. A imagem acima (figura 12) registra o momento em que Jair Bolsonaro foi votar no segundo turno das eleições presidenciais (realizadas no dia 02 de outubro de 2022) em que ele próprio foi candidato ao cargo. Ele estava usando uma variação de um uniforme da seleção brasileira de futebol e seu costumeiro relógio de borracha.

Em transmissão ao vivo, realizada no dia anterior às eleições (01 de outubro de 2022), cujo frame do vídeo está representado pela imagem da figura 13, é possível ver também o uso das mesmas indumentárias, símbolos e até das cores em questão. Ao fundo está a bandeira do Brasil, enquanto em primeiro plano está Jair Bolsonaro, então candidato à reeleição, postando a mesma camisa e relógio da imagem acima (figura 12), ao lado de uma mulher que estava na função de tradutora de libras. Sobre a mesa está seu material de campanha, todo composto também nas cores da bandeira nacional.

Figura 13 – Bolsonaro e tradutora de libras em *Live* realizada nas vésperas da votação para o segundo turno para as eleições presidenciais de 2022. Fonte: Lessa, Henrique. Bolsonaro conclama apoiadores a votarem vestindo roupa amarela. Correio Brasiliense**.** Publicado em: 01 de outubro de 2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5041046-bolsonaro-conclama-apoiadores-a-votarem-vestindo-roupa-amarela.html. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

A potência da camisa da seleção brasileira (e de suas variações) como símbolo "identitário", profundamente apropriado pela conformação em questão, foi tão forte que seu alcance chegou a ser internacional. Na imagem abaixo (figura 14), de 2019, enquanto presidente da república do Brasil, Jair Bolsonaro presenteou, com uma camisa verde-amarela, o também político de extrema-direita, Donald Trump, à época presidente dos

Estados Unidos da América. No colo de Bolsonaro, há uma camisa dobrada, que parece ser bastante semelhante à do Brasil, mas com as cores dos Estados Unidos.

Figura 14 – Os presidentes Jair Bolsonaro e Donald Trump trocam presentes em 2019. Fonte: Paraguassu, Lisandra. Trump e Bolsonaro trocam camisas e elogios na Casa Branca Trump disse que presidente brasileiro está fazendo "um excelente trabalho" e que o Brasil nunca esteve tão próximo dos Estados Unidos. Terra. Publicado em 19 de março de 2019. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/trump-se-reune-com-bolsonaro-diz-nao-ter-hostilidade-com-brasil-e-fala-sobre-otan-e-apoio-na-ocde,7d365a048aed81677b5aa6d3d9b89e72uko2t8ws.html Acesso em: 4 de novembro de 2023.

Naturalmente, um símbolo com tamanha força não foi acionado somente por Jair Bolsonaro e pelos políticos associados próximos à sua conformação ideológica e/ou ao bolsonarismo em si. Tanto as variações de camisas da seleção brasileira, como as cores nacionais foram usadas de forma ampla e constante por setores significativos da população brasileira que apoiavam ou se identificavam com este agrupamento. Conforme ilustra a figura 15, que retrata uma manifestação de 2021 de apoiadores de Jair Bolsonaro. A pauta desta manifestação é conformada pelo apoio ao político e ao retorno do sistema de votação fundamentado no voto impresso, e não através da urna eletrônica, como acontece no Brasil atualmente.

A forte adesão da população e aderência deste símbolo, inclusive, tornou o uso seja da camisa, ou até mesmo das cores verde e amarelo, evitados por grupos de oposição à Bolsonaro e aos políticos associados ao bolsonarismo. Ainda no ano de 2023, primeiro ano do terceiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva, os elementos em questão ainda são amplamente associados com o bolsonarismo, mais do que com a pulsão nacionalista em si, ou até mesmo com o espectro político classificado como “de direita”.

Figura 15 – Ato pró-Bolsonaro e favorável ao voto impresso. Agência O Globo. Ao menos três capitais têm atos pró-Bolsonaro e a favor do voto impresso. Revista Exame. Publicado em: 01 de agosto de 2021. Disponível em: https://exame.com/brasil/ao-menos-tres-capitais-tem-atos-pro-bolsonaro-e-a-favor-do-voto-impresso/. Acesso em: 06 de novembro de 2023.

Assim, tanto o nacionalismo, como o "nacionalismo" (segundo a definição de Umberto Eco) precisam de produções de imaginários/imagens não somente para a criação de sentimentos de coesão e de identidade em torno das nações. Como ainda, o uso de tais elementos gráficos ou de indumentária, por exemplo, tem capacidade dupla: de representar como ainda de fortalecer laços sociais conformados entre alguns setores da população.

Para finalizar, deixo a ressalva de que Benedict Anderson trabalha com o termo "comunidades imaginadas" de forma muito mais complexa e densa do que as exploradas aqui. Todavia, articulo apenas uma pequena dimensão de suas teorias, objetivando a exploração de alguns dos aspectos existentes nas imbricadas associações entre o bolsonarismo com as noções de pátria/nação e de nacionalismo/"nacionalismo".

Por fim, na trindade das categorias agrupadas pela expressão "Deus, pátria, família", resta analisar os entrelaçamentos do bolsonarismo e das conformações fascistas já observadas através da temática da família e de alguns de seus temas correlatos. Da mesma forma em que aconteceu nos dois tópicos anteriores, as questões vinculadas à família serão elaboradas em conjunto com outros assuntos que, no caso, estão sintetizados principalmente em torno da questão do Estado.

6.6.3 A família e o Estado

Conforme dito, as discussões deste item, que é o último dos que se desdobram da trindade presente na expressão “Deus, pátria e família”, foram organizadas através dos mesmos procedimentos metodológicos operacionalizados nos dois tópicos anteriores. Importante também destacar que a categoria/instituição da família aqui está articulada especialmente por suas associações com os Estados. Assim como, em sua maioria, o material empírico, acionado para as reflexões comparadas, é fundamentalmente proveniente de declarações e ações associadas aos líderes das conformações de interesse, e das produções dos Estados em questão.

Neste sentido, as reflexões inerentes à temática da família são construídas a partir do entendimento de tal categoria como uma instituição social. No pensamento sociológico clássico, sobretudo nas teorias de Émile Durkheim, instituições sociais são corpos sociais responsáveis pela integração dos indivíduos à sociedade. Tal como a família, o Estado, a igreja e o trabalho também podem ser englobados por esta mesma classificação.

Portanto, as conformações, que são passíveis de serem lidas como família, são formadas por indivíduos unidos entre si através de relações de parentesco e por laços afetivos, e não necessariamente apenas por vínculos consanguíneos. No mais, a princípio, a instituição da família pode ser configurada de diferentes maneiras e através de hierarquias variadas entre os sujeitos que a compõe. Todavia, a despeito da diversidade dos arranjos familiares possíveis, principalmente nas sociedades ocidentais, é muito frequente a existência de um modelo de família estabelecido como preferencial; ou seja, de um único arranjo que é posto como norma.

No mais, para além de sua importância enorme, seja para os indivíduos, seja para estruturação das sociedades e até mesmo para os Estados de forma geral; a instituição da família é temática central no repertório das conformações fascistas históricas, com ênfase nos arranjos familiares estabelecidos como “convencionais”, ou seja, daqueles adotados como norma. O que também ocorre em vertentes ideológicas que tendem para o conservadorismo e/ou para os autoritarismos, tanto do passado, como dos dias atuais.

Considerando tal recorte, no caso do Brasil e no último século, é possível encontrar menções significativas ao tema nos discursos pertencentes ao integralismo (conforme foi discutido na primeira parte deste capítulo, sobretudo no item 6.3). Assim como, a questão da família se sobressaí em produções discursivas e em narrativas associadas à ditadura militar brasileira; como ainda, ela é muito relevante para conformações muito recentes, tal como no bolsonarismo.

Na totalidade das conformações enumeradas, o tema e as discussões relativas à família não somente são recorrentes e essenciais, como constantemente figuram com carga valorativa positiva. Fundamental também destacar que, ainda com as variações sintáticas/ semânticas ocasionadas pela escrita do termo derivada de suas flexões para o singular e o plural, normalmente, a palavra no singular é muito mais empregada.

Mais do que uma escolha gramatical, a preferência pelo termo no singular indica como é recorrente que, nos agrupamentos supracitados, ocorram tentativas de diminuir e até de destituir a pluralidade inerente à instituição da família. O que acontece nas esferas da linguagem, como pode reverberar em vários campos, inclusive em políticas públicas associados aos Estados. Assim, a "família" preferivelmente é representada a partir de um modelo único, o que é congruente com a supressão do plural da palavra.

Nas conjunturas analisadas, o modelo de família adotado como norma se fundamenta em estruturas patriarcais, práticas heterossexuais e monogâmicas. De modo que as possibilidades de famílias diversas ficam reduzidas, e se escondem no conjunto de família estritamente formado pelo arranjo composto pela forma "pai-mãe-filhos". Sendo que, em tais contextos e de preferência, o pai e a mãe são unidos frente ao Estado e/ou à alguma religião, e os filhos são biológicos. Mesmo que, na prática, outros arranjos existam (ainda que em estruturas/sociedades/governos muito repressivos), o modelo de representação, que é o considerado o ideal de família a ser alcançado pela população, frequentemente se estabelece enquadrado em tal molde, e com pouquíssimas variações.

No caso dos fascismos históricos aqui analisados, a afirmação posta acima não somente é verdadeira, como pode ser explorada a partir dos seus líderes e de seus principais expoentes, e com algumas pequenas variações nas execuções. Por exemplo, no contexto do fascismo italiano, o "*Duce",* Benito Mussolini, era casado com Rachele Mussolini e tal união matrimonial era reconhecida frente ao Estado italiano e à Igreja Católica. O casal teve cinco filhos biológicos (Edda, Vittorio, Bruno, Romano e Anna Maria), conforme ilustra o registro fotográfico abaixo (figura 16):

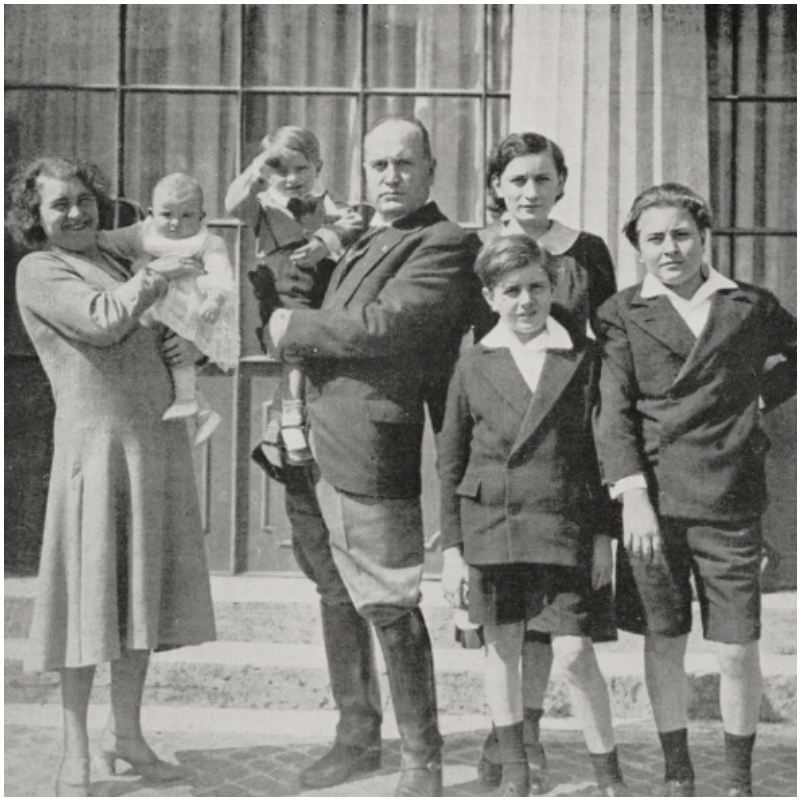


Figura 16 – Legenda retirada na integra do contexto original, em conjunto com a imagem. “A família Mussolini, da esquerda para a direita: Rachele Guidi (1890-1979), com a filha Anna Maria no colo, Benito Mussolini (1883-1945), com o filho Romano, Edda, Bruno e Vittorio, 4 de maio de 1930. (*Biblioteca Ambrosiana/ De Agostini/ Fotoarena*)”.[542]

O registro acima (figura 16) é de maio de 1930 e mostra o casal Mussolini e todos seus filhos. Sendo que esta forma de representação da família Mussolini era constantemente publicada nas mídias italianas à época, e explorada nas propagandas fascistas com grande frequência.

Todos os filhos do casal têm nomes tipicamente italianos, sendo que dois dos homens foram nomeados a partir de homenagens importantes para o fascismo italiano – Vittorio em homenagem aos reis italianos Vittorio Emanuele (I, II e III), e Romano em referência à cidade de Roma. Todavia, neste retrato da família e nas várias representações dos Mussolini existentes, estão ausentes o filho biológico mais velho de Benito Mussolini (Benito Albino), que é filho de outra mulher e foi concebido em seu primeiro casamento; assim como as várias amantes do *Duce*.

Já a questão da família na variante do fascismo alemão, quando vista pela figura de seu líder e de maneira geral, é mais complexa do que no caso do fascismo italiano.

---

[542] Schwarcz, Lilia Moritz. Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais do poder. **Revista de fotografia Zum Quarentena do Instituto Moreira Salles.** Publicado: 06 de julho de 2020. Acesso: 15 de outubro de 2023. Disponível em: https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/?fbclid=IwAR3tXLegTR7StXvBIbFLjWS-sQPONrKM7FcBn-lah6ZJRwZpY-zd1nZqb-M

Oficialmente, Adolf Hitler não era casado, nem frente ao Estado, e muito menos perante à alguma instituição religiosa. Mesmo que seu caso romântico com Eva Brown não fosse exatamente um segredo, ao contrário de Benito Mussolini, publicamente, Hitler sempre foi um homem solteiro.

Neste sentido, um dos principais motivos de Hitler não estar ele próprio centrado em um núcleo familiar pode ser creditado ao fato de que, considerando as peculiaridades das narrativas e do projeto de poder nazista, era mais interessante dotar o *Führer* de um caráter não humano/sagrado[543] e deixá-lo "isolado", do que associá-lo diretamente e em proximidade com outros sujeitos, tal como aconteceria em uma família. Além disso, há o fato de que as associações religiosas no nazismo não eram fundamentalmente cristãs; e muito menos havia vínculos fortes com a Igreja Católica, tal como aconteceu no fascismo italiano.

Entretanto, a dissociação pessoal de Adolf Hitler com um núcleo familiar não impediu em nada do tema integrar com grande relevância a base ideológica nazista. Mais do que no caso do fascismo italiano, no fascismo alemão, a existência de um modelo de família, singular[544] e "ariana", era considerada fundamental para a estruturação da sociedade no período, como estava fortemente imbricada com a questão da raça. Logo, a manutenção e a perpetuação da raça ariana só seriam possíveis pela existência e pela continuidade da família (ariana), assim como, a sociedade e a nação alemã estariam igualmente firmadas na família, tanto como no Estado e no seu líder.

Portanto, a família (ariana) era constantemente presente nas narrativas nazistas, protagonizando muitas das propagandas provenientes do Estado alemão à época, assim como era temática importante dos materiais didáticos no *III Reich*. O esquema abaixo (figura 17) foi retirado de um livro didático alemão, distribuído pelo Estado em 1942. A peça gráfica da figura 17 foi diretamente elaborada através dos valores e das diretrizes da "*NS-Familienpolitik"* ("políticas familiares do partido nazista"); e ilustra a centralidade da família ("*Familien"*) ariana formada por uma pai, uma mãe e muitos filhos.

---

[543] Um ótimo exemplo desta associação está na peça publicitária exibida no item (figura 09, no item 6.6.1). Nela está somente Adolf Hitler, uma espécie de pai/Deus e duas crianças. Não há uma figura feminina adulta para compor o papel de mãe. Mesmo que a palavra "*Mutter*" (mãe em alemão) esteja pareada a "*Vather*" (pai em alemão) no texto que compõe a peça, a figura da mãe se faz ausente da ilustração.

[544] Faço uma ressalva para tal afirmação, conforme conteúdo exposto na obra "A revolução cultural nazista", originalmente publicada em 2017, de autoria de Johann Chapoutot, de que, especialmente no auge da II Guerra Mundial, frente à grande baixa demográfica, outras possibilidades reprodutivas foram discutidas. O que chegou a incluir a existência de algumas discussões em altos escalões do partido nazista sobre a adoção de práticas de poligamia com objetivos reprodutivos, entre outras medidas para evitar a baixa populacional alemã (ariana).

No mais, a conformação familiar, que protagoniza o diagrama da figura 17, deveria ser dotada de “genes saudáveis” (“*Erbgesunde”*) e, por esse motivo, estaria autorizada a participar da formação da “comunidade nacional” (“*Volksgemeinschaft”*).

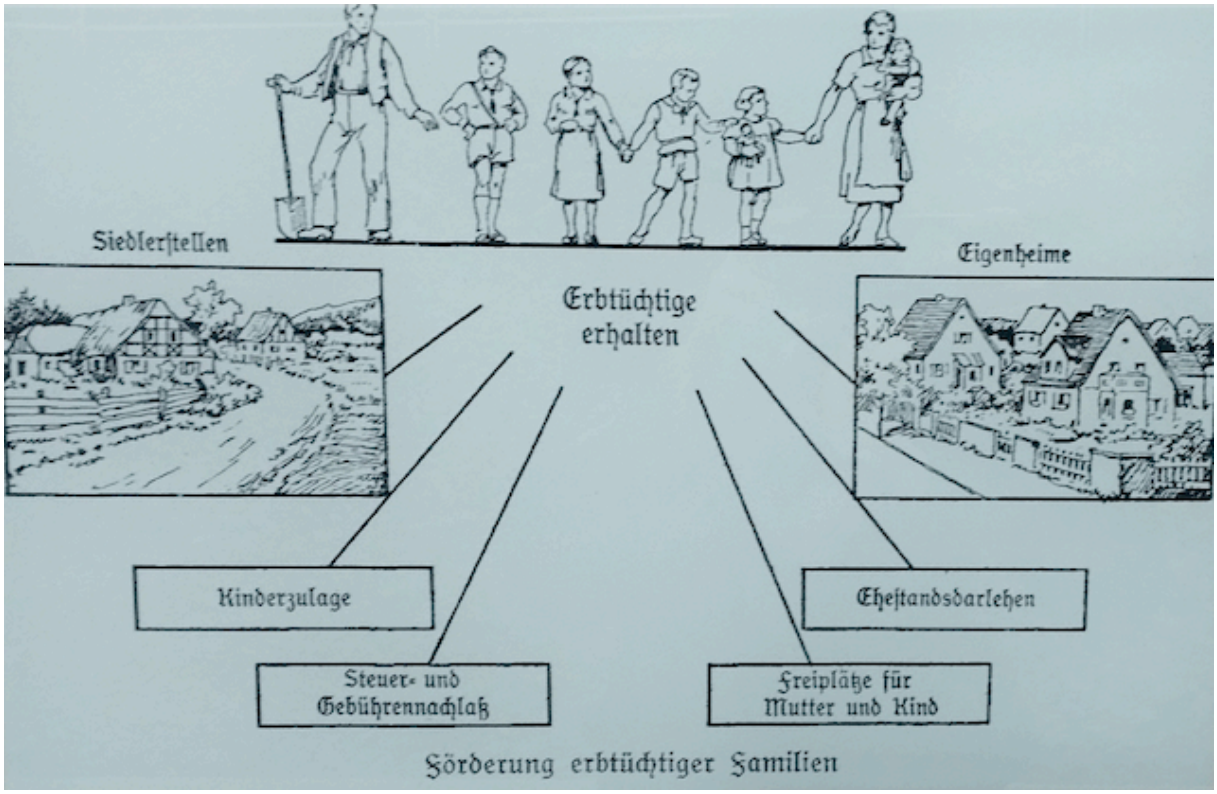


Figura 17 – Esquema representativo do ideal e da função da família alemã, retirado de um livro didático alemão, distribuído pelo Estado em 1942. Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

No mais, a família era a instância central da qual se irradiaria os assentamentos individuais/casas (“*Eingenheime”*), e os assentamento coletivos (“*Siedlersftellen”*). Sendo que, nesta ilustração, eles não foram nomeados com expressões que remetessem à “cidade”, nem a “município”, ou por algum termo que referenciasse à uma escala maior, ou à uma condição urbana. A escolha por termos derivados da palavra “assentamento” não parece uma decisão aleatória ou ocasional. Muito pelo contrário, pois ela ressoa uma intenção sutil, mas, deliberada de distanciamento do urbano e de aproximação com realidades rurais/tradicionais.

A família da figura 17, exposta acima, também estava sustentada por uma linha que, por sua vez, representa tanto o solo, como contém de forma escrita o princípio de “*Erbtüchtige erhalten*”, expressão esta que significa algo como “preservar a herança”. Além das construções de assentamentos, os termos apresentados dentro de retângulos, mas sem ilustrações, representavam políticas públicas nacionais alemãs e nazistas de valorização da família (tal como a distribuição de subsídios e verbas de assistência, por exemplo).

Ainda relativa à tal temática, está a imagem abaixo (figura 18). Ela é datada do intervalo entre 1933 – 34, segundo algumas fontes e, segundo outras, ela é de 1937 - 38; mas, indiscutivelmente, ela foi produzida como uma peça publicitária do NSDAP (partido nazista) e durante o *III Reich*. A peça mostra um conjunto de pessoas desenhadas e em cores em primeiro plano, sendo que todos os sujeitos são brancos e possuem cabelos loiros muito claros.

O destaque do conjunto (figura 18) está na figura masculina, um homem adulto/pai que, gestualmente, parece estar protegendo as outras pessoas da cena: uma mulher/mãe e quatro crianças/filhos. A criança, que parece ser o filho mais velho, está posicionada abaixo do pai, porém está mais alto do que a mulher adulta/mãe, como se ajudasse seu pai a protegê-la, ação que se estende aos seus irmãos menores. A posição do menino parece indicar que, hierarquicamente, ele é mais importante do que a mulher adulta, embora seja menos relevante do que o homem adulto. Ao contrário das outras crianças, que estão de preto e branco, e com roupas infantis, este menino veste um uniforme caqui que é pertencente ao grupo que foi nomeado como de Juventude Hitlerista.

No topo e na base da imagem estão alguns escritos em alemão, cuja fonte é da tipografia Gótica que, no início do *III Reich*, era a fonte principal adotada nas peças publicitárias nazistas. Há também a presença da águia com as asas abertas, segurando a suástica com as garras, um símbolo bastante conhecido do repertório nazista.

Dentre os escritos da peça (figura 18), a sentença "*Ein Volk*[545] *hilft sich selbft!"* significa algo como "O povo se ajuda entre si" e, no contexto da peça, ela faz referência às campanhas de bem estar social, doação e caridade capitaneadas pelo Estado alemão no regime nazista, segundo a legenda da imagem na exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors*.

---

[545] No nazismo, o termo "*Volk*" (povo) foi amplamente empregado, assim como várias palavras, formadas pela combinação do vocábulo "*Volk*" com outros termos, também tiveram grande circulação, como ilustra o exemplo da propaganda da figura 18. Tal abrangência, no caso, incluía tanto a sociedade em geral, como ainda contemplava declarações de políticos e até de peças publicitárias associadas ao Estado/ *III Reich*. No fascismo italiano, termos da mesma natureza, em especial a palavra "*popolo*", foram muito empregados na linguagem italiana. Por fim, além de amplamente acionadas em modulações diferentes de fascismos históricos, expressões como "povo" e "povo brasileiro" apareceram bastante no repertório de linguagem do bolsonarismo.

Apesar de muito relevante, tal assunto não foi desenvolvido no escopo desta tese. Mesmo que a presença de termos semelhantes à "povo" tenha sido uma forte característica de linguagem das duas variantes dos fascismos históricos aqui trabalhados, assim como do bolsonarismo, credito seu uso mais associado com à proximidade com o populismo em tais conformações, do que como uma especificidade dos fascismos/ das extremas-direitas. Assim, apesar de dentro do binômio linguagem-fascismo, a evocação de *"Volks"/"popolo"/"*povo" não é um elemento específico da "nebulosa fascista", embora a integre com muita centralidade.

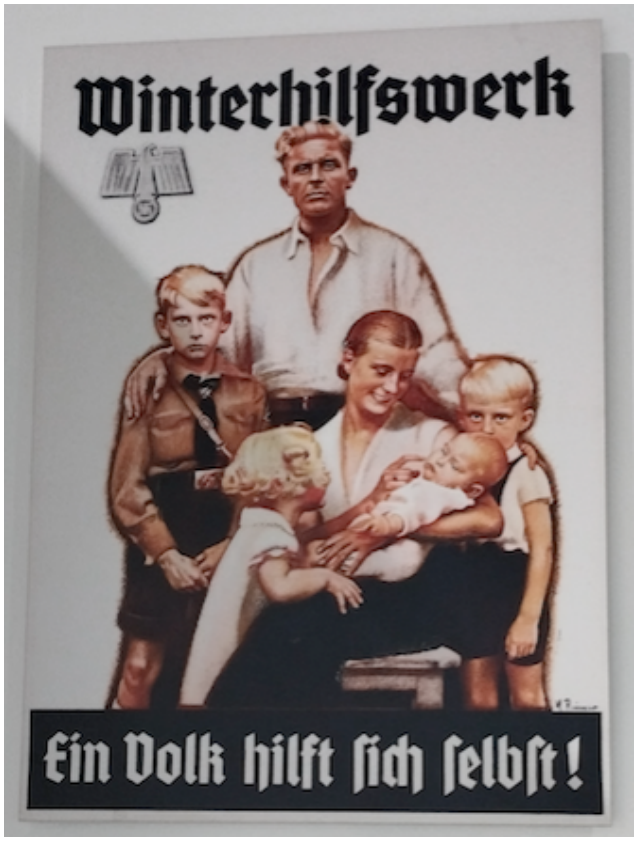


Figura 18 – Peça publicitária do *NSDAP* (partido nazista) durante o *III Reich,* datada do intervalo entre 1933 – 34, segundo algumas fontes e, segundo outras, de 1937-38 Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Outra peça publicitária do *III Reich* que retrata a família, mas sem data exata de publicação e divulgação, está exposta abaixo (figura 19). Assim como a primeira composição publicitária aqui exposta (figura 18), esta peça tem a presença de sujeitos que representam um núcleo familiar tal como o desejado no regime nazista. Como dito, este modelo era composto por um homem/pai, uma mulher/mãe e seus filhos.

Ainda que o desenho da peça esteja sem cores, fica nítido que as cores das peles e dos cabelos dos sujeitos são claras, assim como há a retratação de um fenótipo tipicamente branco em todos os indivíduos da ilustração. A águia está presente também, mas ela não está representada exatamente como no símbolo clássico do repertório nazista, e sim pelo próprio animal.

Em uma escala muito ampliada, a águia está ao fundo, como se estivesse guiando e fornecendo proteção para as pessoas do conjunto. Entre sua cabeça e suas asas, está a sigla do partido nazista (NSDAP) e o subtítulo *"Sichert die Volks-Gemeinschaft*" que é uma espécie de ordem de comando para proteção da "célula do povo". Sendo que povo é "*Volks*", enquanto "*Gemeinschaft"* é algo como comunidade.

Figura 19 – Peça publicitária do *III Reich* que retrata a família, mas sem data exata de publicação Parte do acervo da exposição permanente do memorial *Topographie des Terrors,* nomeada como *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Autoria: Stephanie Assaf. Data do registro: 02 de dezembro de 2022.

Na parte inferior da propaganda acima (figura 19), há o escrito "*Volksgenossen Braucht ihr Rat und Hilfe so wendt euch an die Ortsgruppe*". O termo "*Volksgenossen*" pode ser traduzido como "camaradas do povo" (todavia, o termo não tem uma tradução exata para o português). Depois do vocativo ("*Volksgenossen*"), o texto sugere para a população, a quem ele se direciona, para entrar em contato com o grupo local/comunidade, caso os sujeitos precisem de aconselhamento e/ou ajuda.

Segundo a legenda desta peça, que foi apresentada na exposição *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945) localizada no memorial no qual este material está exposto, as famílias conformadas, segundo os moldes desejados ao regime nazista, eram as "*Volks-Gemeinschaft".* Este termo exprime a ideia de que tal tipo de grupo era considerado como uma espécie de célula de origem da comunidade, da raça e da nação alemã. Assim, para além dos indivíduos isolados, a unidade elementar de conformação do povo parece ser a família, e não os indivíduos, nos discursos do fascismo alemão.

Não somente fundamental para manutenção da raça e da nação alemã no nazismo, como ainda para instâncias locais, a instituição da família é fundamental para outras variações de fascismo, afirmação que pode ser explorada por diversas possibilidades. A primeira destas, é através da dimensão do tradicionalismo (a despeito de que esta temática que não tenha sido e nem será aprofundada aqui). O tradicionalismo é uma vertente filosófica com relativa antiguidade e, para além disto, conforma um ponto, que é mapeado por Umberto Eco, como um eixo de força fundamental aos fascismos/na nebulosa fascista. Em suas palavras:

> **1. A primeira característica de um Ur-Fascismo é o culto da tradição**. O tradicionalismo é mais velho que o fascismo. Foi típico também do pensamento contrarreformista católico depois da Revolução Francesa, mas nasceu no final da idade helenísitica como uma reação ao racionalismo grego clássico.[546]

De maneira muito simplificada, o culto à tradição abarca, entre outras práticas, o culto à família (mas não a qualquer conformação de famílias) e aos valores tradicionais. Isso se explica pelo tradicionalismo, de forma geral, envolver a defesa da manutenção de instituições e de valores estáveis nas sociedades como forma de conservação destas, frente ao "caos" vindouro das mudanças acarretadas a partir da modernidade.

Logo, a conservação da unidade da família, no singular e em seus moldes postos como "tradicionais" – centrado em formações e princípios patriarcais, heterossexuais e monogâmicos – significaria a conservação do antigo, do tradicional, e do estável. Prática que, neste tipo de visão de mundo, é possível de ser interpretada como de "resistência" e até de proteção daquilo que já existe.

Conforme discutido na primeira parte deste capítulo, algumas conformações e vertentes ideológicas brasileiras, tais como o ruralismo e o integralismo, por exemplo, têm como fundamentos estruturas muito semelhantes às supracitadas. No mais, a família, em muitas conformações de natureza que tendem aos autoritarismos, ou até mesmo aos fascismos, em termos de representação, são unidades que se estabelecem de maneira muito rígida e como modelo a ser rigorosamente seguido.

Portanto, em tais conjunturas, a família seria uma espécie de átomo não só constituinte da sociedade, como seria ainda uma instituição basal para a manutenção de um conjunto de valores e práticas importantes aos ideários analisados. Caso esta instituição seja bem firmada, e com a regulação do Estado, seria dificultada a existência de sujeitos

---

[546] Eco, 2007, p. 35.

fora da norma social estabelecida. Ou seja, é pelo controle direto da família que o Estado pode controlar os sujeitos individualmente, e a sua população de maneira geral.

Neste sentido, importante mencionar que não somente os judeus foram alvos de perseguição na ideologia e extermínio pelo Estado nazista. Sujeitos marcadamente desviantes, como homossexuais e pessoas neuroatípicas; assim como etnias/grupos que se organizavam a partir de outras formas, tal como os povos ciganos, foram também demarcadas como alvos a serem eliminados no *III Reich*.

A simples existência dos sujeitos enumerados acima representava a existência de contrapontos explícitos ao modelo de família desejado no nazismo. E, mais do que isso, ela significava também divergências com a totalidade dos valores fascistas de forma ampla. Logo, a interdição da liberdade, e até da existência destes sujeitos e de seus arranjos familiares diversos, consequentemente, era tributária ao veto da propagação de arranjos fora da norma estabelecida como ideal.

Por fim e nos fascismos de forma geral, quando estes ideários alcançaram/alcançam a gestão pública, o controle do Estado não se direcionou/a somente aos sujeitos/corpos desviantes, pois, ele se volta à toda população. O que muda é a forma, ou seja, os modos em que esse controle acontecia/acontece, uma vez em que, para alguns grupos, o tratamento está no extermínio e/ou na interdição da liberdade; ao passo que, para outros, a existência se permeia por regras e pela "proteção" (vigilância) do Estado.

Como maneira de organizar o controle dos corpos, e logo da população, o arranjo da família parece tornar tal procedimento mais "fácil", ou mais palatável, operando como uma espécie de instância intermediária entre o Estado e os indivíduos/população. Os argumentos apresentados são facilmente ilustrados em contextos nos quais os Estados são centralizados e/ou os governos são autoritários, tal como aconteceu nos fascismos históricos analisados, sobretudo no caso alemão.

Mas, e em arranjos contemporâneos cujos Estados não são marcadamente autoritários? E em contextos de estados "mínimos"? E no caso específico do bolsonarismo? De forma mais específica: como a unidade/categoria da família foi mobilizada em conformações tais como o Estado brasileiro do início do século XXI, com ênfase no intervalo que abarcou a gestão presidencial de Jair Bolsonaro?

Em diálogo com Melinda Cooper, a filósofa Wendy Brown fornece importantes contribuições para elaboração de hipóteses para explorar tais questões, especialmente em sua obra "Nas ruinas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente", publicada no Brasil em 2019. Também com interlocução com Michel Foucault, Brown indica como a "racionalidade neoliberal" contaminou não somente a economia, como a gestão pública e a vida dos sujeitos de forma muito abrangente e duradoura.

Mesmo que seja possível apontarmos conformações contemporâneas de extrema-direita com características fascistas,[547] normalmente, elas existem em arranjos de estados não centralizados e nem exatamente autoritários, tal como aconteceu nos fascismos históricos. Mas, sim, normalmente, elas são permeadas pelo neoliberalismo (como racionalidade). Neste sentido, por exemplo, no mandato que estruturou a gestão pública capitaneada por Jair Bolsonaro no Brasil, as políticas econômicas do Estado eram de teor extremamente neoliberal. O ministro da economia do governo presidencial de Bolsonaro (2019 – 2022), Paulo Guedes, tem a base de sua formação nos preceitos da Escola de Chicago, uma das principais escolas referência do pensamento econômico neoliberal do mundo.

Em confluência com os outros autores aqui referenciados, Brown também é enfática quando afirma que ela não parte do pressuposto do retorno dos fascismos do início do século XX tal como foram no passado.[548] A autora ainda compreende o neoliberalismo como uma racionalidade, na qual "nada fica intocado" por ela, nem mesmo as democracias, a "lei, a cultura e a subjetividade política".[549] Assim e a respeito da temática da família em tais contextos, Brown apresenta ricas interlocuções com a obra de Melinda Cooper, publicada em 2016, e nomeada como "*Family Values*".

Nas palavras de Brown, no livro de Cooper, há a argumentação central de que a manutenção das "normas familiares patriarcais" não é um procedimento secundário, mas é algo de suma importância, como está "profundamente enraizado na reforma neoliberal do bem-estar social e da educação".[550] De tal modo que, nos contextos examinados, as políticas de bem-estar social, que deveriam estar no controle do Estado, são transferidas para a responsabilidade das famílias.[551] E não de qualquer família no plural, mas do modelo de família ancorado nos princípios citados previamente nesta seção.

Cooper menciona ainda como as responsabilidades relacionadas com a saúde, com a seguridade social e até com a educação (principalmente no ensino superior), na hegemonia do neoliberalismo, passam facilmente para os indivíduos-família, quando os Estados se "isentam" de tais obrigações. Tais hipóteses são perfeitamente aplicáveis para o entendimento da estrutura da gestão pública comandada por Jair Bolsonaro, e nos auxiliam

---

[547] Em que o diagnóstico de fascismo é estabelecido a partir de formas mais ampliadas da categoria, tal como é descrito nas percepções de Umberto Eco.

[548] Brown, 2019, p. 18.

[549] Brown, 2019, p. 17.

[550] Cooper, Melinda, 2016, *apud* Brown, 2019, p. 22.

[551] Cooper, Melinda, 2016, *apud* Brown, 2019, p. 22.

a entender alguns aspectos da aliança, aparentemente estranha, entre traços fascistas com o neoliberalismo.

Nas perspectivas combinadas de Cooper e Brown, a racionalidade neoliberal pode existir não só em conjunto, como se estabelece em decorrência da transferência das responsabilidades enumeradas (e de outras) dos Estados para a instituição da família.

Portanto, a valorização da família, no caso do bolsonarismo, por exemplo, assume funções múltiplas: seja para que tal instituição social assuma funções que eram do Estado em modelos de Estado de bem-estar social; como ainda ressoa com o intento de se manter e propagar valores tradicionais (também tradicionalistas); e também dialoga com elementos e procedimentos centrais dos fascismos históricos, e das extremas-direitas ao redor do globo na atualidade.

De forma muito semelhante com a mobilização do nacionalismo, e da nação, a questão da família no bolsonarismo (visto aqui pela metonímia do sujeito que o nomeia) está presente não “apenas” nas pautas, na agenda ideológica, e nos discursos desta conformação. Uma vez em que ela foi/é constantemente presente em imagens e nos registros públicos das principais figuras deste agrupamento. Dito de outra forma, no bolsonarismo é frequente não apenas a defesa da família (tradicional e no singular) em termos verbais, como imagens que retratam esta instituição (em seus moldes desejados) foram (e ainda são) fortemente divulgadas, sendo essas fundamentais para tal conformação.

A principal família presente no repertório iconográfico do bolsonarismo é a família do próprio Jair Bolsonaro, na qual seus três filhos mais velhos (Flávio, Carlos e Eduardo), assim como o pai, estão na carreira política no Brasil. Importante destacar que o Bolsonaro pai foi casado diversas vezes e tem mais dois outros filhos biológicos conhecidos e assumidos publicamente. Quando foi presidente da república do Brasil, ele estava casado com Michele Bolsonaro, com quem tem uma filha e uma enteada.

Todavia, a despeito da formação não tradicional da família Bolsonaro, no bolsonarismo, a conformação de família posta como modelo é também centrada na estrutura homem-pai, mulher-mãe e filhos. O que parece estrando, uma vez em que, a maioria dos registros dos “Bolsonaros” contêm o pai e seus três filhos mais velhos, e nem sempre há a presença da mulher. Os outros filhos de Jair Bolsonaro aparecem muito raramente e a depender da ocasião.

Para ilustrar a afirmação disposta acima, vários exemplos existem e são possíveis de serem acionados. Porém, incorporo como exemplo uma imagem, que compõe o escopo de artigo já mencionado da historiadora Lilia Schwarcz de 2020, e que está exposta na página abaixo (figura 20). A imagem, por sua vez, é uma foto retirada de uma publicação do perfil pessoal, da mídia *Twitter* (atualmente nomeada como X), de Eduardo Bolsonaro.

Ainda que de costas, Jair Bolsonaro é o destaque da reunião entre os “Bolsonaros”. Além de seu relógio característico, o mesmo veste uma camisa simples, do tipo polo e em vermelho e, pela linguagem gestual, parece ser ele quem fala, enquanto três de seus filhos o escutam. O ambiente é simples, assim como a mesa está servida com alimentos baratos (acessíveis à maioria da população brasileira) e notoriamente populares. Porém, nada parece estar na cena por acidente, uma vez em que a decoração do cômodo, formada só por pinturas na parede, sintetiza as pautas e afinidades de Jair Bolsonaro, de sua família e da conformação a qual faz parte.

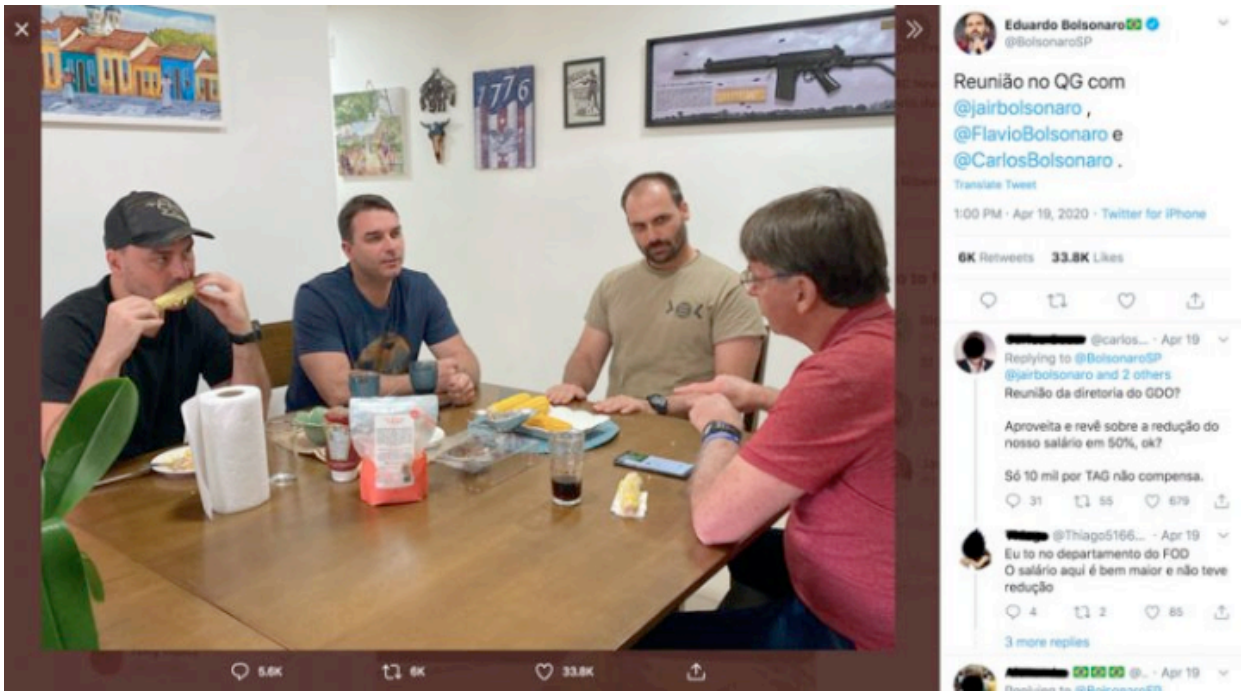


Figura 20 – Legenda retirada na integra do contexto original, em conjunto com a imagem. “Imagem publicada pelo deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) no Twitter, dia 19 de abril de 2020: Bolsonaro pai e três dos seus filhos (os políticos) aparecem reunidos em local apelidado pelo parlamentar como QG (quartel-general). A data da foto não foi especificada. (Reprodução/ Twitter *@BolsonaroSP*)”.[552]

Embora a repetição de registros diferentes favoreça muito a comprovação dos argumentos apresentados, acredito que prolongar aqui este procedimento, a partir da exposição de mais fotos de conteúdos semelhantes, extrapole os objetivos desta tese. Como, metodologicamente, tal ação destoaria dos procedimentos aqui adotados, uma vez em que eles foram estruturados para favorecer discussões sobre qualidades da linguagem e não estão centrados em demonstrações quantitativas.

---

[552] Schwarcz, Lilia Moritz. Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais do poder. **Revista de fotografia Zum Quarentena do Instituto Moreira Salles.** Publicado: 06 de julho de 2020. Acesso: 15 de outubro de 2023. Disponível em: https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/?fbclid=IwAR3tXLegTR7StXvBIbFLjWS-sQPONrKM7FcBn-lah6ZJRwZpY-zd1nZqb-M

Logo, à guisa de expor mais exemplos que reforcem o padrão de como a família Bolsonaro é representada, tal como reforcem também como a temática da família é muito importante como elemento simbólico da conformação, deixo algumas questões em aberto para que estas retornem na conclusão desta tese.

Enquanto registros de Jair Bolsonaro com sua família, no que é possível ser qualificado como de sua vida privada, são valorizados; o que acontece com os registros (e, logo, com sua atuação) nos espaços públicos? A partir e para além do sujeito Jair Bolsonaro, como os espaços públicos são apropriados no bolsonarismo? E a esfera pública? Existem diferenças nas articulações entre o bolsonarismo com o espaço e a esfera pública? Se sim, quais poderiam ser essas?

Se, de forma geral, a instituição da família pode ser pareada com a casa, qual o papel da cidade (das cidades) no Bolsonarismo? Por fim, porque não há quase que nenhuma menção às cidades na parte deste capítulo que aborda de maneira mais específica o sujeito Jair Bolsonaro e o bolsonarismo?

> O futuro só se pode antecipar na forma do perigo absoluto. Ele é o que rompe absolutamente com a normalidade constituída e por isso somente se pode anunciar, *apresentar-se*, na espécie da monstruosidade. Para este mundo por vir e para o que nele terá feito tremer os valores de signo, de fala e de escritura, para aquilo que conduz aqui o nosso futuro anterior, ainda não existe epígrafe (Derrida, p. 6, 1973 [1967]).

7 CONCLUSÃO

No dia 19 de novembro de 2023, o economista Javier Milei foi eleito como presidente da república da Argentina. Poucos meses antes das eleições, sua vitória era considerada como muito improvável, tal como aconteceu com Jair Bolsonaro em 2018, na ocasião em que ele foi eleito como presidente do Brasil. Também como Jair Bolsonaro, Milei se situa na extrema-direita do espectro político em escala global, e se apresenta publicamente como um grande admirador do ex-presidente estadunidense Donald Trump.

Em uma matéria de um periódico português, publicada um dia depois da apuração do resultado das eleições na Argentina, constava o comentário de que Javier Milei tinha o potencial de ser mais "*trumpista*" do que o próprio Trump.[553] Neste mesmo sentido, no título de um outro ensaio, que foi publicado na mesma época, mas por um veículo da mídia brasileira, estava a seguinte frase: "Javier Milei é eleito presidente da Argentina com pauta ultraliberal e discurso radical antipolítica".[554]

Este pequeno enunciado sintetiza bem a figura de Milei até o momento em que esse texto foi escrito (dezembro de 2023); como ainda contempla dois aspectos ideológicos centrais de Jair Bolsonaro, sendo esses a adoção de "pautas ultraliberais" e de discursos "antipolítica". Além de remeter à dissolução de quadros do Estado, assim como à diminuição das políticas públicas, o termo "ultraliberal" pode ser entendido como um conjunto de medidas que repercutem em reduções da atuação e da influência do Estado em vários setores, sobretudo da economia.

Por sua vez, a expressão "discurso radical antipolítica", presente no título do referido ensaio, à primeira vista, parece significar algo como uma ação relativa ao presente em questão, mais especificamente referente à algumas falas de determinada ocasião. Contudo, tal expressão têm significados mais complexos do que aparenta, o que ocorre por vários motivos. O primeiro deles é que o termo "discurso", embora provavelmente empregado para representar como as pautas e as declarações verbais do político são mobilizadas de forma conjunta, também pode ser interpretado como um elemento que se associa com a

---

[553] Silva, Antônio Oliveira e. ""A*fuera*!!!": assim é Javier Milei, o novo presidente da Argentina que quer legalizar o comércio de órgãos". **CNN Portugal.** Publicada em: 20 de novembro de 2023. Disponível em: https://cnnportugal.iol.pt/videos/afuera-assim-e-javier-milei-o-novo-presidente-da-argentina-que-quer-legalizar-o-comercio-de-orgaos/655bafd00cf23250d7112bd3. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

[554] Javier Milei é eleito presidente da Argentina com pauta ultraliberal e discurso radical antipolítica. **G1.** São Paulo. Publicada em: 19 de novembro de 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/11/19/javier-milei-e-eleito-presidente-da-argentina-com-pauta-ultraliberal-e-discurso-radical-antipolitica.ghtml. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

identidade do mesmo. Pois, quando Milei faz declarações/“discursos antipolítica” ele pode ser percebido como uma espécie de político “antipolítica”, da mesma forma que Bolsonaro o é.

Mesmo que concorrendo à cargos políticos, a partir do elemento “antipolítica”, os sujeitos mencionados se projetam como “*outsiders*”, como “contra/fora do sistema” e até mesmo como “novidade”. Apesar disso, para além da intenção dos sujeitos, o termo e os discursos “antipolítica” negam a política em vários sentidos, e não somente nos desejados pelos que deles se apropriam. Entre os sentidos negados de “política” estão também os vinculados com definições recorrentemente trabalhadas no campo da filosofia. Em tal perspectiva, a política é relacionada tanto com a “posse da palavra”, quanto com variações de democracias; conforme discutido nesta tese, especialmente em seu primeiro capítulo.

Neste mencionado sentido, para a política ser possível, é necessário que a posse da palavra aconteça por sujeitos diversos, de grupos sociais diferentes, e em condição de igualdade no debate. Logo, é através da palavra que ideias e posições distintas podem ser apresentadas no mesmo plano. Para que assim as questões da vida pública sejam resolvidas mediante ao debate, e não através da arbitrariedade e/ou da violência. Como já dito e desta forma, o atributo da política está profundamente emaranhado com definições e com arranjos de democracia(s).

Portanto, quando um sujeito se apresenta como “antipolítica”, ele não apenas refere-se a si mesmo como “fora do sistema”, por exemplo; mas, em algum lugar, ele também nega a validade do debate para a solução de questões públicas e, no extremo, se distancia das democracias. Não sem razão que a eleição de sujeitos “antipolítica”, ainda mais para cargos altos da gestão pública, cause preocupação e ressalvas em vários setores da população ao redor do globo, e independente da conjuntura.

Importante reforçar também que muito do “sucesso” de tais sujeitos aconteceu exatamente pelo uso da palavra, ainda que sob negação veemente da política. No caso, o vocábulo “palavra”, aqui empregado, não remete nem à política, nem ao debate, e muito menos às democracias. Uma vez em que, nestas condições, “palavra” faz referência apenas à linguagem, e à comunicação de maneira geral. Assim, é uma marca reconhecida das extremas-direitas mundiais, seja do início do século XX, seja do século XXI, a apropriação da comunicação e da linguagem para a conquista e para manutenção no poder. Parte considerável da projeção de Donald Trump pode ser atribuída à Stephen Bannon, ex-estrategista chefe da Casa Branca e conselheiro pessoal de Trump; tal como o “sucesso” de Jair Bolsonaro também pode ser creditado à sua equipe de comunicação, popularmente conhecida como de “Gabinete do ódio”.

Durante o processo de escrita desta tese, apresentei muitos trabalhos em congressos diferentes a respeito do “Gabinete do ódio”. Todavia, para manter um bom

encadeamento de assuntos e não me estender demais no número de páginas que, ainda na escrita do quinto capítulo, percebi que se aproximavam das trezentas, suprimi o assunto do escopo da tese. A despeito desta arriscada decisão, o que foi nomeado, pela oposição ao grupo em questão, como de “Gabinete do ódio” sintetiza e representa toda a estrutura de comunicação própria do bolsonarismo. De forma mais específica, o “Gabinete do ódio” também pode ser entendido como uma espécie de Secretaria de Comunicação e Propaganda paralela do governo presidencial de Jair Bolsonaro.

O que é chamado de “Gabinete do ódio”, ao contrário do que o termo “gabinete” sugere, não tem sede física conhecida, nem nada neste sentido. Apesar da comprovação da existência e da amplitude da rede de comunicação de Jair Bolsonaro/do bolsonarismo, não tem, e nem tinha, nenhum edifício público ou privado conhecido e destinado à sua locação – ao menos até a finalização desta tese. A ausência de uma sede física indica que, muito provavelmente, tal rede existiu/a no espaço de maneira pulverizada, e não concentrada em um edifício, ou em um complexo de edificações.

Assim, possivelmente ela está espalhada em pequenos estabelecimentos, cômodos comerciais e/ou até residenciais, casas, galpões, entre outras possibilidades. Esta configuração pode ter acontecido em decorrência de que talvez algumas das ações e dos procedimentos desta rede não estejam exatamente em conformidade com as leis. Contudo, é inegável como tal forma de organização destoa dos padrões que ocorrem em dinâmicas de poder diferentes quando em associações com os Estados (e não somente das extremas-direitas). Normalmente, a apropriação do espaço é um elemento importante neste aspecto, e acontece preferencialmente através de construções executadas em escalas grandiosas.

O exagero no tamanho das edificações, como discutido aqui (principalmente no segundo e terceiro capítulo que versam sobre Roma e Berlin), é uma marca muito característica dos fascismos históricos. E não apenas deste tipo de conformação que tende para os autoritarismos; como muitos outros arranjos, inclusive até dos considerados democráticos, também se apropriaram largamente da ocupação do espaço, sobretudo em escalas grandiosas.

Porém, tal como o caso do que foi nomeado como de “Gabinete do ódio” ilustra, na contemporaneidade, governos de extrema-direita e com nítidos traços fascistas (conforme definições de Umberto Eco) não tomaram e ainda não tomam posse do espaço desta maneira. Em sua gestão presidencial, se muito, Jair Bolsonaro compareceu em inaugurações de pontes em cidades do interior do Brasil e de algumas obras públicas, normalmente de pequeno porte e de responsabilidade de outros entes federados. Em suma, no bolsonarismo e quando assentado no mais alto cargo do governo federal brasileiro, não parecia haver prioridade e nem interesse na construção de edificações de grande escala e de teor monumental, e muito menos em intervenções urbanas.

A asserção posta acima extrapola o bolsonarismo, e se repete em arranjos parecidos que acontecem/ram em condições similares e em épocas próximas. A despeito das semelhanças relevantes existentes entre as conformações diferentes que podem ser englobadas na "nebulosa fascista"; as ações frente ao espaço e às cidades são muito díspares entre o que pode ser qualificado como de "fascismos históricos" com os arranjos dos dias atuais.[555]

No mínimo, há um intervalo de oitenta anos entre os exemplos listados. Comparações literais e sem ressalvas entre eles seriam absurdas. No mais, no início do século XXI, o processo de urbanização já estava estabelecido em praticamente todos os países do ocidente e há um bom tempo. Assim como, existem muito mais metrópoles adensadas do que quando os fascismos históricos aconteceram. No Brasil, por exemplo, a sua atual capital federal, que é a cidade de Brasília, foi inaugurada somente em 1960. Além de várias edificações públicas de grande escala, de estilo arquitetônico muito característico e de sua vocação para a monumentalidade; a malha urbana e a infraestrutura de Brasília também são grandiosas.

Evidentemente, as afirmações e argumentos postos aqui estão longe de esgotarem as discussões sobre tais temas. Todavia, em acréscimo à ausência de obras públicas como procedimento padrão na "nebulosa fascista" e na contemporaneidade, ocorreram desaparecimentos sistemáticos não apenas da importância do espaço, como daquilo que é relativo ao urbano (incluindo a questão da cidade) também nas esferas da linguagem.[556] O que pode ser explorado tendo como parâmetro o caso do bolsonarismo.

Na segunda parte do último capítulo desta tese, centrada nas reflexões sobre o bolsonarismo em si, há uma supressão quase que completa da temática da cidade. Longe disto ter sido proposital, o desaparecimento do tema, a princípio, foi bastante angustiante ao longo do processo de pesquisa e escrita da tese. Uma vez em que, por mais que fossem procurados dados e evidencias sobre a cidade, nada de relevante foi encontrado por mim. Por fim, esta ausência se estabeleceu como um importante dado que fundamentou algumas das hipóteses desta tese.

Se, nos contextos descritos, a cidade "desaparece", e em diversas esferas (desde as políticas públicas até às palavras e imagens), o que isso poderia então significar?

---

[555] Ao longo de toda esta tese, as expressões "nebulosa fascista" e "fascismos históricos" são, respectivamente, referências aos termos e aos trabalhos de Umberto Eco e Emílio Gentile. Nem sempre elas foram escritas com aspas ao longo do texto, a despeito da origem ser sempre a mesma.

[556] A categoria "palavra", tão cara para as reflexões relativas à política e às democracias, muitas vezes é aqui está posta em paridade com o termo "linguagem" de forma direta, sem esclarecimentos. Pois, o termo "linguagem", muito mais amplo, parece não só mais adequado e apropriado para pensar nos fascismos, como permite alguns acréscimos interessantes.

O arranjo entre palavra, política e democracia (nos sentidos aqui já expostos e debatidos) só foi possível de emergir a partir da existência da conformação nomeada como cidade-Estado, ou *polis*. Apesar de que esta configuração é relativa às democracias antigas, mesmo nas democracias modernas, tanto as cidades, como a palavra/linguagem, não podem ser excluídas do binômio democracias-política. Ou seja, junto com a ausência da cidade, muita coisa potencialmente também se vai.

No mais, como podemos pensar nos espaços públicos nestes contextos? Nas democracias antigas, os espaços públicos eram os lugares nas cidades nas quais a política era exercida, entre outras funções importantes. Ao passo que, nas democracias modernas, ainda que com a existência de instituições/edificações próprias para este fim, os espaços públicos continuam como instancias fundamentais, seja para a política, para as democracias, como para a existência das cidades.

Para refletir sobre tais questões, primeiramente articulando os espaços públicos com muita proximidade com às cidades, é importante que sejam examinados alguns significados para a expressão “espaço público”.

Em tal sentido, é possível mobilizar a classificação como espaço público, e na contemporaneidade, para lugares que sejam primordialmente de uso/acesso público (e não privado); assim como áreas que sejam de responsabilidade da administração pública (independente da escala se municipal, estadual ou federal). Nesta conjuntura, estão inclusos elementos como praças, parques, assim como as ruas e até os sistemas viários das cidades.

Tal classificação atende o senso comum, pois é entendida em larga escala e não somente em meios específicos ou técnicos. Tanto como, nos sentidos postos acima, esta noção de espaço público é bastante útil e está absorvida pelas estruturas de Estado após a modernidade. Uma vez em que ela permite a inserção documental desses territórios nas burocracias e em seus sistemas classificatórios. Ou seja, torna esses territórios legíveis para a administração pública, para a aparelhagem do Estado, e não apenas para a população.

Nestas condições é possível pensarmos em espaços públicos em arranjos associados com os fascismos, independente se de hoje ou do passado. Todavia, quando refletimos sobre espaço público historicamente e/ou através de perspectivas mais complexas, principalmente a partir da política/democracias, esta aproximação entre a noção de espaço público com os fascismos encontra enormes ressalvas.

Logo, os espaços públicos que, ontologicamente têm uma natureza, ou até mesmo uma vocação para política, nos fascismos do início do século XX existiam de outras maneiras. As praças, por exemplo, não foram abolidas na Alemanha ou na Itália fascistas. Todavia, ainda que a forma e algumas funções delas tenham sido mantidas, a natureza política dos espaços públicos, nestes regimes, foi dissipada e reprimida. Neste sentido,

Charlotte Beradt, no seu livro sobre os sonhos no *III Reich*, aponta que pessoas muito diferentes relataram uma espécie de atmosfera de "indiferença total" que era associada com a destruição do espaço público (em termos imateriais, não materiais) na Alemanha nazista.[557]

Para além da percepção de Beradt, alguns dos conteúdos imagéticos e documentais, tanto como as análises presentes no escopo desta tese ilustram as diversas possibilidades pelas quais os lugares classificáveis como espaços públicos foram apropriados durante os fascismos históricos. Como parte das dinâmicas e dos projetos de poder em questão, eles foram importantíssimos. O historiador Emilio Gentile resumiu, com bastante precisão, não só a questão dos espaços públicos, como do que aconteceu na/com a cidade/Roma no fascismo italiano, o que pode ser aplicado e expandido para outras variações dentre os fascismos históricos. Em suas palavras:

> No primeiro decênio do regime, (...) o fascismo trabalhou muito para efetuar, depois da conquista política, **uma 'conquista monumental' da capital, mediante a fascistização (*fascistizzazione*) de seu espaço urbano em todos os lugares quanto possível, ocupando-os com seu próprio rito, símbolos e monumentos.**[558]

De forma geral e em arranjos democráticos, os espaços públicos, que deveriam abrigar a pluralidade, permitirem a criação de laços sociais entre a população, e possibilitarem ocupações diversas; nos fascismos, serviam fundamentalmente para compor uma "estética", assim como, funcionavam como "cenários" para a locação de ritos de poder. Paradas militares, exibições de líderes, passeatas comemorando datas importantes, entre outros usos da mesma natureza preenchiam estes espaços em tais conjunturas.

O que também significava, como tão bem argumentou o historiador Emílio Gentile, na "fascistização" de Roma o que, em outras palavras e de maneira mais ampliada, representava parte dos procedimentos de dominação das cidades pelos fascismos. Ou seja, o mesmo tipo de lógica, que pode ser acionada para pensarmos nas junções entre o que pode ser classificado como de espaços públicos entre os fascismos, se estende às cidades.

Importante ainda reforçar que não é exclusividade dos fascismos tais formas de apropriações dos espaços públicos. Mesmo em governos democráticos, exibições, paradas militares, eventos cívicos, entre outros usos semelhantes podem acontecer nos espaços classificados como públicos. Todavia, a diferença central para as apropriações dos espaços públicos nos regimes fascistas/autoritários para os democráticos é vinculada à perda da

---

[557] Beradt, 1962, p. 65.

[558] Gentile, 2007, p. 89.

função política destes; reforçando que, neste enunciado, o termo "política" está posto nos sentidos correntes relacionados às discussões da filosofia e não ao senso comum.

A hipótese supracitada é relativamente fácil de ser explorada e entendida nos contextos aqui previamente tratados. Para isso, é só observar como a *Piazza Venezia* foi assimilada por Benito Mussolini, ou as ideias e diretrizes que fundamentaram a construção da *Via dell'Impero* em Roma; assim como, a reforma da *Wilhelmplatz* durante o *III Reich,* por exemplo*,* até o absurdo projeto da Germânia em/sobre Berlin.

Porém, nas conjunturas contemporâneas, as análises se tornam mais complexas. Com quase um século de diferença, aproximadamente a partir de 2018,[559] vemos no Brasil a ascensão ao poder de grupos e de políticos com agendas de extrema-direita. Ainda que com nítidas nuances fascistas, na grande maioria das conformações contemporâneas, e não somente no Brasil, não são tão presentes, de formas mais explícitas e sistematizadas, as repressões de liberdades. No mais, é mais difícil analisarmos as condições dos espaços públicos nesses períodos por vários motivos, inclusive pelas restrições de circulação ocasionadas pela pandemia do Covid-19 (especialmente a partir de março de 2020 até o início de 2022 aproximadamente).

Outra questão importante nesta reflexão a ser pontuada se desdobra de uma passagem da obra "*Fascismo Eterno*" de Umberto Eco, originalmente publicada em 1997:

> **Não precisamos mais da *Piazza Venezia* ou do estádio de *Nuremberg*. Em nosso futuro, desenha-se um populismo qualitativo de tevê ou internet**, no qual a resposta emocional de um grupo selecionado de cidadãos pode ser apresentada e aceita como a 'voz do povo'.[560]

Em parte, o autor destitui a importância e simplifica a função dos espaços públicos nas dinâmicas contemporâneas; embora, ele não deixe de ser muito preciso na exposição de como a comunicação se dá em outras esferas e de outras maneiras, diferentes das de outrora. Ou seja, hoje temos não apenas as falas públicas e os jornais impressos, mas temos também acesso em massa à televisão, à internet e a inúmeros outros meios de comunicação e de propagação de informações. Assim faz muito mais sentido, na atualidade e na "nebulosa fascista", operarmos com a categoria/na instância qualificada como de esfera pública para pensar na linguagem e na comunicação em tais conjunturas do que somente com a instância dos espaços públicos.

Apesar disso e ao contrário de Eco, julgo como importante não ignorar a função do espaço, em especial dos públicos, e das dimensões materiais nas cidades em nenhuma

---

[559] Apesar do processo ser anterior, utilizo aqui o ano de 2018 como marco temporal em decorrência da eleição de Jair Bolsonaro como presidente da república no Brasil.

[560] Eco, 2018, pp. 56 – 57.

conformação que possa ter conexões com os fascismos, sobretudo nas contemporâneas. Mesmo que as principais dinâmicas associadas com a linguagem e à comunicação estejam nas esferas públicas, independente do contexto, na contemporaneidade, os espaços públicos foram (e são) sim apropriados pela extremas-direitas quando estas estão assentadas na gestão pública. A ausência de intervenções físicas neles em grandes escalas, não necessariamente diz da ausência de uso de tais locais.

Neste sentido, a despeito das diferenças, os usos dos espaços públicos no bolsonarismo, por exemplo, têm muitas proximidades importantes com os usos dos lugares públicos nos fascismos do início do século XX. Para além dos espaços públicos terem sido amplamente acionados como lugares de manifestações, exibições, entre outros usos, no caso brasileiro ocorreu uma espécie de repetição das estéticas e dos discursos fascistas nestes lugares.

Especialmente entre 2020 (ainda no auge da pandemia) até 2022, o então presidente Jair Bolsonaro realizou uma série de motociatas em diversas cidades brasileiras com seus apoiadores. As inspirações tanto do evento, como da sua execução, e do amplo uso de símbolos nacionais são nitidamente originárias do fascismo italiano.

Mais uma vez, reforço que a realização de manifestações, passeatas, comícios, entre outros eventos, chamados no senso comum de políticos, não são exclusividade dos fascismos. Todavia, motociatas, ainda mais como as que foram realizadas no Brasil nesse intervalo, não são exatamente uma tradição nacional, além de serem marcadamente associadas com a figura de Benito Mussolini e do fascismo italiano.

Para além de tais eventos, realizados diversas vezes em ruas brasileiras, é possível discutir sobre como a esfera pública, e não somente os espaços públicos, se tornaram importantes arenas para exibição de plataformas ideológicas, sendo francamente utilizadas pelas extremas-direitas na atualidade. Vídeos curtos, *Lives*, aparições públicas gravadas por apoiadores e divulgadas em mídias não convencionais (tais como grupos do aplicativo *whatsapp*), são exemplos de como a esfera pública foi conformada segundo a mesma lógica de ocupação dos espaços nomeados como públicos. Logica esta na qual a predisposição está mais para exposição (e não para o debate) de ideias, assim como para uma conformação de narrativas, de uma ritualística e até de certa estética em direção ao poder.

Por fim, reconheço que gostaria de ter desenvolvido as questões e hipóteses apresentadas nesta conclusão como um capítulo desta tese. Todavia, seja o tempo, como a minha capacidade física me impediram de abrir um sexto capítulo, ou uma terceira seção no quinto e último capítulo já existente. Além destes motivos expostos, tenho muito apreço pela ideia de deixar uma parte deste trabalho elaborada em tom mais ensaístico, com mais perguntas do que qualquer outra coisa, e com várias “pontas soltas”, especialmente no que deveria ser o seu final.

Faço isso também em interlocução com Umberto Eco, sintetizada pelo termo “Fascismo Eterno”. Como Eco alerta, mesmo que possamos trabalhar com algumas delimitações e recortes temporais, a ameaça dos fascismos não se cessa. Logo, não há como fechar este trabalho de forma mais contundente, ainda mais pensando em como esta questão ainda está em aberto. O fato de Jair Bolsonaro ter perdido as eleições presidenciais em 2022, não encerra as discussões relativas à sua conformação e muito menos representa a derrocada do bolsonarismo, por exemplo.

Assim, volto ao trecho da obra “*De la Gramatologie*”, em português “Gramatologia” de Jacques Derrida, originalmente publicada em 1967 e posicionada como uma espécie de epígrafe para esta conclusão. Sobretudo em seu início e fim. Se, para Derrida “o futuro só se pode antecipar na forma do perigo absoluto” e que “para este mundo por vir e para o que nele terá feito tremer os valores de signo, de fala e de escritura, para aquilo que conduz aqui o nosso futuro anterior, ainda não existe epígrafe”. [561] Julgo que as reflexões aqui expostas, devem ficar em aberto, ou seja, em suspensão, o que contemplaria as lacunas do futuro; e de que, na mesma impossibilidade de se produzir uma epígrafe para alguns temas, está a impossibilidade de se fechar uma conclusão para eles.

[561] Derrida, p. 6, 1973. [1967]

REFERÊNCIAS

Adorno, Theodor. ***Freudian theory and the patterns of fascist propagand*.** Frankfurt: *Suhrkamp*, 1972. [1951]

Albuquerque Júnior, Durval Muniz de. **Historia**: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da história Durval Muniz de Albuquerque Júnior. Bauru, São Paulo: Edusc, 2007.

Anderson, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. [1983]

Arendt, Hannah. **A condição humana**. Tradução: Roberto Raposo; Revisão técnica e apresentação: Adriano Correia. 13 ª edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020. [1958]

Arendt, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

Arendt, Hannah. **Origens do totalitarismo.** Tradução: Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. [1951]

Argan, Giulio Carlo. ***Progetto e destino***. *Milano: Il Saggiatore*, 1965.

Argan, Giulio Carlo. **A Arte Moderna na Europa**: de Hogarth a Picasso. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Aristóteles. **A política**. Introdução: Ivan Lins; Tradução: Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. [384-322 a.C.]

Aubrry, Laurance; Turpin, Béatrice (orgs.). **Victor Klemperer**: *repenser le langage totalitaire. Colloque de* Cerisy. CNRS *Éditions*, Paris, 2012.

Baeta, Rodrigo Espinha. Renovação urbanística da cidade de Roma após o Risorgimento: Fragmentação do cenário barroco preexistente na nova capital italiana. In: **Arquimemória 3**. Sobre preservação do patrimônio edificado, 2008, Salvador. Arquimemória 3. Sobre preservação do patrimônio edificado. Anais. Salvador: Departamento da Bahia do IAB, 2008.

Bakhtin, Mikhail. Os gêneros do discurso. In: **A estética da criação verbal**. São Paulo: Matins Fontes, 2000. [1974]

Bailly, Jean-Christophe. **A frase urbana:** Ensaios sobre a cidade. Tradução: André Cavendish e Marcelo Jacques de Moraes. Prefácio: Margareth da Silva Pereira. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Benjamin, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução: Sérgio Paulo Rouanet; Prefácio: Jeanne Marie Gagnebin. 8. Edição revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Obras escolhidas v.1)

Beradt, Charlotte. ***Rêver sous le IIIe. Reich.*** *Éditions Payot & Rivages, pour l'édition de poche 106, boulevard Saint-Germain, Paris.* [1962]

Bresciani, Maria Stella Martins. Democracia/Democracias? Considerações sobre paisagens-lugares políticos. **Anais XVII ENANPUR**, 2019.

Bresciani, Maria Stella Martins. **Londres e Paris no século XIX**. O espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1982.

Bresciani, Maria Stella Martins. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: Fernandes, Ana; Gomes, M. A. A. de F. (Orgs.). **Cidade e História**. Modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX. Salvador: UFBA-FAU, Anpur, 1992.

Brown, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo. Editora Politéia, 2019.

Burke, Edmund. **Uma investigação histórica sobre a origem de nossas ideias do sublime e do belo.** Tradução, apresentação e notas: Enid Abreu Dobránszky. Papirus: Editora da Universidade de campinas, Campinas: SP, 1993. [1757]

Butler, Judith. ***Senses of the subject****. Fordham Univerity Press. New York*: 2015.

Butler, Judith. **Os sentidos do sujeito**. Coord. Tradução: Carla Rodrigues. 1ª edição, Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Butler, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Tradução: Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. [2004]

Chapoutot, Johann. **A revolução cultural nazista**. Tradução: Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Da Vinci Livros, 2022. [2017]

Chauí, Marilena. **Manifestações ideológicas do autoritarismo brasileiro:** Escritos de Marilena Chauí, vol. 2. Autêntica Editora; 1ª edição, 2017.

Chauí, Marilena. Cultura e democracia. ***Crítica y emancipación***, [S.l.], p. 53-76, jun. 2008. ISSN 2312-9190. Disponible en: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/ojs/index.php/critica/article/view/195>. Fecha de acceso: 02 jun. 2022

Choay, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Edições 70: Lisboa, Portugal, 2014.

Dalmonte, Edson; Dibai, Priscila. A direita radical 'bolsonarista': da aporofobia à defesa da memória de regimes de exceção. **IdeAs *[En ligne],*** *14* | *2019.* Publicado: 01 de outubro de 2019. Acesso: 16 de fevereiro de 2021. Disponível em: http://journals.openedition.org/ideas/6895.

Dardot, Pierre; Laval, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução: Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

Derrida, Jacques. **Gramatologia**. Tradução: Renato Janine Ribeiro e Mirian Shnaiderman. São Paulo: Perspectiva, 1973. [1967]

Derrida, Jacques. **De que amanhã**: diálogo/Jacques Derrida; Elisabeth Roudinesco; Tradução André Telles, revisão técnica Antônio Carlos dos Santos. - Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

Diretrizes integralistas, 1932.

Eco, Umberto. **O Fascismo Eterno.** Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Record, 2018. [2007]

Foucault, Michel. **Arqueologia do Saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

Foucault, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. 27ª edição. São Paulo: Graal, 2013.

Foucault, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: curso dado no Collége de France (1978 – 1979). Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Gentile, Emilio. ***Fascimo di pietra.*** *Prima edizione. Roma: Editore Luterza*, 2007.

Gentile, Emílio. ***In Italia ai tempi di Mussolini****: Viaggio in compagnia di osservatori stranieri. Roma: Oscar Storia, 2014.*

Gherman, Michel. **O não judeu judeu:** A tentativa de colonização do judaísmo pelo bolsonarismo. São Paulo: Fósforo, 2022.

Hugo, Victor. **O corcunda de Notre-Dame**. Tradução: Eduardo Brandão. Rio de Janeiro: Companhia das Letras: 2018. [1831]

Insolera, Italo. **Roma moderna**. *Torino*: *Giulo Einaldi Editore*, 2001.

Klemperer, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Tradução, apresentação e notas Miriam Bettina Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009. [1947]

Levi, Primo. **É isto um homem?** Tradução de Luigi Del Re. Rio de janeiro: Rocco, 1988. [1947]

Levi, Primo. Per Adolf Eichmann / Para Adolf Eichmann. Tradução de Maurício Santana Dias. In: Levi, Primo. **Mil sóis:** poemas escolhidos. Seleção, tradução e apresentação de Maurício Santana Dias. 1. ed. São Paulo, SP: Todavia, 2019. Em italiano: p. 46; em português: p. 47.

Lynch, Kevin. ***The image of the city****. Cambridge: The M.I.T. Press*, 1960.

Marinetti, Felippo Tomaso. **Manifesto Futurista**. 1909. (Disponível em: https://blog.ubueditora.com.br/manifesto-futurista/; acesso em 07 de julho de 2022).

Matos, Olgária. **Discretas Esperanças**: reflexões filosóficas sobre o mundo contemporâneo. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2006.

Nazario, Luiz. A propaganda do crime em filmes policiais nazistas. **Arquivo Maaravi: Revista Digital De Estudos Judaicos Da UFMG**, *3*(5), 51–72; 2009.

Nietzsche, Friedrich. **A genealogia da moral**. Trudução: Mário Ferreira dos Santos. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes. 2009 [1887]

Ortega, Francisco. **Para uma política da amizade**: Arendt, Derrida, Foucault. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

Paxton, Robert. **A anatomia do fascismo**. Tradução: Patrícia Zimbres e Paula Zimbres. 2ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2023.

Pecault, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil.** Entre o povo e a nação. São Paulo: Editora Ática, 1990.

Pechman, Robert. A gramática do poder: quando a palavra envenena a cidade. In: **XII Seminário da História da Cidade e do Urbanismo**, 2012, Porto Alegre. A circulação das ideias na construção da cidade: uma via de mão dupla, 2012.

Pechman, Robert. Desconstruindo a cidade: cenários para a nova literatura urbana. **Revista Rio de Janeiro**, v. 20/21, p. 31-40, 2007.

Pechman, Robert. Inútil paisagem; **Revista REDOBRA**. V.12. p. 158 – 167, 2013.

Pechman, Robert. O padeiro, a democracia e a cidade. Sessão especial; **Revista e-metropolis**. n.46. Ano 12, setembro de 2021.

Pechman, Robert. Pedras para um fascismo. In: **Anais da XXII Semana de Planejamento Urbano e Regional** (2016). Rio de Janeiro. Cruéis paisagens do poder, 2017.

Pechman, Robert; Assaf, Stephanie. Ruralismo, antiurbanismo e autoritarismo: as lutas em torno de um projeto nacional. In: Fania Fridman. (Org.). **Quem planeja o território?.** 1ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2022, v. 1, p. 435-455.

Pinheiro-Machado, Rosana; Scalco, Lucia Mury. *From hope to hate. The rise of conservative subjectivity in Brazil. Hau:* ***Journal of Ethnographic Theory*** 10(1): 21 – 31, 2020.

Piovezani, Carlos; Gentile, Emilio**. A linguagem fascista.** São Paulo: Hedra, 2020.

Rama, Ángel. **A cidade das letras**. Tradução: Emir Sader. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2015. [1984]

Rancière, Jacques. **O desentendimento** - política e filosofia. Tradução: Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996. [1995]

Rancière, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Tradução: Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org. Ed. 34, 2005. [2000]

Rancière, Jacques. **O ódio à democracia**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2014. [2005]

Reale, Miguel. **O Estado moderno.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1935. Pp. 215 – 216.

Ribeiro, Luiz Cesar de Queiroz; Cardoso, Adauto Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. *In*: **Cidade, povo e nação**: gênese do urbanismo moderno. Organização: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro, Robert Pechman, 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital / Observatório das Metrópoles / INCT, 2015.

Richard, Lionel*.* ***Le nazisme et la culture****. Librairie François Maspero*, Paris, 1978.

Scobie, Alex. ***Hitler's State Architecture:*** *The impact of the Classical Antiquity. College Art Association. The Pensilvania State University Press, University Park and London, 1993.*

Schmitt, Carl. ***The Concept of Political****.* Tradução: George Schwab. Chicago: Chicago University Press, 2007.

Schøllhammer, Karl Erik. **Além do visível:** o olhar da literatura. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

Schwarcz, Lilia Moritz. Bolsonaro e seu reino: retóricas visuais do poder. **Revista de fotografia Zum Quarentena do Instituto Moreira Salles.** Publicado: 06 de julho de 2020. Acesso: 23 de agosto de 2020. Disponível em: https://revistazum.com.br/zum-quarentena/bolsonaro-e-seu-reino/?fbclid=IwAR3tXLegTR7StXvBIbFLjWS-sQPONrKM7FcBn-lah6ZJRwZpY-zd1nZqb-M

Sennett, Richard. **Carne e Pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Tradução de Marcos Aarão Reis. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record: 2003.

Singer, André. **A reativação da direita no Brasil**. 2020. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1664. 2020. Acesso: 29 de março de 2020.

Speer-plan, 1939. *Senate Department for Urban Development* de Berlin. Disponível em: https://www.stadtentwicklung.berlin.de/planen/fnp/en/historie/index.shtml. Acesso: 13 de abril de 2023.

Speer, Albert. ***Inside the third Reich****. Memors by Albert Speer*. Tradução: Richard e Clara Winston. Simon Schuster: 1997. [1969]

Starling, Heloísa M. (org.). **Linguagem da destruição**: A democracia brasileira em crise. Heloísa Murgel Starling, Miguel Lago, Newton Bignotto. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Vernant, Jean-Pierre. ***La traversée des frontières****. Entre mythe et politique II. Éditions du Seuil*: Paris, 2004.

Topalov, Christian. Coord. ***Laboratoires du nouveau siècle.*** *La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France*, 1880-1914, Paris: EHESS,1999.

Topographie des Terrors. Exposição: *Zwischen Propagand und Terror* (Berlin 1933 – 1945). Visita 02 de dezembro de 2022. Fotos: Stephanie Assaf.

Topography of Terror: Gestapo, SS and Reichssicherheitshauptamt on the "Prinz-Albrecht-Terrain" – A Documentation. Berlin: Verlag Willmuth Arenhövel Berlin, 2003.

Trindade, Hélgio. **Integralismo:** o fascismo brasileiro da década de 30. 1.ed. São Paulo: Difel, 1974.

Sites **(3º capítulo):**

Berlin – Die Sinfonie der Grosstadt. **IMDb.** Disponível em: https://www.imdb.com/title/tt0017668/. Acesso: 03 de fevereiro de 2023.

*Berlin. Hitler's favorite architect and his Berlin legacy****. Secretcitytravel****.* Disponível em: http://www.secretcitytravel.com/berlin-march-2014/albert-speer-nazi-architect-berlin.shtml. Acesso: 13 de abril de 2023.

Führer durch das lasterhafte Berlin. ***Weimar Berlin.*** Disponível em: http://www.weimarberlin.com/2018/05/a-guidebook-to-berlin.html. Acesso: 03 de fevereiro de 2023.

Gedenkstätte und Museum Sachsenhausen. ***Berlin.de*****.** Portão de entrada do campo de trabalho *Sachsenhausen*. Disponível em: https://www.berlin.de/sehenswuerdigkeiten/3561190-3558930-gedenkstaette-und-museum-sachsenhausen.html. Acesso: 10 de março de 2023.

Jedem des Seine. ***GRA Glossar.*** Portão de entrada do campo de trabalho *Dachau*. Disponível em: https://www.gra.ch/bildung/glossar/arbeit-macht-frei-jedem-das-seine/. Acesso: 10 de março de 2023.

Topographie des Terrors. Endereço eletrônico. Disponível em: https://www.topographie.de/pt/topografia-do-terror/. Acesso: 01 de fevereiro de 2023.

The biggest building mankind never built. ***Bigthink****.* Desenho de Adolf Hitler para *Volkshalle*. Fonte: https://bigthink.com/high-culture/architecture-buildings-never-built/?utm_source=pocket-newtab-global-en-GB. De: 20 de fevereiro de 2023. Acesso: 02 de março de 2023.

Welthauptstadt Germania – Germânia, a Capital do Mundo. **Vitruvius.** Disponível em: https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/22.257/8301. Acesso em: 20 de julho de 2022.

***Sites* (4º capítulo):**

Enciclopédia do Holocausto. "Judeus como monstros conspiradores". Disponível em: https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/photo/nazi-anti-jewish-propaganda. Acesso em: 19 de julho de 2023.

SS, *Schutzstaffel*. **Infoescola.** Disponível em: https://www.infoescola.com/segunda-guerra/ss-schutzstaffel/. Acesso em: 31 de julho de 2023.

High Voltage Warning Sign: Electric Symbol (red). Símbolo de alta voltagem. **My safety sign.** Disponível em: https://www.mysafetysign.com/high-voltage-electric-warning-red-symbol-sign/saf-sku-s-2209. Acesso em: 31 de julho de 2023.

Siegrune. ***Wikipedia***. Disponível em: https://no.wikipedia.org/wiki/Siegrune. Acesso em: 31 de julho de 2023.

***Sites* e periódicos (5º capítulo):**

Agência O Globo. Ao menos três capitais têm atos pró-Bolsonaro e a favor do voto impresso. **Revista Exame.** Publicado em: 01 de agosto de 2021. Disponível em: https://exame.com/brasil/ao-menos-tres-capitais-tem-atos-pro-bolsonaro-e-a-favor-do-voto-impresso/. Acesso em: 06 de novembro de 2023.

Alessi, Gil. Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. El país Brasil. São Paulo, publicação 17 de janeiro de 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-01-17/secretario-da-cultura-de-bolsonaro-imita-discurso-de-nazista-goebbels-e-revolta-presidentes-da-camara-e-do-stf.html. Acesso em: 18 de outubro de 2023.

Bolsonaro, Jair. Endereço eletrônico de Jair Bolsonaro. Disponível em: http://bolsonaro.com.br .Acesso em: 10 de outubro de 2020.

Bolsonaro, Jair. "Sou preconceituoso, com muito orgulho". **Revista Época**, 02 de julho de 2011 in: Piozevani & Gentile, 2020, p. 155.

Corona Vírus Brasil. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/ .Acesso em: 27 de novembro de 2023.

Della Barba, Mariana; Wentzel, Marina. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas 'estarrecidos' e leva OAB a pedir sua cassação. **BBC Brasil** em São Paulo e da Basileia (Suíça). Publicado em: 19 abril 2016. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

Gamba, Karla. Reunião em que Bolsonaro aparece de chinelo teve piadas e provocações futebolísticas. O Globo. Publicado em: 15 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/reuniao-em-que-bolsonaro-aparece-de-chinelo-teve-piadas-provocacoes-futebolisticas-23457294. Acesso em: 31 de outubro de 2023.

Guimarães, Larissa. “Bolsonaro volta a atacar ‘kit gay’ do Ministério da Educação”, **Folha de São Paulo**, Poder, 27 de abril de 2011 in: Piozevani & Gentile, 2020, p. 155.

Kushner, Aviya. *“So, where does the fascist ‘Sieg Heil’ salute come from anyway?”. **Forward.*** Disponível em: https://forward.com/culture/518531/sieg-heil-fascist-nazi-salute-history/. Acesso em: 16 de outubro de 2023.

Lessa, Henrique. Bolsonaro conclama apoiadores a votarem vestindo roupa amarela. **Correio Brasiliense.** Publicado em: 01 de outubro de 2022. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/10/5041046-bolsonaro-conclama-apoiadores-a-votarem-vestindo-roupa-amarela.html. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

Manifesto Integralista. Disponível em: https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/. Acesso em: 14 de setembro de 2023.

Miguel Reale. Disponível em: https://integralismo.org.br/biografia/miguel-reale/. Acesso em: 18 de setembro de 2023.

Motta, Anaís. Secom usa lema associado ao nazismo para divulgar ações, mas nega relação. **UOL**, em São Paulo. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/10/secom-usa-lema-associado-ao-nazismo-para-divulgar-acoes-contra-a-covid-19.htm. Acesso: 10 de outubro de 2020/ 16 de outubro de 2023.

IBGE. **Estatísticas do século XX.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=237312. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

O Rio de Janeiro: transformações. Disponível em: https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/2919-o-rio-de-janeiro-transformacoes.Acesso: 30 de agosto de 2023.

Paraguassu, Lisandra. Trump e Bolsonaro trocam camisas e elogios na Casa Branca

Trump disse que presidente brasileiro está fazendo "um excelente trabalho" e que o Brasil nunca esteve tão próximo dos Estados Unidos. **Terra.** Publicado em 19 de março de 2019. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/trump-se-reune-com-bolsonaro-diz-nao-ter-hostilidade-com-brasil-e-fala-sobre-otan-e-apoio-na-ocde,7d365a048aed81677b5aa6d3d9b89e72uko2t8ws.html. Acesso em: 4 de novembro de 2023.

Perez, Beatriz. Jair Bolsonaro vota na Vila Militar e afirma que espera vencer no primeiro turno. O Dia. Publicado: 02 de outubro de 2022. Disponível em: https://odia.ig.com.br/eleicoes/2022/10/6497539-presidente-jair-bolsonaro-vota-na-vila-militar-e-afirma-que-espera-vencer-no-primeiro-turno.html. Acesso em: 04 de novembro de 2023.

Porto, Douglas. Bolsonaro diz que ideologia nazista deve ser “repudiada de forma permanente”. **CNN Brasil**, São Paulo. Publicado em: 09 de fevereiro de 2022. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-diz-que-ideologia-nazista-deve-ser-repudiada-de-forma-permanente/. Acesso em: 24 de outubro de 2023.

UOL, São Paulo. Católico ou evangélico? Qual a religião de Bolsonaro. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/10/06/catolico-ou-evangelico-qual-a-religiao-de-bolsonaro.html . Acesso em: 31 de outubro de 2023.

100 Anos Grande Berlim – Como Berlim Tornou-se uma Metrópole. **Simplesmente Berlim.** Disponível em: https://simplesmenteberlim.com/100-anos-da-lei-da-grande-berlim-como-berlim-se-transformou-em-uma-metropole. Acesso em: 30 de agosto de 2023.

Tudo sobre Roma. Disponível em: https://www.tudosobreroma.com/roma-capital-italia. Acesso: 30 de agosto de 2023.

***Sites* (Conclusão):**

Javier Milei é eleito presidente da Argentina com pauta ultraliberal e discurso radical antipolítica. **G1.** São Paulo. Publicada em: 19 de novembro de 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/11/19/javier-milei-e-eleito-presidente-da-argentina-com-pauta-ultraliberal-e-discurso-radical-antipolitica.ghtml. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.

Silva, Antônio Oliveira e. “"*Afuera*!!!": assim é Javier Milei, o novo presidente da Argentina que quer legalizar o comércio de órgãos”. **CNN Portugal.** Publicada em: 20 de novembro de 2023. Disponível em: https://cnnportugal.iol.pt/videos/afuera-assim-e-javier-milei-o-novo-presidente-da-argentina-que-quer-legalizar-o-comercio-de-orgaos/655bafd00cf23250d7112bd3. Acesso em: 04 de dezembro de 2023.